



EDITAL Nº 391/2020

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR  
CONSULTA PÚBLICA

ALBERTO SIMÕES MAIA MESQUITA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

FAZ SABER, em cumprimento do disposto no nº 1, do artigo 56º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que se submete a consulta pública o relatório final preliminar do Plano Municipal de Ambiente do Município de Vila Franca de Xira, aprovado pela câmara municipal, na sua reunião ordinária e pública de 8 de julho de 2020, pelo período de 30 dias úteis, com início 5 dias após a afixação do presente edital no edifício dos Paços do Município.

Os interessados podem também consultar no *site* da câmara municipal, [www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt) ou nos Serviços Municipais, no Departamento de Ambiente e Gestão de Espaço Público, sito na Estrada Nacional 10, Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira, 1º andar, 2600-203 Vila Franca de Xira, durante o horário normal de expediente, das 09h00 às 12h00 e das 14h30 às 17h00, a documentação relativa ao presente plano municipal.

No âmbito da consulta pública serão consideradas e apreciadas todas as reclamações, observações ou sugestões, apresentadas por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser remetidas pelo correio, entregues na Loja do Município, Praça Bartolomeu Dias, nº 9, Quinta da Mina, 2600-076 Vila Franca de Xira, ou para o e-mail [lojadowmunicipe@cm-vfxira.pt](mailto:lojadowmunicipe@cm-vfxira.pt), devendo identificar o procedimento.

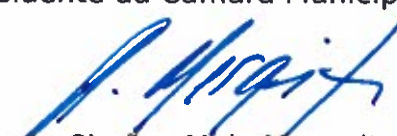
Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e no site da câmara municipal na Internet [www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt).



E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros,  
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 13 de julho de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

  
Alberto Simões Maia Mesquita

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

“Ninguém ficará para trás”

Agenda 2030

Julho 2020

PMAVFX\_V.2.2020





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



## CONTEÚDO

Índice de Figuras .....	2
Ficha técnica.....	3
Siglas e Abreviaturas .....	4
Capítulo 1. Introdução.....	8
Capítulo 2. Antecedentes .....	9
Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	10
Contexto europeu .....	12
Contexto português .....	13
Contexto concelhio .....	13
Capítulo 3. Metodologia para a elaboração do Plano Municipal de Ambiente.....	14
Capítulo 4. Política Municipal de Ambiente.....	18
A Política Municipal de Ambiente e o Plano Municipal de Ambiente.....	18
Política Municipal de Ambiente do Município de vila franca de xira .....	19
Missão do MVFX .....	19
Visão para o MVFX.....	19
Objetivos da Política de Ambiente do MVFX .....	20
Capítulo 5. Diagnóstico e situação de referência.....	21
Diagnóstico sumário .....	21
Consulta às partes interessadas .....	30
Estrutura de Recursos humanos do MVFX .....	32
Requisitos legais e outros .....	33
Diagnóstico de necessidades .....	34
Capítulo 6. Planeamento .....	38
aspectos ambientais significativos .....	38
Plano de Gestão Ambiental: Objetivos e Metas e Ações. ....	39
Capítulo 7. Conclusões .....	53
Bibliografia .....	54
Lista de Anexos .....	57



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	11
Figura 2.2 - Estruturação estratégica dos ODS .....	12
Figura 2.3 - Estruturação estratégica dos ODS relativamente ao contexto concelhio .....	12
Figura 3.1 - Representação de um Ciclo de Melhoria Contínua num Sistema de Gestão Ambiental. ....	16
Figura 3.2 - Tarefas projetadas para o PMA .....	17
Figura 5.1 Partes interessadas para o PMA VFX e estruturação por grupos de interesse .....	32
Figura 5.2 Esquema representativo da metodologia ADAM e das diferentes componentes de vulnerabilidade desenvolvidas no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local .....	35
Figura 5.3 Alterações climáticas projetadas para o Concelho de VFX.....	36
Figura 5.4 Tipo de Fatores climáticos e não climáticos a que o PMA VFX deverá responder .....	36
Figura 5.5 Esquema de integração com o PMA VFX.....	37
Figura 6.1 Sequência final do estudo.....	38
Figura 6.2 Significado dos critérios para a classificação do tipo de medidas .....	40
Figura 6.3 Descrição dos critérios de “âmbito” e “Setores-chave” .....	40
Figura 6.4 Descrição da forma de aplicação multicritério das medidas propostas.....	41
Figura 6.5 Tabela de critérios e valores de ponderação para determinação da prioridade das medidas propostas.....	42
Figura 6.6 Ilustração dos principais campos da tabela de medidas propostas para o o Plano Municipal de Ambiente.....	43
Figura 6.7 medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas com a maior prioridade.....	44

## FICHA TÉCNICA

### Coordenação técnica:

Helder Careto

Membro da Ordem dos Engenheiros nº 52020

Direção da ATTCEI

### Contributos e Agradecimentos:

Catarina Conde, DAGEP/CMVFX

Carla Gamboa, DAGEP/CMVFX

João Careto, Instituto D. Luiz/Faculdade de Ciências-Universidade de Lisboa

Henrique Faro, Presidente da Direção da ATTCEI

### Entidade responsável:



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições

Rua 9 de Outubro, nº 41-A Gâmbia,

2910-222 Setúbal, Portugal

geral@attcei.org

www.attcei.org

### Referência do documento:

Procedimento Ref.ª APRV.AD.RG n.º 115/15

PMAVFX V.3 Relatório Final



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



## SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ACES</b>	Agrupamento de Centros de Saúde
<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>Bomb</b>	Bombeiros
<b>CA</b>	Conselho de Administração
<b>DAJ</b>	Divisão de Assuntos Jurídicos
<b>DAMAE</b>	Divisão de Apoio ao Município e Atividades Económicas
<b>DAMAJ</b>	Divisão de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude
<b>DAQ</b>	Divisão de Auditoria e Qualidade
<b>DBA</b>	Divisão de Bibliotecas e Arquivo
<b>DCI</b>	Divisão de Comunicação e Imagem
<b>DCMPH</b>	Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico
<b>DCT</b>	Departamento de Cultura
<b>DE</b>	Departamento de Educação
<b>DEI</b>	Divisão de Empreitadas e Infraestruturas
<b>DFT</b>	Divisão de Fiscalização Técnica
<b>DGA</b>	Divisão de Gestão Administrativa
<b>DGAEP</b>	Departamento de Ambiente e Gestão do Espaço Público
<b>DGAJFJ</b>	Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica
<b>DGEV</b>	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
<b>DGU</b>	Divisão de Gestão Urbanística
<b>DHCS</b>	Departamento de Habitação e Coesão Social
<b>DHIS</b>	Divisão de Habitação e Intervenção Social
<b>DHPAC</b>	Divisão de Higiene Pública, Ambiente e Cidadania
<b>DII</b>	Divisão de Inclusão e Igualdade
<b>DOVI</b>	Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas
<b>DPGU</b>	Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística
<b>DPOT</b>	Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território
<b>DRH</b>	Divisão de Recursos Humanos
<b>DSS</b>	Divisão de Saúde e Solidariedade
<b>Emp</b>	Empresas
<b>EMRU</b>	Equipa Multidisciplinar de Reabilitação Urbana
<b>GIEI</b>	Gabinete de Investimento, Economia e Inovação
<b>HVFX</b>	Hospital Vila Franca de Xira
<b>PCM</b>	Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
<b>Pol</b>	PSP, GNR, autoridades policiais
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>SoC</b>	Sociedade Civil
<b>AAE</b>	Avaliação Ambiental Estratégica
<b>AdTA</b>	Águas do Tejo Atlântico (Grupo Águas de Portugal)
<b>AJ</b>	Apoio Jurídico



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



<b>ASMC</b>	Aterro Sanitário do Mato da Cruz
<b>ATA</b>	Apoio Técnico Administrativo
<b>ATACA</b>	Apoio Técnico Administrativo ao Conselho de Administração
<b>CTE</b>	Centro de Triagem e Ecocentro
<b>CTRSU</b>	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos
<b>DAF</b>	Divisão Administrativa e Financeira
<b>DAPE</b>	Divisão de Administração do Parque Escolar
<b>DAS</b>	Divisão de Água e Saneamento
<b>DAV</b>	Divisão de Alimentação e Veterinária
<b>DCEF</b>	Divisão de Contraordenações e Execuções Fiscais
<b>DD</b>	Diretor-Delegado
<b>DDL</b>	Divisão de Desporto e Lazer
<b>DF</b>	Departamento Financeiro
<b>DFM</b>	Divisão de Fiscalização Municipal
<b>DGCA</b>	Divisão de Gestão Comercial e Atendimento
<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DIT</b>	Divisão de Infraestrutura Tecnológica
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DL</b>	Decreto-Lei, diploma legal emitido pelo Governo da República Portuguesa
<b>DMEM</b>	Divisão de Manutenção de Equipamentos Municipais
<b>DOAD</b>	Divisão de Obras por Administração Direta
<b>DPC</b>	Divisão de Projetos e Cadastro
<b>DPF</b>	Divisão de Planeamento Financeiro
<b>DPIS</b>	Divisão de Planeamento e Intervenção Sociocultural
<b>DQAE</b>	Divisão de Qualidade, Ambiente e Equipamentos
<b>DT</b>	Divisão de Turismo
<b>DTM</b>	Divisão de Transportes e Equipamento Mecânico
<b>ERSAR</b>	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
<b>ESCO</b>	Energy Service Companies
<b>ESP</b>	Energy Services Providers
<b>FER</b>	Fontes de Energia Renovável
<b>GAP</b>	Gabinete de Apoio à Presidência
<b>GAV</b>	Gabinete de Apoio à Vereação
<b>GEE</b>	Gases de Efeito de Estufa
<b>GNC</b>	Gás Natural Comprimido
<b>GPD</b>	Gabinete de Proteção de Dados
<b>ha</b>	Hectare
<b>hab./km2</b>	Habitantes por quilómetro quadrado
<b>I</b>	informática
<b>IC</b>	Infraestruturas cinzentas: intervenções físicas ou de engenharia com o objetivo de tornar edifícios e outras infraestruturas melhor preparadas para lidar com eventos (incluindo extremos).

<b>IV</b>	<b>Infraestruturas verdes:</b> contribuem para o aumento da resiliência dos ecossistemas e para objetivos como o de reverter a perda de biodiversidade, a degradação de ecossistemas e o restabelecimento dos ciclos da água.
<b>kg</b>	Quilograma
<b>km2</b>	Quilómetro quadrado
<b>KWh</b>	Kilo Watt hora, multiplo da unidade de energia Wh-Watt hora,
<b>L</b>	Litro
<b>LED</b>	Diodo Emissor de Luz, tipo de lâmpadas de iluminação ou sinalização
<b>Lei</b>	Lei, diploma legal emitido pela Assembleia da República
<b>Lei</b>	Lei, diploma legal emitido pela Assembleia da República
<b>m3</b>	metro cúbico
<b>MVFX</b>	Município de Vila Franca de Xira
<b>MVFX</b>	Município de Vila Franca de Xira
<b>NE</b>	Medidas não estruturais: correspondem ao desenho e implementação de políticas, estratégias e processos.
<b>OAU</b>	Óleos Alimentares Usados
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OP</b>	Orçamento Participativo
<b>OPA</b>	Objetivos da Política Ambiental
<b>P</b>	Piquete
<b>P-3AC</b>	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
<b>PAPERSU</b>	Plano de Adaptação do PERSU
<b>PART</b>	Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos
<b>PCA</b>	Presdente do Conselho de Administração
<b>PEA</b>	Plano Estratégico de Ambiente
<b>PEC</b>	Plano Estratégico Concelhio
<b>PED</b>	Plano Estratégico de Desenvolvimento
<b>PERSU</b>	Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos
<b>PERSU</b>	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
<b>PMA</b>	Plano Municipal de Ambiente
<b>PMAAAC</b>	Programa Metropolitano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas
<b>PMS</b>	Perfil Municipal de Saúde
<b>PREDAMB</b>	Programa de Educação Ambiental de Vila Franca de Xira
<b>RCD</b>	Resíduos de Construção e Demolição
<b>RCM</b>	Resolução de Conselho de Ministros, diploma legal
<b>RCM</b>	Resolução de Conselho de Ministros, diploma legal
<b>REEE</b>	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
<b>RMEE</b>	Regulamento Municipal de Espaços Exteriores
<b>RU</b>	Resíduos Urbanos
<b>RUB</b>	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
<b>SAC</b>	Seção de Atendimento e Contratação
<b>SAG</b>	Seção de Administração Geral



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



<b>SC</b>	<b>Seção de Contabilidade</b>
<b>SCA</b>	<b>Seção de Compras e Armazéns</b>
<b>SCI</b>	<b>Seção de Contadores e Instalação</b>
<b>SLC</b>	<b>Seção de Leitura e Faturação</b>
<b>SMCRA</b>	<b>Setor de manutenção e construção de redes de água</b>
<b>SMCRS</b>	<b>Setor de Manutenção e Construção de Redes de Saneamento</b>
<b>SMGA</b>	<b>Sistema Municipal de Gestão Ambiental</b>
<b>SOET</b>	<b>Setor de Operadores de Equipamentos e Telegestão</b>
<b>SRH</b>	<b>Secção de Recursos Humanos</b>
<b>SSP</b>	<b>Setor de Salubridade Pública</b>
<b>STCQ</b>	<b>Setor de Tratamento e Controlo de Qualidade</b>
<b>T</b>	<b>Tesouraria</b>
<b>ton</b>	<b>Toneladas</b>
<b>UF</b>	<b>União das Freguesias</b>

## CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Ambiente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira constitui-se como um documento estratégico que orientará o investimento do Município e dos agentes na área do ambiente e sustentabilidade até 2030, sendo composto por um relatório, propostas de medidas e anexos.

Abrange a região do Concelho de Vila Franca de Xira e dentro dessa área territorial, os serviços do Município de Vila Franca de Xira (MVFX) e as suas relações com as Juntas ou Uniões de Freguesia do Concelho, representantes de entidades públicas e representantes das empresas, revestido com os seguintes atributos:

- a) Partir do trabalho que tem vindo a ser realizado e da experiência acumulada pelos diversos agentes concelhios;
- b) Assumir um carácter estratégico resultante da construção de um diagnóstico de necessidades e de uma hierarquia de objetivos (prioridades) com um horizonte de 6 anos, prevendo-se a calendarização das diversas etapas a percorrer;
- c) Adotar uma visão abrangente na medida em que todas as partes interessadas devem ser envolvidas no processo de planeamento. Entre as partes envolvidas incluem-se a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias, representantes de entidades públicas e representantes das empresas;
- d) Definir objetivos e estratégias para o desenvolvimento de ações, ao nível da componente ambiental, e de intervenções concretas, integradas e concertadas entre todos parceiros, contribuindo para o aumento de eficácia das intervenções, encorajando a cooperação e a formação de parcerias e promovendo a participação dos cidadãos.

O desenvolvimento, a análise e as conclusões do estudo tiveram sempre por base os princípios das melhores práticas ambientais, bem como o enquadramento no Plano Estratégico de Ambiente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Plano Diretor Municipal, Estudos Estratégicos disponíveis e Regulamentos Municipais aplicáveis.

Quando a disponibilidade dos dados não permitiu análises quantitativas foi efetuado o recurso a análises de cenários e qualitativas que, pelo menos, forneçam indicações suficientes para o processo decisório posterior.

Referira-se que a qualidade final e a profundidade do estudo dependeram, em grande parte, da disponibilização de dados por parte do Município e outras fontes, incluindo através de inquéritos a técnicos do Município, público e outras entidades.



## CAPÍTULO 2. ANTECEDENTES

No passado recente, foram publicados diversos estudos, instrumentos e diplomas legais com incidência ambiental, pelo MVFX e outras fontes, que têm relevância para o presente estudo, destacando-se, aqui, o Plano Estratégico Concelhio, o Plano Estratégico de Ambiente, a Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Vila Franca de Xira que se podem considerar documentos técnica e formalmente bem construídos, com as metodologias adequadas aos objetivos que se propunham, não obstante o seu período de aplicação anteceder o que o Plano Municipal de Ambiente se destina, são ainda referências importantes, quer ao nível de diagnóstico quer ao nível das recomendações e medidas propostas.

Sobressai, ainda, a Agenda 21 e a Carta de Aalborg, na sua versão mais recente pela relevância como referencial de desenvolvimento usado para a Agenda 21 local do Concelho de Vila Franca de Xira.

Mais recentemente, foram aprovados ao nível nacional a revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) e a Estratégia Regional de Lisboa e Vale do Tejo 2030.

No presente trabalho foi dada mais importância aos documentos mais recentes ou com maior incidência na área do ambiente, por serem os mais relacionados com os objetivos deste estudo.

Nos Anexos e na bibliografia introduzem-se os conteúdos das convenções e instrumentos de políticas e medidas que podem ser referenciados como antecedentes a este estudo.

- Agenda 21 e Agenda 21 local e Carta de Aalborg+10, Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2002), Carta de Cascais (2013) (Anexo 1);
- Plano Estratégico de Desenvolvimento-PED (2003) (Anexo 2);
- Plano Estratégico de Ambiente-PEA (2007) (Anexo 3);
- Plano de Acessibilidades e Mobilidade no Concelho de Vila Franca de Xira (2010) (Anexo 4);
- Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART, 2019) (Anexo 4)
- Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de VFX - AEA PDMVFX (2010) (Anexo 5);
- Plano de ação - Estratégia de Regeneração Urbana - 2014/2020 <sup>1</sup>;
- Orçamento Participativo (OP) (Anexo 6);
- AGENDA 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS (2016);
- Perfil Municipal de Saúde-PMS (2017);
- Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)(2018)<sup>2</sup> e Programa Metropolitano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAAC-AML) (2018);
- Pacto dos Autarcas para o Clima e a Energia (2019)<sup>3</sup>;
- Normativo legal internacional, europeu e nacional e Regulamentos Municipais.

<sup>1</sup> Ver URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/868> [consultado em out 2018]

<sup>2</sup> Ver URL: <http://www.participa.pt/consulta.jsp?loadP=2352> [consultado em nov 2018]

<sup>3</sup> A data refere o ano em que o MVFX decidiu pela sua adesão. Ver mais informações em [www.eumayors.eu](http://www.eumayors.eu) [consultado em julho 2019].

## AGENDA 2030: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, e que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, numa cimeira memorável na sede da ONU, em Nova Iorque (EUA) (UN, 2015; UNRIC, 2016).

Apresentam-se a seguir e de modo simplificado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e a ilustração oficial dos mesmos (figura 2.1):

1. **Nenhuma pobreza** ... Erradicar a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo.
2. **Nenhuma fome** ... Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e uma nutrição melhorada e promover uma agricultura sustentável.
3. **Boa saúde** ... Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos e em todas as idades.
4. **Educação de qualidade** ... Assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de formação contínua para todos.
5. **Igualdade de género**... Alcançar uma igualdade de género e atribuir competências a todas as mulheres e raparigas.
6. **Água limpa e saneamento**... Assegurar a disponibilidade e uma gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. **Energia renovável e a preços acessíveis** ... Assegurar o acesso a energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos.
8. **Bons empregos e economia**... Promover um crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. **Inovação e boa infraestrutura**... Construir uma infraestrutura sólida, promover uma industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. **Reduzir a desigualdade** ... Reduzir a desigualdade nos países e entre países.
11. **Cidades e comunidades sustentáveis** ... Tornar as cidades e povoadamentos humanos inclusivos, seguros, sólidos e sustentáveis.
12. **Utilização responsável de recursos**... Assegurar um consumo e padrões de produção sustentáveis.
13. **Ações no âmbito do clima**... Implementar ações urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
14. **Oceanos sustentáveis**... Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, lagos e recursos marinhos no sentido de um desenvolvimento sustentável.
15. **Utilização sustentável da terra**... Proteger, restaurar e promover uma utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação e parar e reverter a degradação da terra e interromper a perda de diversidade.
16. **Paz e justiça**... Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, assegurar o acesso de todos à justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

**17. Parcerias para o desenvolvimento sustentável...** Reforçar os meios de implementação e revitalizar as parcerias globais no sentido de um desenvolvimento sustentável.

Devido ao carácter abrangente, estruturante e estratégico da atuação das organizações públicas e privadas e dos Estados, ao seu potencial de comunicar boas práticas e exemplos, à sua mediatização, a referência aos ODS, adaptados à realidade e dimensão do Município, numa eventual política ambiental do Município e subsequentes Sistema e Plano Municipal de Gestão Ambiental é considerada um quesito incontornável.



Figura 2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os ODS estruturam-se, por convenção, em cinco grandes áreas: Dignidade/Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias, Planeta (Figura 2.2).



Figura 2.2 - Estruturação estratégica dos ODS

A estruturação estratégica dos ODS relativamente às grandes áreas de importância crítica para a humanidade foi avaliada tendo em consideração o contexto concelhio e municipal em que se pretende a sua aplicação, tendo surgido a seleção de ODS apresentada a seguir (figura 2.3).

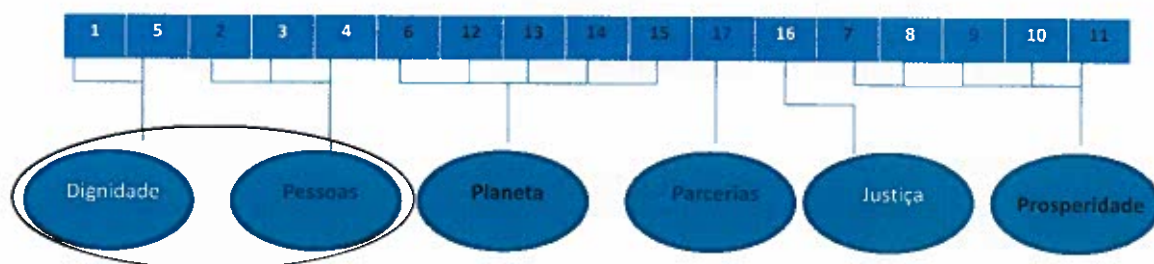


Figura 2.3 - Estruturação estratégica dos ODS relativamente ao contexto concelhio

## CONTEXTO EUROPEU

Segundo a Agência para o Desenvolvimento e Coesão<sup>4</sup>, o desenvolvimento sustentável está na essência do projeto europeu, com os vários Tratados da UE a reconhecerem a importância de abordar conjuntamente todas as suas dimensões. A resposta da UE à implementação interna da Agenda 2030 inclui duas vertentes: a) integrar plenamente os objetivos de desenvolvimento nas prioridades da Comissão no quadro das políticas europeias, tendo a Comissão emitido, em 22 de novembro de 2016, a Comunicação «Próximas etapas para um futuro europeu sustentável»; b)

<sup>4</sup> URL: <http://www.adcoesao.pt/content/agenda-2030-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> [consultado em 10/12/2017]

reflexão a mais longo prazo, identificando as políticas setoriais que no pós-2020 viabilizem o cumprimento dos ODS, processo que se enquadra no debate sobre o futuro da Europa, lançado pela Comissão em 2017.

Os vários instrumentos de financiamento da UE complementam as políticas e as iniciativas europeias e contribuem de forma horizontal para todos os ODS. Temos a política de coesão – através dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – como a principal política de investimento da UE, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento económico, social e territorial assente na redução das disparidades entre as diversas regiões. Destaca-se outros como o Programa-Quadro de Investigação e Inovação da UE, Horizonte 2020, cujo financiamento a projetos de largo espectro que visa gerar inovação e enfrentar os desafios sociais, contribuindo de forma relevante para os ODS. No presente, colocam-se várias interrogações sobre o futuro destes instrumentos com a negociação do próximo quadro comunitário de apoio e orçamento da União.

Considera-se, ainda, que o impacto da UE no exterior das suas fronteiras não se limita à sua agenda para a ação externa pelo que muitas das políticas da UE com uma dimensão nacional contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a nível mundial, reforçando a necessidade de assegurar coerência entre todas as políticas do espaço europeu.

---

## CONTEXTO PORTUGUÊS

A incorporação da Agenda 2030 nas estratégias e planos nacionais decorrerá em torno de cinco áreas temáticas, **5P** - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, devendo cada país definir os ODS prioritários em linha com o Programa Nacional de Reformas.

O Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi apresentado ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas a 18 de Julho de 2017, tendo sido definidos como prioritários, no caso português, os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14 (MNE, 2017).

A Agência para o Desenvolvimento e Coesão foi designada como ponto focal técnico para a implementação da Agenda 2030.

---

## CONTEXTO CONCELHIO

Dado o âmbito relativamente abrangente do funcionamento do Município, considerou-se que os ODS 2030 poderiam constituir um bom referencial de sustentabilidade para o Plano Municipal de Ambiente face a outros referenciais mais rígidos (normas ISO, verificação EMAS e outras). Acresce, seu potencial de comunicar boas práticas e exemplos, a sua mediatização, a referência aos ODS adaptados à realidade e dimensão do Município, na declaração de política ambiental e no Sistema e Plano Municipal de Gestão Ambiental facilitam, pelo carácter mais lato e abrangente, a definição, implementação e comunicação interna e externa de medidas, bem como o envolvimento das partes interessadas que venham a contribuir para as metas definidas para os ODS 2030.

No caso português foram considerados prioritários ao nível nacional os ODS 4, 5, 9, 10, 13 e 14. Não obstante, ao Município é reservada a autonomia de selecionar os que mais se adequam às características particulares do contexto socioeconómico e ambiental concelhio.



A implementação futura de normas ISO e/ou EMAS ou outras a alguns serviços ou setores da orgânica da CMVFX ou SMAS VFX não fica comprometida pela opção de utilizar os ODS 2030 como referencial de sustentabilidade, antes pelo contrário, abre caminho para futura certificação segundo essas normas, pois contribui, através da implementação do PMA, para a criação de uma política ambiental, extensível às partes interessadas, diagnóstico de necessidades, sistema de gestão e medidas ambientais, procedimentos de implementação, formas de verificação e sistema de registo e controlo de documentação que são requisitos essenciais dessas normas, mas sem os custos imediatos que essa implementação e certificação exigiria.

Nesse sentido, propõe-se a aplicação das metas correspondentes a cada um dos ODS adaptadas ao contexto concelhio, dentro do PMA e futuro SMGA, com um horizonte de 10 anos até 2030:

- Objetivos ambientais a integrar no PMA: **ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15.**
- Objetivos complementares ao PMA, a seguir de modo programático noutros instrumentos municipais, quando aplicável: ODS 2, 9, 17.
- Objetivos extra PMA, a seguir de modo programático noutros instrumentos municipais, quando aplicável: ODS 1, 3, 4, 5, 8, 10, 16.

### CAPÍTULO 3. METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

Na literatura há várias propostas metodológicas para o desenvolvimento de planos municipais de ambiente, com maiores ou menores integração de aspetos sociais e económicos, de participação das partes interessadas, aprofundamento do Sistema de Gestão Ambiental que daí possa derivar e finalmente com processos de monitorização, verificação e ações corretivas com maior ou menor complexidade.

Os instrumentos municipais mais relacionados com o assunto – PEA MVFX e AAE PDM VFX – foram já referenciados neste trabalho e constituem uma base documental objetiva para a elaboração de algumas das fases da metodologia proposta.

O Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) desenvolveu em 2010 (ICS, 2010) um relatório com base num inquérito dirigido aos Presidentes das Juntas de Freguesia de Lisboa sobre Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa, que constitui também um exemplo para uma possível abordagem, que é recuperado parcialmente no inquérito aos autarcas (Anexo 3). Os dados recolhidos pelo ICS são apenas indicadores de um caminho mas não contribuem para a compreensão do panorama das Uniões de Freguesia e das Juntas de Freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira devido às muitas diferenças, por demais evidentes, em relação às J.F. de Lisboa.

O Município de Lousã, no âmbito da sua AL21, desenvolveu também um inquérito à comunidade onde baseou parte da sua A21Local (CM Lousã, s.d.).

O Município de Alfândega da Fé desenvolveu um Plano Municipal de Ambiente em 2015 por intermédio do seu Departamento de Urbanismo (CM Alfândega da Fé, 2015). Outros Municípios apresentam experiências do género como é o caso de: Aveiro (CM Aveiro, 2006); Barreiro (FCT,

2008), Lousada (CM Lousada, 2015); S. Pedro de Moel (CM S. Pedro de Moel, 2014), Torres Novas (CM Torres Novas, 2007); Vila Pouca de Aguiar (CM V.P.Aguiar, 2014) . Um exemplo de particular complexidade nesse aspeto é o Município de Sintra com um Plano Municipal de Ambiente em quatro volumes.

Há também algumas referências internacionais que podem ser citadas, como um Guia para Planos Ambientais Municipais, que vai buscar com as devidas adaptações as metodologias para a construção dos sistemas de gestão ambiental (Godecke&Maurício, 2015).

Neste caso, preocupa-nos, essencialmente, o desenvolvimento de um trabalho que possa ser compreendido pelo maior número possível indivíduos das partes interessadas mais relevantes para a sua implementação e cujas medidas ou recomendações possam ser aplicadas com eficácia e simplicidade na prática, visando melhorar o desempenho ambiental do MVFX de uma forma continua.

A estrutura aqui preconizada para a elaboração do Plano Municipal de Ambiente apresenta-se na figura 3.1 seguinte.

O presente estudo termina na fase de Planeamento, entendendo-se que as fases seguintes – Implementação e Operação, Verificação e Ação Corretiva, Revisão pela Direção/Executivo – deverão ser desenvolvidas de um modo interno fortemente relacionado com os procedimentos ao nível dos serviços, o que ultrapassa o âmbito deste estudo.



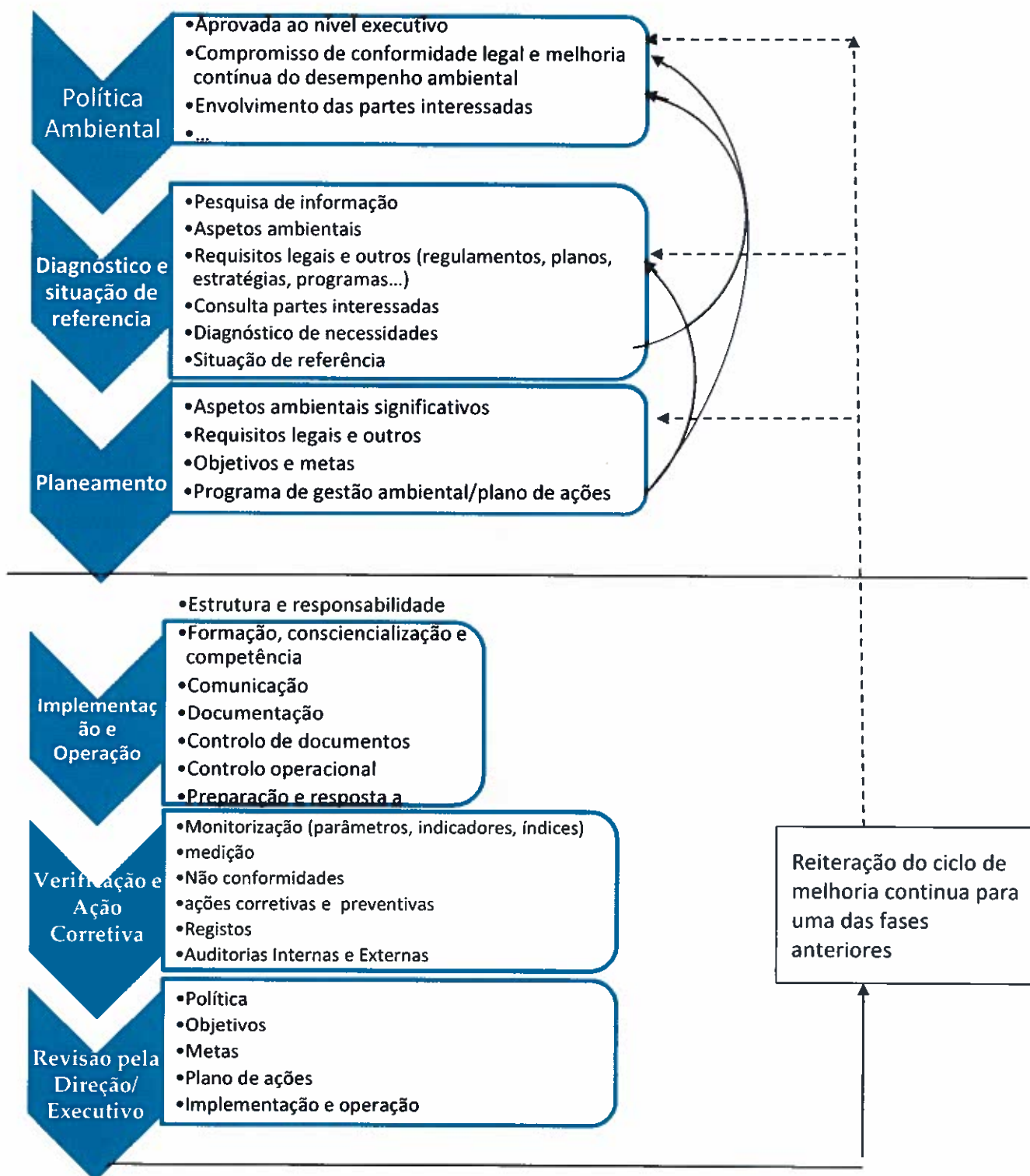


Figura 3.1 - Representação de um Ciclo de Melhoria Contínua num Sistema de Gestão Ambiental.

A seguir, ilustra-se o modo como as tarefas projetadas se deverão desenvolver para se integrarem como a construção das três primeiras etapas do PMA: Política Ambiental, Diagnóstico e Situação de Referência e Planeamento (figura 3.2).

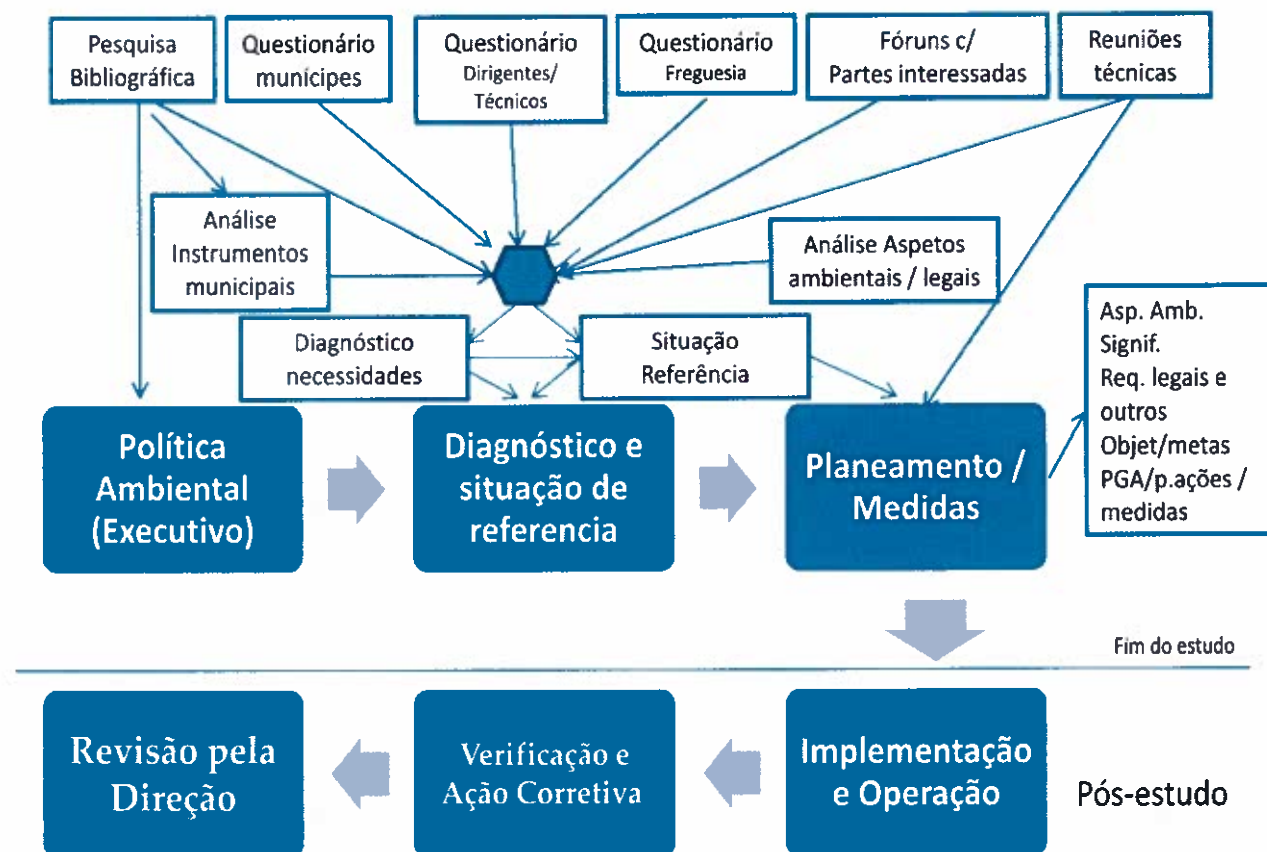


Figura 3.2 - Tarefas projetadas para o PMA

A política ambiental apresenta-se na seção a seguir, tendo sido construída e validada em conjugação com os serviços competentes da CMVFX.

## CAPÍTULO 4. POLÍTICA DE AMBIENTE DO MUNICÍPIO

### A POLÍTICA DE AMBIENTE DO MUNICÍPIO E O PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

A Política de Ambiente do Município (PAMB) deverá ser a base do Plano Municipal de Ambiente, pelo que, depois de aprovada, após as fases de diagnóstico e situação de referência deverão estabelecer-se, para toda a organização, por setor, produto, serviço um conjunto de medidas que visem o cumprimento do PMA, onde cada medida deverá contribuir, de uma forma mensurável e verificável para, pelo menos, um dos objetivos estabelecidos.

Da documentação consultada para este trabalho e das reuniões de trabalho e consulta aos técnicos municipais ficou demonstrada a ausência prévia de uma declaração de Política de Ambiente do Município (PAMB) para o Município de Vila Franca de Xira, formalmente aprovada ao nível do Executivo Municipal.

A Política de Ambiente do Município é uma Declaração do Município em relação às suas intenções e princípios em relação com o seu desempenho ambiental global e que fornece um enquadramento das ações e o estabelecimento dos objetivos e metas para o Plano de Gestão Ambiental.

Por definição, a Política de Ambiente de uma instituição municipal deve:

- Ser o fundamento de todo o Plano Municipal de Ambiente;
- Ser aprovada ao mais alto nível de decisão;
- Ser aplicável a toda a organização;
- Ser extensível às relações com as partes interessadas;
- Garantir a integração com outros requisitos de gestão;
- Suportar a proteção ambiental e a prevenção da poluição;
- Fomentar o compromisso de conformidade legal e melhoria contínua;
- Garantir que os requisitos especificados podem ser objetivamente auditados;
- Promover a referência a uma norma ou sistema de requisitos de sustentabilidade/qualidade ambiental/responsabilidade no que diz respeito ao Plano Municipal de Ambiente;
- Encorajar o uso das melhores tecnologias disponíveis, quando economicamente viável.

Como referencial para a política (PAMB) e plano municipal de ambiente (PMA) do Município de Vila Franca de Xira (MFVX) foram escolhidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A escolha deste referencial teve como argumentos o fato de ser um conjunto de objetivos definidos a nível global, de forma recente e ter vindo substituir o anterior referencial da Agenda 21 Local, usual para os PMA e para o MVFX.

A proposta de Política Ambiental para o MFVX deverá contemplar os princípios básicos da elaboração deste tipo de instrumentos:

- Compromisso de cumprimento dos requisitos legais e de conformidade legal
- Compromisso de melhoria contínua de desempenho ambiental
- Extensibilidade a toda a organização

- Encorajamento da aplicação das melhores práticas e tecnologias
- Tem como referencial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Preconiza Objetivos e Metas Ambientais
- Garante critérios de auditoria verificáveis
- Obrigatoriedade de envolver, comunicar e transmitir os compromissos às partes interessadas

Define-se, em colaboração com os serviços municipais, na proposta de Política de Ambiente do Município, a Missão, a Visão e os Objetivos do Plano Municipal de Ambiente para o MVFX no período de referência deste estudo.

#### POLÍTICA DE AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Este documento consubstancia uma proposta de Política de Ambiente para o Município de Vila Franca de Xira (PAMB VFX).

A Política de Ambiente é uma declaração da organização acerca das suas intenções e princípios em relação com o seu desempenho ambiental global e que fornece um enquadramento das ações e o estabelecimento dos objetivos e metas para o Plano de Gestão Ambiental.

É composta pela **Missão, Visão e Objetivos**.

#### MISSÃO DO MVFX

O Município de Vila Franca de Xira tem como missão a prossecução do interesse público dos cidadãos, efetuando uma interligação entre as distintas áreas de atuação e de garantir a qualidade de vida, o ecocrescimento e o desenvolvimento sustentável do Concelho.

#### VISÃO PARA O MVFX

O nosso planeta enfrenta desafios económicos, sociais e ambientais que são conhecidos, na sua maior parte, mas, por vezes de resposta difícil.

Alguns destes desafios foram já reconhecidos no Concelho, nomeadamente a necessidade de contenção da dispersão urbana, estímulo ao investimento qualificado turístico e industrial e alguns riscos que se prendem sobretudo com a salubridade do Concelho no curto prazo, as questões de gestão e eficiência energética, vulnerabilidade inundações e aos riscos geotécnicos. A considerar ainda o potencial de desenvolvimento da frente ribeirinha e dos espaços de elevada sensibilidade ambiental visando a sua integração harmoniosa no território e nas atividades económicas, garantindo simultaneamente a conservação dos valores naturais que fundamentam a sua classificação.

Para os enfrentar a um nível global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Assembleia das Nações Unidas em agosto de 2015 definem as prioridades e aspirações globais para 2030 e podem ajudar a nortear no curto e médio prazo a atuação do Município.

O Município de Vila Franca de Xira assume, na parte das suas atribuições e competências e escala territorial de influência e atuação, integrar na sua estratégia de desenvolvimento e no seu Plano

Municipal de Ambiente os ODS, preconizando que eles representam uma oportunidade sem precedentes para o Município contribuir para eliminar a pobreza extrema e colocar o mundo numa trajetória sustentável.

#### OBJETIVOS DA POLÍTICA DE AMBIENTE DO MVFX

Foram definidos 4 Objetivos da Política de Ambiente (OPA) para o MVFX. No Objetivo 2 integram-se os ODS relevantes para a Política e o Plano Municipal de Ambiente.

**Objetivo 1 (O1)** – Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão do Ambiente, quando economicamente viável, em consonância com o Plano Municipal de Ambiente (PMA) aprovado ao nível da Câmara Municipal.

**Objetivo 2 (O2)** - Estabelecer e implementar as ações necessárias para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as respetivas 169 metas contempladas na Agenda 2030 das Nações Unidas, naquilo que for aplicável à escala e âmbito de atividades do Município e dos seus serviços e ao Plano Municipal de Ambiente do Município de VFX, garantir a conformidade legal e a conformidade com os compromissos externos assumidos e outros Regulamentos Municipais, promover a melhoria contínua e a prevenção e controlo de poluição e, ainda a prestação de um serviço público de elevada qualidade, fazer auditar regularmente o cumprimento dos objetivos da Política Ambiental e do Plano Municipal de Ambiente, tornando o Município de Vila Franca de Xira numa entidade de referência na gestão ambiental municipal.

Os ODS mais importantes para efeitos do Plano Municipal de Ambiente são:

**ODS 6. Água limpa e saneamento...**Assegurar a disponibilidade e uma gestão sustentável da água e saneamento para todos.

**ODS 7. Energia renovável e a preços acessíveis...**Assegurar o acesso a energia a preços acessíveis, fiável, sustentável e moderna para todos.

**ODS 11. Cidades e comunidades sustentáveis...**Tornar as cidades e povoamentos humanos inclusivos, seguros, sólidos e sustentáveis.

**ODS 12. Utilização responsável de recursos...**Assegurar um consumo e padrões de produção sustentáveis.

**ODS 13. Ações no âmbito do clima...**Implementar ações urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

**ODS 14. Oceanos sustentáveis...**Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, lagos e recursos marinhos no sentido de um desenvolvimento sustentável.

**ODS 15. Utilização sustentável da terra...** Proteger, restaurar e promover uma utilização sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação e parar e reverter a degradação da terra e interromper a perda de diversidade.



**Objetivo 3 (O3).** Melhorar e monitorizar continuamente os processos, procedimentos e práticas de trabalho, bem como a formação e sensibilização dos/as seus/suas trabalhadores/as, por forma a garantir o melhor desempenho das suas funções e obrigações individuais e coletivas, para desenvolverem as suas competências e para garantir satisfação das suas necessidades e expectativas e, ainda, eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspetos ambientais significativos e o cumprimento dos objetivos do PMAVFX, de forma extensível às relações com as partes interessadas.

**Objetivo 4 (O4).** Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas, sobre assuntos associados à atividade do MVFX e do PMAVFX e promover parcerias visando a educação ambiental para a sustentabilidade, de acordo com o ODS17.

## CAPÍTULO 5. DIAGNÓSTICO E SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Para o estabelecimento do diagnóstico e situação de referência recorreremos, principalmente, aos elementos documentais já elaborados nos estudos mais recentes do MVFX e de outras fontes (PEA VFX, AAEPDM VFX, PDES VFX, PMS VFX, PORDATA) assumindo alguns pressupostos:

1. A caracterização da situação ambiental e territorial no Concelho evolui lentamente, pelo que os estudos mais recentes sobre a matéria (PEA<sup>5</sup>, AAEPDM<sup>6</sup>) continuam válidos. No que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
2. A caracterização socioeconómica está de acordo com os dados do PDES VFX e PMS VFX para efeitos de elaboração do Plano Municipal de Ambiente; No que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
3. Os resultados dos inquéritos e informação conexa são suficientemente representativos para indiciar as principais necessidades e problemas do Concelho;
4. A Política de Ambiente, os ODS<sup>7</sup> e o quadro de recursos ambientais do Concelho serão os principais referenciais a usar para a determinação de aspetos ambientais significativos

### DIAGNÓSTICO SUMÁRIO

O diagnóstico sumário apresentado nesta seção e os respetivos dados fazem referência aos anexos 4, 5, 7 e 8 onde se apresentam completos e devidamente referenciados. Neste âmbito, este sumário relativo aos aspetos socioeconómicos e ambientais surge como breve apoio à compreensão das fases seguintes do documento e não dispensam a consulta aos anexos citados.

<sup>5</sup> Plano Estratégico de Ambiente do Município de Vila Franca de Xira.

<sup>6</sup> Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>7</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**Enquadramento territorial**

O Concelho de VFX, um dos 18 da Área Metropolitana de Lisboa, apresenta uma extensão total de 317,7 Km<sup>2</sup> e ocupa o equivalente a cerca de 11% do total da AML e de 23% da NUTS III (2002) da Grande Lisboa. Confina, a norte, com os Concelhos de Azambuja e Alenquer, a nascente, com Benavente, a poente com os de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Loures e, finalmente, a sul também com o Concelho de Loures. Após a reorganização administrativa do território, de acordo com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, passou de onze para seis freguesias, a saber: UF Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz; UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho; UF Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; UF Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; Freguesia de Vialonga; Freguesia de Vila Franca de Xira.

Este território é dividido pelo rio Tejo em três áreas de características distintas:

- Zona oriental - planícies, lezírias e mouchões, pouco povoada, na qual predomina a exploração agrícola e a criação de gado;
- Zona ocidental – litoral, onde predominam as principais indústrias e os maiores núcleos urbanos;
- Área interior - rural, com especial predominância da pequena propriedade.

Verificou-se nos últimos anos o aumento da dispersão urbana sobre áreas agrícolas e a consolidação e compactação das áreas urbanas e preenchimento dos vazios urbanos, associado à dinâmica das acessibilidades rodoviárias.

**Demografia**

Relevante para o ODS 3

Crescimento populacional no Concelho, com densidade populacional ainda inferior à AML e Grande Lisboa. Densidade populacional média de 442 habitantes por Km<sup>2</sup>, num total de 140 614 residentes (INE, 2016)

Tendência de envelhecimento estabilizada mas será de assinalar o aumento do índice de dependência de jovens e idosos.

O valor apurado da Esperança Média de Vida (EMV) para a AML era de 80,5 anos e tem vindo, na última década, a aumentar ligeiramente, tal como acontece com a esperança de vida aos 65 anos. (CMVFX, 2017). Há indícios a nível nacional que essa tendência poderá inverter-se devido ao sedentarismo, maus hábitos alimentares e fatores ambientais.

**Saúde**

Relevante para os ODS 3, 5, 11.

No Concelho as três principais causas de morte foram, em 2015, as doenças do aparelho circulatório (32,3%), os tumores malignos (27,4%) e doenças do aparelho respiratório (9,6%), não apresentando uma mortalidade proporcional muito diferenciada face à AML

O concelho de Vila Franca de Xira pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde do Estuário do Tejo, conjuntamente com os Municípios de Arruda dos Vinhos, Alenquer, Azambuja e Benavente. Inseridos no ACES do Estuário do Tejo, na área do concelho encontram-se: 3 Centros de Saúde e 10 Unidades de Saúde, das quais 6 são Unidades de Cuidados de Saúde personalizados e 4 Unidades de Saúde Familiar abrangendo uma área geográfica de 1 482,68 Km<sup>2</sup>. Esta área contava, de acordo com os dados dos Censos 2011, com uma população residente de 244 377 indivíduos.

**Educação**

Relevante para os ODS 1, 3 e 11

No ano letivo 2014/2015 registaram-se no concelho de Vila Franca de Xira 83 estabelecimentos de ensino: 52 de natureza pública e 31 de natureza privada. Ao nível da rede pública no ano letivo 2016/2017, dispunha de 9 Agrupamentos de Escolas, que integravam 52 estabelecimentos escolares a ministrar todos os níveis de educação/ensino.

No Concelho, relativamente à escolaridade da população residente em 2011, o nível mais representativo da população era o ensino básico (50,36%), seguido do secundário (22,55%) e do ensino superior (15,23%). Este último registou um aumento de 4,46% em relação a 2001



(CMVFX, 2015). A taxa de analfabetismo em 2011, foi de 3,1%, tendo decrescido 2,3% face a 2001

#### Habitação

Relevante para os ODS  
1, 3, 4 e 5

Aumento da densidade habitacional em particular de alojamentos familiares clássicos, representando uma taxa de cobertura de 163%, e com 29% a necessitarem de algum nível de reparações.

Relativamente ao regime de ocupação, em 2011, 73% dos alojamentos clássicos de residência habitual, eram dos proprietários ou coproprietários, sendo que 21% dos alojamentos clássicos de residência habitual eram dos arrendatários ou subarrendatários (CMVFX, 2015).

Em 2014 existiam 44 áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) em diversas fases de regularização.

Os territórios de intervenção prioritária considerados no PDS 2015-2020 (CMVFX, 2015) foram os bairros localizados nas seguintes freguesias:

- União de Freguesias Castanheira e Cachoeiras - Bairro Social da Castanheira;
- União de Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa - Bairro Social da Quinta da Piedade;
- Freguesia de Vialonga - Bairro Social de Olival de Fora e Bairro Social Nascente do Cabo;
- Freguesia de Vila Franca de Xira - Bairro Social de Povos.

#### Economia

(todos os setores)

Relevante para os ODS  
2, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13,  
15

População ativa (65,17%) concentrava-se no setor terciário, seguida do secundário (20,4%) e primário (0,6%), segundo dados de 2011. Em 2011 o principal meio de vida da população provinha do trabalho (57,87%).

Em 2011 identificaram-se 11 690 empresas sedeadas e 12 208 estabelecimentos (96,7% possuem a sede da empresa localizada no Concelho). O volume de negócios (VN) por empresa sedeadas, em 2011 foi na ordem dos 325,2 milhares de €. As atividades administrativas e os serviços de apoio apresentavam em 2011 mais pessoas ao serviço com 20,4%. A indústria transformadora era a 2ª com mais pessoal, apresentando grande capacidade empregadora (CMVFX, 2015).

Entre as explorações agropecuárias mais relevantes o Concelho beneficia da Companhia das Lezírias, na margem sul do estuário do Tejo, das explorações nos mouchões de Alhandra e do Lombo do Tejo, dos terrenos agrícolas de elevada qualidade na Castanheira e um pouco por aproveitamentos dispersos de autossustentência em hortas urbanas, formais ou informais.

Entre as indústrias mais relevantes no Concelho encontram-se as OGMA, os Adubos de Portugal e algumas indústrias de metalomecânica e transformadoras em Alverca, Industrias do setor químico e alimentar na Póvoa de Santa Iria, cimentos e processamento de óleos alimentares e biocombustíveis em Alhandra, indústria farmacêutica na Castanheira e uma grande variedade de outras empresas concentradas principalmente ao longo das principais vias de comunicação.

No setor terciário há também uma oferta muito apreciável quer de empresas em funcionamento ao longo de todo o Concelho e de capacidade de instalação, nomeadamente, na Plataforma Logística da Castanheira do Ribatejo.

#### Ordenamento do Território

Relevante para os ODS

Diferenciação geográfica e orográfica pronunciada entre a margem esquerda e a margem direita do estuário do Tejo e entre o norte e o sul do Concelho. Margem esquerda com terrenos de relevo vigoroso, declives acentuados e margens suaves, com forte concentração da população, vias de comunicação e das atividades produtivas nos setores secundário e

11, 13, 15

terciário. Planícies de aluvião na margem esquerda com muito baixa densidade populacional e atividades produtivas no setor primário ou relacionadas, principalmente agropecuária.

A pronunciada orografia na margem norte, diferentes orientações de exposição solar criadas pelo relevo, diferenças na biodiversidade, nos cobertos vegetais e nos aproveitamentos agroflorestais ou atividades humanas que aí se podem instalar, cria também oportunidades para a implantação de miradouros e parques de lazer aproveitando a riqueza da paisagem do estuário do Tejo, espaços privilegiados de lazer e atividade turística de que o Concelho carece fortemente, onde em dias claros se pode ver até Palmela.

Existem no território vários terrenos industriais ativos ou abandonados com passivos ambientais relevantes que interessa resolver, na sua maior parte concentrados em torno na EN10.

A concentração de ocupação e atividades produtivas bem como de vias de comunicação na margem norte do estuário do Tejo e nos leitos de cheia de rios e ribeiras (com regime torrencial) cria situações de vulnerabilidade climática para as comunidades, pessoas e bens em caso de eventos climáticos extremos: pluviosidade excessiva, cheias, incluindo cheias rápidas, sobrelevação do nível do mar.

Um acidente com o rompimento de um dique no Mouchão da Póvoa (abril de 2016) levou à inundaçãõ de 90% dessa ilha no estuário do Tejo, com perda equivalente de terrenos disponíveis para atividade agropecuária e conservação da natureza, ainda continua por resolver.

Em termos de conservação da natureza, o território do Concelho beneficia da presença da Reserva Natural do Estuário do Tejo (RNET). É composta por cerca de dois terços de águas estuarinas e abrange território pertencente aos Concelhos de Alcochete, Benavente e Vila Franca de Xira. Beneficia também de uma generosa frente ribeirinha, com elevado potencial de aproveitamento para equipamentos e atividades de lazer e elevado potencial de renaturalização e de conservação da natureza.

Há também algumas urbanizações, espaços industriais e de logística devolutos que carecem de requalificação e um grande potencial de regeneração urbana com a futura requalificação do espaço da antiga escola da Marinha, em Vila Franca de Xira.

Os riscos climáticos indiciam que deverão ser tomadas medidas para a redução das comunidades quer às ondas de calor, quer às cheias repentinas ou inundações, quer às pragas e doenças a vetores que o Concelho se encontra sujeito, embora com forte diferenciação geográfica.

O Concelho dispõe também de manchas florestais apreciáveis, pelo que o risco de incêndios agroflorestais está bastante presente.

Hidrologia e recursos  
hídricos

Relevante para os ODS  
2, 3, 6

No Concelho de Vila Franca de Xira, com uma frente ribeirinha de cerca de 22 km na margem direita e 32 km na margem esquerda, o Rio Tejo é o principal curso de água não só pela sua dimensão (300 km<sup>2</sup>) como, também, pela sua importância ecológica, com a planície aluvial a ocupar a margem esquerda enquanto na direita se desenvolvem várias linhas de água. A água do estuário do Tejo é constituída 99% por água salgada, razão pela qual funcionaram historicamente salinas nas duas margens, bem como atividades de pesca, devido à riqueza das suas águas. Essa característica de salinidade limita também, severamente, o potencial de aproveitamento da água do estuário para rega, reserva de água para incêndios e outros usos de consumo, sem tratamentos dispendiosos (p.e. dessalinização).

A enorme amplitude do estuário do Tejo tornam-no propício para as atividades náuticas de recreio, pesca ou navegação comercial, havendo numa margem e noutra infraestruturas

portuárias relevantes, com destaque para o Porto de Lisboa.

As linhas de água que atravessam a zona ribeirinha do estuário do Tejo (margem direita) apresentam a particularidade de terem cabeceiras em zonas relativamente elevadas, rondando os 300 m, e desenvolvem-se de seguida em zonas declivosas até iniciarem uma série de atravessamentos de infraestruturas viárias. A primeira é a A1, à qual se segue a N10 e depois a via férrea. Na margem esquerda do rio Tejo destaca-se o Rio Sorraia. Nessa margem, a planície aluvial com fracos declives, evidencia uma insuficiente capacidade de drenagem, sendo frequente em períodos de forte pluviosidade, a ocorrência de inundações. As valas apresentam, por vezes, dupla função, nomeadamente de enxugo e rega.

Na zona mais interior do Concelho, correspondente aos troços iniciais das linhas de água afluentes à margem direita do Rio Tejo, os leitos apresentam-se declivosos e encaixados, induzindo velocidades elevadas, capazes de originar o arrastamento de materiais grosseiros, provocando danos ao longo do seu percurso, indo-se depositar em zonas de menores velocidades. Estes leitos passam a apresentar um perfil plano para jusante do atravessamento da AE, tendo ocorrido situações de inundação devido não só à subida do nível da água do Rio Tejo, mas principalmente pelas águas provenientes do interior do Concelho, pela dificuldade na sua drenagem em zonas baixas (APA, 2012).

A canalização das linhas de água existentes na zona urbana constitui um forte estrangulamento ao escoamento das águas. Na figura A8.4 (anexo 8) encontra-se uma tabela com a listagem da situação de artificialização dos principais cursos de água. A artificialização das linhas de água pode funcionar como um entrave à sua valorização através a renaturalização e potenciação do respetivo capital natural para atividades económicas e sociais como o ecoturismo, pedestrianismo e outras.

A CMVFX tem realizado nos últimos 10 anos um conjunto de investimentos nos rios e ribeiras do Concelho, com destaque para o Rio Crós-Cos e Rio Grande da Pipa.

A proteger as terras da Lezíria Grande contra as cheias encontra-se um dique que merece destaque pela sua dimensão, de cerca de 60 km.,.

O Concelho é relativamente rico em recursos hídricos, havendo muitos locais onde os níveis freáticos são altos, surgindo à superfície.

Sobre a qualidade da água superficial no rio Tejo (parâmetros CBO5, azoto amoniacal, nitratos e pH) classificam-se como “Bom estado”. Os dados apontam a qualidade deficiente da água subterrânea, com massas de água na bacia do Tejo-Sado com a classificação A2 ou pior que A3, devido à contaminação por azoto amoniacal e nitratos (provenientes da agricultura, na maior parte dos casos) e também por cloretos e fluoretos, eventualmente provenientes da intrusão salina.

Em termos de poluição dos recursos hídricos superficiais do Concelho temos as fontes difusas e as fontes pontuais. As fontes difusas estão normalmente associadas a atividade agropecuária, com as escorrências dos terrenos recentemente tratados ou de zonas florestais recentemente ardidas, às escorrências das estradas e autoestradas, à transferência de poluição atmosférica para os solos ou água pela ação da chuva ou da deposição de poeiras em suspensão ou aerossóis. As fontes pontuais têm sido praticamente todas resolvidas com a interceção dos esgotos domésticos, industriais e pluviais para as ETAR do Concelho (ETAR de Vila Franca de Xira e ETAR de Alverca-Verdelha).

A taxa de cobertura no abastecimento de água é de 98,9% e com 99,10% de cobertura no saneamento, havendo já uma escassa oportunidade de melhoria nesse aspeto.

## Resíduos

A gestão de Resíduos Urbanos (RU) efetuada pelo MVFX compreende a recolha de RU

Relevante para os ODS  
3, 11, 14

domésticos, nomeadamente resíduos indiferenciados e seletivos (papel/cartão; plástico/metall e vidro), e correto encaminhamento para o sistema em alta, no presente caso para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) e Centro de Triagem e Ecocentro do Lumiar (CTE).

Paralelamente, é efetuada a recolha de monos, madeiras, resíduos de construção e demolição (RCD), resíduos elétricos e eletrónicos (REEE), resíduos verdes e pneus que se encontrem junto aos equipamentos de deposição de resíduos. Todavia, estes últimos estão a ser encaminhados para eliminação, concretamente, para o Aterro Sanitário do Mato da Cruz (ASMC).

A capitação RU é de 377,6 kg/hab.ano e são enviados para reciclagem 31 kg/hab.ano.. O total de RU do Município enviados para Valorsul em 2018 foi de 53 398 ton.,

Novos objetivos/metast da União Europeia (PERSU2030) vêm a trazer mais exigências ao setor, nomeadamente em:

- Aumento do objetivo de preparação para reutilização para 60% no ano de 2030 e para 65% para o ano de 2035;
- Aumento da qualidade e quantidade de todas as frações que são objeto de recolha seletiva;
- Obrigatoriedade de recolha de resíduos biodegradáveis a partir do ano 2023;
- Limitar o encaminhamento dos resíduos para aterro a 10% para o ano 2030;
- Limitar a valorização energética de resíduos aos não recicláveis;
- Reforço da Responsabilidade Alargada do Produtor; (Novas licenças).
- Criar sistemas próprios para frações dos têxteis e de pequenos quantitativos perigosos (em 2025);
- Recomendar sistemas de tarifas mais adequados aos comportamentos dos cidadãos;
- Nova metodologia de cálculo para Preparação para a Reutilização e Reciclagem;
- Descontinuação dos TMB – Tratamento Mecânico Biológico.

Qualidade do ar  
Relevante para os ODS  
3, 11, 13

No Concelho de VFX apenas existe apenas uma estação da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA), localizada em Alverca, do tipo Urbana/de Fundo. Nessa estação são medidos os valores de fundo de NO<sub>2</sub>, PM<sub>10</sub>, SO<sub>2</sub> e O<sub>3</sub>. Relativamente aos poluentes medidos na estação de Alverca pertencente à RMQA, não se verificaram situações de incumprimento em relação aos limites legais.

A Rede de Medição de Partículas em Suspensão – Alhandra implementada na década de 90 do século XX, com vista a complementar a medição das partículas PM10 na Vila de Alhandra. Os resultados das medições constam da página da internet do Município<sup>8</sup> e não têm revelado, em relação ao ano 2018, situações graves nem excedências significativas em relação a esse parâmetro, sendo na estação no Centro Náutico da Cimpôr onde, em regra, elas se manifestam.

O acidente com a bactéria legionella em outubro de 2017 afetou mais de 300 pessoas e causou 11 fatalidades e outras situações relacionadas com emissões industriais provenientes do Concelho e da península de Setúbal evidenciam a gravidade que os riscos industriais podem assumir.

<sup>8</sup> URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/343> [consultado em 17/03/2019]

## Energia

Relevante para o ODS  
7, 11, 13

O Concelho de VFX carece de uma matriz energética pelo que os dados relativos à energia são gerais e com pouco detalhe. Na RLVT-Região de Lisboa e Vale do Tejo sobressaem no consumo de energia elétrica o uso doméstico, não-doméstico (comércio e serviços) e industrial, registando-se na AML um consumo elevado de eletricidade na iluminação interior de edifícios do Estado, podendo ser esta uma área-aposta na redução de custos.

No MVFX a maior parte da fatura energética está associada à iluminação pública (IP), com perto de 2,2 milhões de euros/ano na dotação orçamental, representando a iluminação interior, climatização e máquinas de edifícios e equipamentos coletivos públicos também um peso importante, com perto de 1 milhão de euros/ano na dotação orçamental. Somam-se ainda os combustíveis rodoviários e outros para a frota municipal e dos serviços municipalizados e respetivos equipamentos (SMAS VFX), ultrapassando 1 milhão de euros (80%/20% aproximadamente para a CMVFX e para SMAS VFX) (CMVFX, 2018, SMASVFX, 2018)

Os SMAS VFX utilizam estruturas de produção fotovoltaica nos seus edifícios para a produção e injeção de energia elétrica para a rede cifrando-se o total do ano 2017 em 83 910 kWh, o que correspondeu a proventos no valor de 27 372 euros (SMASVFX, 2018). Segundo os SMAS VFX os consumos de energia elétrica em bombagem de água para reservatórios da rede pública de abastecimento totalizaram 1 643 903kWh em 2017 (SMASVFX, 2018).

Temos, assim, no MVFX um custo total anual de cerca de 4 milhões de euros em energia, para iluminação, equipamentos, calor e frio e transportes o que representa um potencial interessante de eficiência através da negociação tarifária, climatização passiva através da melhoria da envolvente opaca e transparente de edifícios, controlo da energia reativa, modernização de equipamentos e incentivo à autoprodução através de fontes de energia renováveis.

Há um potencial de economia de energia (na fatura e no consumo) com medidas passivas e ativas e na educação para o uso eficiente da energia.

O potencial de autoprodução por via solar e eólica tendo como base os edifícios de gestão municipal e nas quintas municipais é muito elevado. É também possível considerar o aproveitamento da diferença de alturas nos sistemas de abastecimento e saneamento para recuperação/produção de energia. São necessários estudos adicionais para avaliação da viabilidade dos aproveitamentos.

Em relação ao estado de conservação dos edifícios, no Concelho dos 16.984 edifícios recenseados em 2011, 71% não necessita de reparação, 18% carece de pequenas reparações, 7% de reparações médias, 2% de grandes reparações e 2% são considerados muito degradados. Face a 2001 observa-se que os edifícios com necessidade de reparação reduziram e os edifícios sem necessidade de reparação aumentaram (CMVFX, 2017).

A climatização nas habitações no Concelho é feita, predominantemente, através de sistemas não centrais, o que indicia o potencial de economia de energia pela introdução de medidas passivas e ativas na reabilitação energética, especialmente a proporcionada em trabalhos de grande reparação (valor >25% do imóvel) onde a legislação já obriga à instalação de energias renováveis.

## Mobilidade Sinistralidade Rodoviária

Relevante para os ODS  
3, 7, 11, 13,

e Taxa de 432,3 veículos ligeiros de passageiros por 1000 habitantes e 2/3 dos alojamentos familiares não possuem estacionamento / estacionamento ou garagem

Durante o ano de 2016 e relativamente a 2015, o Concelho de Vila Franca de Xira sofreu um aumento de acidentes com vítimas na ordem dos 8%. Nos valores referentes a feridos graves ocorreu uma diminuição, na ordem dos 4,5% Nos feridos leves ocorreu um acréscimo na



ordem de 10,5%. Nos acidentes com vítimas mortais há a considerar um decréscimo de 33,3% (Conselho Municipal de Segurança, 2017).

Na falta de dados mais pormenorizados e recentes para o Concelho, temos que para os movimentos pendulares verificou-se que em 2011, o peso das movimentações intraconcelhias (35,97%), juntamente com a população que entra no Concelho para trabalhar/estudar (10,44%) resulta num balanço positivo (46,41%), suplantando o peso da população que sai do Concelho para trabalhar/estudar (30,70%). Os principais movimentos intraconcelhios verificam-se, em 2011, fundamentalmente no interior da freguesia de residência quer para fins de trabalho quer de estudo. (CMVFX, 2015; CMVFX, 2017).

Relativamente à mobilidade, torna-se necessário confiar nos dados ao nível da AML. De acordo com os resultados provisórios do Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto (AMP) e de Lisboa (AML), realizado pelo INE em 2017, verifica-se o predomínio do automóvel nos dados sumariados a seguir:

- A população móvel representou, face ao total da população residente, 78,9% na AMP e 80,4% na AML;
- O número médio de deslocações/dia por pessoa móvel situou-se em 2,72 na AMP e 2,60 na AML;
- As deslocações efetuadas pelos residentes da AMP e AML duraram em média 21,8 minutos e 24,3 minutos, respetivamente;
- Deslocações intramunicipais representaram 71,0% na AMP e 65,4% na AML no total de deslocações com origem e destino na respetiva área metropolitana;
- O principal motivo das deslocações foi o trabalho (30,3% do total na AMP e 30,8% na AML);
- O automóvel foi o principal meio de transporte nas deslocações realizadas pelos residentes nas áreas metropolitanas, de forma mais marcante na AMP (67,6% das deslocações) do que na AML (58,9%), considerando todos os dias da semana em geral.

Este padrão de mobilidade conduz a níveis já elevados de dependência energética /carbónica, pelo que deverão ser potenciadas novas formas de mobilidade e reponderadas as opções de residência / trabalho / escola, na perspetiva de diminuição das distâncias percorridas (CCDR-LVT, 2017b).

Na AML, apenas o Município de Lisboa registou um número de deslocações de entrada superior ao número de residentes, 110 entradas por 100 habitantes. Com valores superiores a 70 entradas por 100 habitantes destacavam-se, ainda, os Municípios de Oeiras, Alcochete, Amadora, Palmela, Loures e Odivelas. Os Municípios de Mafra, Vila Franca de Xira, Setúbal e Sintra registavam um número inferior a 50 entradas por 100 habitantes (INE, 2018)

Na AML, Mafra (80,4%), Setúbal (79,9%), Vila Franca de Xira (74,9%) e Cascais (71,3%) registaram uma proporção de deslocações intramunicipais mais elevada e em Oeiras (54,4%), Alcochete (56,3%), Amadora (57,1%), Loures (58,1%) e Odivelas (58,6%) esta proporção foi menos expressiva. Destaca-se que 27% das deslocações entre Municípios da AML tinham Lisboa como o Município de destino (INE, 2018).

Sobressai, nos dados estatísticos, o transporte individual motorizado como principal meio de transporte (59,8%). Nos dias úteis, a representatividade do transporte individual motorizado era de 57,3%. No conjunto dos dias da semana, destacou-se o automóvel (ligeiro de passageiros) como principal meio de transporte nas deslocações, que foi a opção em 58,9% dos casos na AML. Nas deslocações nos dias úteis, o automóvel pesou 56,3% na AML (INE, 2018).

As deslocações principalmente por modos suaves (pedonal ou bicicleta) atingiram 23,5% na AML, percentagens semelhantes às que se obtêm quando se consideram apenas os dias úteis e particularmente expressivos entre as deslocações para compras (38,9% na AML) (INE, 2018).

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2030 (ENMAC2030), aprovada em julho 2019, vem aumentar a pressão para a implantação no terreno de vias cicláveis e para o estímulo à mobilidade em bicicleta, bem como para a redução drástica da sinistralidade de peões e ciclistas.

Na falta de dados mais pormenorizados e recentes para o Concelho, temos que para os movimentos pendulares verificou-se que em 2011, o peso das movimentações intraconcelhias (35,97%), juntamente com a população que entra no Concelho para trabalhar/estudar (10,44%) resulta num balanço positivo (46,41%), suplantando o peso da população que sai do Concelho para trabalhar/estudar (30,70%). Os principais movimentos intraconcelhios verificam-se, em 2011, fundamentalmente no interior da freguesia de residência quer para fins de trabalho quer de estudo. (CMVFX, 2015; CMVFX, 2017).

Esperam-se, ainda, melhorias no sistema, com o reforço de competências atribuído à Área Metropolitana de Lisboa no domínio do sistema de mobilidade, em termos de planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros. (CCDR-LVT, 2017) e também a recente medida de simplificação e alteração do sistema tarifário das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (passes mensais “Navegante” e “Andante” respetivamente, nas modalidades intramunicipal e intermunicipal).



## CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

A razão para a identificação das partes interessadas visa determinar as necessidades e expectativas relevantes destas partes de forma que se possa determinar quais destas necessidades e expectativas são obrigações de conformidade. Parte dos motivos para a elaboração de um PMA e para se montar e manter um SGA compreendem a tentativa de satisfazer as necessidades (declaradas ou implícitas) de suas partes interessadas:

*“4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas: A organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão ambiental; b) as necessidades e expectativas pertinentes (ou seja, requisitos) dessas partes interessadas; c) quais dessas necessidades e expectativas se tornam seus requisitos legais e outros requisitos.”*

Faz também parte da Política Ambiental de uma entidade, que a mesma deve ser extensível às relações com as partes interessadas, portanto, o próprio Plano Municipal de Ambiente no qual a mesma assenta também o deverá ser.

Podemos dizer que as partes interessadas no desempenho ambiental do MVFX são, a priori, todos os munícipes, de uma forma geral e particularmente, todas as pessoas e entidades que de alguma forma interagem com os serviços do Município ou lidam com os seus efeitos.

A consulta às partes interessadas foi preparada, numa primeira fase, através do lançamento de questionários (vd. respetivos resultados no anexo 9) e para os seguintes grupos de destinatários:

- Questionário aos munícipes (para um mínimo 382 inquéritos)
- Questionário aos autarcas (para um mínimo 6 inquéritos, um por cada União de Freguesia)
- Questionário ao Dirigentes /Técnicos Municipais (não foi definido um número mínimo de inquéritos, entendendo-se que deverá abranger o maior número possível dos responsáveis por seções, divisões ou departamentos cuja atividade tenha alguma incidência ambiental significativa).

A limitação das amostras comprometeu os resultados pelo que os mesmos (anexo 9) devem ser indiciários, mas não determinantes das conclusões que deles se pode retirar.

Numa segunda fase, propõe-se a consulta a grupos de partes interessadas através de fóruns dedicados a temas específicos do PMA.

Um levantamento preliminar permite listar os seguintes públicos ou partes interessadas (Figura 5.1) que podem, numa lógica relacional, serem agrupados por grupos de interesse, em eventos com metodologias participativas adequadas.

A estruturação por grupos de interesse visa agrupar partes interessadas com tópicos em comum no que diz respeito à relação com o MFVX e o PMA para uma fase posterior de trabalho (Fóruns com as Partes Interessadas), visando determinar aspetos críticos e soluções em relação com a Governança do próprio PMAVFX.

Temos assim, na mesma lógica relacional, podem estruturar-se 5 grupos de interesse (Figura 5.1) visando responder a uma pergunta básica cada:

- i. **Como garantir que os requisitos da Política e do PMA cumprem os requisitos legais e regulamentares das tutelas?** - Governo, Reguladores/Fiscalizadores, Dirigentes Políticos, Técnicos e Dirigentes Municipais;
- ii. **Como comunicar os requisitos do PMA às partes interessadas?** Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais, Academia, Grupos de Pressão;
- iii. **Como transmitir os requisitos da política ambiental na cadeia de valor do MVFX, aos fornecedores e utentes?** - Fornecedores da CMVFX, Empresas com algum tipo de relação ou associações empresariais e comerciais, grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Dirigentes Municipais
- iv. **Como monitorizar e garantir a sustentabilidade do PMA no longo prazo?** - Universidades, Técnicos e Dirigentes Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais;
- v. **Como envolver o público na melhoria do desempenho ambiental do MVFX?** - Grupos de Pressão (ONGA, Associações de Consumidores, Plataformas Cívicas), cidadãos (líderes de opinião), grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Dirigentes Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais.

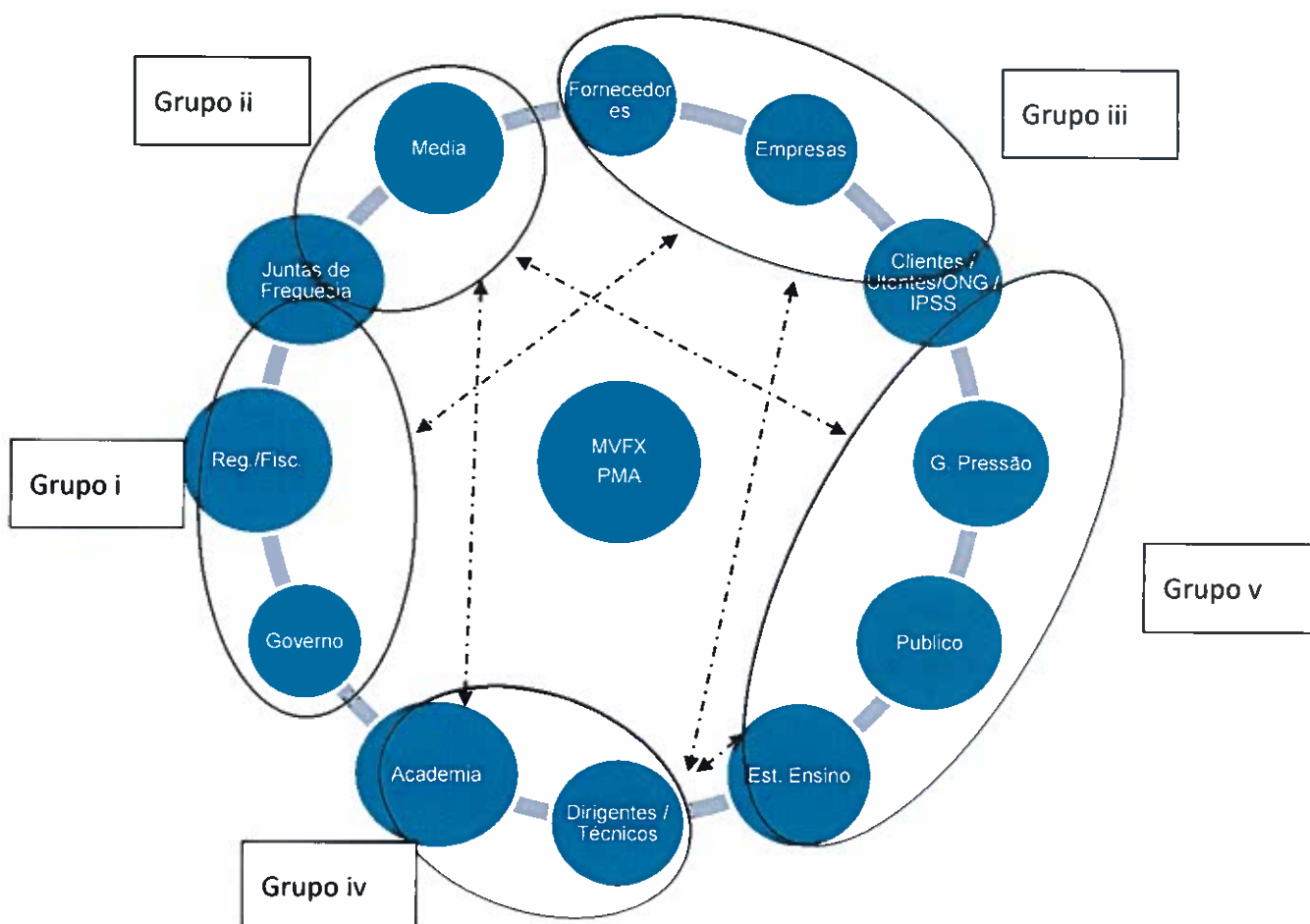


Figura 5.1 Partes interessadas para o PMA VFX e estruturação por grupos de interesse

#### ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS DO MVFX

No âmbito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi adaptado à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado. Esta legislação implica a adequação das estruturas orgânicas às suas regras e critérios, pelo organograma da Câmara Municipal, publicado no D.R. a 30/03/2020.<sup>9</sup>

O Regulamento n.º 11/2019 — Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira foi aprovado pela assembleia municipal na sua sessão ordinária de 2019/11/21, sob proposta da câmara municipal, aprovada na sua reunião ordinária de 2019/11/06, conforme consta do edital n.º 763/2019, datado de 2019/11/25, no D.R. N.º 242 17 de dezembro de 2019.

<sup>9</sup> Vd. URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/153> [consultado em 27/06/2020].

Os diversos departamentos, divisões e delegações municipais acomodam-se nalgumas dezenas de edifícios de propriedade municipal ou particular, sob contratos de arrendamento, espalhados pelas principais localidades do Concelho<sup>10</sup>.

Esta informação consta de forma mais detalhada no anexo 7.

## REQUISITOS LEGAIS E OUTROS

A legislação com incidência ambiental envolve mais de mil diplomas, com carácter geral ou setorial e tem as principais fontes no Direito Comunitário, na Assembleia da República, no Governo e na Administração direta e indireta do Estado e também nos regulamentos e normas aprovados ao nível municipal.

A legislação com incidência direta ou indireta no PMA VFX consta no anexo 10. A informação foi organizada de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Constituição da Republica Portuguesa
- b) Competências das autarquias locais
- c) Atividades económicas
- d) Metrologia
- e) Estabelecimentos Comerciais
- f) Alojamento Local
- g) Urbanismo e Planeamento Urbano
- h) Indústria
- i) Outras atividades
- j) Ruído
- k) Qualidade do Ar
- l) Resíduos
- m) Substâncias Perigosas
- n) Água
- o) Impacte Ambiental
- p) Proteção da Saúde /Ambiente
- q) Parques, Reservas e Áreas Protegidas
- r) Economia e Energia
- s) Geral

<sup>10</sup> Para mais informações: URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/90> [consultado em 27/06/2020].

Cada diploma foi classificado conforme a sua relevância para o MVFX e para o PMA:

Incidência no PMA	Descrição
S	Sim, incide diretamente
I	Sim, incide indiretamente
N	Não incide
R	Revogado

A análise da conformidade legal da atuação dos serviços do MVFX terá que ser posteriormente feita setor a setor e caso a caso, consoante a especificidade da atividade de cada setor. Os vários departamentos da CMVFX recorrem a apoio jurídico para análise das principais decisões de investimento ou despesa havendo posteriormente revisão pelo Tribunal de Contas. Contudo, essa abordagem casuística não dispensaria a análise da conformidade legal por setor, atividade e serviço, bem como a formação do pessoal e a definição de responsáveis pela verificação e manutenção da conformidade legal.

A exigência de conformidade legal, dados os procedimentos já existentes, é aqui assumida como cumprida, *a priori*, e com reserva de verificação posterior, sendo que não é possível, no âmbito deste estudo, fazer a análise da conformidade legal para todo o MVFX.

Ressalva-se que, face à evolução constante da legislação e à sua crescente diversidade e complexidade, é indispensável o reforço dos procedimentos preventivos e alargados de análise de conformidade legal dos diversos setores, atividades e serviços do MVFX.

Porque, em última análise à responsabilidade da conformidade legal das decisões e atuações do Município compete aos decisores políticos nos órgãos municipais.

## DIAGNÓSTICO DE NECESSIDADES

O diagnóstico de necessidades parte da definição dos objetivos da Política de Ambiente do MVFX e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para além da análise e integração dos objetivos já elencados no Plano Estratégico de Ambiente, na Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de VFX, eles próprios, no seu tempo, resultantes e beneficiários de processos que integraram o levantamento de necessidade na área do ambiente e de outros documentos de referência a diversos níveis, bem como na consulta à literatura disponível.

Conforme explicado na secção anterior a conformidade legal das atividades e serviços do MVFX é um objetivo primário, mas já assumido pelos processos internos de avaliação em curso no próprio Município.

O diagnóstico de necessidades foi estabelecido visando dar resposta a dois tipos de fatores de risco ou oportunidade: climáticos (FC) e não climáticos (FNC). Os diversos fatores a que o PMA VFX deverá dar resposta foram listados segundo a classificação de Ameaças futuras, Vulnerabilidades futuras, Oportunidades da situação ambiental atual, futura ou provocadas pelos principais eventos ou o seu risco (incluindo climáticos extremos).

Dada a relevância dos fenómenos climáticos no presente e futuro próximo foi utilizada na construção da tabela de fatores climáticos e não climáticos uma metodologia de base semelhante à designada por ADAM (Apoio à Decisão em Adaptação Municipal), dos estudos disponíveis para as estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas, com relevo para as realidades dos Municípios mais próximos ao do MVFX (figura 5.2). Aliando, contudo, uma vertente de inovação.

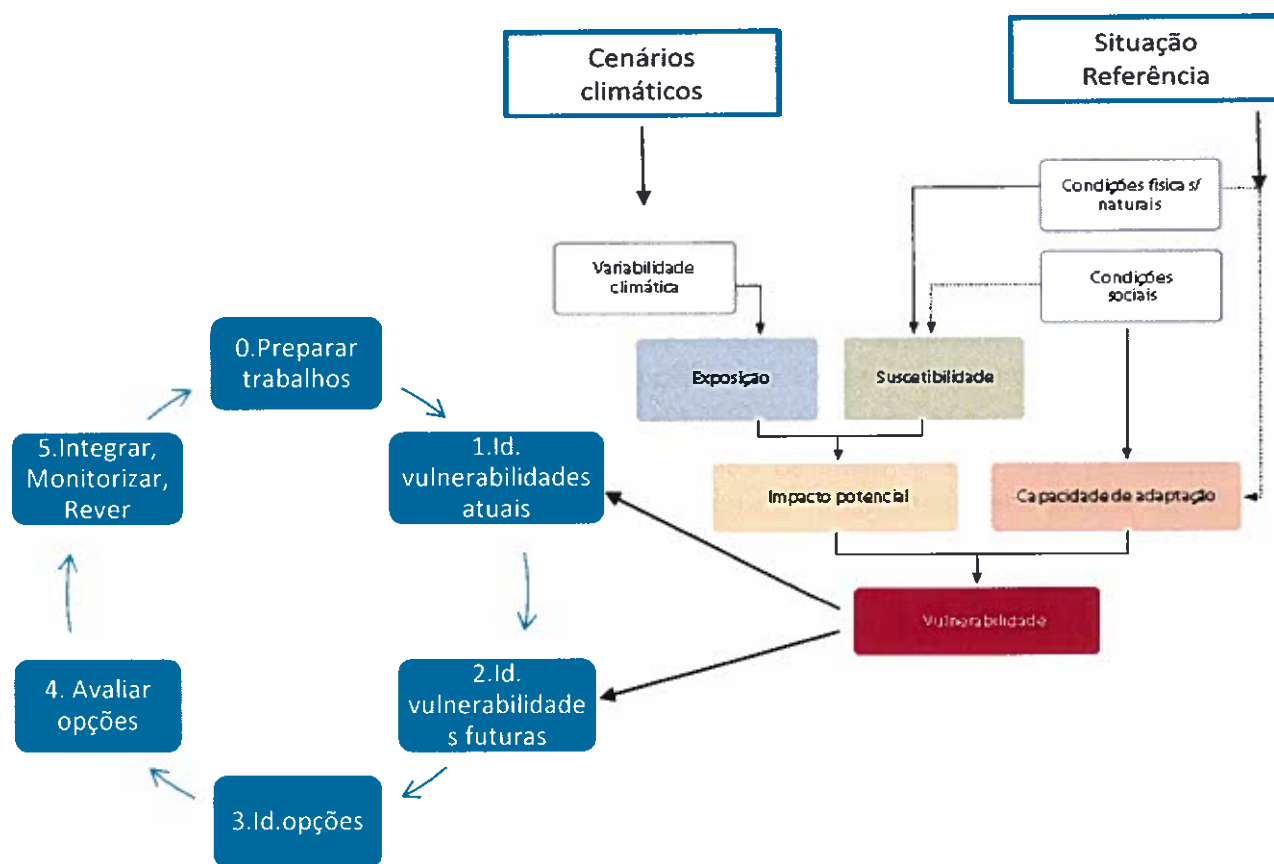


Figura 5.2 Esquema representativo da metodologia ADAM e das diferentes componentes de vulnerabilidade desenvolvidas no âmbito do projeto ClimAdaPT.Local

Fonte: CMLisboa, Fritzsche et al. 2014



Os cenários climáticos projetados para o período futuro apontam para o descrito no quadro seguinte (figura 5.3):

<b>Diminuição da precipitação média anual</b>	Média anual: Diminuição da precipitação média anual, sendo mais acentuada no final do séc. XXI e podendo variar entre 4% e 5% nesse período; Precipitação sazonal: nos meses de inverno não se verifica uma tendência clara (podendo variar entre -40% e +6%) projetando-se uma diminuição no resto do ano, que pode variar entre -9% e -66% na primavera e entre -6% e -50% no outono); Secas mais frequentes e intensas: diminuição do número de dias com precipitação entre 11 e 35 dias por ano. Aumento da frequência e intensidade das secas no sul da Europa IPCC, 2013]
<b>Aumento da temperatura média anual, em especial dos máximos</b>	Média anual e sazonal: subida da temperatura anual, entre 1°C e 4°C, no final do século. Aumento acentuado das temperaturas máximas no outono (entre 2°C e 5°C). Dias muito quentes: aumento do número de dias com temperaturas muito altas ( $\geq 30^{\circ}\text{C}$ ) e de noites tropicais com temperaturas mínimas $\geq 20^{\circ}\text{C}$ . Ondas de calor: mais frequentes.
<b>Subida do nível médio da água do mar/estuário do Tejo</b>	Média: aumento do nível médio do mar entre 0,17m e 0,38m para 2050 e entre 0,26m e 0,8m até ao final do séc. XXI [projeções globais IPCC, 2013]. Cenário mais extremo aponta para 1,10m [Jevrejeva et al., 2012]. Eventos Extremos: Subida do nível médio do mar com impactos mais graves quando conjugada com sobrelevação do nível do mar associada a tempestades (storm surge) [projeções globais, IPCC, 2013]
<b>Aumento dos fenómenos extremos de precipitação</b>	Fenómenos extremos: aumento dos fenómenos extremos, em particular de precipitação intensa ou muito intensa [Soares et al., 2015]. Tempestades de inverno mais intensas, acompanhadas de chuva e vento forte [projeções globais, IPCC, 2013]

Figura 5.3 Alterações climáticas projetadas para o Concelho de VFX

Fonte: Adaptado de ClimAdaptLocal

Cod	Fatores climáticos (FC)
FC.A	Precipitação excessiva (cheias/inundações)/granizo
FC.B	Subida do nível médio da água do mar/estuário do Tejo
FC.C	Vento forte e agitação marítima/estuário do Tejo
FC.D	Trovoadas/raios
FC.E	Ondas de calor, redução da precipitação média anual e seca
FC.F	Temperatura baixa / Onda de frio
	Fatores não climáticos (FNC)
FNC.1	Fatores sociais e demográficos
FNC.2	Fatores económicos
FNC.3	Fatores de ocupação territorial
FNC.4	Fatores tecnológicos, técnicos, geotécnicos
FNC.5	Fatores políticos e legais
FNC.6	Outros

Figura 5.4 Tipo de Fatores climáticos e não climáticos a que o PMA VFX deverá responder

A tabela da figura 5.4 anterior foi desenvolvida por um processo iterativo envolvendo a consulta à bibliografia disponível, à análise a um vasto catálogo de medidas propostas em estudos



semelhantes e ainda à análise do PEA e AAE PDM VFX e outros documentos estratégicos do Município. A tabela completa de fatores climáticos e não climáticos lista os riscos, necessidades e oportunidades e pode ser consultada no Anexo 11.

A figura 5.5, em baixo, representa o esquema de integração com o PMA VFX.

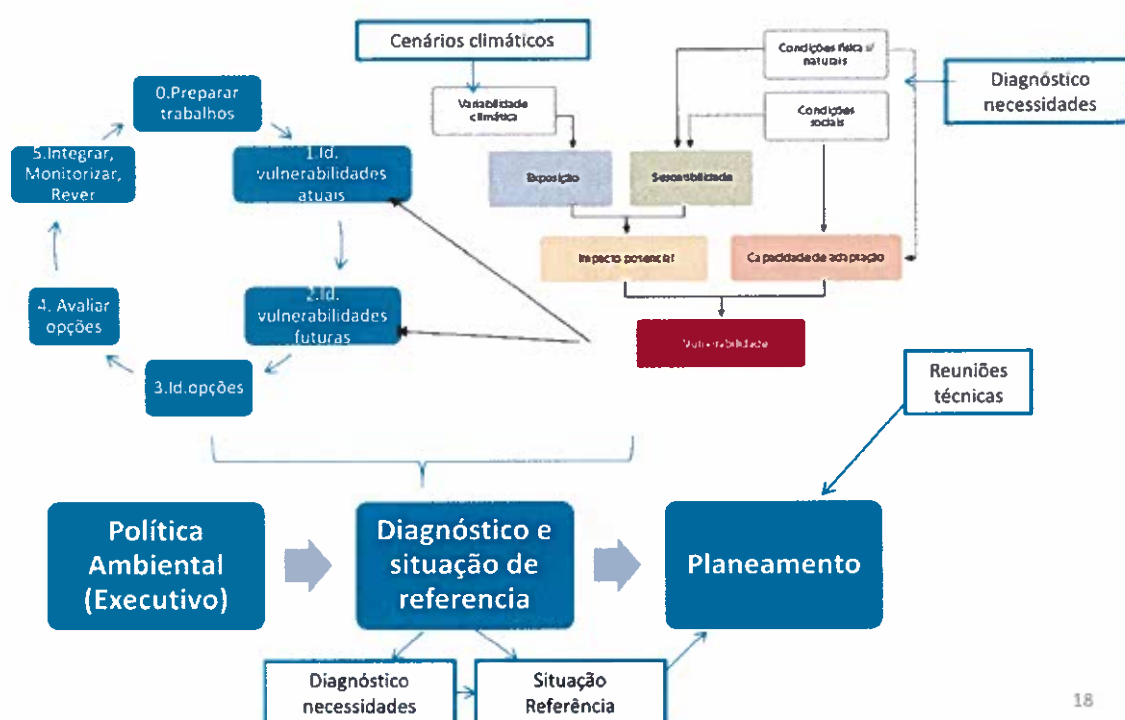


Figura 5.5 Esquema de integração com o PMA VFX

## CAPÍTULO 6. PLANEAMENTO

A fase de planeamento que se apresenta a seguir, sendo embora uma proposta preliminar pois necessita de uma consulta alargada a todas as partes interessadas, especialmente, as que terão a responsabilidade de implementar as medidas do PMA VFX constitui, ainda assim, a integração do passado com o futuro em conformidade com a Política Ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no que for aplicável ao nível municipal.

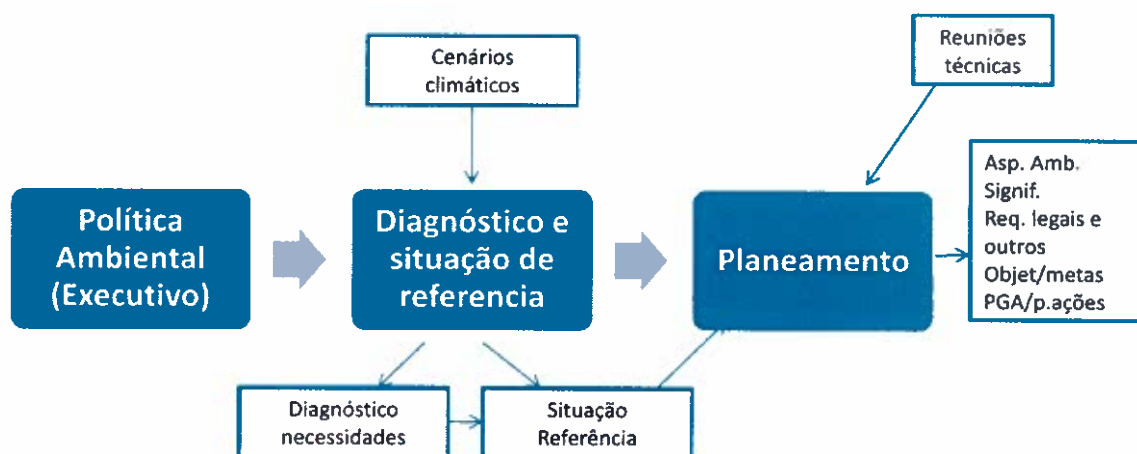


Figura 6.1 Sequência final do estudo

O Planeamento será constituído pelos seguintes contributos: Aspectos Ambientais Significativos; e Plano de Gestão Ambiental: Objetivos e Metas, e Ações.

### ASPETOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS

Não foi aqui desenvolvido um levantamento formal dos aspetos ambientais significativos pelos seguintes motivos:

- Primeiro, a metodologia utilizada não o exige, uma vez que não estamos a utilizar uma norma ISO14001 ou EMAS.
- Segundo, porque, para este efeito, entende-se que os aspetos ambientais significativos coincidem, grosso modo, com o levantamento de fatores climáticos e não climáticos conjugados com a situação de referência, elaborando-se a partir daí um elenco de 160 medidas que foram classificadas em termos de prioridade relativa. Deve-se fazer notar que cada medida do PMA deve endereçar pelo menos um fator climático ou não climático, em termos de resposta ao risco, necessidade ou oportunidade, para além de um ou mais Objetivos da Política de Ambiente (OPA) que, relembramos, usa como referencial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

- Terceiro, porque uma análise muito fina dos aspetos ambientais significativos compete, num processo destes, quando se está a procurar desenvolver um plano de gestão ambiental, por cada departamento, divisão, setor ou serviço, construindo e determinando depois quais os procedimentos e medidas ambientais a aplicar nos casos concretos, o que ultrapassaria muito quer os objetivos quer as necessidades do presente estudo.

Assim, o trabalho desenvolvido na determinação da situação de referência e na análise dos estudos anteriores desenvolvidos pela CMVFX (PEA, AAEPDM, PDS, PMS, etc.), bem com o a análise das experiências de Concelhos similares no desenvolvimento de Planos Municipais de Ambiente ou de Planos de Adaptação às Alterações Climáticas ou outros similares e, ainda, o levantamento dos aspetos legais, contribuiu para o desenvolvimento dos FC – Fatores Climáticos e FNC – Fatores Não Climáticos, desenhados de forma alargada para abrangerem não só os riscos e ameaças, mas também as necessidades e oportunidades, satisfazendo assim os requisitos básicos do levantamento de aspetos ambientais significativos.

#### PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL: OBJETIVOS E METAS E AÇÕES.

As medidas propostas para o PMA estruturam-se nos seguintes campos

- Recursos Hídricos
- Qualidade do ar
- Solo, controlo de erosão, poluição industrial, acidentes naturais e tecnológicos e segurança geotécnica
- Energia e indústria
- Transportes e mobilidade
- Resíduos
- Habitação
- Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza
- Clima
- Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis
- Saúde Humana
- SGA e Certificação Ambiental
- Economia Circular
- Compras Públicas Sustentáveis
- Informação, sensibilização e influência
- Controlo e *law-enforcement*

A prioridade das medidas propostas foi avaliada segundo um conjunto de critérios, sendo cada critério atribuído o valor “0” ou “1” no “Tipo”, no “Âmbito” e nos “Setores-chave” e de “1” a “5” na Avaliação Multicritério” conforme o grau de incidência no respetivo critério de acordo com a tabela de interpretação apresentada mais abaixo.

Apresenta-se a seguir a explicação dos critérios utilizados.

Cod	Tipo de medidas	Descrição
IC	Infraestruturas cinzentas	Intervenções físicas ou de engenharia com o objetivo de tornar edifícios e outras infraestruturas melhor preparadas para lidar com eventos (incluindo extremos). Este tipo de opções foca-se no impacto direto das alterações climáticas sobre as infraestruturas (por exemplo, temperatura, inundações, subida do nível médio do mar) e têm normalmente como objetivos o 'controlo' da ameaça (por exemplo, diques, barragens) ou a prevenção dos seus efeitos (por exemplo, ao nível da irrigação ou do ar condicionado);
IV	Infraestruturas verdes	Contribuem para o aumento da resiliência dos ecossistemas e para objetivos como o de reverter a perda de biodiversidade, a degradação de ecossistemas e o restabelecimento dos ciclos da água. Utilizam as funções e os serviços dos ecossistemas para alcançar soluções de adaptação mais facilmente implementáveis e de melhor custo-eficácia que as infraestruturas 'cinzentas'. Podem passar, por exemplo, pela utilização do efeito de arrefecimento gerado por árvores e outras plantas, em áreas densamente habitadas; pela preservação da biodiversidade como forma de melhorar a prevenção contra eventos extremos (por exemplo, tempestades ou fogos florestais), pragas e espécies invasoras; pela gestão integrada de áreas húmidas; e pelo melhoramento da capacidade de infiltração e retenção da água;
NE	Medidas não estruturais	Correspondem ao desenho e implementação de políticas, estratégias e processos. Podem incluir, por exemplo, a integração da adaptação no planeamento territorial e urbano, a disseminação de informação, incentivos económicos à redução de vulnerabilidades e a sensibilização para a adaptação (e contra a má-adaptação). Requerem uma cuidadosa gestão dos sistemas humanos subjacentes e podem incluir, entre outros: instrumentos económicos (como mercados ambientais), investigação e desenvolvimento (por exemplo, no domínio das tecnologias), e a criação de quadros institucionais (regulação e/ou guias) e de estruturas sociais (por exemplo, parcerias) apropriadas.

Figura 6.2 Significado dos critérios para a classificação do tipo de medidas

Código	(Âmbito)
MCA	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
DV/AO	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades

Código	(Setores-chave)
AFP	Agricultura, Florestas e Pescas;
BIOD	Biodiversidade;
EI	Energia e Indústria;
OTC	Ordenamento do Território e Cidades;
RH	Recursos Hídricos;
SH	Saúde Humana;
SPB	Segurança de Pessoas e Bens;
TUR	Turismo;
ZC	Zonas Costeiras;
outros	SocioEconomia

Figura 6.3 Descrição dos critérios de "âmbito" e "Setores-chave"

Avaliação Multi-Critério		Cada opção de adaptação identificada foi avaliada numa escala de 1 (baixa) a 5 (alta), relativamente aos seguintes sete critérios:
Critério	Descrição	Ponderação
<b>Eficácia</b>	Potencial da medida para cumprir os objetivos	Cumprir três ou mais OPA-Objetivo da Política de Ambiente (5), Cumprir até dois OPA (4), Cumprir um OPA (3), Cumprir parcialmente um ou mais OPA (2), não chega a cumprir um OPA (1)
<b>Eficiência</b>	Desempenho no uso dos recursos	1 - baixa, reduzido custo-eficiente; 2 - medíocre, pouco custo-eficiente; 3 - mediana; 4 - significativa, custo eficiente; 5 - alta
<b>Equidade</b>	Abrangência de públicos alvo ou geográfica	1 - baixa, beneficiários restritos; 2 - moderada, vários grupos de beneficiários, 3 - mediana, vários grupos de beneficiários bem distribuído; 4 - significativa, grande público; 5 - alta, todos os municípios
<b>Flexibilidade</b>	Facilidade de aplicação em contextos variados ou evolutivos	1 - baixa, restrita a um ou dois casos concretos; 2 - medíocre, pouco flexível, pesada ou limitada na aplicação; 3 - mediana, alguma flexibilidade a vários casos ou zonas concretas; 4 - significativa, aplicável em muitas situações ou zonas diferentes; 5 - alta, facilmente aplicável a múltiplas situações ou zonas diferentes
<b>Legitimidade</b>	Tutela Exclusiva (5) ou incluída (1) do Município na aplicação da medida face a outras partes interessadas	1 - baixa, apenas por influência; 2 - medíocre, escassa capacidade de regular ou intervir; 3 - mediana, responsabilidade partilhada com terceiros; 4 - significativa, maior responsabilidade é do Município; 5 - alta, totalmente dentro das competências e atribuições do Município
<b>Urgência</b>	Imediata (5), não urgente (1)	1 - baixa, sem temporalidade associada; 2 - medíocre, longo prazo; 3 - mediana, médio-longo prazo; 4 - significativa, curto-médio prazo; 5 - alta, curto prazo, execução imediata
<b>Sinergias</b>	Relação sinérgica com outras medidas do plano	1 - baixa, sem sinergia; 2 - medíocre, 1 OPA; 3 - mediana, 2 OPA; 4 - significativa, com 3 OPA; 5 - alta, com todos os OPA

Figura 6.4 Descrição da forma de aplicação multicritério das medidas propostas

A avaliação de cada medida pelo sistema de critérios foi afetada pelos ponderadores na tabela a seguir:

	Código do critério	Valor do Ponderador	Justificação
Tipo (valores 0,1) (uma opção)	IV	4	Medidas que incidem em IV têm mais hipóteses de gerar sinergias a longo prazo que IC
	IC	3	Medidas de Infraestrutura
	NE	2	Medidas NE têm um âmbito de afetação mais limitado
Âmbito (valores 0,1) (resposta múltipla)	MCA	1	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
	DV/AO	1	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades
Setores Chave (valores 0,1) (resposta múltipla)	AFP	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	BIOD	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	EI	1	Medidas que afetem o uso da Energia ou o desenvolvimento da Indústria têm um contributo económico e no bem estar
	OTC	1	Medidas para o Ordenamento do Território e Cidades são um contributo importante para a sustentabilidade
	RH	1	Medidas que afetem os Recursos Hídricos, têm um efeito positivo no suporte de vida e na economia
	SH	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Saúde Humana
	SPB	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Segurança de Pessoas e Bens
	TUR	1	Medidas para o Turismo têm importância na socioeconomia e cultura
	ZC	1	Medidas para as Zonas Costeiras têm importância em vários âmbitos incluindo na redução de vulnerabilidades climáticas
	Outros	1	Medidas que possam não encontrar enquadramento nos descritores anteriores.
Avaliação Multicritério (AMC) (1-5) (resposta múltipla)	Eficácia	4	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à eficácia da medida
	Eficiência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à racionalidade no uso dos recursos na aplicação da medida
	Equidade	3	A Equidade é um valor civilizacional per se e um indicador de justiça social
	Flexibilidade	3	A flexibilidade é uma das medidas da facilidade
	Legitimidade	2	A capacidade de <i>law-enforcement</i> é importante para o sucesso da medida
	Urgência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à urgência da medida
	Sinergias	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado ao potencial de sinergia da medida com os vários OPA

Figura 6.5 Tabela de critérios e valores de ponderação para determinação da prioridade das medidas propostas.



Foi utilizada a seguinte equação de ponderação:

$$\text{Prioridade (j)} = \left[ \frac{\sum_{(i,n=3)} (\text{Tipo}_{ij} + p\text{Tipo}_i)}{\sum_{(i,n=3)} p\text{Tipo}_i} + \frac{\sum_{(i,n=2)} (\text{Ambito}_{ij} \times p\text{Ambito}_i)}{\sum_{(i,n=2)} p\text{Ambito}_i} + \frac{\sum_{(i,n=10)} (\text{Setores}_{ij} \times p\text{Setores}_i)}{\sum_{(i,n=10)} p\text{Setores}_i} + \frac{\sum_{(i,n=7)} (\text{AMC}_{ij} \times p\text{AMC}_i)}{\sum_{(i,n=7)} p\text{AMC}_i} \right] \times 5/7,5$$

Cada medida foi assim avaliada em termos de prioridade num valor entre “0” (sem prioridade) e “5” (máxima prioridade).

Para cada medida foram estabelecidos indicadores de progresso/execução e metas nos horizontes temporais até 2022, 2023-2025 e 2026-2030. Quando não foi possível estabelecer indicadores ou metas devido à necessidade de desenvolvimentos posteriores tal foi devidamente assinalado.

Foi entendido que, nesta fase, a definição e alimentação de indicadores de Pressão, Estado, Resposta exigiriam um trabalho muito intensivo de recolha de dados ambiente e do sistema, bastante oneroso e que não se justifica no momento. O que não exclui a necessidade de, futuramente, criar e utilizar um sistema de indicadores desse tipo, bem como os procedimentos e meios para recolha de dados, para avaliar o impacte e medidas corretivas ao PMA e efetuar a sua revisão.

As medidas propostas e avaliadas em termos de prioridade pelo sistema de critérios de avaliação e ponderação encontram-se listadas no anexo 13.

A tabela de medidas do PMA inclui também a informação sobre a sua situação de execução, pois algumas das medidas entre a proposta e aprovação podem já ter sido feitas, encontrarem-se em Curso ou ainda Pendentes.

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas especificas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidades/ vulnerabilidades / oportunidades (A-F#.##)	Status VFX Feito / em Curso / Pendente	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsa bilidade
		1º	2º	3º				2022	2023 - 2025	2026 - 2030		
		Obj# PA	Obj# PA	Obj# PA								

Figura 6.6 Ilustração dos principais campos da tabela de medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente

A seguir apresentam-se as 60 medidas que foram avaliadas com maior prioridade (valor maior ou igual a 4), abrangendo várias áreas e em resultado da aplicação do sistema de classificação, apenas como efeito de exemplificação.

Subentende-se que as medidas de classificação menor de prioridade não devem ser descartadas uma vez que avaliações posteriores poderão alterar o seu grau de prioridade, nomeadamente, devido a oportunidades de financiamento, evolução do conhecimento técnico e científico ou alteração da situação de referência, daí o sentido das revisões intercalares do Plano Municipal de Ambiente durante o seu período total de execução, bem como a existência de medidas com indicadores e metas a definir posteriormente.

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	1ª Obj# PA	2ª Obj# PA	3ª Obj# PA	Prioridade	FC, FNC (A-F#, ##)	Feito / em Curso / Pendente	2022	2023 -2025	2026 - 2030	Progresso/ execução	Responsabilidades
RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	O2	O1	O4	4,79	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.15 FC.A.16 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FC.E.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10^3	3X10^3	4X10^3	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface urbanas / Rústico /Florestais	O2	O3	O1	4,75	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC
OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras; melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica (técnicas de Eng.ª Natural) em taludes de enquadramento viário e linhas de água	O2	O1	O3	4,60	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervencionados	DPGU/DAGEP
OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,59	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.B.3 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FNC.1.5 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU
LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3	0	0	4,59	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGAFJ
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planear o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,47	FC.B FC.C FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU
AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção	O2	0	0	4,47	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5	P	Estudos de levantame	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos	DAGEP

	direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX					FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3		nto de biodiversidade			espaços exteriores	
CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,47	FC.A	P	0	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC
GA2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,47	FC.A FC.8 FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de caráter transversal	O1	O3	O4	4,47	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,45	FC.B FC.C FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	Instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/SMPC
OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP
TM9	Reforçar a instalação de semáforos de controlo de velocidade e de proteção do atravessamento por peões	O2	O4	O1	4,43	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	EMRU / DOVI
CL5	Aplicação do RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,42	FC.E.4 FC.E.5 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.13 FC.F.1	P	Estudo de levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados; % CO2e sequestrado	DAGEP
TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir essa medida nos novos planos de pormenor ou urbanização	O2	O4	O1	4,41	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas urbanizações	DOVI/DPGU/ EMRU
AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros	O2	O1	0	4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP

	urbanos					FNC.5.6									
TM8	Reforçar a instalação de bandas sonoras, lombas redutoras de velocidade, passadeiras elevadas em todas as localidades do Concelho, como medidas de "traffic calming", redução de velocidade pontual na circulação viária e reforço da segurança dos peões	O2	O4	O1	4,38	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P		0,05		0,1		0,15	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	DEI EMRU
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		0	X		X		Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
TM7	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído	O2	O4	O1	4,36	FC.E.3 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.3.13 FNC.3.12 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.11	P		0	X		X		Criação do plano municipal de gestão de tráfego	DPGU
EI12	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,36	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P		0,05		0,4		1	% veículos substituídos	DOVI
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia das Lezírias, a Academia e outras partes interessadas, para a salvaguarda de espécies de cultivo, troca de sementes, recuperação de estratos arbóreos, arbustivos e sob-estratos, para efeitos de manutenção da biodiversidade genética das culturas e em caso de recuperação de grandes incêndios ou eventos climáticos extremos	O4	O2	O1	4,35	FC.A.8 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.11 FC.E.12 FC.F.3 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto, protocolo entre as partes interessadas	Instalação e início da recolha e do mercado de troca	Continuação da operação, expansão a Concelhos vizinhos				Banco de sementes funcional	Partes interessadas
SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas	O4	O2	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.5 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.6 FC.E.7 FNC.1.2 FNC.1.10 FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5 FNC.1.7	P		10		15		20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPC



CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	1	5	10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC
EC2	Revisão dos Regulamentos de Higiene e Limpeza Urbana (RHLU) e de Espaços Exteriores (RMEE) do Município de Vila Franca de Xira	O1	O2	0	4,35	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.2.1	P	RMEE 2022	RHLU2025	0	Revisões do Regulamentos	DAGEP
GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / N° de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6 FNC.6.1	P	0	0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3	0	4,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	0	X	X	revisão do PMA	DAGEP
TM2	Instalação de postos públicos de carregamento de viaturas elétricas em todas as cidades do Concelho, em particular nos parques de estacionamento junto a terminais intermodais, centralidades urbanas e zonas de lazer	O2	O4	0	4,34	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.4.14	P	5	20	40	N° de postos públicos de carregamento instalados	EMRU/DEI
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O1	0	4,32	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	0,3	0,7	1	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP
RH26	Criar comissões de acompanhamento ambiental dos recursos hídricos no Concelho integrando as principais partes interessadas (ONGA, Associac. Regantes, Comp. Lezírias, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, propriet. agrícolas...), à semelhança	O4	O3	O2	4,30	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.3 FC.C.7 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.11 FC.E.12	P	0	X	X	Nova comissão e seu funcionamento	DAGEP/SMAS

	da CAA CPA CIMPOR - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR					FC.E.14 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.3 FNC.6.6 FNC.6.7						
RUB	Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	O2	O1	O3	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP
SG3	Estabelecimento de faixas non aedificandi na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.10 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.2 FC.C.1 FC.C.7 FC.C.8 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.12 FC.E.14 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.5.2 FNC.5.3	P	0	X	X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU
CL1	Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC/PMAAC), transversal aos seguintes setores: agricultura, biodiversidade, recursos hídricos, ordenamento do território, economia, energia, florestas, saúde, segurança, transportes e comunicações, zonas costeiras e estuário do Tejo, incluindo medidas Contingência de Temperaturas Extremas Adversas e a criação de redes locais de monitorização meteorológica	O4	O2	O1	4,27	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a estratégia e plano	Implementação das medidas programadas	Implementação das medidas programadas	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU
OT9	Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU
AF22	Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,21	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	0,1	0,2	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP
GA1	Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP
EI11	Nas novas urbanizações e em intervenções nos	O4	O1	O2	4,18	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.2 FC.E.10	P	0	X	X	Alteração de	DAGEP/DPGU



	espaços consolidados, nomeadamente no espaço público, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.					FC.E.10 FC.E.15 FC.F.3						regulamentos municipais	
AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3	0	4,13	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Área recuperada	DPGU/DAGEP	
SH3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,13	FC.E.8 FC.E.15 FNC.1.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS	
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	O2	O1	O3	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC	
AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3	0	4,08	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	Áreas intervencionadas	Partes interessadas	
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FC.C.4 FC.C.5 FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU	
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FC.B.1 FC.B.7 FC.C.1 FNC.3.7 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	>1	>2	>3	número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP	
TM6	Incentivar modos suaves de mobilidade nas deslocações de curta duração, através de instalação de ciclovias urbanas e dando seguimento à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável 2020-2030	O2	O4	0	4,06	FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	20	30	40	% transferência modal do TI para modos suaves mobilidade em curta distância	EMRU/DEI/DPGU/DAGEP	
RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-baldes de bancada para separação de restos de comida, manual de informações básicas sobre compostagem).	O2	O1	O4	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC	

RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos alojamentos existentes, salvaguardando questões de higiene e saúde, exposição solar e enquadramento paisagístico destes equipamentos na malha urbana.	O2	O4	O1	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 ME	2 ME	2 ME	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC
CP3	Continuação do programa de manutenção e renovação do equipamento pré-escolar, primeiro e segundo ciclo e para apoio ao desporto escolar, segundo diretivas de arquitetura bioclimática, climatização passiva, energias renováveis, acessibilidade a alunos com mobilidade reduzida e inovação tecnológica a) indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O4	O2	O1	4,03	FC.E.5 FC.E.10 FC.F.2 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.11 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.5.3	C	0	X	X	a)	DE
AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado, abertura/manutenção de caminhos de circulação, bermas dos caminhos e estradas de gestão municipal, etc.).	O4	O2	0	4,03	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FC.E.1 FC.E.4 FC.E.10 FC.E.15 FC.E.15 FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.2.6 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU
SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.6 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.4.6 FNC.4.10 FNC.1.5	P	Estudos preliminar es, levantame nto de necessidad es, caderno de encargos e	Processo concursal e implementa ção	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPC

							Início do processo concursal					
RH21	Instalação, aproveitando os troços canalizados de rios e ribeiras urbanos, especialmente os que se manifestaram críticos no passado com eventos de inundação rápida, de caudalímetros com sensores para deteção precoce de caudais ou altura de água perigosos com potencial de provocar cheias e inundações rápidas e aviso automático em central dedicada	O2	O1	O3	4,00	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.5 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.15 FC.A.16	P	0,5	0,7	1	% rios e ribeiras críticos	DOVI/SMAS
OT10	Estudo do impacte da projeção de subida do nível médio da água do mar (acima da atual cota do território marginal do Concelho)	O2	O1	O3	3,97	FC.B FC.C FNC.1.7 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	0	0	Realização dos estudos	DPGU/SMPC
EI10	Reabilitação energética da envolvente opaca e da fenestração dos edifícios municipais em obras que ultrapassem mais de 25% do valor patrimonial dos imóveis	O2	O1	O3	3,97	FC.E.10 FC.E.15 FC.F.2 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2	P	0	100	100	% edifícios ou espaços municipais com grandes obras de reabilitação cobertos	DEI EMRU
AF14	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional do mouchão e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	3,92	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	X	X	Ações de monitorização	DPGU
RH20	Implementação de sistemas separativos de águas pluviais e residuais - continuação dos processos em cursos e para todas as novas urbanizações e instalações industriais	O2	O1	0	3,91	FC.A.5	C	0,9	0,95	1	% cobertura da rede de drenagem existente ou da nova com redes separativas pluviais/ domésticas	SMAS
IS1	Campanha de informação e sensibilização pública sobre os ODS e sobre o Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O4	0	0	3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DCI
IS2	Escola Sustentável: programa de ações de informação e sensibilização sobre todos os aspetos da gestão ambiental	O4	0	0	3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE
RH19	Apoiar a expansão de indústrias de biotecnologia à base de microalgas marinhas em complemento à recuperação dos planos de água das antigas salinas	O4	O2	O1	3,90	FC.B.1 FNC.3.7	C	0,05	0,1	0,15	Variação = ((Área novas explorações - área atual de	DPGU / GIEI

	de Verdelha-Forte da Casa e/ou da recuperação do mouchão da Póvoa através de sistemas de facilitação (pré-licenciamento, redução da carga burocrática, diferimento ou isenção temporária/parcial da aplicação de taxas municipais, derrama e IMI e IMT)													explorações) / área atual de explorações)*100	
CL7	Reforço das zonas verdes urbanas com plantas autóctones e de baixa manutenção e baixo consumo de água	O2	O1	0	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.E.13 FC.E.14	C		5		5		5	% zonas verdes intervencionadas	DAGEP
OT4	Sempre que possível as novas urbanizações próximas do Rio Tejo devem assegurar corredores de ligação em articulação com a Estrutura Ecológica Urbana.	O2	O1	O4	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		0	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA			% áreas exteriores tratadas	DAGEP

Figura 6.7 Medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas com a maior prioridade

## CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES

Neste estudo foi avançado um conjunto de 160 medidas classificadas pela sua prioridade relativamente à execução, tendo-se destacado 66 entre as de maior prioridade de acordo com a avaliação multicritério efetuada.

Entende-se aqui que o horizonte de aplicação – 2030 – é suficientemente próximo para ser necessário começar já a trabalhar para ele e, simultaneamente, longínquo de modo a que seja necessário considerar, no próprio plano de medidas, processos e mecanismos para a revisão do plano, numa lógica de melhoria contínua, face ao evoluir da sua aplicação, às suas consequências sobre os descritores ambientais relevantes para o Concelho e à própria evolução técnica e científica que inevitavelmente deveremos esperar, embora neste momento se desconheçam as formas que deverá revestir.

O prazo é, também, suficientemente alargado para permitir que um conjunto tão significativo de medidas possam ser, ao longo dos períodos de implementação, executadas pelo Município de Vila Franca de Xira, em colaboração com as partes interessadas.

As medidas propostas foram construídas iterativamente visando responder aos riscos, necessidades e oportunidades levantadas pelo diagnóstico e situação de referência, pelos fatores climáticos e não climáticos elencados, aos aspetos legais e aos 4 objetivos da Política de Ambiente do Município suportada pelo referencial da Agenda 2030, distribuindo-se os indicadores e metas por 3 períodos de cumprimento, designadamente, 2022, 2023-2025, 2026-2030. Incluem-se medidas orientadas para a sensibilização das partes interessadas, formação de recursos humanos, fiscalização e reforço de instrumentos legais, nomeadamente, ao nível dos Regulamentos Municipais e medidas para a revisão do Plano Municipal de Ambiente com a regularidade adequada.

Neste estudo não foi abordada, em detalhe, a implementação do Plano Municipal de Ambiente ao longo da estrutura de serviços do MVFX, algo que deverá ser guardado para a adequada fase de desenvolvimento e implementação do PMA VFX em planos de gestão ambiental de nível adequado.

## BIBLIOGRAFIA

- APA, I.P. / ARHTO (2012). Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo. Parte Complementar A – Avaliação Ambiental.
- APA, I.P. / ARHTO (2017). Relatório sobre a qualidade da água superficial no rio Tejo - RESUMO NÃO TÉCNICO
- C.M.Cascais, ODP, U.C., In Loco (2013). Carta de Cascais.
- CCDR-LVT (2017a) Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo – Sumário Executivo.
- CCDR-LVT (2017b) Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDR-LVT (2018) REOTLVT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo 2017–versão final pós consulta pública.
- CM Alfândega da Fé (2015). Plano Municipal de Ambiente-2015
- CM Aveiro (2006). Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Aveiro
- CM Lousã (s.d.). Agenda 21 Local da Lousã. URL: [http://www.cm-lousa.pt/agenda\\_21\\_local?m=c106](http://www.cm-lousa.pt/agenda_21_local?m=c106) [consultado em 14/04/2017]
- CM Lousada (2015). Plano Municipal de Ambiente.
- CM S. Pedro de Moel ( 2014). Plano Municipal de Ambiente.
- CM Sintra (2005). Plano Municipal de Ambiente, vol. I, II, III, IV.
- CM Torres Novas (2007) Plano Municipal de Ambiente do Concelho de Torres Novas (vol. Diagnóstico, vol. Plano de Ação)
- CM V.P.Aguiar (2014). Plano Municipal de Ambiente de Vila Pouca de Aguiar.
- CMVFX (2003). Plano Estratégico Concelhio - Diagnóstico e Perspectivas De Desenvolvimento e De Actuação Estratégica.
- CMVFX (2015). Plano de Desenvolvimento Social - 2015-2020
- INE (2016). Anuários Estatísticos Vila Franca de Xira-2016
- CMVFX (2017a). Orçamento Participativo 2017 – Normas de Participação. URL: <https://op.cm-vfxira.pt/files/2/documentos/102813.pdf> [consultado em 27/05/2017]
- CMVFX (2017b). Perfil Municipal de Saúde – Concelho de Vila Franca de Xira.
- CMVFX (2018). Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2017.



Conselho Económico e Social (CES), (2018) Parecer sobre o Programa Nacional de Reformas 2018. Versão aprovada pela reunião plenária do CES de 26/04/2018.

Conselho Europeu de Urbanistas (2002). Try it this way. Desenvolvimento sustentável. Centro de Sistemas Urbanos e Regionais. Instituto Superior Técnico.

Conselho Municipal de Segurança (2016). RELATÓRIO ANUAL DA SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA – 2016.

DCEA – FCT/UNL; CIVITAS; CMVFX (2015). Caracterização da Qualidade do Ar no Município de Vila Franca de Xira - RELATÓRIO FINAL

FCT (2008). Plano Municipal de Ambiente – Proposta do Plano (CM Barreiro)

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2016). Retrato dos Municípios PORDATA. ISBN: 978-989-8838-65-0.

Godecke, V; Maurício, G.M.(Organizadores) (2015) Guia para planos ambientais municipais -Pelotas : Ed. Santa Cruz, 2015.195 p. : il.ISBN: 978-85-61629-55-7

GRI, Global Compact, WBCSD (2016). Guia dos ODS para as Empresas.

Guerra, J., Schmidt, L. (2009) DA CARTA AOS COMPROMISSOS DE AALBORG – SUSTENTABILIDADE LOCAL EM PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU. Comunicação no seminário internacional “Experiências de Agenda 21: Os desafios do nosso tempo”, 27 a 29 Novembro 2009, Ponta Grassa, PR-Brasil. URL:

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22500/3/ICS\\_JGuerra\\_LSchmidt\\_DaCarta\\_AI.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22500/3/ICS_JGuerra_LSchmidt_DaCarta_AI.pdf)  
[consultado a 18/03/2017]

Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local. ICLEI.

Guia para a elaboração de planos estratégicos de cidades médias. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

HIDROPROJECTO (2007), Plano Estratégico de Ambiente -2ª fase, Plano de Ações .

HIDROPROJECTO (2007a), Plano Estratégico de Ambiente -2ª fase, Plano de Ações – indicadores de Sustentabilidade Ambiente

HIDROPROJECTO (2007b), Plano Estratégico de Ambiente – Actualização do Diagnóstico da 1ª fase.

ICS (2010). Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa. As Juntas de Freguesia de Lisboa - Inquérito aos seus Presidentes.

ICVM (2010?). Planos Local e Municipal de Promoção de Acessibilidade de Vila Franca de Xira – Síntese das Ações Desenvolvidas. ed. Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade. ISBN 978-989-96273-3-8

INE-Instituto Nacional de Estatística (2018). Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa -2017. Destaque Informação à Comunicação Social.

IST (2008), Avaliação Ambiental Estratégica do PDM Vila Franca de Xira, Relatório Ambiental.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), (2017) Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. 16 de junho de 2017. URL: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017\\_PT\\_REV\\_FINAL\\_28\\_06\\_2017.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf) [consultado em 10/12/2017]

MVFX (2006). Exame Integrado das Funções de Base dos Compromissos de Aalborg – Relatório Final.

MVFX (s.d.) Plano de Mobilidade da Freguesia de Vila Franca de Xira. Apresentação. URL: [http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer\\_file/document/122/20090218145225939283.pdf](http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/122/20090218145225939283.pdf) [consultado em 19/04/2017].

Nogueira, L.; Mesquita, S. CCDRLVT (2017).Avaliação da Qualidade do Ar na região de Lisboa e Vale do Tejo em 2016

SMAS VFX (2018). Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2017.

UN (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015 URL: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E) [consultado em 19/04/2017]

UNRIC (2016). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável -17 objetivos para transformar o nosso mundo.

**Nota:** na elaboração da bibliografia optou-se por não distinguir documentação física de fontes na Internet, fazendo, quando for o caso, a referência à data de consulta.

## LISTA DE ANEXOS

- ANEXO 1 – AGENDA 21 E CARTA DE AALBORG+10
- ANEXO 2 – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
- ANEXO 3 – PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE
- ANEXO 4 – PLANO DE ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA
- ANEXO 5 – AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGIA DO PDM DE VFX
- ANEXO 6 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
- ANEXO 7 – ASPETOS SOCIOECONÓMICOS
- ANEXO 8 – ASPETOS AMBIENTAIS
- ANEXO 9 – CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS
- ANEXO 10 – ASPETOS LEGAIS
- ANEXO 11 – RISCOS, NECESSIDADES OPORTUNIDADES
- ANEXO 12 – SUMÁRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS COMPARATIVO CONCELHO DE VFX, AML E PAÍS
- ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

**Nota:** todas as referências bibliográficas nos anexos estão ligadas à bibliografia citada ou consultada no presente Relatório Final.

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 1 - AGENDA 21 E CARTA DE AALBORG+10

Julho 2020



## ANEXO 1 - AGENDA 21 E CARTA DE AALBORG+10

### AGENDA 21 LOCAL

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar no Rio de Janeiro, propôs a Agenda 21, com um modelo para o desenvolvimento sustentável, englobando tanto questões sociais e culturais como a proteção ambiental.

A Agenda 21 foi assumida pelas Nações Unidas como o Plano de Ações para o desenvolvimento sustentável no século XXI, aprovado pelos 173 Governos que participaram na Conferência do Rio de Janeiro. O envolvimento e o poder de decisão dos organismos e populações locais constituem o fundamento da filosofia que rege a Agenda 21.

### CARTA DE AALBORG

A “Carta de Aalborg” (1994) deu início à campanha para as cidades e vilas sustentáveis, com o fim de encorajar e apoiar vilas e cidades nas suas ações com vista à sustentabilidade. Qualquer autoridade local ou associação de autoridades podia participar na campanha, adotando e assinando a Carta. Ao fazê-lo, a autoridade local compromete-se a criar e implementar um plano de Ação local, tendo em vista a sustentabilidade.

### ENDS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2002) constitui um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21, tendo sido estabelecida em torno de quatro grandes domínios estratégicos:

- “O território como bem a preservar”;
- “Melhorar a qualidade do ambiente”;
- “Produção e consumo sustentáveis das atividades económicas”;
- “Em direção a uma sociedade solidária e do conhecimento”.

Com a sua revisão, surgiu a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS) que foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

A ENDS teve 7 objetivos

Primeiro objetivo: Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”

Segundo objetivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

Terceiro objetivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património

Quarto objetivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.

Quinto objetivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

Sexto objetivo: Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação

Sétimo objetivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

A ENDS e o PIENDS estiveram em vigor desde 2007 e até 2015. Não existindo nenhum instrumento equivalente que os substitua, exceção talvez à Agenda 2030, pode-se considerar que se mantêm válidos os seus princípios. A referir, contudo, que a ENDS nunca teve verdadeiramente implementação prática, sem relatórios de monitorização, indicadores que não foram atualizados e o seu prazo de vida chegou ao fim sem que se tenha feito uma análise dos seus efeitos ou planeado a sua revisão.

#### AALBORG+10

A Conferência que ficou conhecida por Aalborg+10 (2004, IV Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, também na cidade de Aalborg) procurou responder à necessidade de consolidar os “Compromissos de Aalborg” com o Auto estabelecimento de metas concretas e prazos definidos para as implementar e apresentar à Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis (Guerra& Schmidt, 2009). Nesse evento foram aprovados, por aclamação, os compromissos de Aalborg (v.d. Anexo 5).

No relatório “*Exame Integrado das Funções de Base dos Compromissos de Aalborg*” no seguimento da adesão do Município de Vila Franca de Xira à Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade e da assinatura dos Compromissos de Aalborg, em 11 de Maio de 2005, foi desenvolvido durante o primeiro semestre de 2006 um trabalho de recolha e compilação de informação, tendo em vista levar a efeito a elaboração de um Exame Integrado das Funções de Base, para este Concelho (MVFX, 2006).

Esse documento tem ainda hoje bastante utilidade, apesar do seu carácter circunstanciado a um determinado período e correspondente conjuntura, tanto que hoje não temos condições para validar os seus pressupostos e recomendações.

Os Compromissos aprovados na IV Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, na cidade de Aalborg, em 2004 listam-se a seguir:

1 GOVERNÂNCIA: Nós comprometemo-nos a enriquecer os nossos processos de decisão através de maior democracia participativa. Por isso vamos trabalhar para:

- 1.1 Continuar a desenvolver uma perspetiva comum e de longo prazo para a cidade sustentável.
- 1.2 Fomentar a capacidade de participação e de Ação para o desenvolvimento sustentável tanto na comunidade local como na administração local.
- 1.3 Apelar a todos os sectores da sociedade civil local para a participação efectiva nos processos de decisão.



1.4 Tornar as nossas decisões claras, rigorosas e transparentes.

1.5 Cooperar efetivamente e em parcerias com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, e outros níveis de administração.

**2 GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE:** Nós comprometemo-nos a implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação. Por isso vamos trabalhar para:

2.1 Reforçar os processos de Agenda 21 Local ou outros com vista ao desenvolvimento sustentável local e integrá-los, de forma plena, no funcionamento da administração local.

2.2 Realizar uma gestão integrada para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.

2.3 Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um programa de monitorização destes Compromissos.

2.4 Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão a nível urbano, bem como uma atribuição de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.

2.5 Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas redes de cidades para monitorizar e avaliar o nosso progresso tendo em vista alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas.

**3 BENS COMUNS NATURAIS:** Nós comprometemo-nos a assegurar plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

3.1 Reduzir o consumo de energia primária e aumentar a parte de energias renováveis nesse consumo.

3.2 Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.

3.3 Promover e aumentar a biodiversidade, e alargar e cuidar de áreas naturais especiais e de espaços verdes.

3.4 Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e a florestação sustentáveis.

3.5 Melhorar a qualidade do ar.

**4 CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILOS DE VIDA:** Nós comprometemo-nos a adotar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

4.1 Evitar e reduzir os resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem.

4.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.

4.3 Evitar os desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética.

4.4 Adotar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.

4.5 Promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de comércio justo.

**5 PLANEAMENTO E DESENHO URBANO:** Nós comprometemo-nos a reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos. Por isso vamos trabalhar para:

5.1 Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.

5.2 Evitar a expansão urbana, dando prioridade ao desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados, através da recuperação dos espaços urbanos degradados e assegurando densidades urbanas apropriadas.

5.3 Assegurar a compatibilidade de usos ao nível dos edifícios e áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, habitação e equipamentos, dando prioridade aos usos residenciais nos centros das cidades.

5.4 Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do nosso património cultural urbano.

5.5 Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis e promover a arquiteturas e as tecnologias de construção de alta qualidade.

**6 MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO:** Nós reconhecemos a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, comprometemo-nos a promover as opções de mobilidade sustentáveis. Por isso vamos trabalhar para:

6.1 Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover modos de transporte alternativos, viáveis e acessíveis a todos.

6.2 Aumentar a parte de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.

6.3 Encorajar a transição para veículos menos poluentes.

6.4 Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

6.5 Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.

**7 ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE:** Nós comprometemo-nos a proteger e a promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos. Por isso vamos trabalhar para:

7.1 Informar de forma a contribuir para aumentar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, a maioria dos quais se situa fora do sector restrito da saúde.

7.2 Promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades garantindo assim os meios indispensáveis para construir e manter parcerias estratégicas para a promoção da saúde.

7.3 Aumentar a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de relatórios sobre o progresso conseguido na redução das disparidades.

7.4 Promover estudos de avaliação de impacte na saúde, como meio de permitir a todos os sectores de atividade focar o seu trabalho na melhoria da saúde e da qualidade de vida.

7.5 Motivar os urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e desenho urbano.

**8 ECONOMIA LOCAL DINÂMICA E SUSTENTÁVEL:** Nós comprometemo-nos a apoiar e a criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente. Por isso vamos trabalhar para:

8.1 Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e a formação de empresas.

8.2 Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar boas práticas empresariais.

8.3 Desenvolver e implementar princípios de sustentabilidade para a localização de empresas.

8.4 Encorajar o mercado de produtos locais e regionais de alta qualidade.

8.5 Promover um turismo local sustentável.

**9 EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL:** Nós comprometemo-nos em assegurar comunidades inclusivas e solidárias. Por isso vamos trabalhar para:

9.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza.

9.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais.

9.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros.

9.4 Aumentar a segurança da comunidade.

9.5 Garantir habitação e condições de vida de boa qualidade e socialmente adequadas.

**10 DO LOCAL PARA O GLOBAL:** Nós comprometemo-nos a assumir as nossas responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima. Por isso vamos trabalhar para:

10.1 Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito de estufa.

10.2 Integrar a política de protecção climática nas nossas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.

10.3 Disseminar informação sobre as causas e os impactes prováveis das alterações climáticas, e integrar medidas de prevenção na nossa política referente às alterações climáticas.

10.4 Reduzir o nosso impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.

10.5 Reforçar a cooperação internacional de vilas e cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais, comunidades e outros atores relevantes.

#### A CARTA DE CASCAIS

A XIII Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa realizou-se em Cascais, entre os dias 3 e 5 de Julho de 2013, sob o tema “Cidadania para a Sustentabilidade”.

A Carta de Cascais, sem atingir o nível de detalhe da Carta de Aalborg+10, vem aportar à discussão os aspetos modernos da problemática da participação democrática e da cidadania (ou falta dela), que tem feito encaminhar muitas democracias ocidentais para fora da via político-partidária convencional para uma via populista e pouco racional, cujas consequências a médio e longo prazo são ainda difíceis de prever.

Passamos alguns extratos, apenas como ilustração, mas também por reconhecermos a sua pertinência nos processos de discussão que se devem seguir à apresentação deste trabalho:

“ A universalização dos princípios e procedimentos da democracia caminha a par da crise de representatividade política vivida em inúmeros países que adaptaram essa forma de regime. É uma situação complexa e inquietante, que nos obriga a concentrar as atenções na qualidade das formas de governo em Estados com democracias mais consolidadas. (...)

*“Os actos eleitorais defrontam-se, em inúmeros países, com elevadíssimas taxas de abstenção. É um sinal evidente de que a democracia representativa tem perdido vigor e tem deixado de ser mobilizadora para muitas pessoas. O voto é um direito histórico, que esteve na origem de amplas lutas sociais e políticas, mas que atualmente enfrenta um processo de desvalorização muito rápida em diversos países. Para muitos cidadãos comuns, o voto é entendido como um falso poder, que não justifica ser exercido, pois esses acreditam que os verdadeiros centros de influência e decisão estão fora das instâncias de eleição.*

*A crescente desconfiança em relação à classe política e às instituições está intimamente relacionada com as questões anteriores. Esta é, muito provavelmente, uma das principais fracturas dos regimes democráticos e que deve preocupar a todos. A confiança é o motor da democracia – através da delegação do poder pelo voto – sendo, por isso, essencial desenvolver todos os esforços para inverter a actual situação.*

*A democracia representativa tradicional parece, assim, ser incapaz de enfrentar os novos desafios sociais, e de mobilizar as energias e a confiança das populações.*

*Desde Cascais, reunidos nesta XIII Conferência do ODP, manifestamos o nosso empenho em contrariar estas tendências e desafiamos todos os governos locais e actores sociais a fazerem o mesmo. Priorizamos, para tal, três frentes de actuação:*

### **I. Democratizar o Planeamento**

*Este não pode continuar a ser um exercício feito à porta fechada por um reduzido grupos de eleitos e de técnicos que os auxiliam. O desenho das políticas públicas para um território deve contar com o empenho activo dos cidadãos que aí residem ou trabalham.*

*O planeamento deve igualmente ser responsável e assentar numa correcta e sustentável utilização dos recursos naturais. "Cidadania e Sustentabilidade" são por isso duas faces de uma mesma moeda. Reconhecemos, deste modo, a importância da adopção de instrumentos de planeamento como as Agendas 21 Locais e dos grupos de cidadãos e governos locais apostados nas iniciativas de transição.*

### **II. Democratizar a Democracia**

*Defendemos, desde Cascais, uma nova vaga democratizadora, mas desta vez da própria democracia. Comprometemo-nos em tudo fazer para a emergência de uma nova democracia, fundada no primado da participação, da representação e da cidadania. Falamos de uma democracia de um espírito novo, capaz de reconstruir a confiança entre governos e governados, e entre os governados entre si; de uma democracia humanista, que coloca os cidadãos no centro de toda a actividade política; de uma nova democracia que transponha para a política os princípios da ecologia humana. Por fim, uma verdadeira democracia que seja feita pelos cidadãos, para os cidadãos, com os cidadãos.*

*É, por isso, que desde Cascais nos comprometemos a implementar dispositivos de co-decisão sobre os recursos públicos, como é o caso do Orçamento Participativo. Falamos de Orçamentos Participativos com poder vinculativo, transformadores da relação entre governos e governados, e promotores da justiça e da coesão social. Defendemos igualmente todas as medidas que favoreçam a ideia de "governo aberto" e transparente, produtor de informação útil para uma participação activa dos cidadãos.*

### **III. Democratizar a Economia**

*Os mercados não podem continuar a esmagar os valores humanistas e a cidadania. Não podemos ser complacentes com o assalto da economia e da finança ao primado da política na vida social. Não podemos aceitar que os resultados da economia se sobreponham aos produtos da democracia.*

*A construção e a distribuição da riqueza não se fazem com base nos sistemas financeiros e especulativos. Esses já mostraram dos que são capazes. É, por isso, que desde Cascais manifestamos o nosso compromisso em criar novos sistemas económicos e financeiros que reforcem a produção de riqueza local, valorizem os produtos e as competências de cada território, e garantam uma maior redistribuição dos benefícios do desenvolvimento.*

*É neste âmbito que nos comprometemos a desenvolver todos os esforços para a criação de moedas locais, cujo objetivo é favorecer as economias de proximidade e valorizar as actividades produtivas, em detrimento das especulativas. Queremos uma economia mais democrática, que favoreça formas muito diversas de produzir e de adquirir bens e serviços; queremos uma economia baseada no primado da confiança e da cidadania.”*



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 2 - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

Julho 2020

## ANEXO 2 - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

O Concelho de Vila Franca de Xira criou um Plano Estratégico de Desenvolvimento, cujas propostas de ação se caracterizaram pelo seu cariz fortemente económico e social. Essas propostas foram, posteriormente analisadas no âmbito do Plano Estratégico de Ambiente - PEA (HIDROPROJECTO, 2007), “em termos dos potenciais impactes ambientais e socioeconómicos gerados, na primeira fase do PEA, tendo-se aí concluído que, na sua grande maioria, seriam geradoras de impactes muito positivos”. As ações propostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, “por irem ao encontro dos critérios subjacentes ao modelo de desenvolvimento sustentável que se pretendia no PEA para o Concelho, deveriam ser retidas pelo Executivo Camarário”.

O PED apontou, na altura, as seguintes as Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED) para o Concelho, no horizonte da década que se seguiu à sua aprovação:

- LED 1 Valorizar o património natural e cultural – Vila Franca de Xira, Município com Identidade
- LED 2 Produzir e difundir inovação – Vila Franca de Xira, Município Inteligente
- LED 3: Criar condições necessárias ao desenvolvimento sustentado da economia – Vila Franca de Xira, Município Competitivo
- LED 4 Reforçar a coesão social e territorial - Vila Franca de Xira, Município Solidário
- LED 5 Promover a reorganização dos espaços urbanos e consolidar as novas áreas de expansão – Vila Franca de Xira, Município de Qualidade

De uma forma geral pode-se considerar que as linhas do PED foram seguidas com alguma proximidade pelo Município.

A evolução do Concelho, do ponto de vista social, económico e ambiental e a do próprio país, ao alterarem o contexto de atuação, evidenciaram a necessidade de atualização de conceitos e medidas do PED. Não perde, por isso, esse trabalho, a sua pertinência e importância, na alteração da realidade recente, sendo uma referência a este estudo do PMA de VFX.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 3 - PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE

Julho 2020

### ANEXO 3 - PLANO ESTRATÉGICO DE AMBIENTE

Este anexo é composto pelas seguintes seções: Vetores de atuação estratégica no PEA; Linhas de Ação no PEA; Plano de ações do PEA; Recomendações no PEA; Indicadores de Sustentabilidade Ambiental no PEA.

O Plano Estratégico de Ambiente (2000-2007) do Concelho de Vila Franca de Xira (PEA), teve “por objetivo primordial a promoção do desenvolvimento sustentável do Concelho, indo, deste modo, ao encontro das orientações emanadas da Conferência do Rio de Janeiro, no sentido de cada comunidade elaborar a sua Agenda 21 Local, e ao encontro da Carta de Aalborg, possibilitando a sua inscrição e integração na Rede Europeia de Cidades Sustentáveis.”(Hidroprojecto, 2007).

O PEA assumiu o papel de instrumento de política, planeamento e de estratégia, e visou articular as necessidades de desenvolvimento e de intervenção no Concelho, com a utilização racional e preservação dos recursos naturais, numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O PEA pretendeu estabelecer um quadro de referência e de apoio às decisões de intervenção no território concelhio, tanto às de curto e médio prazo, de carácter mais operacional, destinadas a resolver problemas prioritários existentes, como de carácter mais estratégico, de longo prazo, visando a implementação de políticas que têm na base o desenvolvimento sustentável do Concelho (Hidroprojecto, 2007).

O PEA visou atingir os seguintes objetivos:

- Caracterizar o estado do ambiente do Concelho e identificar tendências de evolução;
- Identificar, ao nível de cada uma das vertentes ambientais, os principais pontos fortes e fracos, as oportunidades de melhoria e as principais ameaças à qualidade ambiental;
- Dotar o Município de uma política, uma estratégia e de um programa integrado de ações para ordenar o território urbano e requalificar os sistemas naturais, retirando partido dos seus benefícios e potencialidades, mas respeitando a sua capacidade de carga;
- Promover o bem-estar social, através do apoio aos mais desprotegidos e da melhoria das condições de vida da população;
- Definir estratégias integradas e ações de intervenção concretas, promover sinergias e evitar a transferência de poluição de um meio para outro;
- Incentivar a cooperação e a formação de parcerias entre os diferentes atores locais, para a resolução dos problemas concretos e de interesse mútuo, de modo a garantir o sucesso das intervenções;
- Monitorizar a evolução do estado do ambiente no Concelho, através de um conjunto de indicadores de sustentabilidade ambiental.

A elaboração do PEA assentou em três etapas:

- Etapa 1. Atualização do Diagnóstico do estado do ambiente, realizado em 2000, no âmbito da 1ª Fase do Plano Estratégico do Ambiente;
- Etapa 2. Definição de objetivos e estratégias para a sustentabilidade ambiental do Concelho, ou seja, dos sectores estratégicos de atuação;
- Etapa 3. Proposta de ações de intervenção.

A 1ª etapa do trabalho deu origem a um relatório que, para além da atualização do diagnóstico do estado do ambiente do Concelho, contemplou a análise dos impactes associados às propostas do Plano de Desenvolvimento do Concelho de Vila Franca de Xira, do Estudo de Acessibilidades e da Proposta de Revisão do PDM, bem como a identificação das medidas minimizadoras dos impactes considerados mais significativos.

A primeira etapa do trabalho - Atualização do Diagnóstico Ambiental – baseou-se em trabalho de campo específico, que envolveu a realização de visitas técnicas ao Concelho.

Segundo os seus autores (Hidroprojecto, 2007) como espectro metodológico importante referem que, no decurso das 1ª e 2ª etapas do trabalho, foram organizadas duas sessões de participação da população e de outros atores locais, entre os quais representantes do poder central, presidentes de Juntas de Freguesia, empresários, técnicos da autarquia, decisores políticos, representantes de associações de defesa do ambiente,

O objetivo central da estratégia que enquadrou o PEA foi a evolução do Concelho de Vila Franca de Xira em direção à sustentabilidade. No interesse de aplicar ao Concelho um modelo de desenvolvimento ambiental sustentável, os autores procuraram que os sectores estratégicos abrangessem as grandes áreas temáticas de referência: ambiente (recursos naturais, resíduos sólidos urbanos, poluição) e urbanismo (edificado, espaço urbano público, rede viária e transportes, saneamento básico, riscos urbanos).

O Plano Estratégico de Ambiente (Hidroprojecto, 2007) definiu, assim, um conjunto de Vetores de Atuação Estratégica, Linhas de ação e Plano de Ações que se reproduzem de forma sumária em anexo (Anexo 6).

O PEA definiu também um conjunto de indicadores de Pressão-Estado-Resposta (Anexo 6) estruturados na forma de Fichas de Indicadores, propondo uma forma de medir o progresso em direção aos objetivos traçados. Na informação recolhida não foi possível obter relatórios ou dados eventualmente resultantes da utilização desses indicadores ou da aplicação das medidas propostas no PEA, o que não quer dizer de modo nenhum que eles possam não ter sido aplicados ou o seu contrário.

Assim, foi tomada a opção de, a partir do Plano de Ações construir uma parte significativa dos questionários lançados pelos serviços do MVFX para as Uniões de Freguesia (em anexo ao estudo principal) e para os técnicos e chefias municipais (Anexo 4), visando obter alguma evidência documental objetiva sobre o estado de cumprimento das medidas do Plano de Ações do PEA pelos



principais atores que a deveriam implementar, bem como do relacionamento desses atores com os instrumentos de sustentabilidade do MVFX, na falta de outros meios mais diretos para esse efeito.

O Plano Estratégico de Ambiente (Hidroprojecto, 2007) definiu um conjunto de Vetores de atuação estratégica, Linhas de ação e Plano de Ações que se reproduz em baixo, remetendo sempre para os documentos originais para melhor informação.

#### VETORES DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NO PEA

A prossecução do objetivo central do PEA (evolução do Concelho em direção à sustentabilidade) pressupõe os seguintes sectores de atuação estratégica:

- Regeneração Integrada do Espaço Territorial do Concelho, visando o estabelecimento de condições que promovam a correção de disfunções atualmente existentes, ao nível dos sistemas urbano, industrial e natural;
- Aproveitamento das potencialidades e mais-valias existentes, respeitando o valor e a capacidade de carga dos sistemas naturais. No caso do Concelho de Vila Franca de Xira, a evolução para a sustentabilidade pressupõe a necessidade de criação de condições para que se verifique o seguinte:
- Ecossistemas sustentáveis.
  - – Diminuição da poluição e contaminação ambiental.
  - – Estrutura Ecológica robusta composta por corredores verdes de qualidade.
  - – Diminuição do consumo de recursos não renováveis.
- Mobilidade “verde”.
  - – Diminuição do uso transporte automóvel individual e do seu impacto no tecido urbano (não esquecendo a zona interior).
  - – Aumento da utilização dos transportes públicos.
  - – Promoção da utilização de meios de transporte não poluentes.
  - – Ordenamento do tráfego.
- Estrutura urbana sustentável.
  - – Existência de áreas residenciais acolhedoras, equilibradas e de qualidade.
  - – Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos, favorecendo o urbanismo de proximidade.
  - – Contenção do crescimento urbano.
  - – Integração da natureza no espaço urbano.
  - – Requalificação do espaço público.
  - – Requalificação do tecido urbano e das casas de habitação.
- Estrutura industrial integrada.
  - – Qualificação e beneficiação das áreas industriais.
  - – Renovação ou qualificação de edifícios devolutos e de áreas não aproveitadas.
- Qualidade de vida.
  - – Qualificação e valorização dos espaços naturais.
  - – Valorização do património cultural e edificado.

## LINHAS DE AÇÃO NO PEA

Para dar resposta aos sectores de atuação foi realizada uma sessão de trabalho e reflexão que contou com a participação de elementos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira responsáveis pelo acompanhamento do Plano Estratégico de Ambiente e de outros acores locais, no contexto do 1º Workshop. Na sequência dessa reflexão conjunta e participada, foram identificados objetivos de qualidade ambiental e de qualidade de vida da população, a obter num futuro próximo, em todo o território concelhio. Os objetivos pretendidos foram traduzidos nas seguintes linhas de Ação:

1. Reordenamento e requalificação do território concelhio, incidindo sobre o espaço: urbano, industrial e natural;
2. Melhoria das acessibilidades;
3. Implantação de infraestruturas de tratamento de águas residuais;
4. Requalificação das linhas de água;
5. Criação de uma estrutura verde contínua, a nível concelhio;
6. Sensibilização e formação da população do Concelho.

Declara-se no PEA que estas linhas de Ação e objetivos associados foram ao encontro dos compromissos de Aalborg definidos na Conferência Aalborg+10. A todas as linhas Ação foram associados os Compromissos de Aalborg relativos a: 1 Governância, 2 Gestão local para a sustentabilidade e 10 Do local para o global. Já o Compromisso 8 Economia local dinâmica e sustentável e 9 Equidade e justiça social não se relacionam diretamente com o Plano Estratégico de Ambiente, mas estavam associados ao Plano Estratégico de Desenvolvimento. Na tabela seguinte, sistematizam-se as linhas de Ação, os compromissos que lhe estão associados e os compromissos de Aalborg aos quais dão resposta direta.

## PLANO DE AÇÕES DO PEA

Foram definidos no PEA o seguinte conjunto de propostas de ação, traduzidas em fichas de ação.

Ação proposta no Plano Estratégico de Ambiente
1. Construção de sistema de transporte e tratamento de águas residuais
2. Incrementar a recolha seletiva por ecopontos
3. Reformular os circuitos de recolha seletiva e de recolha indiferenciada
4. Avaliar a possibilidade de implementar a recolha seletiva porta-a-porta de materiais recicláveis
5. Dinamizar a criação de soluções para a problemática associada a deposições ilegais de resíduos e construção e demolição
6. Construção de ecocentros
7. Levantamento dos locais de deposição de resíduos potencialmente perigosos e análise de soluções para a sua remoção
8. Instalar Oleões
9. Instalação de equipamentos de avaliação da qualidade do ar
10. Implementar Índices de qualidade do ar
11. Criação de cortinas arbóreas envolvendo as pedreiras e saibeiras em atividade
12. Redução dos níveis de ruído
13. Promover a utilização de fontes de energia alternativa
14. Incentivar a utilização de combustíveis renováveis nos transportes
15. Recuperação paisagística de encostas

Ação proposta no Plano Estratégico de Ambiente
16. Delimitação de áreas industriais e logísticas com áreas verdes
17. Criação de zonas verdes nos aglomerados urbanos
18. Ordenamento arbóreo ao longo das principais vias rodoviárias
19. Reflorestar
20. Regularização das linhas de água e requalificação da rede hidrográfica do concelho
21. Promoção do uso racional de energia
22. Execução de alternativas à EN10 e EN1
23. Condicionar o trânsito automóvel nos núcleos históricos e promover a circulação pedonal/ciclável
24. Melhorar as condições de acesso viário às estações ferroviárias e desenvolver interfaces multimodais de excelência
25. Aumentar a oferta de estacionamento para veículos ligeiros e pesados
26. Reabilitar os núcleos urbanos
27. Preservar o uso do solo na lezíria do Tejo
28. Controlo e planeamento da edificação na encosta do Monte Gordo
29. Requalificação e Regularização do vale da ribeira da Castanheira
30. Controlo da erosão entre Areias de Baixo e Povos
31. Melhorar a integração dos riscos de instabilidade de vertentes e geotécnicos no planeamento urbano
32. Redução dos riscos geotécnicos na rede viária
33. Promover a educação ambiental
34. Elaborar um regulamento municipal de ambiente, criar um corpo de fiscalização ambiental eficiente e implantar um sistema de monitorização ambiental.

## RECOMENDAÇÕES NO PEA

Segundo a mesma fonte (Hidroprojecto, 2007) foi entendido que sucesso da implementação do PEA dependia não só profundo conhecimento da realidade do Concelho como também da articulação do mesmo com outros planos estratégicos. Mais ainda, dependia do estabelecimento de parcerias entre os vários intervenientes no território concelhio na adoção de uma postura de empenhamento e entrosamento com os objetivos do Plano.

De acordo com o Conselho Europeu de Urbanistas (2002), foram, nesse estudo, sugeridas as seguintes recomendações que deveriam ser adotadas pelos técnicos da Câmara Municipal e outros intervenientes, que lidam com os aspetos do planeamento territorial e proteção do ambiente:

### Água

- Controlar o número, tipo e dimensão de atividades consumidoras de água, em função das disponibilidades, promovendo a reutilização de águas residuais tratadas, por exemplo para a rega de espaços verdes.
- Utilizar a disponibilidade de água como uma ferramenta de planeamento para orientar funções, tipos e extensão do desenvolvimento urbano.
- Reduzir ao mínimo a impermeabilização de superfícies, com vista a promover a infiltração especialmente nos locais onde os níveis dos aquíferos estão a baixar.
- Assegurar, tanto quanto possível, a permeabilidade dos pavimentos.
- Assegurar, dentro do possível, a existência de uma percentagem significativa de solo permeável em todas as superfícies não edificadas.
- Encorajar a pavimentação de caminhos, áreas pedonais e ruas com materiais porosos.

- Prever espaço suficiente para a retenção da água de superfície, bem como para a instalação de bacias artificiais para infiltração.
- Considerar soluções técnicas alternativas, especialmente soluções sem canalização, para a infiltração da água da chuva.
- Promover, nas áreas mais húmidas, a utilização de coberturas verdes, para absorção da água da chuva.
- Utilizar, o mais possível, o elemento água para coesão espacial e como elemento ornamental, no âmbito do planeamento urbano.
- Considerar os cursos de água, as suas margens verdes e arborizadas e os seus leitos, como elementos naturais integrantes do conjunto da paisagem.

#### **Ar e ruído**

- Promover a utilização de meios de transporte “amigos do ambiente”: bicicleta, andar a pé.
- No planeamento das áreas residenciais ter em conta que deve ser assegurado o acesso fácil à rede de transportes públicos.
- Promover a utilização de sistemas de aquecimento a energia solar.
- Promover o mais possível a plantação de cinturões verdes ao longo das vias de tráfego de maior movimento para reduzir os níveis de poluentes na atmosfera.
- Promover e manter a existência de áreas verdes significativas no Concelho, já que contribuem para a redução das concentrações de poluentes atmosféricos.
- Dotar as áreas onde são praticadas atividades potencialmente poluentes de cinturões verdes.
- Constituir cortinas arbóreas, o mais densas possível, nas áreas residenciais como forma de reduzir os níveis de ruído.
- Reduzir a propagação do ruído através da modelação do terreno (implantação de taludes) complementada com a plantação de árvores, ou através da implantação de barreiras sonoras e cortinas vegetais complementares.
- Promover a utilização de materiais absorventes do som e a utilização de superfícies menos duras na pavimentação das ruas das áreas residenciais e na proximidade de escolas ou hospitais.
- Incentivar o isolamento acústico dos edifícios existentes (vidros duplos, etc.) que se localizem junto de fontes sonoras, através, por exemplo, da atribuição de subsídios.
- Localizar as principais áreas de estacionamento nas zonas de maior tráfego e evitar fazê-lo nas zonas residenciais.

#### **Solo**

- Assegurar que o solo permeável represente uma fração significativa das áreas não edificadas.
- Racionalizar a utilização de solos importados, por exemplo areia para construção.
- Evitar ou reduzir ao máximo a escavação do solo e as atividades de movimentação de terras.
- Recuperar ou reconstruir edificações existentes, evitando, ao máximo, a ocupação de novas áreas para urbanização, em especial nas zonas verdes.
- Racionalizar os usos do tecido urbano, através da utilização de padrões mais concentrados, tanto de população como de atividades.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



- Reutilizar e revitalizar solos contaminados subutilizados e degradados, de modo a reduzir as pressões urbanísticas sobre as áreas verdes.
- Adotar o princípio da “reciclagem do solo” na escolha de novas áreas para urbanização (antigas áreas industriais, solos degradados, etc.).
- Promover a utilização de pavimentos permeáveis, sempre que viável.

#### **Natureza e ecologia**

- Promover e, se possível, regulamentar uma percentagem significativa de áreas verdes (jardins, canteiros, parques, etc.) nas áreas urbanas a planejar.
- Promover a construção de logradouros interiores com áreas verdes e arborizadas.
- Compensar as árvores abatidas, através da plantação de árvores.
- Transportes e acessibilidades
- O planeamento territorial deve assentar na concentração de aglomerados urbanos e não na sua dispersão aleatória para diminuir a extensão das viagens e paralelamente encorajar o uso dos transportes coletivos.
- Prever, tanto quanto possível, a instalação de equipamentos básicos na proximidade das áreas residenciais, de forma a serem acessíveis a pé.
- Proporcionar, na medida do possível, boas acessibilidades e evitar barreiras.
- Interligar os nós de atividade intensa, espaços públicos, áreas desportivas e áreas residenciais tanto com percursos diretos para ciclistas e peões como com o transporte público.
- Restringir o acesso a veículos pesados de transporte de bens e incentivar centros de distribuição que utilizem veículos comerciais ligeiros.
- Apoiar iniciativas políticas e técnicas que estimulem o uso dos transportes colectivos em detrimento do transporte particular.
- No planeamento de novas urbanizações, garantir que existe, logo desde o início, disponibilidade de meios de transporte público.
- Utilizar a política de estacionamento local como fator dissuasor do transporte particular, através da introdução de taxas para o estacionamento, em particular onde a haja escassez de espaço.
- Promover, o mais possível, o estacionamento subterrâneo diretamente associado aos edifícios geradores de tráfego.
- Proporcionar espaços adequados ao estacionamento de bicicletas, tornando-os visíveis e garantindo acesso direto e seguro às áreas habitacionais e/ou locais de trabalho.
- Localizar os empreendimentos e funções geradoras de mais viagens próximas de infraestruturas de transporte público.

#### **Energia**

- integrar as políticas energéticas em vigor nos planos e ações locais e estar a par e implementar as inovações tecnológicas que visam a redução do consumo de energia.
- Promover a construção de edifícios eficientes em termos energéticos e em harmonia com o ambiente natural (soluções arquitetónicas e construtivas adaptadas às condições climáticas locais).



- Evitar a localização de novas áreas de expansão em locais com uma sombra prolongada durante o Inverno.
- Promover a implantação de cortinas arbóreas, constituídas espécies de folha caduca, para cobrir as fachadas expostas a sul, por forma a proporcionar protecção do calor, no verão, e a captação da radiação solar pelas fachadas, no Inverno.
- Promover a utilização de fontes alternativas de energia (por exemplo encorajando a implantação de campos de energia eólica para produção de energia).

#### **Resíduos**

- Promover a utilização de materiais de construção naturais e ecológicos.
- Incentivar a utilização de materiais de construção locais em relação a materiais importados.
- Promover a utilização de materiais inertes sobrantes em outras obras da responsabilidade da autarquia (por exemplo pedra ou entulho para caminhos e fundações de edifícios).
- Promover a compostagem local de resíduos orgânicos ou de resíduos de jardinagem.
- Prever espaços para a instalação de equipamentos de compostagem e reciclagem e conceber áreas para deposição e reciclagem de resíduos que sejam acessíveis, agradáveis e seguras, de forma a prover uma imagem positiva destes locais.

#### **Património histórico**

- Considerar os padrões característicos e as estruturas existentes como componentes essenciais do património local e da identidade cultural.
- Criar uma relação entre as novas expansões e as estruturas urbanas existentes assegurando, assim, a continuidade.
- Proteger os elementos históricos existentes no planeamento de novas funções e procurar manter os edifícios antigos.
- Considerar, sempre que possível, as tradições sociais e culturais, quando se planeia a transformação de um local.
- Manter ou reutilizar pavimentos existentes (pedras naturais, cubos, lajes), especialmente na pavimentação de largos e de ruas somente com trânsito pedonal.

#### **Riscos e acidentes**

- Integrar as questões do risco no planeamento urbano.
- Desenvolver políticas urbanísticas específicas para os locais considerados de risco (riscos de incêndio, escorregamento de solos, inundações, etc.) através da limitação, proibição ou controlo da urbanização.
- Localizar as atividades que envolvam um risco potencial de acidente fora e suficientemente afastadas das áreas urbanas.
- Qualidade social
- Estimular o acesso aos serviços sociais, culturais e de saúde, ao transporte público, ao pequeno comércio e ao recreio.
- Localizar as zonas residenciais próximo das redes de serviços, dos equipamentos coletivos e dos transportes coletivos.
- Promover a mistura de funções e de serviços e equipamentos públicos e privados.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



- Estimular a disponibilidade de equipamentos nas áreas residenciais.
- Considerar estruturas e elementos típicos como elementos de identificação que valorizam tanto a continuidade histórica como a identidade do sítio.
- Considerar a qualidade da habitação e do alojamento como muito importante para o bem-estar da população.
- Incentivar o planeamento de áreas residenciais com logradouros interiores que valorizem a noção de pertença e de segurança e torná-los espaços públicos ou espaços de recreio, sem automóveis.
- Projetar áreas de recreio seguras, tornando-as acessíveis a todos.
- Proporcionar lugares tranquilos nos jardins e parques, com a presença de água em movimento.

## INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO PEA

Tema	Nome do indicador	Tipo
Água	Descargas pontuais de efluentes sem tratamento	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Consumo de água	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Eficiência dos sistemas de abastecimento de água	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Qualidade das águas superficiais	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
	Reutilização de águas residuais tratadas	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Resíduos Sólidos	Produção de resíduos sólidos	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Valorização e reutilização de resíduos sólidos	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Ar	Qualidade do ar	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Ruído	População exposta ao ruído ambiente exterior	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Energia	Consumo de energia eléctrica	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Produção e consumo de energias renováveis	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Paisagem e Estrutura Verde	Coberto vegetal	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Área arborizada	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Espaços verdes de utilização pública	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Acessibilidades e Mobilidade	Tráfego de veículos	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Ordenamento do Território	Uso do solo	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Reconversão de terrenos abandonados para novas utilizações	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Áreas classificadas	<input type="checkbox"/> P <input checked="" type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Área de solo desafectada da RAN	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
	Evolução da área de REN	<input checked="" type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> R
Educação Ambiental e Cívica	Despesa com acções de educação ambiental	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Monitorização e Fiscalização	Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
Outros	Gestão Sustentável da Autarquia Local e das Empresas Locais	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R
	Investimento na área do ambiente	<input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> E <input checked="" type="checkbox"/> R

P – pressão, E – Estado e R – resposta.

(Fonte: Hidroprojeto, 2007a)

## Estrutura da ficha de Indicadores de Sustentabilidade Ambiental

<b>Tema</b>	Área temática que enquadra o indicador.
<b>Nome do Indicador</b>	Denominação do indicador.
<b>Tipo</b>	Tipo de indicador de acordo com o modelo conceptual adoptado da OCDE: Pressão, Estado ou Resposta.
<b>Descrição:</b> Descrição do indicador e sua relevância no contexto municipal face ao desenvolvimento sustentável.	
<b>Unidade(s) de medida:</b> Unidade(s) de medida do indicador.	
<b>Metas a alcançar:</b> Metas previstas em documentos nacionais ou regionais e/ou em normas legais/técnicas.	
<b>Metodologia:</b> Síntese metodológica do cálculo do indicador.	
<b>Periodicidade:</b> Periodicidade em que é relatado o indicador.	
<b>Fonte(s):</b> Fonte(s) de informação.	

(Fonte: Hidroprojeto, 2007a)



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 4 - PLANO DE ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Julho 2020

#### ANEXO 4 - PLANO DE ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

A CMVFX promoveu um estudo - Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidades – cujos trabalhos se desenvolveram de 2007 até culminarem num relatório de 2010, indo ainda a tempo de integração no Plano Estratégico de Ambiente (PEA) Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidades apresenta um conjunto de propostas destinadas à melhoria da intermodalidade rodoferroviária no Concelho de Vila Franca de Xira e a criação de 1750 lugares de estacionamento junto a estas interfaces. Entre as medidas consideradas incluíram-se a melhoria dos acessos rodoviários às estações ferroviárias e interfaces, em especial nas horas de ponta, pressupõe o descongestionamento da EN10 e EN1 e a construção de variantes a estas duas vias (ICVM 2010).

A Freguesia de Vila Franca de Xira teve também direito ao seu plano local de acessibilidade.

Ressalva-se que as medidas que visem apenas melhorias de acessibilidades sem a conjugação de outras medidas relativas à mobilidade e gestão da procura são potenciadoras do uso do transporte individual, que a médio prazo conduzirá ao novo congestionamento das vias e, ainda, à expansão urbana.

Reconhece-se que se deve dar prioridade aos transportes públicos de elevada qualidade e aos modos de deslocação amigos do ambiente e à integração dos mesmos no planeamento dos usos do solo. As novas acessibilidades rodoviárias devem por isso inserir-se nesta filosofia, como um complemento e não como elemento dominante.

Aquando da revisão do Plano Local e Municipal de Promoção de Acessibilidades considerou-se que deverão ser definidas medidas que promovam e fomentem a circulação pedonal e de bicicletas, quer enquanto lazer, quer para pequenas deslocações. Considerou-se ainda que este Plano deverá avaliar as potencialidades obtidas pelo eventual descongestionamento dos tecidos urbanos, através de soluções “amigas do ambiente”, tais como o prolongamento do Metro de Superfície de Algés e de Odivelas, passando por Loures, até ao Concelho de Vila Franca de Xira.

Verificam-se pontualmente dificuldade de atravessamento rodoviário pela Estrada Nacional 10 em ambos os sentidos, especialmente em horas de ponta, onde se geram constrangimentos e acumulação de tráfego em pontos específicos do percurso – semáforos à entradas das cidades e na ligação entre a EN10 e Estrada de Arruda à entrada de Alhandra, bem como nos acessos a essas vias de comunicação, terminais rodoferroviários e outras centralidades.

A questão da mobilidade aparece retomada noutros estudos e é comum à generalidade da Área Metropolitana de Lisboa. Destaca-se aqui que “A mobilidade continua a ser uma importante fragilidade da Região de Lisboa e Vale do Tejo, sendo de assinalar a persistente opção pelo transporte individual nas deslocações pendulares.”, e que “Quanto à organização do sistema de transportes” (Prioridade 4 do Programa Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa-PROT AML) apesar das melhorias introduzidas, persistem fragilidades no funcionamento do sistema, sendo ainda expressiva a opção pelo transporte individual para percorrer as maiores distâncias das deslocações pendulares, utilizado em 55% destas deslocações. Salienta-se o facto de, em 2011, pelo menos 40% da população residente nos concelhos da AML trabalhar ou estudar noutro município.



Esperam-se melhorias no sistema, com o reforço de competências atribuído à Área Metropolitana de Lisboa no domínio do sistema de mobilidade, em termos de planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros. (CCDR-LVT, 2017).

Em novembro de 2018 foi aprovada em reunião de Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira a delegação de competências municipais na Área Metropolitana de Lisboa no domínio dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, a exemplo de outros municípios da AML.

Em 2019 o Fundo Ambiental, do Ministério do Ambiente e da Transição Energética (MATE), lançou o Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)<sup>1</sup>. O Despacho n.º 1234-A/2019, de 4 de fevereiro, veio regular o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) previsto no Artigo 234.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2019<sup>2</sup>. Trata-se de uma medida de apoio refletindo a opção de 21 Comunidades Intermunicipais (CIM) e 2 Áreas Metropolitanas (AM) que está a beneficiar vários milhões de utentes de transportes nas áreas abrangidas, com a redução dos custos dos passes sociais.

Ainda é cedo para avaliar a taxa de transferência para os transportes coletivos nas deslocações pendulares dos cidadãos residentes nas áreas abrangidas pois a medida é muito recente.

Reconhece-se que é um incentivo muito claro para o uso de transportes coletivos em alternativa ao transporte individual e que é suscetível de vir a trazer vários impactes positivos, para o ambiente e para o ordenamento do território a médio e longo prazo.

---

<sup>1</sup> URL <https://www.fundoambiental.pt/aviso-2019/programa-de-apoio-a-reducao-tarifaria-part.aspx> [consultado em 28/04/2019]

<sup>2</sup> URL: <http://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/Noticias/Documents/2019/FAQ.PDF> [consultado em 28/04/2019]

## SEGURANÇA RODOVIÁRIA

A sinistralidade rodoviária é uma das principais preocupações de governos e cidadãos. A Organização Mundial de Saúde estima que os acidentes rodoviários sejam a quinta causa de morte e invalidez em 2030 (CMVFX, 2017).

Durante o ano de 2016 e relativamente a 2015, o Concelho de Vila Franca de Xira sofreu um aumento de acidentes com vítimas na ordem dos 8%. Nos valores referentes a feridos graves ocorreu uma diminuição, na ordem dos 4,5%. Nos feridos leves ocorreu um acréscimo na ordem de 10,5%. Nos acidentes com vítimas mortais há a considerar um decréscimo de 33,3% (Conselho Municipal de Segurança, 2017).

No contexto da AML em 2001, o Concelho registou, 4 acidentes com vítimas por cada 1 000 habitantes, valor superior à região onde se insere, sendo que, a partir dessa data passou a registar valores inferiores aos da AML. Alcançou o valor mais baixo, em 2015, com 2,1 acidentes com vítimas por cada 1 000 habitantes. O índice de gravidade (correspondente ao número de vítimas mortais por cada 100 acidentes com vítimas) vindo a aumentar desde 2009 (ano que registou o valor mais baixo desde 2007), notando-se uma tendência crescente, embora com flutuações (CMVFX, 2017). O mês de maio 2016 foi o mês com maior número de acidentes com vítimas, com o mês novembro 2016 a apresentar um índice de gravidade mais elevado. O maior índice de acidentes ocorreu durante o dia, sendo o período onde foi registado 50% das vítimas mortais. 79,3% do total dos acidentes ocorreram com bom tempo, assim como, metade das vítimas mortais. O maior número de ocorrências surge dentro das localidades, no entanto, os valores referentes às vítimas mortais ocorreram fora das localidades. A UF de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras apresenta os piores resultados, registando metade das vítimas mortais, mas é na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho que se registou um maior número de feridos graves no período de referência (2016). A maioria das vítimas mortais são condutores e peões. Cabe aos veículos ligeiros a maioria das ocorrências com vítimas mortais, assim como a maioria dos feridos, seguido dos veículos de duas rodas (Conselho Municipal de Segurança, 2017).

Da análise dos dados deste estudo, verifica-se que a maioria dos acidentes em 2016 envolvendo vítimas mortais e feridos que abarcam peões e condutores, ocorrem com veículos ligeiros, dentro das zonas urbanas, com mais vítimas mortais fora das zonas urbanas, durante o dia, com bom tempo, com incidência particular nos meses de maio e novembro.

Neste sentido, sugere-se que, aquando da revisão do plano de acessibilidades, se proceda à avaliação e à eventual proposta de medidas que fomentem a redução dos valores de sinistralidade.

---

## MOBILIDADE E TRANSPORTES

De acordo com os resultados provisórios do Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto (AMP) e de Lisboa (AML), realizado pelo INE em 2017, verifica-se o predomínio do automóvel nos dados sumariados a seguir:

- A população móvel representou, face ao total da população residente, 78,9% na AMP e 80,4% na AML;
- O número médio de deslocações/dia por pessoa móvel situou-se em 2,72 na AMP e 2,60 na AML;
- As deslocações efetuadas pelos residentes da AMP e AML duraram em média 21,8 minutos e 24,3 minutos, respetivamente;
- Deslocações intramunicipais representaram 71,0% na AMP e 65,4% na AML no total de deslocações com origem e destino na respetiva área metropolitana;
- O principal motivo das deslocações foi o trabalho (30,3% do total na AMP e 30,8% na AML);
- O automóvel foi o principal meio de transporte nas deslocações realizadas pelos residentes nas áreas metropolitanas, de forma mais marcante na AMP (67,6% das deslocações) do que na AML (58,9%), considerando todos os dias da semana em geral.

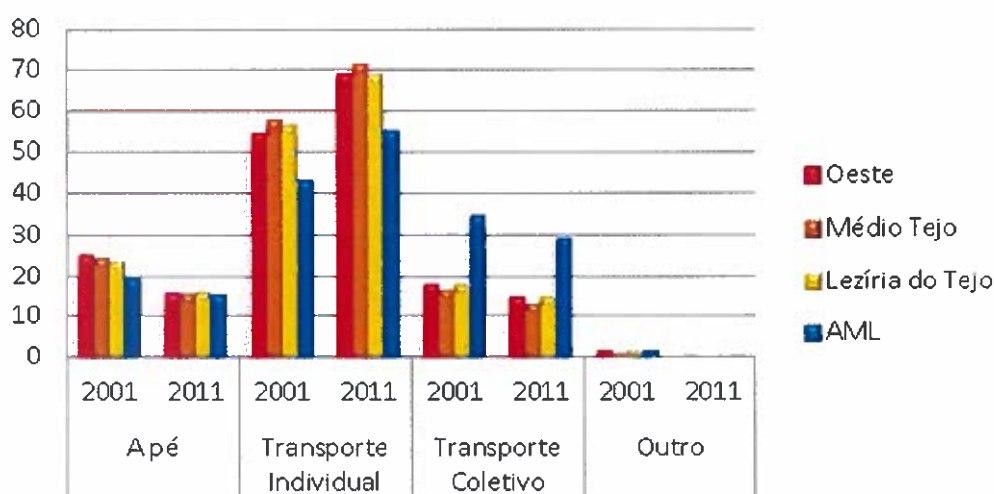


Figura A4.1 Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º)

Fonte: CCDR-LVT (2017b)

Numa análise à Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) (figuras A4.1 e A4.2), o meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares da RLVT continua a ser o transporte individual, registando um incremento em 2011, sendo o transporte mais utilizado para percorrer a maior distância da viagem, o que poderá justificar o decréscimo do transporte coletivo e o decréscimo das deslocações a pé para o trabalho e / ou escola, sendo ainda expressiva na AML com 55% das deslocações pendulares, num contexto metropolitano com maior oferta de transportes coletivos (CCDR-LVT, 2017b).

Este padrão de mobilidade conduz a níveis já elevados de dependência energética /carbónica, pelo que deverão ser potenciadas novas formas de mobilidade e reponderadas as opções de residência / trabalho / escola, na perspetiva de diminuição das distâncias percorridas (CCDR-LVT, 2017b).

No caso da AML, a proporção de deslocações em que o trabalho constituiu o principal motivo da deslocação foi mais elevada nos municípios de Vila Franca de Xira (35,3%), Sesimbra (34,2%), Sintra (33,5%), Loures (32,7%) e, comparativamente, menos expressiva em Setúbal (24,8%) e Moita (26,9%) (INE, 2018).

Na AML, apenas o Município de Lisboa registou um número de deslocações de entrada superior ao número de residentes, 110 entradas por 100 habitantes. Com valores superiores a 70 entradas por 100 habitantes destacavam-se, ainda, os Municípios de Oeiras, Alcochete, Amadora, Palmela, Loures e Odivelas. Os Municípios de Mafra, Vila Franca de Xira, Setúbal e Sintra registavam um número inferior a 50 entradas por 100 habitantes (INE, 2018)

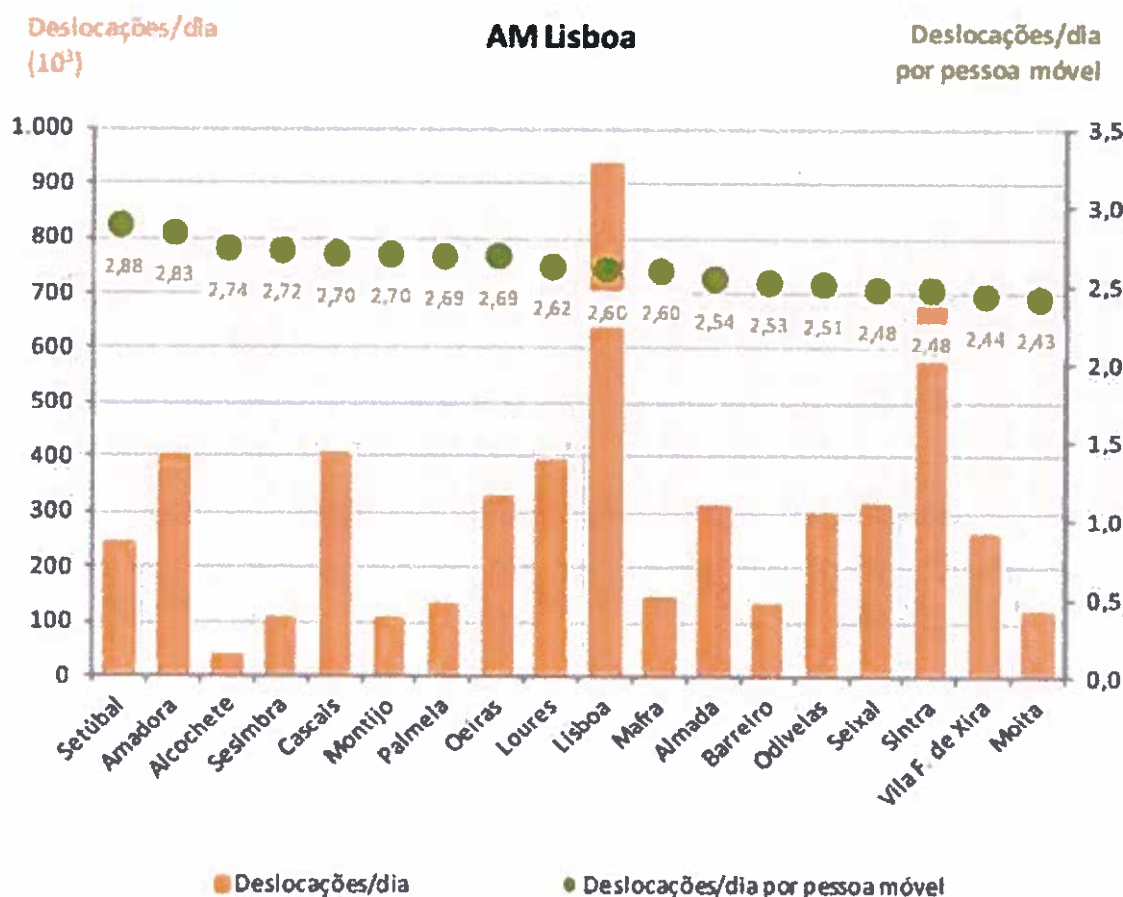


Figura A4.2 Número de deslocações/dia totais e por pessoa móvel, por Concelho de residência  
Fonte: INE (2018)

Na AML, as mulheres efetuaram maior número de deslocações por dia (2,62 por indivíduo móvel), comparativamente com os homens (2,58), não obstante a população feminina evidenciar menor proporção de população móvel (INE, 2018).

Na AML, destacou-se a população entre 25 e 44 anos com um peso de 31,1% (+1,5 p.p. face ao escalão 45-64 anos) contribuindo para 32,7% do total de deslocações (+3,0 p.p. que o escalão etário seguinte), correspondendo a 2,74 deslocações por dia (2,61 no caso da população 45-64 anos) (INE, 2018).

Na AML, Mafra (80,4%), Setúbal (79,9%), Vila Franca de Xira (74,9%) e Cascais (71,3%) registaram uma proporção de deslocações intramunicipais mais elevada e em Oeiras (54,4%), Alcochete (56,3%), Amadora (57,1%), Loures (58,1%) e Odivelas (58,6%) esta proporção foi menos expressiva. Destaca-se que 27% das deslocações entre municípios da AML tinham Lisboa como o município de destino (INE, 2018).

### AM Lisboa

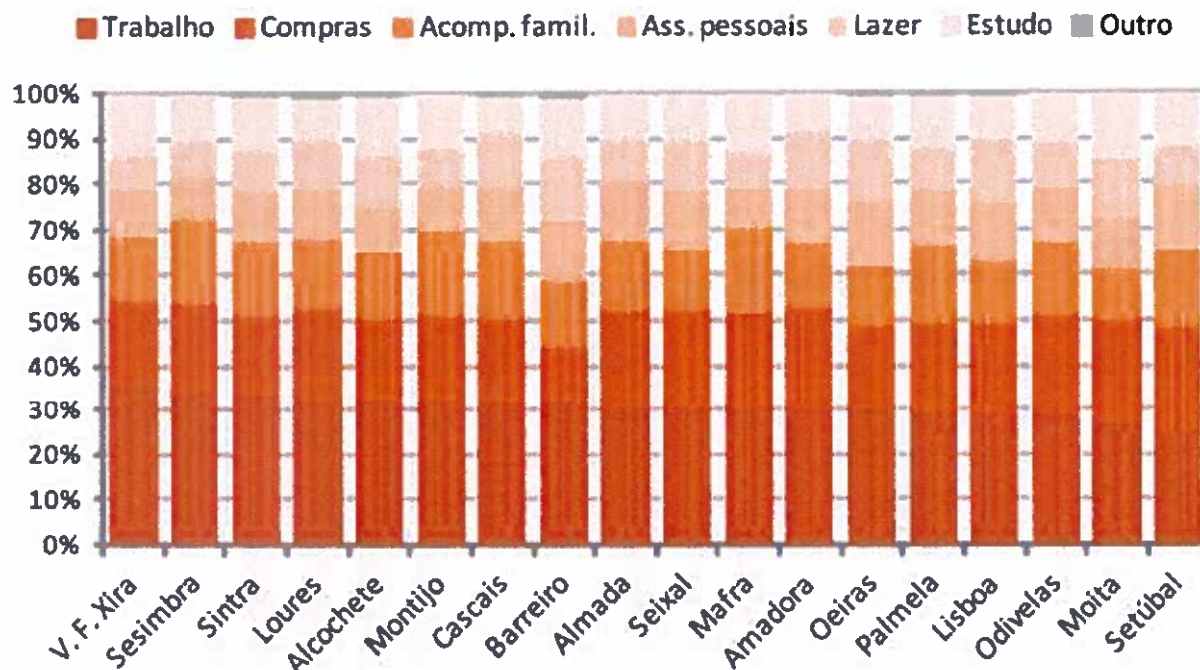


Figura A4.3.- Deslocações/dia por Concelho por motivo da deslocação

Fonte: INE (2018)

Na AML, verifica-se que nos fins-de-semana (figura A4.4, a seguir) as deslocações para compras eram mais expressivas (36,1% do total) que nos dias úteis (14,0%). Tendo em conta apenas as deslocações ao fim-de-semana, as deslocações por lazer ascenderam a 22,5%, acima das deslocações por assuntos pessoais (INE, 2018).



## AM Lisboa

Unidade: %

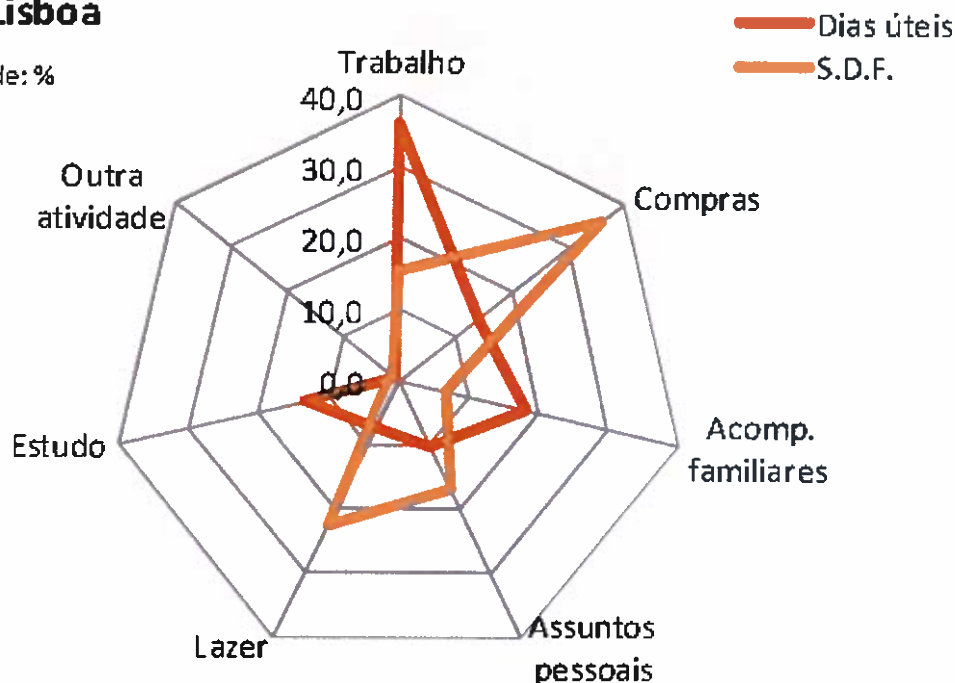


Figura A4.4- Distribuição do número de deslocações por motivo de deslocação (excluindo “regresso a casa”)  
Fonte: INE (2018)

Sobressai, nos dados estatísticos (figura A4.5), o transporte individual motorizado como principal meio de transporte (59,8%). Nos dias úteis, a representatividade do transporte individual motorizado era 57,3%. No conjunto dos dias da semana, destacou-se o automóvel (ligeiro de passageiros) como principal meio de transporte nas deslocações, que foi a opção em 58,9% dos casos na AML. Nas deslocações nos dias úteis, o automóvel pesou 56,3% na AML (INE, 2018).

As deslocações, principalmente por modos suaves (pedonal ou bicicleta, Figura A4.6), atingiram 23,5% na AML, percentagens semelhantes às que se obtêm quando se consideram apenas os dias úteis e particularmente expressivos entre as deslocações para compras (38,9% na AML) (INE, 2018).

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2030 (ENMAC2030), aprovada em julho 2019, vem aumentar a pressão para a implantação no terreno de vias cicláveis e para o estímulo à mobilidade em bicicleta, bem como para a redução drástica da sinistralidade de peões e ciclistas.



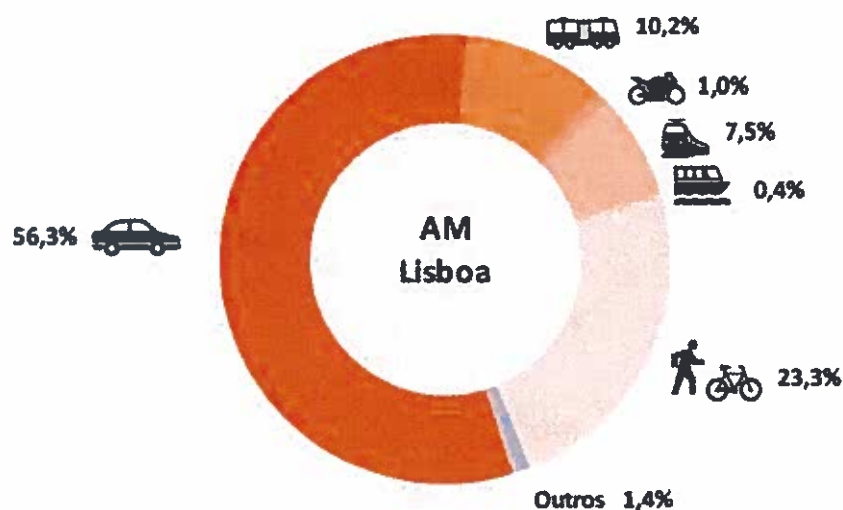


Figura A4.5 - Distribuição do número de deslocações por principal meio de transporte, nos dias úteis (globalidade dos meios de transporte)  
Fonte: INE (2018)

Na falta de dados mais pormenorizados e recentes para o Concelho, temos que para os movimentos pendulares verificou-se que em 2011, o peso das movimentações intraconcelhias (35,97%), juntamente com a população que entra no Concelho para trabalhar/estudar (10,44%) resulta num balanço positivo (46,41%), suplantando o peso da população que sai do concelho para trabalhar/estudar (30,70%). Os principais movimentos intraconcelhios verificam-se, em 2011, fundamentalmente no interior da freguesia de residência quer para fins de trabalho quer de estudo. (CMVFX, 2015; CMVFX, 2017).

Esperam-se, ainda, melhorias no sistema, com o reforço de competências atribuído à Área Metropolitana de Lisboa no domínio do sistema de mobilidade, em termos de planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros. (CCDR-LVT, 2017) e também a recente medida de simplificação e alteração do sistema tarifário das áreas metropolitanas de Lisboa.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 5 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PDM DE VFX

Julho 2020

## ANEXO 5 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGIA DO PDM DE VFX

O Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Franca de Xira (AAE PDMVFX) visou dar cumprimento ao estipulado no artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho (IST, 2008).

O objetivo da AAE, segundo o exposto no próprio relatório, consistiu em incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado à elaboração do PDM de Vila Franca de Xira contribuindo, assim, para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano.

Ultrapassando os aspetos de análise e diagnóstico, arriscando também alguma possível simplificação em demasia, foram elencadas 96 diretrizes para seguimento que neste estudo foram adaptadas e transformadas em perguntas dos questionários dirigidos aos técnicos municipais e às Juntas de Freguesia, considerando-se essa a forma mais precisa de avaliar o modo como foram integradas pelos serviços do MVFX nas políticas e práticas relacionadas como a organização e gestão do território.

É difícil obter um resultado concreto desse esforço de obtenção de dados sobre a execução das diretrizes para seguimento na AAE PDMVFX, entendendo-se, contudo, o seu carácter programático e com reflexos no médio e longo prazo.

Um estudo recente (CCDR-LVT, 2017) preconiza que “o sistema de gestão territorial na AML deverá procurar retomar a prospetiva e a gestão estratégica, associando planeamento e programação tendo por base novos modelos governação do território transeitoriais e multinível. Os instrumentos de gestão territorial deverão:

- i) preparar o território, os serviços e as atividades para uma população mais envelhecida;
- ii) mobilizar as (vastas) áreas rurais e urbanas sem uso ou com usos obsoletos para as cadeias de valor económico e social;
- iii) promover melhores práticas de resiliência e soluções sustentáveis de base natural, (espécies e culturas, proteção do solo, infraestruturas verdes, desenho do espaço público, climatização natural);
- iv) estimar (territorialmente) o valor dos serviços dos ecossistemas e repercuti-lo nas políticas orçamental e fiscal;
- v) prospetivar e explorar efeitos do desenvolvimento tecnológico na organização e apropriação dos recursos territoriais;
- vi) facilitar e potenciar a transição energética associada a novas formas de mobilidade, conforto habitacional e bem-estar.”.

De referir que o cumprimento destes objetivos ainda não foi posto à prova, o que provavelmente só acontecerá do modo mais dramático com um evento de grandes proporções à escala regional ou nacional, climático ou geotécnico.

Apresenta-se, a seguir o elenco das Diretrizes para Seguimento propostas na AAE do PDM VFX:

### Diretrizes para seguimento

#### AAE PDM VFX

1. Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo
2. Adotar medidas conducentes à resolução do problema de salubridade, e contaminação, em zonas de ocupação dispersa
3. Fazer depender o licenciamento de projetos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública
4. Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental
5. Fazer depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e tratamento de efluentes, e do sistema de recolha e tratamento de resíduos urbanos, para acolher na totalidade as necessidades associadas a novas construções
6. Dinamizar e promover a utilização do transporte ferroviário enquanto alternativa ao transporte individual, nomeadamente para deslocações dentro da sub-região da Grande Lisboa
7. Assegurar que as necessidades de transporte ferroviário de passageiros são satisfeitas atendendo a prioridades de transportes energeticamente sustentáveis.
8. Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído
9. Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Higrotérmico orientada para identificar as zonas urbanas mais vulneráveis e as zonas mais propícias à expansão urbana em termos de conforto humano e saúde pública
10. Proceder a uma monitorização rigorosa do faseamento da ampliação da rede de drenagem e tratamento de efluentes, através do estabelecimento de um cronograma de execução e da responsabilização da SIMTEJO pelos atrasos que se venham a verificar
11. Monitorizar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura em função do crescimento do Concelho
12. Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento
13. Monitorizar a compatibilidade da localização de novas áreas urbanas, incluindo a reconversão de espaços industriais obsoletos, com os estabelecimentos existentes abrangidos pelo Decreto-Lei 254/2007, de 12 de julho, relativo à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas
14. Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nos Mouchões, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias
15. Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água
16. Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas
17. Articular os mapas de ruído de Vila Franca de Xira com os mapas de ruído dos concelhos vizinhos, e adotar medidas de redução dos níveis de ruído onde eles estão em excesso

**Diretrizes para seguimento  
AAE PDM VFX**

18. Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas atividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas atividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL nº254/2007, de 12 de Julho, respeitante à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas
19. Estabelecer critérios de expansão e regulação para a indústria extrativa, incluindo dentro das Áreas Cativas e de Reserva para a exploração de recursos geológicos, sempre que haja valores naturais e culturais relevantes
20. Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho
21. Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade do ar e ruído nas zonas urbanas mais sensíveis
22. Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis à contaminação
23. Monitorizar a eficácia das medidas agroambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas
24. Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar
25. Assegurar que a maior pressão urbanística sobre o meio rural só sucede por esgotamento de outras ofertas existentes ou potenciais no espaço urbano Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras
26. Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos
27. Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões, tendo em conta os requisitos legais relativamente à intervenção em áreas ao abrigo da Diretiva Habitats
28. Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural
29. Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de recuperação da dispersão urbana ilegal
30. Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização de incentivo e desenvolvimento da identidade rural do concelho
31. Desenvolver um sistema de monitorização da evolução do controlo da ocupação dispersa no território do Concelho
32. Desenvolver e implementar uma estratégia de realocização a longo prazo das áreas urbanizadas situadas em zonas de inundação
33. Sujeitar os projetos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de inundação, nomeadamente os projetos que envolvam a circulação de pessoas e bens materiais
34. Fazer acompanhar os projetos de regularização de rios e ribeiras de estudos de impacte ambiental
35. Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação

### Diretrizes para seguimento

#### AAE PDM VFX

36. Assegurar que o aumento expectável do tráfego fluvial de mercadorias não põe em causa a utilização do Rio para efeitos de recreio e lazer, tanto ao nível da navegabilidade como ao nível da qualidade da água
37. Promover a dinamização de atividades ligadas ao rio e a criação de âncoras de estadia para recreio e lazer (comércio, serviços, mobiliário urbano, espaços de utilização coletiva, etc.) ao longo da frente ribeirinha
38. Promover a regularização de cheias num quadro de alterações climáticas
39. Assegurar a dinamização crescente de corredores de acesso ao Rio, nomeadamente tendo em conta os condicionamentos ou oportunidades físicas geradas pela construção das plataformas logísticas previstas
40. Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco
41. Implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético
42. Definir níveis mínimos de certificação energética e ar interior no licenciamento urbanístico de edifícios e equipamentos públicos, empreendimentos turísticos, e outras edificações de carácter estruturante
43. Estabelecer normas que promovam a eficiência energética dos edifícios residenciais e de serviços, nomeadamente no que se refere ao estímulo à utilização de fontes de energia solar para aquecimento de águas
44. Desenvolver e implementar uma estratégia de atuação municipal de combate às alterações climáticas
45. Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável, nomeadamente os de origem eólica, solar, hídrica e florestal
46. Desenvolver e implementar um mecanismo que assegure a proteção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados, de modo a consolidar e reforçar a capacidade de sequestro de carbono do Concelho
47. Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO<sub>2</sub> e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, resíduos urbanos, indústria, sector doméstico)
48. Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo
49. Adotar medidas conducentes à resolução do problema de salubridade, e contaminação, em zonas de ocupação dispersa
50. Fazer depender o licenciamento de projetos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública
51. Fazer depender o licenciamento urbanístico da capacidade do sistema de drenagem e tratamento de efluentes, e do sistema de recolha e tratamento de resíduos urbanos, para acolher na totalidade as necessidades associadas a novas construções
52. Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental
53. Dinamizar e promover a utilização do transporte ferroviário enquanto alternativa ao transporte individual, nomeadamente para deslocações dentro da sub-região da Grande Lisboa



**Diretrizes para seguimento  
AAE PDM VFX**

54. Assegurar que as necessidades de transporte ferroviário de passageiros são satisfeitas atendendo a prioridades de transportes energeticamente sustentáveis.
55. Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído
56. Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Higrotérmico orientada para identificar as zonas urbanas mais vulneráveis e as zonas mais propícias à expansão urbana em termos de conforto humano e saúde
57. Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nos Mouchões, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias
58. Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água
59. Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas
60. Articular os mapas de ruído de Vila Franca de Xira com os mapas de ruído dos concelhos vizinhos, e adotar medidas de redução dos níveis de ruído onde eles estão em excesso
61. Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas atividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas atividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº254/2007, de 12 de julho, respeitante à prevenção de riscos de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas
62. Estabelecer critérios de expansão e regulação para a indústria extrativa, incluindo dentro das Áreas Cativas e de Reserva para a exploração de recursos geológicos, sempre que haja valores naturais e culturais relevantes
63. Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho
64. Assegurar que a maior pressão urbanística sobre o meio rural só sucede por esgotamento de outras ofertas existentes ou potenciais no espaço urbano
65. Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras
66. Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos
67. Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões
68. Adequar a dinamização de cursos de formação profissional à tipologia de atividades económicas emergentes no Concelho
69. Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas
70. Monitorizar a eficácia das medidas agroambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas

#### Diretrizes para seguimento

##### AAE PDM VFX

71. Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar
72. Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural, de modo a gerir as expectativas de edificação nestas zonas e antecipar focos eventuais de dispersão urbana ilegal
73. Desenvolver um sistema de monitorização da evolução do controlo da ocupação dispersa no território do concelho

Estas diretrizes foram avaliadas na sua totalidade e colocadas como medidas do Plano Municipal de Ambiente, sempre que aplicável.

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 6 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Julho 2020

## ANEXO 6 - ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Participativo é um instrumento de participação pública que teve início, no Município de Vila Franca de Xira (MVFX) em 2011, seguindo uma tendência de inovação na participação pública em processos do Estado e da Administração.

De acordo com as Normas de Participação (CMVFX, 2017), “Para o OP, a autarquia disponibiliza do seu orçamento anual uma verba que será utilizada pelos cidadãos para a implementação dos projetos que considerem prioritários para o desenvolvimento do Concelho e a melhoria da sua qualidade de vida. Os cidadãos são, assim, codecisoires das políticas públicas, contribuindo para o aprofundamento do processo democrático e para a sustentabilidade das intervenções no território.

Desde a sua implementação que o Orçamento Participativo do Município de Vila Franca de Xira (OPMVFX) tem sofrido alterações e adaptações, que visam alargar a importância e implementação deste projeto, com o reforço da parcela do orçamento municipal disponibilizada e com o aprofundamento da metodologia e respetivos instrumentos de participação.”

Segundo a mesma fonte, “O OPMVFX assenta nos valores da democracia participativa, constantes no artigo 2º e no nº 1 do art.º 267º, ambos da Constituição da República Portuguesa, consagrando por um lado a participação direta dos cidadãos na tomada de decisão sobre os investimentos públicos municipais e, por outro, a aproximação entre o MVFX e a comunidade.”

A verba atualmente disponível para o OPMVFX é de 1 milhão de euros, cerca de 1/80 do Orçamento Anual, com uma distribuição geográfica pelas uniões de freguesia pré-estabelecida e tem sentido uma razoável participação, tanto em termos de apresentação de propostas pelos munícipes como na votação das mesmas.

A possibilidade de apresentar propostas para o OPMVFX tendo como beneficiários entidades com fins públicos pode estimular a apresentação de propostas por um lado, mas por outro enviesar a participação na votação, beneficiando estruturas associativas com maior número de associados e/ou maior capacidade de mobilização, para além de que as coletividades do concelho têm vários outros instrumentos disponíveis para se financiarem, consoante a sua natureza e a dos serviços que prestam.

Para a edição do OP 2018 foram introduzidas inovações e o instrumento apresenta-se segmentado em três vertentes: Orçamento Participativo Geral (OPG), Orçamento Participativo para Entidades (OPE) e Orçamento Participativo Jovem (OPJ), sendo que no OPG serão enquadrados os projetos que visem a execução de intervenções em todo o território concelhio, no OPE englobam-se intervenções a realizar exclusivamente em entidades privadas de natureza não lucrativa que prossigam fins de interesse público no Concelho e no OPJ permite-se aos jovens estudantes nas escolas públicas do Concelho, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade, apresentar projetos que pretendam ver concretizados em qualquer local do município.<sup>1</sup>

Normalizando o que é já um instrumento de gestão do Município, por proposta da Câmara Municipal foi aprovado em Assembleia Municipal o Regulamento Municipal de Participação no Orçamento Participativo do Município de Vila Franca de Xira, na reunião da Assembleia Municipal de 18 de junho de 2019.

<sup>1</sup> Vd. URL: <https://op.cm-vfxira.pt/> [consultado em junho 2018].

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

## ANEXO 7 – ASPETOS SOCIOECONÓMICOS

Julho 2020

## ANEXO 7 – ASPETOS SOCIOECONÓMICOS

Este anexo é composto das seguintes seções:

### Caraterização Socioeconómica

Demografia

Educação

Habitação

Emprego e desemprego

Empresas e empreendedorismo

Saúde

Territórios de Intervenção Prioritária

Estrutura de Recursos humanos do MVFX

Para o estabelecimento do diagnóstico e situação de referência recorreremos, principalmente, aos elementos documentais já elaborados nos estudos mais recentes do MVFX e de outras fontes (Plano Estratégico de Ambiente-PEA, Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira AAEPDM VFX, Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Vila Franca de Xira- PDES VFX, PORDATA-Fundação Francisco Manuel dos Santos-FFMS, Perfil Municipal de Saúde-PMS) assumindo alguns pressupostos:

1. A caraterização da situação ambiental e territorial no Concelho evolui lentamente, pelo que os estudos mais recentes sobre a matéria (PEA<sup>1</sup>, AAEPDM<sup>2</sup>) continuam válidos. No que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
2. A caraterização socioeconómica está de acordo com os dados do PDES VFX para efeitos de elaboração do Plano Municipal de Ambiente, no que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
3. Os resultados dos inquéritos e informação conexa são suficientemente representativos para indiciar as principais necessidades e problemas do Concelho;
4. A Política de Ambiente, os ODS<sup>3</sup> e o quadro de recursos ambientais do Concelho serão os principais referenciais a usar para a determinação de aspetos ambientais significativos.

Retomamos o esquema a seguir (figura A7.1) para destacar apenas o que se refere a esta parte do trabalho.

<sup>1</sup> Plano Estratégico de Ambiente do Município de Vila Franca de Xira.

<sup>2</sup> Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>3</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



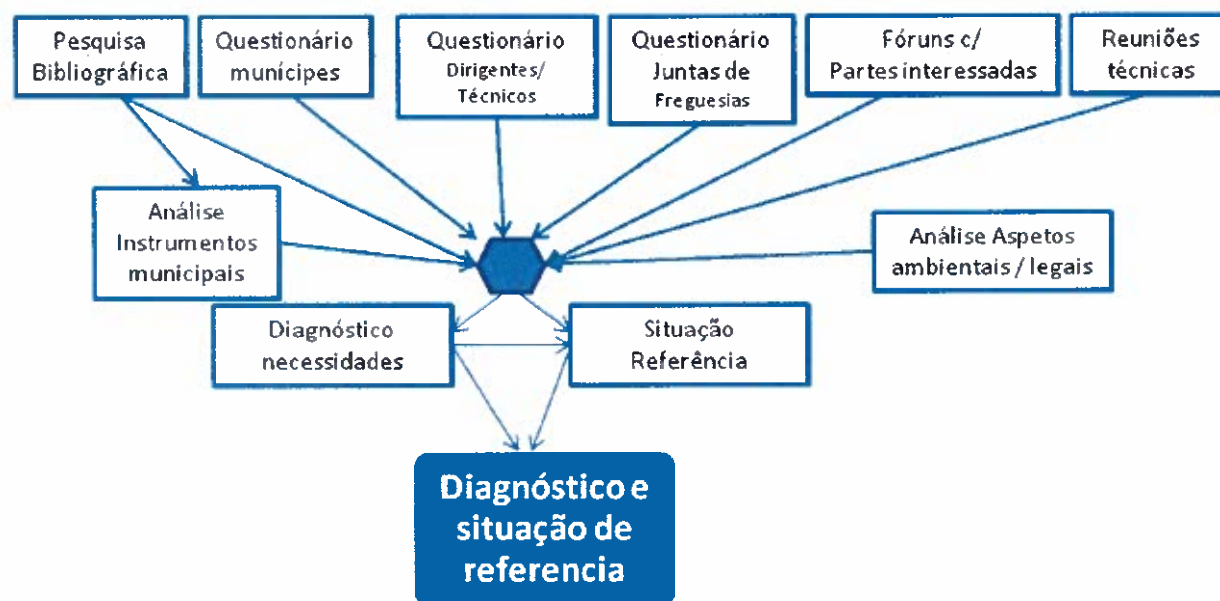


Figura A7.1 - Metodologia de trabalho para a obtenção do Diagnóstico de Necessidades e Situação de Referência.

No esquema em cima (figura A7.1) as reuniões técnicas sobre o PMAVFX foram ocorrendo de acordo com as necessidades do estudo e disponibilidade dos serviços. Os questionários aos munícipes, Dirigentes e técnicos municipais e Juntas de freguesia constam em anexo nos modelos de base que serviram de suporte aos questionários *online*.

A etapa “Fórum com as Partes Interessadas”, a qual se propõe vir a ocorrer na forma de grupos de interesse, não encontrou ainda condições para sua realização, mas espera-se que tal venha ainda a ser possível em fase posterior.

Neste anexo trata-se da caracterização socioeconómica.

## CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

Nesta seção referimo-nos, principalmente, aos dados e resultados de um estudo publicado pela CMVFX, Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020 (CMVFX, 2015),<sup>4</sup> e ao Perfil Municipal de Saúde (CMVFX, 2017), Anuários Estatísticos Vila Franca de Xira 2016 (INE, 2016). Por uma questão prática, admite-se que os dados desses estudos estão suficientemente atualizados para o efeito do Plano Municipal de Ambiente (PMA), tanto que a crise do imobiliário e das finanças públicas, a partir de 2011, paralisou o mercado da nova construção e provocou o abrandamento nas obras públicas, e apenas em 2016/2017 se começou a verificar alguma retoma nas obras públicas e construção civil. O ano de 2020 apareceu irremediavelmente marcado pelas respostas à pandemia

<sup>4</sup> Esse modelo de referência a estudos publicados, recentes e credíveis, é consistente ao longo de todo o este trabalho e evita repetir trabalho que já foi feito, respeitando escrupulosamente a necessária referência às autorias e fontes.

COVID-19 e deverá ser considerado um ano atípico no contexto deste Anexo. Foram consideradas outras fontes, como o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo-REOTLVT (CCDR-LVT, 2017)

No anexo 12 consta também um quadro resumo das principais estatísticas referentes ao Concelho, compiladas a partir de várias fontes e que se relaciona e complementa com o conteúdo deste anexo.

### ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O Concelho de Vila Franca de Xira é um dos 18 Concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Do ponto de vista estatístico está integrado na NUTS III – Grande Lisboa. A AML é composta pela totalidade dos Concelhos, que constituem as NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal.

O território da AML encontra-se expressivamente coberto por áreas edificadas, que representavam cerca de um terço do território, em 2007. As áreas agrícolas e florestais ocupavam 25% e 21% da AML, respetivamente, com maior representação nos Concelhos de segunda coroa metropolitana (Mafra, Vila Franca Xira, Alcochete, Montijo e Palmela). Entre 1995 e 2007 verificou-se o incremento de áreas edificadas (5%) que foram ocupar maioritariamente áreas agrícolas (CCDR-LVT, 2018).

As principais tendências identificadas na AML para as áreas edificadas decorrem da consolidação de modelos urbanos, da extensão de fenómenos de dispersão ou de novas localizações de atividades económicas, em particular relacionados com a profunda alteração das acessibilidades rodoviárias e dinâmica económica dos últimos anos. Mantêm-se as tendências e as dinâmicas expostas no PROT AML 2002, com a consolidação das áreas compactas, preenchimento de vazios urbanos, colmatção de áreas fragmentadas e incremento das áreas edificadas dispersas (principalmente na margem sul do Tejo) (CCDR-LVT, 2018).

Os dados publicados pela DGT, no âmbito do projeto LANDIN, apenas disponíveis por NUTS II, permitem afirmar que do ponto de vista da artificialização do solo, entre 1980 e 2010, este tipo de áreas cresceram 7% na AML (CCDR-LVT, 2017b).

Refere o mesmo estudo (REOTLVT 2017: CCDR LVT, 2018) que “Nos concelhos analisados registou-se, em termos gerais, um acréscimo da proporção do solo urbanizado no solo urbano, exceto no PDM de Constância e Vila Franca de Xira. Esta tendência foi mais expressiva nos PDM de Oeiras, de Mafra, de Lisboa, de Odivelas e de Loures, com valores superiores a 80% de solo qualificado como urbanizado face ao total do solo urbano. Não obstante, a proporção de solo urbanizável no solo urbano é ainda significativa nos concelhos de Torres Vedras (42%), Moita (38%), Seixal (28%) e Constância (27%).”

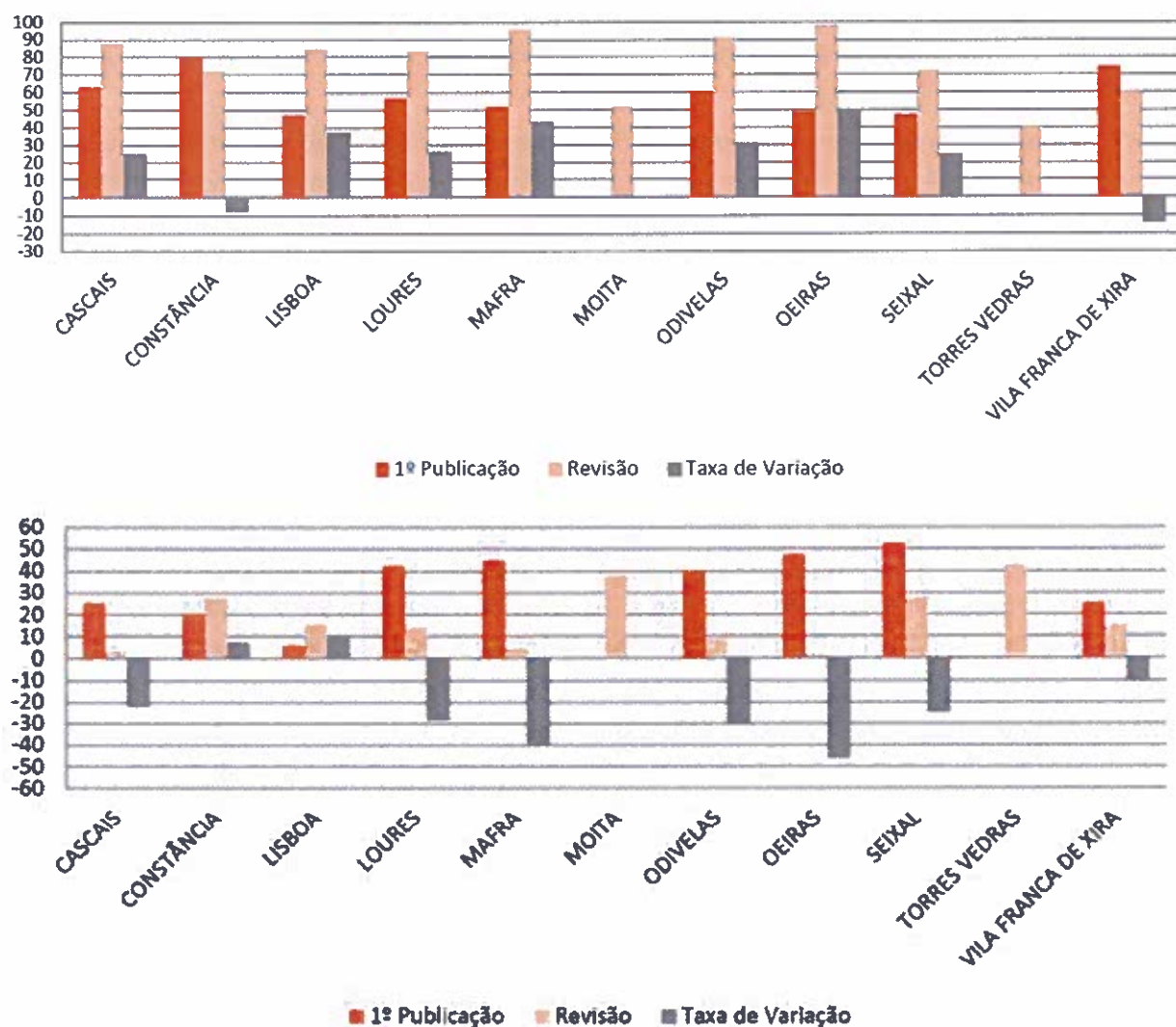


Figura A7.2 - Proporção de solo urbanizável no solo urbano (em cima) e Proporção de solo urbanizado (%) no solo urbano (em baixo) nos Concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016  
(Fonte: REOTLVT, CCDD-LVT, 2018)

A proporção de espaços verdes urbanos dilatou em quase todos os Concelhos com PDM revisto, com exceção do Concelho de Odivelas. Em Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira os espaços verdes equivalem a mais de 20% do solo urbano. Este facto explica, em parte, o aumento do solo urbano na generalidade dos PDM revistos (CCDD-LVT, 2018).

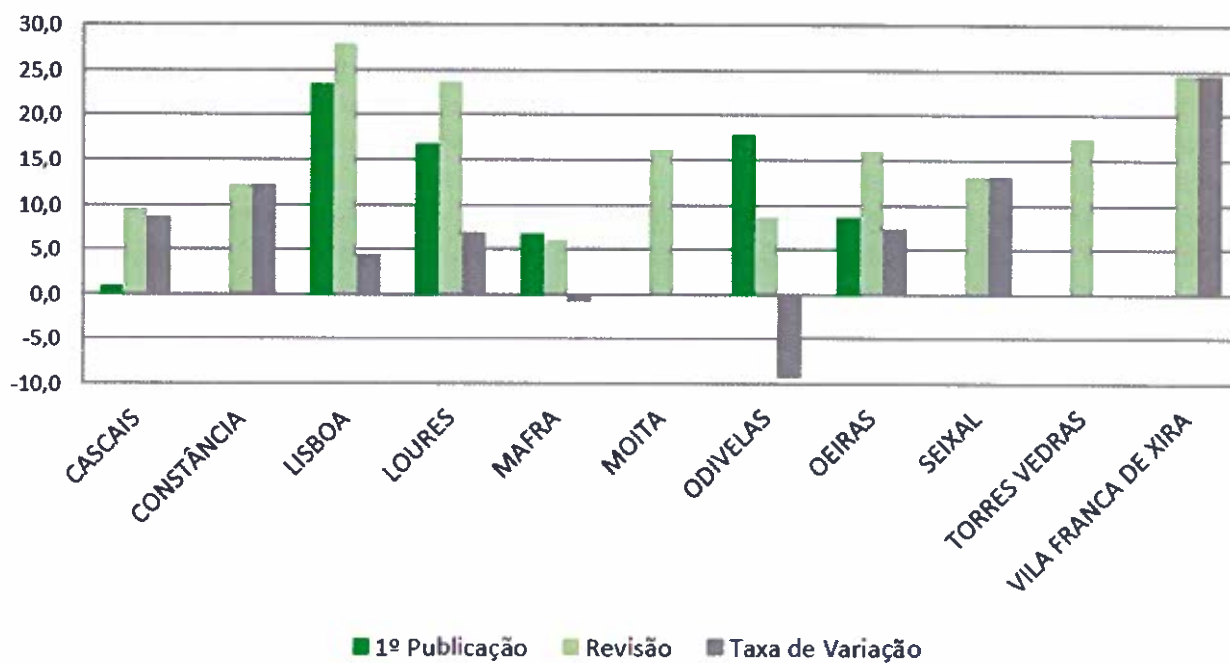


Figura A7.3 - Proporção de espaço verde urbano (%) nos Concelhos da RLVT com PDM revisto – 2016  
(Fonte: REOTLVT, CCDR-LVT 2018)

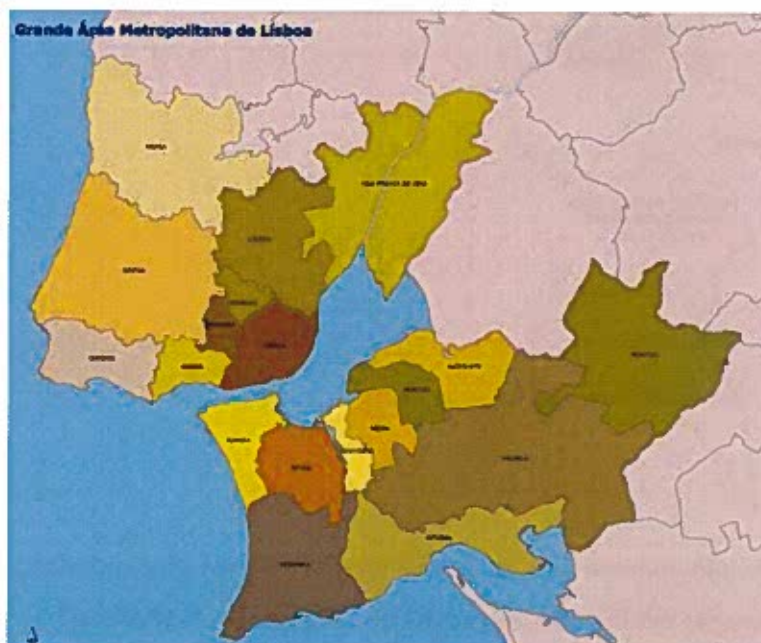


Figura A7.4 - Estrutura da AML  
(Fonte: CMVFX, 2015)

O Concelho apresenta uma extensão total de 317,7 Km<sup>2</sup> e ocupa o equivalente a cerca de 11% do total da AML e de 23% da NUTS III (2002) da Grande Lisboa. Confinava, a norte, com os Concelhos da Azambuja e Alenquer, a nascente, com Benavente, a poente com os municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Loures e, finalmente, a sul também com o Concelho de Loures. Após a reorganização administrativa do território, de acordo com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, passou de onze para seis freguesias (figura A7.5) a saber: UF Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz; UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho; UF Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; UF Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; Freguesia de Vialonga; Freguesia de Vila Franca de Xira.

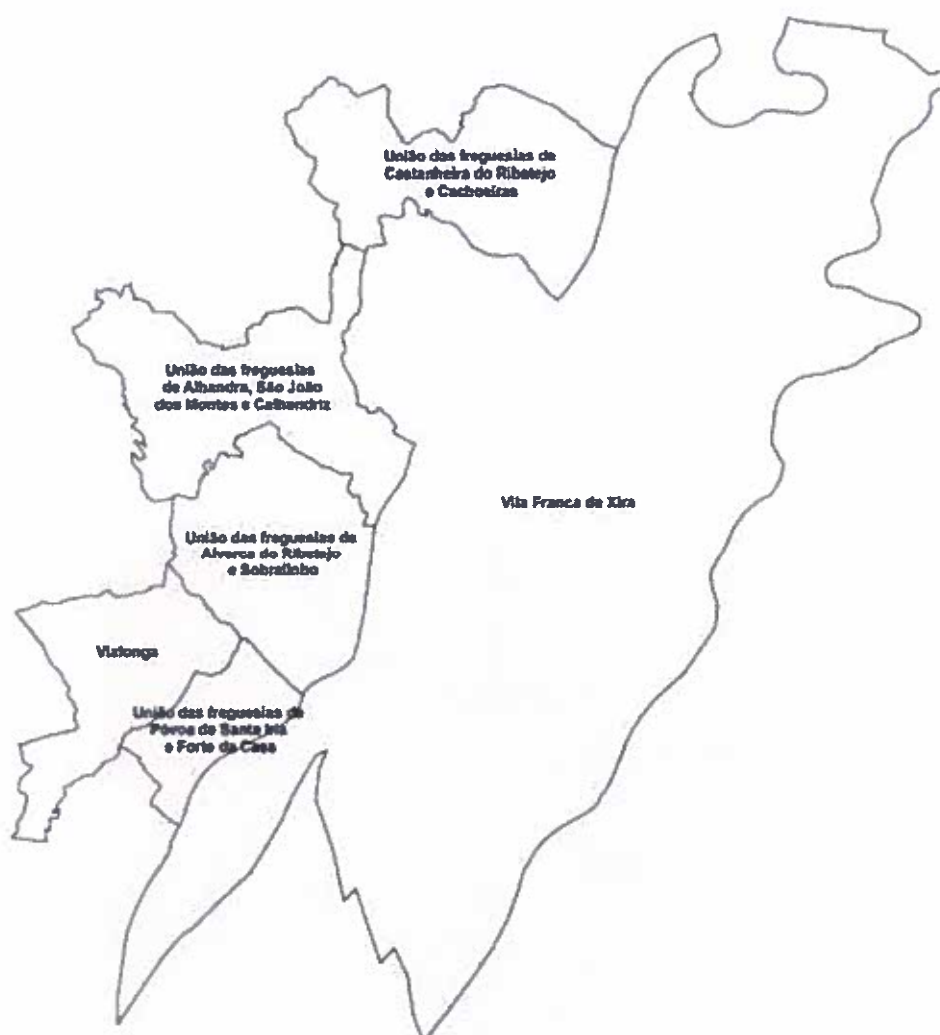


Figura A7.5 - Divisão Administrativa do Concelho de Vila Franca de Xira (Fonte: CMVFX, 2017)

O Concelho é dividido pelo rio Tejo em três áreas de características distintas:

- Zona oriental - planícies, lezírias e mouchões, pouco povoada, na qual predomina a exploração agrícola e a criação de gado;
- Zona ocidental – litoral, onde predominam as principais indústrias e os maiores núcleos urbanos;



- Área interior - rural, com especial predominância da pequena propriedade.

A dinâmica de classificação do solo (figura A7.6) entre a 1ª publicação do PDM (1993) /revisão do PDM (2009) indicia onde mais se manifestaram as alterações no território do Concelho, especialmente espaços intersticiais ou já envolvidos ou na fronteira de perímetros urbanos e junto de vias de comunicação importantes.

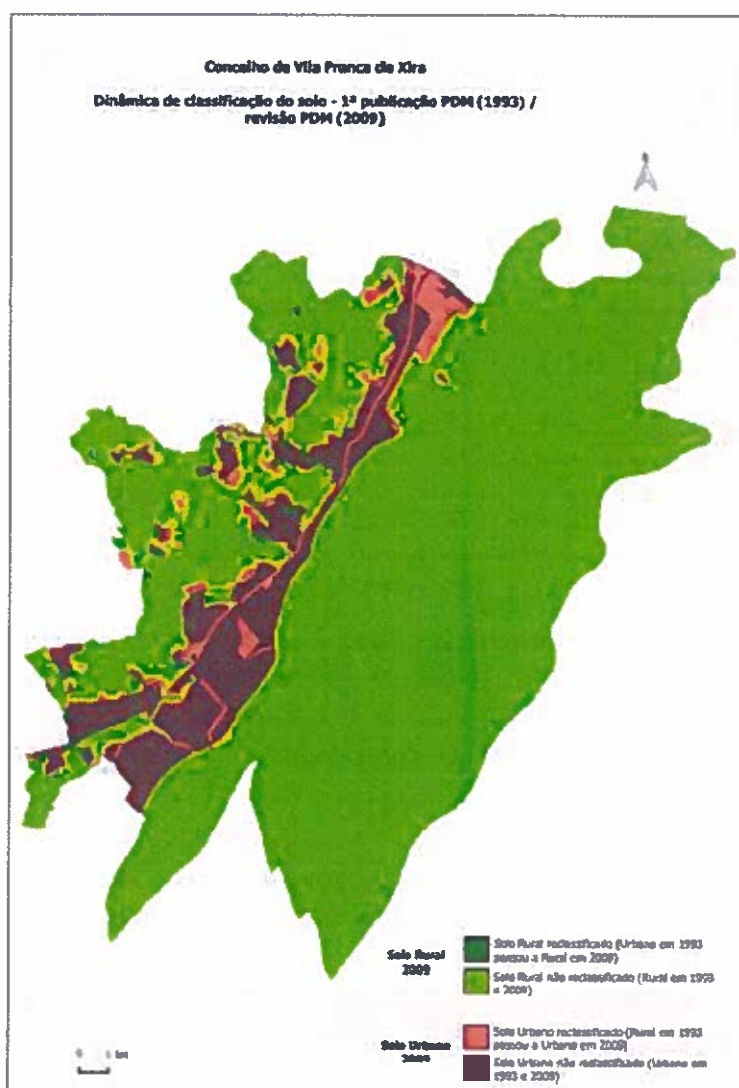


Figura A7.6 – Dinâmica da classificação do solo no Concelho de Vila Franca de Xira - 1ª publicação do PDM (1993) /revisão do PDM (2009)

Fonte: REOTLVT, CCDR-LVT, 2018



## DEMOGRAFIA

De acordo com dados estatísticos referentes ao ano de 2016 (INE, 2016), o Concelho apresenta uma densidade populacional média de 442 habitantes por Km<sup>2</sup>, num total de 140 614 residentes. Este valor (Figura A7.7) é muito superior à da média nacional de 112,8 hab/km<sup>2</sup> (FFMS, 2016), mas é relativamente baixo no contexto, tanto da AML (940 hab/km<sup>2</sup>) como da Grande Lisboa (1 484 hab/km<sup>2</sup>) (CMVFX, 2017), sendo fortemente influenciado pela área da Lezíria e Mouchões de muito baixa densidade ou mesmo nula.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	140 614	2 812 678	2 812 678	10 341 330	5,0
Homens	67 093	1 320 895	1 320 895	4 901 509	5,1
Mulheres	73 521	1 491 783	1 491 783	5 439 821	4,9
Com menos de 15 anos	23 058	445 953	445 953	1 460 832	5,2
Com 65 ou mais anos	22 511	587 299	587 299	2 140 824	3,8
Densidade pop. (N.º/Km <sup>2</sup> )	441,9	932,8	932,8	112,1	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	0,5	0,1	0,1	-0,3	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	0,2	0,0	0,0	-0,2	-
Índice de Potencialidade	69,3	70,9	70,9	72,5	-

Figura A7.7 – Dinâmica Populacional 2016

Fonte: INE, 2016

O Concelho de Vila Franca de Xira manteve, até 2011, a tendência de envelhecimento demográfico apresentada pela Grande Lisboa e AML (CCDRLVT 2012), ou seja, um estreitamento na base, da pirâmide etária que traduz a redução dos efetivos populacionais jovens (como resultado da baixa de natalidade) e um alargamento no topo, que corresponde ao acréscimo de pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida (CMVFX, 2017).

De acordo com dados de 2016 (PORDATA FFMS), parou a inversão da tendência de envelhecimento, uma vez que o número da população mais jovem (16,3%) igualou a percentagem da população idosa (16,3%). O índice de dependência, tanto de jovens como de idosos, em idade ativa tem vindo a aumentar (CMVFX, 2015).

	0-14			15-64			65+		
Anos	2001	2011	2016	2001	2011	2016	2001	2011	2016
AML	15,2	15,8	15,9	69,3	65,5	63,1	15,5	18,7	21,1
VFX	16,8	17,0	16,3	72,1	69,4	67,3	11,1	13,6	16,3

Figura A7.8 - População residente por grandes grupos etários (%)

Fonte: PORDATA FFMS

A relação de masculinidade (RM) no Concelho, em 2016, apresentava variação em função da idade, havendo mais homens em idades jovens e mais mulheres idosas (CMVFX, 2017, INE, 2016).

A pirâmide demográfica da população do Concelho diferencia-se pouco da sua envolvente NUTSII, NUTSIII e Portugal (figura A7.9).

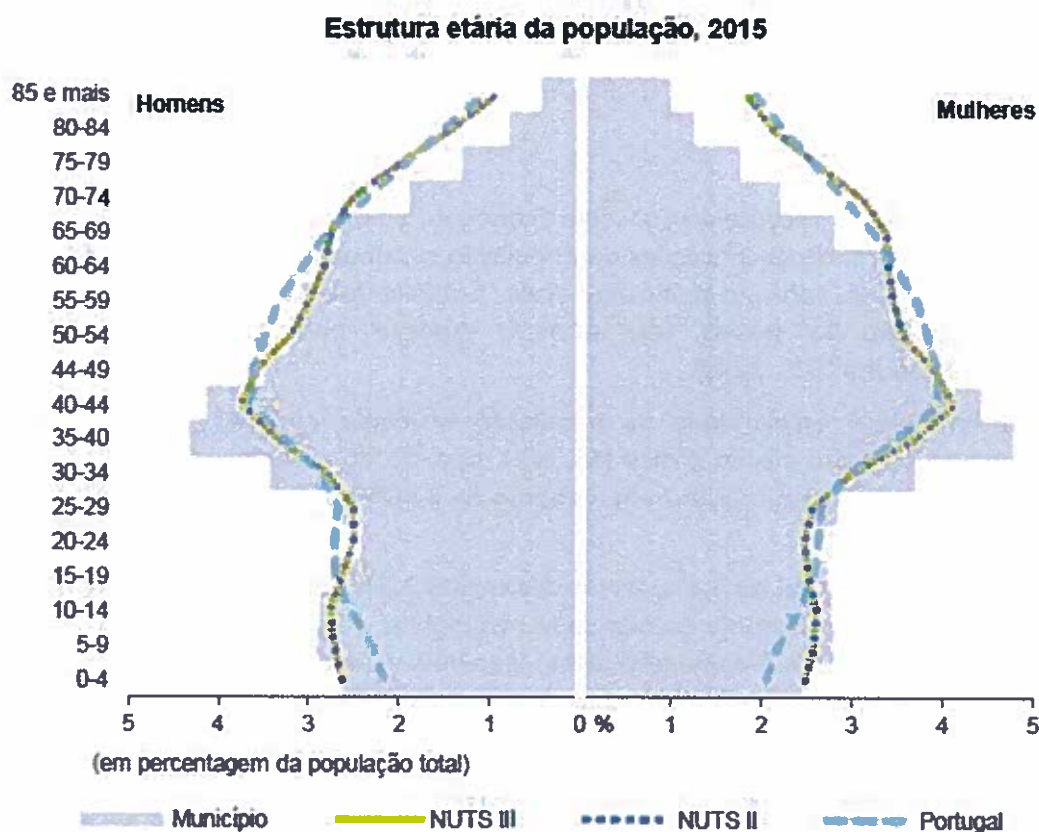


Figura A7.9 – Pirâmide demográfica do Concelho, NUTSII , NUTSIII e Portugal  
Fonte: INE, 2016.

Em relação à população estrangeira, verificou-se um aumento de 37%, comparativamente a 2001, sendo que em 2011, os estrangeiros representavam 5,32% da população, com maior incidência na nacionalidade brasileira (CMVFX, 2015).<sup>5</sup> Também neste caso o Concelho se apresenta com valores superiores à média nacional 3,8% (FFMS, 2016), mas inferiores à média da Grande Lisboa (7,23%) e da AML (6,67%) (CMVFX, 2017).

<sup>5</sup> Estes números relativos aos residentes estrangeiros poderão apresentar alterações recentes, mas não dispomos de dados mais atuais.

## RESPOSTAS SOCIAIS

Em termos de respostas sociais, em 2015 o Concelho de Vila Franca de Xira apresentava 2100 crianças em Creche, 205 idosos em Centro de Atividades Ocupacionais, 30 em Lar Residencial, 565 em Centro de Dia 903 em Lar de Idosos, 777 com Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos) (CCDR-LVT, 2017b), sendo que a pressão provocada pelo envelhecimento da população ainda não encontra uma resposta plena na oferta de respostas sociais a esse nível, com uma taxa de cobertura para idosos inferior a 20%.

## EDUCAÇÃO

Em Portugal, segundo um parecer recente do Conselho Económico e Social, a questão da dualidade geracional que persiste no perfil de qualificações da população continua a constituir um dos mais complexos problemas estruturais sobre os quais urge atuar, justificando-se assim que, em paralelo com a educação e formação dos jovens, seja atribuída especial centralidade à questão da qualificação da população adulta (CES, 2018).

No Concelho, relativamente à escolaridade da população residente em 2011, o nível mais representativo da população era o ensino básico (50,36%), seguido do secundário (22,55%) e do ensino superior (15,23%). Este último registou um aumento de 4,46% em relação a 2001 (CMVFX, 2015).

A taxa de analfabetismo em 2011 foi de 3,1%, tendo decrescido 2,3% face a 2001. No grupo dos menores de 15 anos, prevalece o nível de escolaridade incompleto e no grupo etário dos 25-29 anos predomina o ensino secundário. A população idosa, seguindo-se à população com menores de 15 anos apresentava, em 2011, o menor nível de escolaridade (CMVFX, 2015).

O ensino superior ganha maior peso no grupo etário dos 25 aos 44 anos. As gerações que nasceram no último quartel do século XX, possuem maior nível de escolaridade. Neste nível de ensino, as áreas mais representativas são: o comércio e administração (bacharelato e licenciatura), as ciências sociais e do comportamento (mestrado) e saúde (doutoramento) (CMVFX, 2015).

A seguir na Figura A7.10, apresentam-se as estatísticas da escolaridade da população de VFX em 2011 (Fonte: PORDATA).

Ano	2011	%
Total	113372	100,0
Sem nível de escolaridade	7469	6,6
Básico 1º ciclo	25084	22,1
Básico 2º ciclo	13649	12,0
Básico 3º ciclo	26041	23,0
Secundário	24215	21,4
Médio	1419	1,3
Superior	15495	13,7
Outro	0	0,0

Figura A7.10 total de população e por nível e escolaridade completo mais elevado em Vila Franca de Xira em 2011 (Fonte: PORDATA-FFMS)

No ano letivo 2014/2015 registaram-se no concelho de Vila Franca de Xira 83 estabelecimentos de ensino: 52 de natureza pública e 31 de natureza privada. Ao nível da rede pública no ano letivo 2016/2017, dispunha de 9 Agrupamentos de Escolas, que integravam 52 estabelecimentos escolares a ministrar todos os níveis de educação/ensino (CMVFX, 2017b)

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), a par das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), têm sido uma resposta social às crianças e às famílias, assegurada pelo Município de Vila Franca de Xira, mediante o estabelecimento e parcerias com os Agrupamentos de Escolas, IPSS e Associações de Pais e Encarregados de Educação (CMVFX, 2015).

Dando cumprimento ao legalmente estabelecido o Município, constituiu o Programa da Ação Social Escolar (ASE), que se traduz em medidas para atribuição de apoios socioeducativos, como apoio à aquisição de manuais escolares, material escolar, visitas de estudo, suplementos alimentares ou refeições em refeitórios escolares (CMVFX, 2015).<sup>6</sup>

## HABITAÇÃO

As questões de habitação no Concelho implicam com os ODS 1, 3 e 11.

Entre 2001 e 2011 registou-se, na última década, um crescimento do seu parque habitacional, em particular dos alojamentos familiares clássicos (Figura A7.9), registando uma taxa de variação na ordem dos 20%, acima do alcançado pelos territórios da AML (15%) e Grande Lisboa (14%) (CMVFX, 2017). A densidade habitacional aumentou de 169 alojamentos/km<sup>2</sup> em 2001, para 204 alojamento/km<sup>2</sup> em 2011 (CMVFX, 2015).

Relativamente ao regime de ocupação, em 2011 (figura A7.11), 73% dos alojamentos clássicos de residência habitual, eram dos proprietários ou coproprietários, sendo que 21% dos alojamentos clássicos de residência habitual eram dos arrendatários ou subarrendatários (CMVFX, 2015).

Área Geográfica	Total de alojamentos		Alojamentos familiares <sup>47</sup>				Alojamentos coletivos <sup>48</sup>	
			Alojamentos clássicos <sup>49</sup>		Total de alojamentos não clássicos <sup>50</sup>			
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
AML	1.295.832	1.487.858	1.281.891	1.483.717	11.960	2.078	1.981	2.063
GL	934.223	1.066.868	923.162	1.064.036	9.403	1.199	1.658	1.633
VFX	54.170	65.125	53.711	64.919	411	156	48	50

Fonte: INE, Censos 2001; INE, Censos 2011

Figura A7.11- Evolução do número de alojamentos, por localização geográfica, 2001 – 2011

Fonte: CMVFX (2017)

A idade dos edifícios (figura A7.12) constitui um indicador de síntese para a avaliação do grau de envelhecimento do parque habitacional. Os dados disponíveis indicam que a década de 1971-1980 é aquela que regista maior número de edifícios construídos, bem como de alojamentos, quer no Concelho, quer na Grande Lisboa e AML. A partir de 1981 verifica-se a redução do número de

<sup>6</sup> Informações mais atualizadas no URL: <http://www.cm-vfxira.pt/pages/111> [consultado em 13/05/2017].



edifícios construídos no Concelho (figura A7.13), evidenciando também um decréscimo do número de alojamentos a partir da mesma data (CMVFX, 2017).

		Época de construção edifícios									
	Total	Antes de 1919	1919-45	1946-60	1961-70	1971-80	1981-90	1991-95	1996-00	2001-05	2006-11
AML	448.957	22.297	28.955	54.006	59.963	83.916	71.920	32.031	35.452	35.446	24.971
%	100	4,97	6,45	12,03	13,36	18,69	16,02	7,13	7,90	7,90	5,56
GL	277.387	17.267	20.885	36.643	39.671	52.370	41.470	17.179	18.626	19.301	13.975
%	100	6,22	7,53	13,21	14,30	18,88	14,95	6,19	6,71	6,96	5,04
VFX	16.984	688	1.544	1.943	2.057	3.366	2.575	1.006	1.371	1.542	892
%	100	4,05	9,09	11,44	12,11	19,82	15,16	5,92	8,07	9,08	5,25

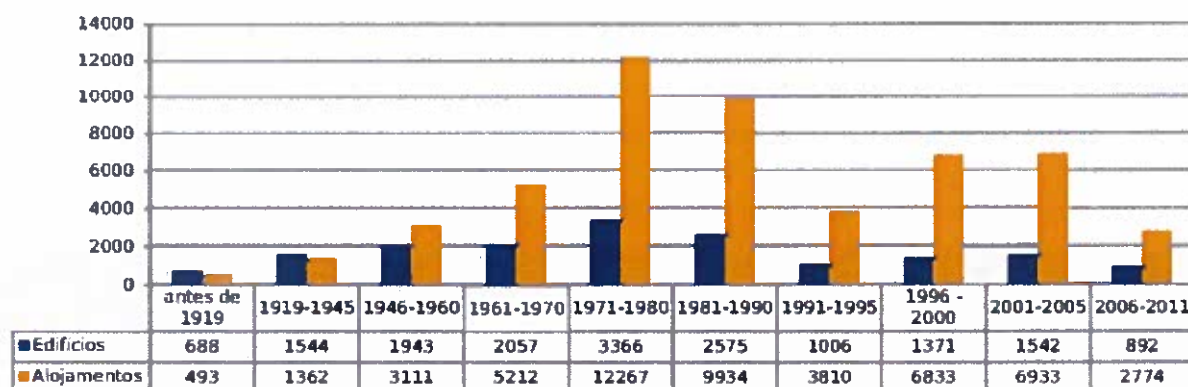
Fonte: INE, Censos 2011

Alojamentos clássicos, segundo a época de construção dos edifícios										
	Antes de 1919	1919-45	1946-60	1961-70	1971-80	1981-90	1991-95	1996-00	2001-05	2006-11
AML	31.852	47.192	114.826	163.997	236.368	185.680	86.949	114.785	97.591	48.471
GL	28.080	40.342	89.633	122.955	168.897	130.183	61.621	79.257	67.193	32.875
VFX	493	1.362	3.111	5.212	12.267	9.934	3.810	6.833	6.933	2.774

Fonte: INE, Censos 2011

Figura A7.12 - Edifícios segundo a época de construção, por localização geográfica e Alojamentos clássicos, segundo a época de construção, por localização geográfica, 2011.

Fonte: CMVFX (2017)



Fonte: INE, Censos 2011

Figura A7.13 - Edifícios e alojamentos segundo a época de construção, no Concelho de Vila Franca de Xira, 2011

Fonte: CMVFX (2017)

Em relação ao estado de conservação, no Concelho dos 16.984 edifícios recenseados em 2011, 71% não necessita de reparação, 18% carece de pequenas reparações, 7% de reparações médias, 2% de grandes reparações e 2% são considerados muito degradados. Face a 2001 observa-se que os edifícios com necessidade de reparação reduziram e os edifícios sem necessidade de reparação aumentaram (CMVFX, 2017).

A cobertura em infraestruturas é um importante indicador de avaliação da qualidade de vida da população e pode ser avaliada através da dotação, nos alojamentos, de infraestruturas básicas: a

eletricidade, abastecimento de água, saneamento básico, instalações existentes com banho ou duche e sistema de aquecimento.

Sobre as instalações sanitárias (figura A7.14) com água canalizada no alojamento, em 2011, 98,90% dos alojamentos do Concelho de Vila Franca de Xira recebem água proveniente da rede pública e 0,77% de rede particular, havendo 144 alojamentos sem água canalizada (0,27%) (CMVFX, 2017).

Em termos de instalações de banho ou duche, a quase totalidade dos alojamentos no Concelho possuem esta instalação sanitária (99,1%), sendo esta também a realidade da AML e Grande Lisboa. Quanto às instalações sanitárias, em particular retrete e rede de esgotos no alojamento, verifica-se que a proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual com retrete, mas sem dispositivo de descarga, no Concelho e respetiva região é reduzida não ultrapassando os 0,5% dos alojamentos (no Concelho 0,31%, na AML 0,41% e Grande Lisboa 0,40%). O dispositivo de descarga está presente em 99,3% dos alojamentos de residência habitual do Concelho, dos quais 96,47% estão ligados à rede pública de drenagem de águas residuais, 2,66% ligados ao sistema particular e 0,20% diagnosticados como outros casos. Com retrete fora do alojamento, mas disponível no edifício, tanto o Concelho como a região onde se insere, obtêm valores residuais (no Concelho 0,04%, na AML 0,05% e Grande Lisboa 0,04%), enquanto os alojamentos sem retrete têm um maior peso em todas as unidades em análise, com registos na ordem dos 0,32% para o Concelho, 0,18% para a AML e 0,14% para a Grande Lisboa. Estes números estão evidenciados na figura seguinte (Figura A7.12) (CMVFX, 2017).

Instalações sanitárias (retrete/esgotos)								
Com retrete no alojamento								
Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga			Retrete fora do alojamento mas disponível no edifício	Sem retrete	
Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos	Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos			
AML	1.070.833	47.511	3.713	3.499	919	277	515	2.055
GL	792.130	23.054	2.047	2.641	468	152	313	1.178
VFX	51.004	1.408	107	132	23	9	19	171

Fonte: INE, Censos 2011

Instalações sanitárias (retrete/esgotos)								
Com retrete no alojamento								
Com dispositivo de descarga			Sem dispositivo de descarga			Retrete fora do alojamento mas disponível no edifício	Sem retrete	
Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos	Ligado à rede pública de drenagem de águas residuais	Ligado a sistema particular de drenagem de águas residuais	Outros casos			
AML	94,82	4,21	0,33	0,31	0,08	0,02	0,05	0,18
GL	96,37	2,80	0,25	0,32	0,06	0,02	0,04	0,14
VFX	96,47	2,66	0,20	0,25	0,04	0,02	0,04	0,32

Fonte: INE, Censos 2011

Figura A7.14 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo as instalações sanitárias (retrete e rede de esgotos) e Proporção de alojamentos familiares clássicos de residência habitual, segundo



as instalações sanitárias (retrete e rede de esgotos) (%), por localização geográfica, 2011.  
Fonte: CMVFX, 2017

Quanto ao sistema de aquecimento nos alojamentos de residência habitual, os dados de 2011 revelam que no Concelho, 14,69% dos alojamentos não possuem aquecimento, ou seja, uma proporção ligeiramente inferior à AML (15,30%) e Grande Lisboa (15,31%). Perante o tipo de sistema de aquecimento, os dados de 2011, revelam que são os aquecimentos não centrais (lareira aberta, recuperador de calor, aparelhos móveis e aparelhos fixos) os mais presentes nos alojamentos, quer no Concelho, na região com maior peso para os aparelhos móveis (CMVFX, 2017).

No ano de 2011 o volume total das carências habitacionais quantitativas era de 1 741 alojamentos, menos 25,2% do que em 2001 (2 329 alojamentos) contudo, a taxa de cobertura respetiva (quociente entre os alojamentos vagos disponíveis no mercado e o total das carências habitacionais) era de 163,3%, pelo que não existiam carências habitacionais em termos quantitativos no Concelho (CMVFX, 2015).

Verificou-se, nestes últimos anos, um aumento da pressão para a renovação dos alojamentos, conversão para subarrendamento ou alojamento local nalgumas freguesias de Lisboa, o que tem levado uma pressão da procura sobre os preços de venda ou arrendamento da habitação por arraste à alguns Concelhos da coroa metropolitana, mas também ao desajuste entre a oferta, maioritariamente T1 e a procura, principalmente T2 e T3. Um dos fatores que tem pressionado o mercado de arrendamento em alta também tem sido a procura imposta pela população imigrante, especialmente de países da CPLP e de leste.

Em termos de estacionamento, 63,30% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual, não possuem estacionamento / estacionamento ou garagem. A este facto acresce que atualmente maioria das famílias têm mais do um veículo, sendo nalguns locais mais densamente povoados o número de estacionamentos existente é inferior face à procura tendo em conta esta nova realidade. Em 1991 tínhamos uma média nacional de 185,2 veículos ligeiros de passageiros por mil habitantes e em 2014 esse número já tinha aumentado para 432,3 (PORDATA<sup>7</sup>), sendo que as cidades e vilas do país, na sua maioria, não conseguiram acomodar esse aumento, em termos de arruamentos, estacionamento, serviços e vias.

No que respeita à acessibilidade aos edifícios de pessoas com mobilidade condicionada (figura A7.13) o Concelho tem 39% dos edifícios com entrada acessível a cadeiras de rodas, um valor acima do registado para a AML (35%) e Grande Lisboa (36%). Acresce, 59,50% dos edifícios analisados não possuem elevador, embora 39,31% apresentem a situação mais gravosa, ou seja, para além da entrada ao edifício não se encontrar acessível à circulação em cadeira de rodas, também não possuem elevador que permita deslocação até ao alojamento. (CMVFX, 2017).

---

<sup>7</sup> Dados do PORDATA URL:

<http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+de+ve%C3%ADculos+ligeiros+de+passageiros+por+mil+habitantes-3078> [consultado em 16/06/2017]

	Edifícios, segundo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada				
	Total	Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas		Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas	
	N.º	N.º	%	N.º	%
<b>VFX</b>	<b>5.484</b>	<b>2.144</b>	<b>39</b>	<b>3.340</b>	<b>61</b>

Fonte: INE, Censos 2011

**Figura A7.13 - Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos, segundo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, por localização geográfica, 2011.**

Fonte: CMVFX (2017)

Em 2014, estavam identificadas 44 áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) para as quais a CMVFX desde 2000, procedeu à emissão de 33 alvarás, que representam 1 090 fogos, em habitações cuja tipologia predominante é a unifamiliar.

Sobre a habitação municipal verifica-se que, em junho de 2014, o Município detinha um património habitacional social composto por 1 116 fogos e 334 edifícios, com 1 002 alojamentos distribuídos por 26 bairros e os restantes 114 fogos dispersos e com 129 fogos situam-se em 4 bairros construídos no âmbito do PER e de gestão da Promocasa, com predominância tipologia dos fogos T2 e T3 - 75,8%. A tipologia T4 representa 7,3% do total dos fogos. Em 2014, 56% dos fogos provieram do PER, por conseguinte 71,83% dos edifícios do parque habitacional são de gestão PER e os restantes 26,17% de bairros transferidos do IGAPHE (CMVFX, 2015). Sabe-se que algumas Juntas de Freguesia do Concelho dispõe de habitação social que utilizam ao serviço de pessoas e famílias com grandes dificuldades económicas, mas não estão disponíveis dados quantitativos.

Em março de 2017 foram identificadas 38 pessoas como sem-abrigo. Face a 2014, houve uma redução 23,1% (onde foram sinalizados 52 casos), situando-se a maioria na faixa etária entre os 46 e os 65 anos e de nacionalidade sobretudo portuguesa, seguindo-se os naturais dos PALOP. Em termos de habilitações literárias, verifica-se que esta população tem o ensino básico, havendo também uma pequena proporção com a frequência do ensino secundário. Desconhece-se o nível de escolaridade de metade dos indivíduos sinalizados. O presente apuramento conclui que a maior parte da população encontra-se nesta situação há mais de 1 ano, ocorrendo também durações mais prolongadas, com mais de 3 e 5 anos. Quanto à razão da situação sem-abrigo, a mais frequente é o desemprego, alcoolismo e toxicodependência (CMVFX, 2017)

Apresenta-se a seguir uma compilação de dados estatísticos que representativos do conteúdo desta seção (Figura A7.14 )

HABITAÇÃO					
Evolução Recente do Parque Habitacional					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
Total de alojamentos	2011	n.º	65,125	1.066.868	1.487.858
Taxa de variação dos alojamentos	2001 vs. 2011	Δ%	20	14	15
Edifícios segundo a Época de Construção					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
Antes de 1919	2011	%	4,05	6,22	4,97
De 1919 a 1945	2011	%	9,09	7,53	6,45
De 1946 a 1960	2011	%	11,44	13,21	12,03
De 1961 a 1980	2011	%	31,93	33,18	32,05
De 1981 a 2000	2011	%	29,16	27,86	31,05
Após 2001	2011	%	14,33	12,00	13,46
Estado de conservação dos edifícios					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
Sem necessidade de reparação	2011	%	71	69	70
Pequenas reparações	2011	%	18	19	19
Médias reparações	2011	%	7	7	7
Grandes reparações	2011	%	2	2	2
Muito degradado	2011	%	2	2	1
Cobertura em Infraestruturas					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
<i>Alojamentos familiares clássicos de residência habitual</i>					
Sem água canalizada	2011	%	0,27	0,15	0,18
Com retrete e sem dispositivo de descarga ligado à rede pública	2011	%	0,25	0,32	0,31
Sem retrete	2011	%	0,32	0,14	0,18
Sem instalação de banho ou duche	2011	%	0,90	0,82	0,89
Sem aquecimento	2011	%	14,69	15,31	15,30
Edifícios sem recolha de RSU	2011	%	4	7	7
Acessibilidade aos Edifícios					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
<i>Edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos</i>					
Com entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas	2011	%	61	-	-
Índice de Lotação Habitacional *1					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
Alojamentos ocupados como residência habitual sobrelotados	2011	%	12,0	13	13
Com 1 divisão em falta	2011	%	10,0	10	10
Com 2 divisões em falta	2011	%	2,0	2	2
Com 3 divisões em falta	2011	%	0,5	1	1
Indicadores de Ocupação					
	Período	Unidade	VFX	GL	AML
Média Divisão por Alojamento	2011	n.º	4,5	4,5	4,6
Média Família por Alojamento	2011	n.º	1,0	1,0	1,0
Média Pessoas por Alojamento	2011	n.º	2,6	2,5	2,5
Média Pessoas por Divisão	2011	n.º	0,6	0,5	0,5
População Sem-Abrigo					
	Período	Unidade	VFX		
Indivíduos identificados como sem-abrigo no concelho	2017	n.º	38		

\*1 Alojamentos familiares clássicos segundo o número de residentes (considerando o sexo, estado civil, idade e relação de parentesco dos mesmos) e o número de divisões excedentes ou em falta.

Figura A7.14 Fact Sheet Habitação no Concelho de Vila Franca de Xira, comparação com Grande Lisboa e AML  
Fonte: CMVFX (2017)

## EMPREGO E DESEMPREGO

As questões do emprego e desemprego dizem principalmente respeito aos ODS 4 e 8 e aparecem sumariadas nos dados estatísticos da Figura A7.15 seguinte.

EMPREGO E DESEMPREGO

População com 15 ou mais anos perante a Atividade Económica	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
População ativa	2011	HM	%	65,17	59,28	58,94
População inativa	2011	HM	%	34,83	40,72	41,06

População com 15 ou mais anos segundo o Principal Meio de Vida	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Fonte de rendimento - trabalho	2011	HM	%	57,87	51,98	51,36
Fonte de rendimento - reforma/pensão	2011	HM	%	20,47	25,49	25,77

População com 15 ou mais anos inativa	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Estudantes	2011	HM	%	19,06	17,59	17,15
Domésticos	2011	HM	%	11,08	8,21	8,60
Reformados, aposentados ou na reserva	2011	HM	%	56,43	60,28	60,34
Incapacitados permanentes para o trabalho	2011	HM	%	2,82	2,82	2,90
Outros casos	2011	HM	%	10,61	11,11	11,01

População com 15 ou mais anos Ativa	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Empregada	2011	HM	%	88,70	87,70	87,10
Desempregada	2011	HM	%	11,30	12,40	12,90

População Empregada segundo o Setor de Atividade	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Primário	2011	HM	%	0,57	0,44	0,72
Secundário	2011	HM	%	20,44	15,48	22,62
Terciário	2011	HM	%	78,99	84,08	82,67

Ramunerações	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	2014	HM	€	1.113,1	\	1.378,3
Disparidade no ganho médio mensal entre sexos	2014	HM	%	10,1	\	11,5
Disparidade no ganho médio mensal entre níveis de habilitação	2014	HM	%	32,1	\	37,0

Centros de Emprego	Período	Sexo	Unidade	VFX
Desemprego registado segundo o tempo de inscrição				
Total	2016	HM	n.º	4.909
Homens	2016	H	%	45,8
Mulheres	2016	M	%	54,2

Desemprego registado segundo o grupo etário				
< = 25 anos	2016	HM	%	10,1
25-34 anos	2016	HM	%	20,9
35-54 anos	2016	HM	%	45,0
55 e mais anos	2016	HM	%	23,9

Desemprego registado segundo o nível de escolaridade				
< 1º CEB	2004 vs 2016	HM	Δ%	-7,14
1º CEB	2004 vs 2016	HM	Δ%	-63,38
2º CEB	2004 vs 2016	HM	Δ%	-37,26
3º CEB	2004 vs 2016	HM	Δ%	-9,39
Secundário	2004 vs 2016	HM	Δ%	36,31
Superior	2004 vs 2016	HM	Δ%	30,51

Figura A7.15 - Fact Sheet Emprego e Desemprego no Concelho de Vila Franca de Xira, comparação com Grande Lisboa e AM.

Fonte: CMVFX (2017)



## EMPREGO

Em 2011, a população ativa (65,17%) era superior à população inativa (34,83%). Os ativos eram, maioritariamente, homens (50,34%) e, os inativos, maioritariamente, mulheres (57,54%) (CMVFX, 2015). Face à região onde se insere, a população ativa do Concelho supera, em cerca de 6%, a média desta (59,28% na Grande Lisboa e 58,94% na AML). A população inativa, apresenta por seu lado, um comportamento oposto, ou seja, é inferior, na mesma proporção, cerca de 6%, à média da região (34,83% no Concelho face 40,72% na Grande Lisboa, e 41,06% na AML) (CMLVFX, 2017).

Em relação aos níveis de empregabilidade registou-se um decréscimo de 4,6% face a 2001, sendo que em 2011 a percentagem de população empregada era de 88,7%. Essa situação evoluiu com a percentagem de desempregados inscritos no IEFP a atingir os 8,0% em 2013 e a descer para 5,9% em 2015 (PORDATA-FFMS).

Relativamente aos setores de atividade económica, em 2011, a maior percentagem de população empregada (79,0%) concentrava-se no setor terciário, seguida do secundário (20,4%) e primário (0,6%) (figuras A7.16 e A7.17).

	Sector de actividade económica														
	Total			Primário			Secundário			Terciário			Ignorado		
Anos	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014
AML	1 759,4	1 198,6	2 450,8	14,3	9,3	25,3	368,0	189,3	331,3	1 167,3	999,7	2 094,3	209,8	0,4	0,0
VFX	97,8	59,8	171,6	1,7	0,5	0,3	24,7	8,5	25,3	66,8	50,7	146,1	4,7	0,1	0,0

Figura A7.16 - Ofertas de emprego (média anual) disponíveis nos centros de emprego e formação profissional: total e por sector de actividade económica (2001-2014)

Fonte: PORDATA)-FFMS.

População empregada segundo os Censos: total e por sector de actividade económica									
Percentagem (Totais das Categorias)									
Territórios		Sector de actividade económica							
		Total		Primário		Secundário		Terciário	
Âmbito Geográfico	Anos	⌊ 2001	2011	⌊ 2001	2011	⌊ 2001	2011	⌊ 2001	2011
NUTS III	AML	⌊ 100,0	100,0	⌊ 1,1	0,7	⌊ 24,1	16,6	⌊ 74,8	82,7
Município	Vila Franca de Xira	⌊ 100,0	100,0	⌊ 1,0	0,6	⌊ 28,7	20,4	⌊ 70,3	79,0

Figura A7.17 População empregada segundo os Censos: total e por sector de actividade económica, comparativo AML e VFX

Fonte: PORDATA\_FFMS.

Em 2016 o Concelho tinha 6,3% desempregados<sup>8</sup> com 5,6 % desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) (PORDATA).

## RENDIMENTO

Em 2011 o principal meio de vida da população provinha do trabalho (57,87%), tendo reduzido 2,3% face a 2001, por sua vez, o meio de vida proveniente de reforma/pensão aumentou 2,74% face a 2001, para os 20,47%. É o género masculino que predomina nos rendimentos provenientes do trabalho, ao contrário do feminino, no qual predomina o rendimento proveniente das reformas / pensões (CMVFX, 2015; CMVFX, 2017).

Em termos de Segurança Social, há a registar, no período compreendido entre 2009 e 2013, um decréscimo de 6,4% nos beneficiários ativos. No mesmo período, relativamente aos pensionistas ativos verifica-se um aumento de 12,8% referente a prestações de velhice, um aumento de 4,8% nas pensões de sobrevivência e um decréscimo de 5,9% nas prestações de invalidez (CMVFX, 2015).

Em 2012 verificou-se que, por cada 1.000 habitantes em idade ativa, existem 248,18 pensionistas (CMVFX, 2015).

Relativamente às prestações de desemprego da Segurança Social, assiste-se a uma predominância do género masculino (51,2%), sendo que no período entre 2005 e 2013 os beneficiários aumentaram 41,1% (CMVFX, 2015).

Quanto ao rendimento social de inserção (RSI), em 2013, existiam no Concelho, 1.216 famílias beneficiárias, cujo valor médio/ família era de 213,80€, tendo-se verificado um aumento de 209% face a 2005 (CMVFX, 2015).

Ao nível das prestações familiares da Segurança Social, em 2013, existiram 10.159 beneficiários de abono de família. De salientar que, entre 2010 e 2013, verificou-se uma redução de 44% dos beneficiários deste tipo de apoio (CMVFX, 2015).

De realçar o aumento de 1.215% dos beneficiários de complemento solidário para idosos (CSI), entre 2006 e 2009, sendo que em 2013 foram registados 1.385 beneficiários de CSI (CMVFX, 2015).

Em termos médios, para o país, o rendimento médio disponível das famílias (figura A7.18) andava pelos 30 685,60€, quando em 2010 já se situava em 32 187,00€, tendo descido desde então até 2014 e voltando a subir para os valores indicados em 2016 (Fonte: PORDATA-FFMS).

<sup>8</sup> URL: [https://www.rtp.pt/noticias/pais/taxa-de-desemprego-2011-2016\\_i977219](https://www.rtp.pt/noticias/pais/taxa-de-desemprego-2011-2016_i977219) [consultado em 15/07/2017]



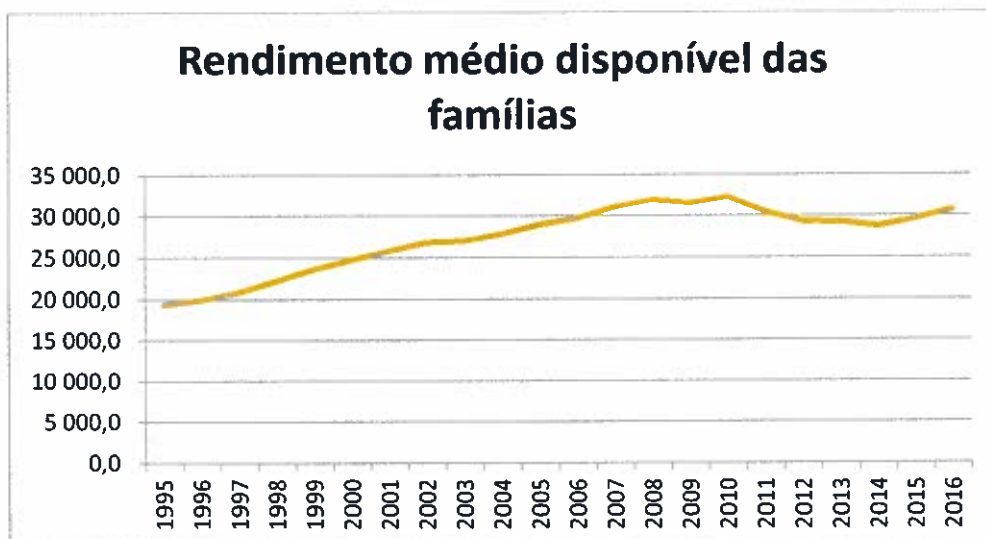


Figura A7.18 - Rendimento Médio Disponível das Famílias (ao nível nacional)  
Fonte: PORTDATA-FFMS

## EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO

As questões das empresas e do empreendedorismo afetam o desempenho do Concelho nos ODS 4, 5, 7, 8 e 9.

Em 2011 identificaram-se 11 690 empresas sedeadas e 12 208 estabelecimentos (96,7% possuem a sede da empresa localizada no Concelho), embora se tenha registado um decréscimo de 6%, entre 2008 e 2011. Em termos de empresas individuais verificou-se, em 2011, um registo de 69,2%, em contraposição com os 30,8% da sociedade. Cerca de 96,2% são micro empresas (com menos 10 pessoas ao serviço). (CMVFX, 2015). Na tabela 6.4 apresentam-se valores já referentes a 2015, com uma situação muito semelhante.

Entre 2008 e 2010, registou-se uma redução de 9,2% do pessoal ao serviço nas empresas, sendo que em 2011, tanto nas empresas sedeadas, como nos estabelecimentos verifica-se em termos de indicador “pessoal ao serviço” a empregabilidade média de 3,7 pessoas (CMVFX, 2015).

O volume de negócios (VN) por empresa sedeada, em 2011 foi na ordem dos 325,2 milhares de €, tendo decrescido 14,34% comparativamente a 2008. De realçar que as 4 maiores empresas sedeadas no Concelho concentram 23,25% do VN total, situação que se agrava desde 2006 (CMVFX, 2015). Em 2015 Esse indicador andava pelos 292,7 milhares de euros (PORTDATA), decréscimo a que não foi alheia a situação de grave crise económica e financeira que o país atravessou nesse período.

Sectores de atividade económica (Empresa)	Anos	
Vila Franca de Xira	2009	2015
Todos os setores	13 090	11 363
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	183	283
Indústrias extrativas	2	1
Indústrias transformadoras	642	458
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	2	4
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	13	19
Construção	1 152	693
Comércio por grosso e a retalho (...)	2 712	2 180
Transporte e armazenagem	444	371
Alojamento, restauração e similares	903	791
Atividade de Informação e comunicação	187	164
Atividades imobiliárias	280	336
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1 208	1 097
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2 343	2 257
Educação	701	666
Atividades de saúde humana e apoio social	874	908
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	361	334
Outras atividades de serviços	1 083	801

Figura A7.19 - Empresas não financeiras: total e por sector de actividade económica  
(Fonte: PORDATA-FFMS).

A produtividade aparente do trabalho traduziu-se em 21,6 milhares de € por indivíduo empregado em 2011, sendo um dos indicadores, a utilização extensiva de mais fatores produtivos ao invés da gestão e otimização de recursos humanos tendencialmente mais qualificados (CMVFX, 2015).

No que diz respeito a empresas por área de atividade (figura A7.19), destacam-se o comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis e motociclos, com o maior número de empresas (21,5%) (CMVFX, 2015).

As atividades administrativas e os serviços de apoio apresentavam em 2011 mais pessoas ao serviço com 20,4%. A indústria transformadora era a 2ª com mais pessoal, apresentando grande capacidade empregadora (CMVFX, 2015).

A produtividade aparente do trabalho traduziu-se em 21,6 milhares de € por indivíduo empregado em 2011, sendo um dos indicadores, a utilização extensiva de mais fatores produtivos ao invés da gestão e otimização de recursos humanos tendencialmente mais qualificados (CMVFX, 2015).

Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica		
Sectores de actividade económica (Euro - Milhares)		
Vila Franca de Xira	Anos	
	2009	2015
Totais	3 839 716	3 326 144
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	17 383	...
Indústrias extractivas		...
Indústrias transformadoras	1 491 678	1 423 169
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	...	842
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	20 037	22 603
Construção	463 494	111 762
Comércio por grosso e a retalho (...)	1 149 258	850 271
Transporte e armazenagem	291 399	482 824
Alojamento, restauração e similares	78 279	51 713
Actividade de Informação e comunicação	5 694	8 168
Atividades financeiras e de seguros	x	x
Atividades imobiliárias	40 506	24 867
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	62 640	102 329
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	147 899	104 341
Administração Pública e defesa (...)	x	x
Educação	10 394	8 794
Atividades de saúde humana e apoio social	37 057	88 525
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6 193	11 043
Outras Atividades de serviços	16 515	15 433
Atividades das famílias empregadoras (...)	x	x
Atividades dos organismos internacionais (...)	x	x

Figura A7.20 - Volume de negócios das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica no Concelho

(Fonte: PORDATA-FFMS: x – valor não disponível)

As atividades administrativas e os serviços de apoio apresentavam em 2011 mais pessoas ao serviço com 20,4%. A indústria transformadora era a 2ª com mais pessoal, apresentando grande capacidade empregadora (CMVFX, 2015).

Em termos de produtividade, em 2011, a área de atividade que melhores resultados apresentou foi a indústria transformadora, com 41,5 milhares de €/pessoa ao serviço (CMVFX, 2015).

## SAÚDE

As questões da saúde são particularmente relevantes para o ODS3.

O Concelho apresentava, em 2015, uma taxa bruta de natalidade (TBN) de 9,6‰, valor inferior ao observado para a AML de 10,1‰. Face a 2001 reduziu 3,3‰, o que constitui um valor elevado quando comparado com a redução observada para a região onde se insere, que foi de -1,9‰. Nesta



última década em Vila Franca de Xira registaram-se sempre de TBN superiores à média da AML, mas, em 2012, esta tendência inverteu-se e pela primeira vez, a sua taxa foi inferior (CMVFX, 2017).

A taxa de fecundidade geral (TFG, em 2015, no Concelho foi inferior à média da região onde se insere (38,4‰ por contraposição a 44,1‰ na AML). Face a 2001 observou-se, no Concelho, uma tendência de decréscimo acentuado da TFG (-7,7‰), superior ao ocorrido para a AML no mesmo período, (-2,3‰), indiciando um expressivo declínio da frequência de nascimentos nas mulheres em idade fértil (CMVFX, 2017).

O índice sintético de fecundidade (ISF) tem mantido, ao longo dos últimos anos, um pendor decrescente. Na década de 60 do século XX, cada mulher tinha em média cerca de 3 filhos, valor que tem diminuído desde então, para valores inferiores a 2,1 crianças por mulher, considerado como o nível de substituição de gerações (CMVFX, 2017).

A esperança média de vida à nascença (EMV) para a população portuguesa mais do que duplicou em menos de um século: em 1920, a EMV era de 35,8 anos e 40,0 anos, respetivamente para homens e mulheres, sendo, no final do século XX, de 73,0 e 79,7 anos, respetivamente (CMVFX, 2017).

O valor apurado da EMV para a AML era de 80,5 anos e tem vindo, na última década, a aumentar ligeiramente, tal como acontece com a esperança de vida aos 65 anos. Neste indicador, na AML, a população com mais de 65 anos espera poder viver mais 19,43 anos (CMVFX, 2017).

Os anos de vida potencialmente perdidos (AVPP) avaliam o impacto da mortalidade prematura de uma dada região. O Concelho apresenta, neste indicador, em 2009, uma perda potencial de 4.187 anos de vida por cada 100 000 habitantes antes dos 70 anos. Este valor é inferior ao apresentado para a média da região de Lisboa e Vale do Tejo (4.481,4 AVPP/100 000 habitantes) e do Continente (4.354,2 AVPP/100 000 habitantes). Desde 2006 que os AVPP têm reduzido nas três regiões em análise, no entanto, o Concelho de Vila Franca de Xira, em 2009, registou um aumento deste indicador para valores superiores aos assinalados em 2007, invertendo a tendência de decréscimo até então observada (CMVFX, 2017).

No Concelho, a taxa bruta de mortalidade (TBM) foi, em 2015, de 7,3‰, valor inferior ao registado pela AML (9,7‰). A mortalidade no Concelho em 2016 incide sobretudo sobre os indivíduos mais idosos, seguindo padrões conhecidos, com uma mortalidade mais elevada durante a infância, que vai diminuindo até alcançar um mínimo entre os 5 e os 14 anos; a partir destas idades, começa a aumentar, de início de forma mais ligeira, e depois de forma cada vez mais acentuada com o avanço dos grupos etários (CMVFX, 2017). A TBM infantil, em 2016, no Concelho, foi de 2,1‰, acima do valor da AML (1,8‰). Face a 2001 o Concelho reduziu a TBM infantil de 4,4‰, para 2,1‰, em 2016, embora, desde 2013 esta taxa tenha rondado os 1,5‰ (CMVFX, 2017).

No Concelho de Vila Franca de Xira as três principais causas de morte foram, em 2015, também as doenças do aparelho circulatório (32,3%), os tumores malignos (27,4%) e as doenças do aparelho respiratório (9,6%). Face à AML o Concelho de Vila Franca de Xira não apresenta uma mortalidade proporcional muito diferenciada, superando a região onde se insere em muitas causas de morte. Desde 1981, o Concelho registou aumentos na mortalidade proporcional em quase todas as causas de morte analisadas, observando-se, que os maiores acréscimos registaram-se na mortalidade

derivada de tumores malignos (6,9%), das doenças do aparelho respiratório (5,2%) e da diabetes (3,2%). (CMVFX, 2017, PORDATA-FFMS). Destaque para o acidente industrial de novembro de 2014 com a emissão de aerossóis contaminados com a bactéria *Legionella pneumophila*, e onde a aspiração daquela bactéria infetou mais de 400 pessoas, das quais morreram 14, principalmente residentes ou trabalhadores na zona sul do Concelho. Esta anomalia não aparece evidente nos quadros estatísticos disponíveis.

Sobre a incidência de doenças crónicas mais frequentes, em 2012, 11,53% do total da população inscrita nas unidades de saúde do Concelho era hipertensa, 3,38% possuía diabetes tipo 2, 0,37% possuía diabetes tipo 1 e 1,0% foi diagnosticada com neoplasias malignas, nomeadamente da mama e da próstata (CMVFX, 2015).

No respeitante a incapacidades e dificuldades da população residente, em 2011, nos indivíduos com 65 ou mais anos, foi assinalada como principal dificuldade andar ou subir escadas, sendo que 60% dos indivíduos que mencionaram possuir pelo menos uma dificuldade residiam em edifícios não acessíveis à circulação de cadeiras de rodas. Em termos percentuais estas dificuldades são seguidas da dificuldade em ver e dificuldades de memória ou concentração (CMVFX, 2015).

Face aos acidentes com vítimas, registo em 2012, para 2,3 acidentes por cada 1.000 habitantes, numa média de 375 ocorrências por ano (CMVFX, 2015).

No que diz respeito a equipamentos de saúde, o Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo (ACES), criado pela Portaria n.º 394-B/2012, de 29 de Novembro, apresenta como zona de influência a área correspondente aos Concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e Vila Franca de Xira, abrangendo uma área geográfica de 1 482,68 Km<sup>2</sup>. Esta área contava, de acordo com os dados dos Censos 2011, com uma população residente de 244 377 indivíduos.

O concelho de Vila Franca de Xira pertence ao Agrupamento de Centros de Saúde do Estuário do Tejo, conjuntamente com os Municípios de Arruda dos Vinhos, Alenquer, Azambuja e Benavente. Inseridos no ACES do Estuário do Tejo, na área do concelho encontram-se: 3 Centros de Saúde e 10 Unidades de Saúde, das quais 6 são Unidades de Cuidados de Saúde personalizados e 4 Unidades de Saúde Familiar (figura A7.21).



ACES	Centros Saúde	Unidades de Saúde	Morada
Agrupamentos Centros de Saúde do Estuário do Tejo	Centro de Saúde Alhandra	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Alhandra	Rua João de Deus, 19, 2600-445 Alhandra
		Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Alverca do Ribatejo	Praceta da Filarmónica - Quinta das Drogas, 2615-042 Alverca do Ribatejo
		Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Arcena	Rua dos Cravos - Edifício do Centro de Saúde, 2615 Arcena
	Centro de Saúde Póvoa Santa Iria	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Póvoa de Santa Iria	Av. D. Vicente Afonso Valente, 2625-215 Póvoa de Santa Iria
		Unidade de Saúde Familiar Villa Longa	Rua Professor Reynaldo dos Santos, Lote 19, 2625-623 Vialonga
		Unidade de Saúde Familiar Forte	Rua 25 de Abril, 2625-468 Forte da Casa
	Centro de Saúde Vila Franca de Xira	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Vila Franca de Xira	Rua António Lúcio Batista n.º 6 - Edifício UCSP Vila Franca Xira, 2600-102 Vila Franca de Xira
		Unidade de Saúde Familiar Terras de Cira	
		Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Castanheira do Ribatejo	Rua Dr. José Azeredo Perdigão, 2600-645 Castanheira do Ribatejo
		Unidade de Saúde Familiar Castanheira do Ribatejo	

Figura A7.21 - Centros de saúde e respetivas unidades de saúde do concelho de Vila Franca de Xira, 2017  
(Fonte: CMVFX, 2017b)

Inseridas nas unidades funcionais constam as unidades de saúde familiar (USF), as unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP), as unidades de cuidados na comunidade (UCC), as unidades de saúde pública (USP) e as unidades de recursos assistenciais partilhados (URAP), podendo ainda existir outras unidades ou serviços que venham a ser considerados como necessários pelas administrações regionais de saúde. Cada unidade funcional assenta numa equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica, estando garantida a intercooperação com as demais unidades funcionais do centro de saúde e do ACES (CMVFX, 17b).

Atualmente colaboram nas unidades de saúde do Concelho 493 trabalhadores, dos quais 1 Diretor Executivo, 98 Médicos, 33 Médicos Internos, 157 Enfermeiros, 5 Técnicos Superiores de Saúde, 8 Técnicos Superiores do regime geral, 13 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, 114 Assistentes Técnicos, 3 Técnicos de Informática e 61 Assistentes Operacionais. O maior problema do ACES é a falta de médicos especialistas de família recorrendo à contratualização de horas médicas a empresas externas como avaliação mensal de necessidades<sup>9</sup>.

O Hospital Vila Franca de Xira (HVFX) é um hospital público, que, desde 1 de Junho de 2011, é gerido através de um modelo de parceria entre o Estado português e o Grupo José de Mello Saúde.

A área de influência do novo Hospital Vila Franca de Xira, abrange cinco Concelhos e serve cerca de 245.000 habitantes.

Integrado na rede oficial hospitalar, o HVFX é um hospital geral e distrital que possui valências básicas, intermédias e diferenciadas, em regime de internamento e ambulatório, integrando a prestação de cuidados urgentes classificados como médico-cirúrgicos.

<sup>9</sup> Dados retirados do Relatório de Mandato 2013-2017 da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, na visita ao ACES do Estuário do Tejo (s.d.e.)

O Concelho de Vila Franca de Xira representa cerca de 55% da população servida pelo HVFX. Cerca de 72 000 habitantes, 29% do total, da população servida pelo HVFX, não tem médico de família. A unidade tem uma área de 69 000 m<sup>2</sup>, com 278 camas, 46 Gabinetes consulta, 9 Blocos operatórios e 6 Salas de Parto.

O Hospital de Vila Franca de Xira recebeu em 2016 o prémio Healthcare Excellence por boas práticas hospitalares com o projeto "capacitar para melhor cuidar", iniciativa que prepara cuidadores para prestar cuidados ao domicílio a doentes em pós-operatório.

A área de influência das unidades de saúde pode considerar-se satisfatória no que diz respeito à abrangência da população concelhia, ainda assim, reconhecem-se algumas lacunas na cobertura territorial, em particular nas localidades de Cachoeiras, São João dos Montes e Calhandriz (CMVFX, 2015). O número de médicas/os por 1.000 habitantes no Concelho de Vila Franca de Xira fixou-se, em 2015, nos 1,6 (valor abaixo do registado na AML (6,2) para o último ano conhecido), sendo que o Concelho de Vila Franca de Xira encontra-se claramente em desvantagem face à média da AML (Figura A7.6, seguinte) (CMVFX, 2017a). A nível local, o número de médicas/os por 1.000 habitantes tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos anos, passando de 1,3 médicas/os em 2002, para 1,6 médicas/os, em 2015 (CMVFX, 2017b).

No que respeita ao número de enfermeiras/os por 1.000 habitantes, constatou-se que o valor aferido para o concelho, em 2015, (4,1) foi inferior ao registado para a AML (6,7). Não obstante, denotou-se que entre 2002 (2,2) e 2015 (4,1) o número de enfermeiras/os por 1.000 habitantes aumentou em 1,9 (CMVFX, 2017b).

No âmbito da rede nacional de cuidados continuados integrados, em 2014 localiza-se no Concelho, 1 unidade de longa duração e manutenção (internamento), 3 equipas de cuidados continuados integrados, com resposta domiciliária, abrangendo na totalidade 35 camas (CMVFX, 2015).

Em termos dos serviços de saúde privados, registaram-se em 2011, 849 empresas de saúde humana e apoio social (CMVFX, 2015).

Em 2017 localizavam-se no Concelho 28 farmácias, pese embora ainda se esteja aquém da cobertura desejada – o Concelho regista 4 889 habitantes por farmácia, sendo a captação 170 apontada de 3 500 habitantes por farmácia<sup>171</sup>. O Concelho dispunha, em 2015, de um rácio de 0,2 farmácias por cada 1 000 habitantes, valor ligeiramente inferior ao registado, no mesmo ano, para a AML e Grande Lisboa (ambas com 0,3). (CMVFX, 2017a).

ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE						
Recursos Humanos e Físicos nos Estabelecimentos de Saúde						
	Período	Sexo	Unidade	VFX	AML	
Médicas/os por 1.000 habitantes	2015	HM	‰	1,6	6,2	
Enfermeiras/os por 1.000 habitantes	2015	HM	‰	4,1	6,7	
Internamentos por 1.000 habitantes	2014	HM	‰	105,4	129,9	
Camas (lotação praticada) por 1.000 habitantes	2015	HM	‰	2,2	4,0	
Taxa de ocupação de camas (lotação praticada)	2014	HM	‰	87,7	80,6	
Centros de Saúde e Unidades Funcionais						
Habitantes por pessoal ao serviço	Período	Sexo	Unidade	VFX	GL	AML
Total	2012	HM	PS/1.000*1	553,70	532,30	515,40
Médicos	2012	HM	PS/1.000*1	1.667,80	1.530,30	1.535,80
Enfermeiros	2012	HM	PS/1.000*1	1.922,60	1.841,10	1.785,40
Outros	2012	HM	PS/1.000*1	1.457,10	1.466,50	1.371,60
Utentes com e sem médico de família						
Total de utentes	2014	HM	n.º	130.615		
Utentes com médico de família	2014	HM	%	67		
Utentes sem médico de família	2014	HM	%	33,5		
Hospital de Vila Franca de Xira - Área de Influência						
População servida utilizando como meio de transporte o automóvel em meio urbano	Período	Sexo	Unidade	VFX		
Até 2,5 Km (5 minutos)	2014	HM	%	11,90		
De 2,5 a 5 Km (até 10 minutos)	2014	HM	%	20,01		
De 5 a 7,5 Km (até 15 minutos)	2014	HM	%	29,31		
Centros de Saúde - Área de Influência até 2,5 Km						
População servida utilizando como meio de transporte o automóvel em meio urbano (5 minutos)	Período	Sexo	Unidade	VFX		
UCSP Alhandra	2014	HM	%	11,5		
UCSP e USF Castanheira do Ribatejo	2014	HM	%	6,6		
UCSP Arcena	2014	HM	%	26,5		
UCSP Alverca do Ribatejo	2014	HM	%	26,9		
USF Forte	2014	HM	%	41,10		
UCSP da Póvoa de Santa Iria	2014	HM	%	42,90		
USF Villa Longa	2014	HM	%	43,50		
UCSP VFX e USF Terras de Cira	2014	HM	%	12,90		

Figura A7.22 - Fact Sheet Acesso a Cuidados de Saúde no Concelho de Vila Franca de Xira, comparação com Grande Lisboa e AML(extrato)  
Fonte: CMVFX ( 2017)

## TERRITÓRIOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Nos Bairros Sociais do Concelho assiste-se a uma maior concentração de grupos particularmente vulneráveis, em particular emigrantes e minorias étnicas, tendo por isso, sido considerados territórios de intervenção prioritária (TIP).

Os territórios de intervenção prioritária considerados no PDS 2015-2020 (CMVFX, 2015) foram os bairros localizados nas seguintes freguesias:

- União de Freguesias Castanheira e Cachoeiras - Bairro Social da Castanheira;
- União de Freguesias da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa - Bairro Social da Quinta da Piedade;
- Freguesia de Vialonga - Bairro Social de Olival de Fora e Bairro Social Nascente do Cabo;
- Freguesia de Vila Franca de Xira - Bairro Social de Povos.

Os ODS 1, 3, 4 e 5 são particularmente relevantes para as populações nos TIP.

---

## ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS DO MVFX

No âmbito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi adaptado à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado. Esta legislação implica a adequação das estruturas orgânicas às suas regras e critérios, pelo organograma (figura A7.23) da Câmara Municipal, publicado no D.R. a 30/03/2020.<sup>10</sup>

O Regulamento n.º 11/2019 — Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira foi aprovado pela assembleia municipal na sua sessão ordinária de 2019/11/21, sob proposta da câmara municipal, aprovada na sua reunião ordinária de 2019/11/06, conforme consta do edital n.º 763/2019, datado de 2019/11/25, no D.R. N.º 242 17 de dezembro de 2019, publicou o organograma constante na figura A7.24.

Os diversos departamentos, divisões e delegações municipais acomodam-se nalgumas dezenas de edifícios de propriedade municipal ou particular, sob contratos de arrendamento, espalhados pelas principais localidades do Concelho<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Vd. URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/153> [consultado em 27/06/2020].

<sup>11</sup> Para mais informações: URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/90> [consultado em 27/06/2020].



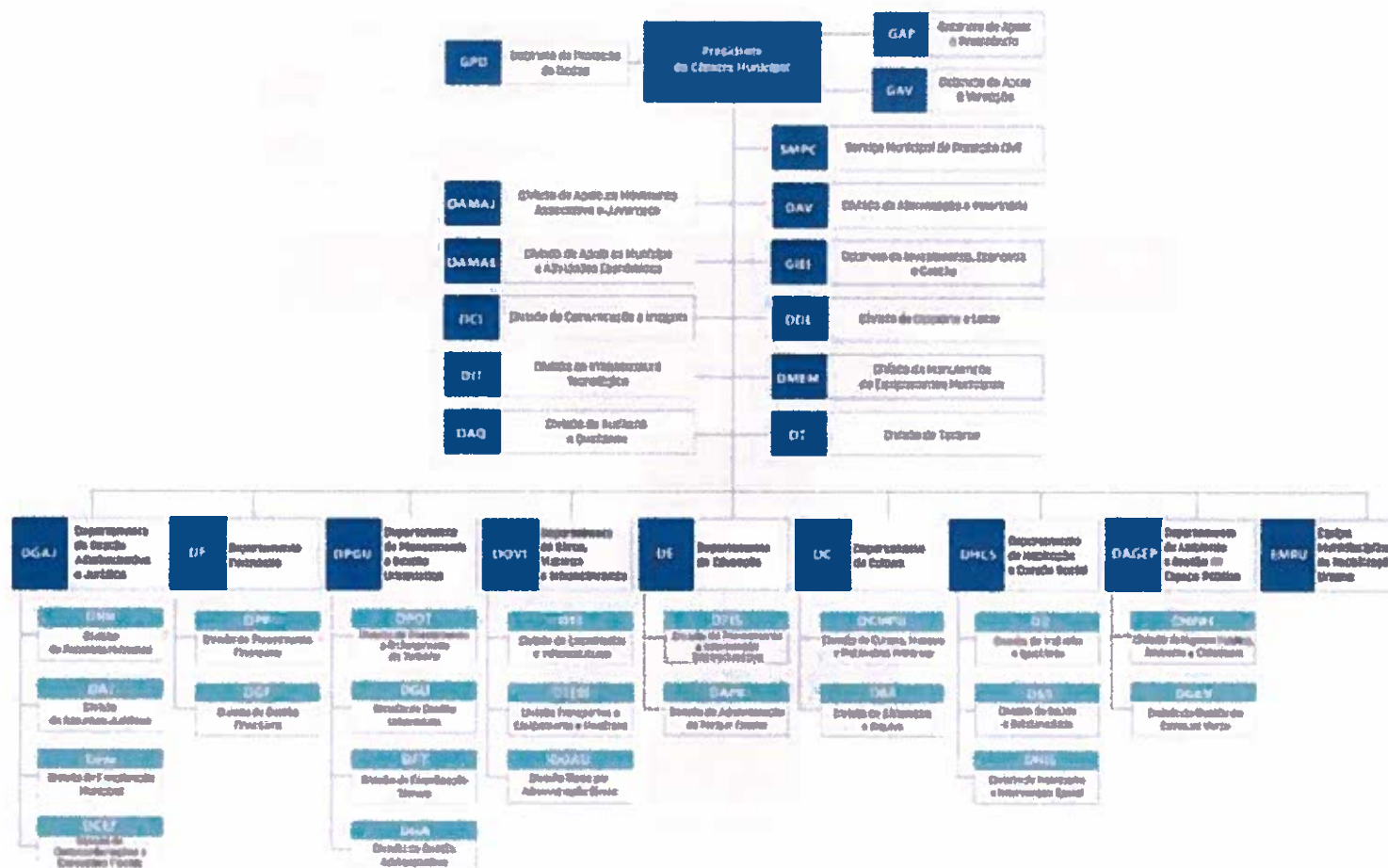
A estrutura nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira apresenta-se na tabela seguinte:

<b>PCM</b>	<b>Presidente da CM</b>
<b>DAMAJ</b>	Divisão de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude
<b>DAMAE</b>	Divisão de Apoio ao Município e Atividades Económicas
<b>DCI</b>	Divisão de Comunicação e Imagem
<b>DIT</b>	Divisão de Infraestrutura Tecnológica
<b>DAQ</b>	Divisão de Auditoria e Qualidade
<b>SMPC</b>	Serviço Municipal de Proteção Civil
<b>DAV</b>	Divisão de Alimentação e Veterinária
<b>GIEI</b>	Gabinete de Investimento, Economia e Inovação
<b>DDL</b>	Divisão de Desporto e Lazer
<b>DMEM</b>	Divisão de Manutenção de Equipamentos Municipais
<b>DT</b>	Divisão de Turismo
<b>GPD</b>	Gabinete de Proteção de Dados
<b>GAP</b>	Gabinete de Apoio à Presidência
<b>GAV</b>	Gabinete de Apoio à Vereação
<b>DGAFJ</b>	<b>Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica</b>
<b>DRH</b>	Divisão de Recursos Humanos
<b>DAJ</b>	Divisão de Assuntos Jurídicos
<b>DFM</b>	Divisão de Fiscalização Municipal
<b>DCEF</b>	Divisão de Contraordenações e Execuções Fiscais
<b>DF</b>	<b>Departamento Financeiro</b>
<b>DPF</b>	Divisão de Planeamento Financeiro
<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DPGU</b>	<b>Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística</b>
<b>DPOT</b>	Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território
<b>DGU</b>	Divisão de Gestão Urbanística
<b>DFT</b>	Divisão de Fiscalização Técnica
<b>DGA</b>	Divisão de Gestão Administrativa
<b>DOVI</b>	<b>Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas</b>
<b>DEI</b>	Divisão de Empreitadas e Infraestruturas
<b>DTEM</b>	Divisão de Transportes e Equipamento Mecânico
<b>DOAD</b>	Divisão de Obras por Administração Direta
<b>DE</b>	<b>Departamento de Educação</b>
<b>DPIS</b>	Divisão de Planeamento e Intervenção Sociocultural
<b>DAPE</b>	Divisão de Administração do Parque Escolar
<b>DCT</b>	<b>Departamento de Cultura</b>
<b>DCMPH</b>	Divisão de Cultura, Museus e Património Histórico
<b>DBA</b>	Divisão de Bibliotecas e Arquivo
<b>DHCS</b>	<b>Departamento de Habitação e Coesão Social</b>
<b>DII</b>	Divisão de Inclusão e Igualdade
<b>DSS</b>	Divisão de Saúde e Solidariedade
<b>DHIS</b>	Divisão de Habitação e Intervenção Social
<b>DGAEP</b>	<b>Departamento de Ambiente e Gestão do Espaço Público</b>
<b>DHPAC</b>	Divisão de Higiene Pública, Ambiente e Cidadania
<b>DGEV</b>	Divisão de Gestão da Estrutura Verde
<b>EMRU</b>	<b>Equipa Multidisciplinar de Reabilitação Urbana</b>



A estrutura nuclear e Flexível dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira apresenta-se na tabela seguinte:

<b>SMAS</b>	<b>Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento</b>
<b>CA</b>	Conselho de Administração
<b>PCA</b>	Presidente do Conselho de Administração
<b>ATACA</b>	Apoio Técnico Administrativo ao Conselho de Administração
<b>ATA</b>	Apoio Técnico Administrativo
	<b>Estrutura Flexível</b>
<b>DD</b>	<b>Diretor-Delegado</b>
<b>AJ</b>	Apoio Jurídico
<b>I</b>	informática
<b>DAF</b>	Divisão Administrativa e Financeira
<b>SAG</b>	Seção de Administração Geral
<b>SRH</b>	Seção de Recursos Humanos
<b>SC</b>	Seção de Contabilidade
<b>T</b>	Tesouraria
<b>SCA</b>	Seção de Compras e Armazéns
<b>DGCA</b>	Divisão de Gestão Comercial e Atendimento
<b>SAC</b>	Seção de Atendimento e Contratação
<b>SLC</b>	Seção de Leitura e Faturação
<b>SCI</b>	Seção de Contadores e Instalação
<b>DAS</b>	Divisão de Água e Saneamento
<b>SMCRA</b>	Setor de manutenção e construção de redes de água
<b>SMCRS</b>	Setor de Manutenção e Construção de Redes de Saneamento
<b>P</b>	Piquete
<b>SSP</b>	Setor de Salubridade Pública
<b>DPC</b>	Divisão de Projetos e Cadastro
<b>DQAE</b>	Divisão de Qualidade, Ambiente e Equipamentos
<b>STCQ</b>	Setor de Tratamento e Controlo de Qualidade
<b>SOET</b>	Setor de Operadores de Equipamentos e Telegestão



PMAVFX V.2.2020

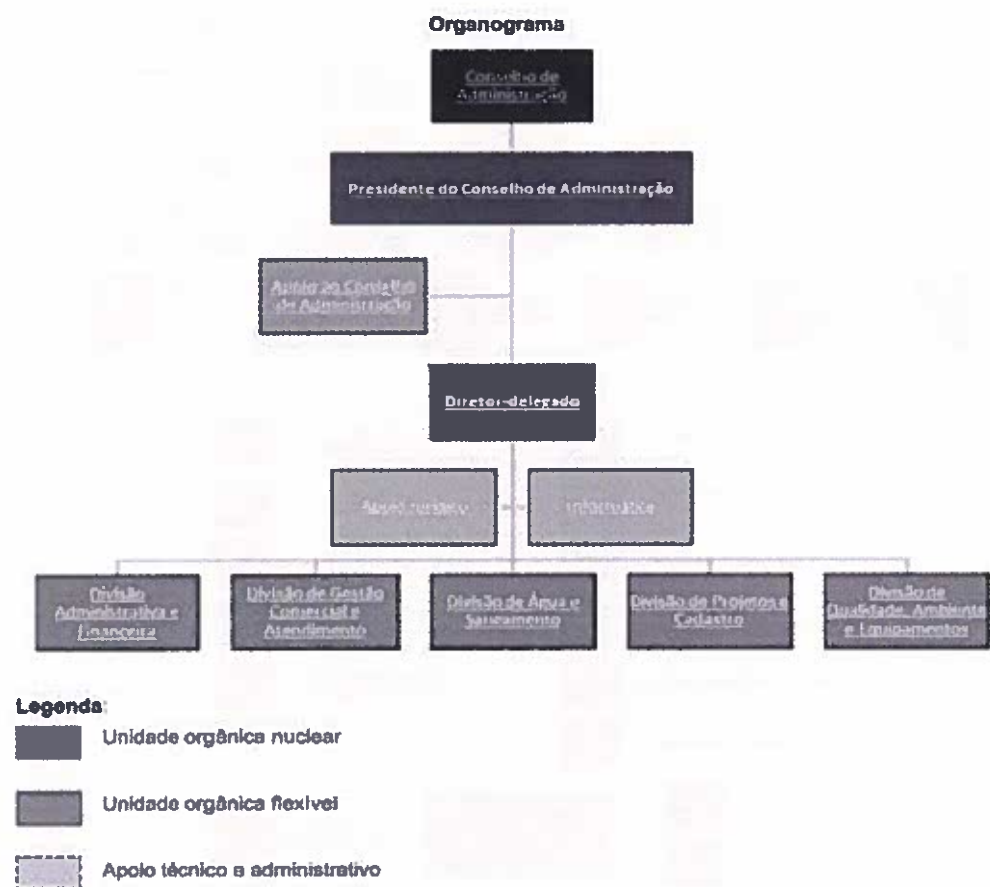


Figura A7.24 Estrutura nuclear e flexível dos SMAS VFX  
Fonte: CMVFX



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

## ANEXO 8 – ASPETOS AMBIENTAIS

Julho 2020

## ANEXO 8 – ASPETOS AMBIENTAIS

Este anexo é composto das seguintes seções:

Aspetos ambientais

- Geotecnia e Risco de Instabilidade de vertentes
- Recursos hídricos no estuário do tejo e envolvente
- Resíduos
- Qualidade do ar
- Energia

Para o estabelecimento do diagnóstico e situação de referência recorreremos, principalmente, aos elementos documentais já elaborados nos estudos mais recentes do MVFX e de outras fontes (PEA- Plano Estratégico de Ambiente, AAEPDM – Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira, PDESVFX – Plano de Desenvolvimento Económico e Social de Vila a Franca de Xira, PORDATA FFFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos, REOT-LVT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo) assumindo alguns pressupostos:

1. A caracterização da situação ambiental e territorial no Concelho evolui lentamente, pelo que os estudos mais recentes sobre a matéria (PEA<sup>1</sup>, AAEPDM<sup>2</sup>) continuam válidos. No que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
2. A caracterização socioeconómica está de acordo com os dados do PDESVFX para efeitos de elaboração do Plano Municipal de Ambiente. No que este pressuposto não se aplicar será devidamente assinalado;
3. Os resultados dos inquéritos e informação conexa são suficientemente representativos para indiciar as principais necessidades e problemas do Concelho;
4. A Política de Ambiente, os ODS<sup>3</sup> e o quadro de recursos ambientais do Concelho serão os principais referenciais a usar para a determinação de aspetos ambientais significativos.

### ASPETOS AMBIENTAIS

No PEA2007 foi elaborado um diagnóstico ambiental do Concelho de Vila Franca de Xira bastante detalhado. Nesse estudo destaca-se a forte assimetria em termos da constituição geológica dos terrenos, com reflexos diretos no relevo, com metade SE do Concelho a apresentar topografia quase plana, apenas cortada pelos talwegues de linhas de água e por valas de irrigação e para

<sup>1</sup> Plano Estratégico de Ambiente do Município de Vila Franca de Xira.

<sup>2</sup> Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>3</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



ocidente do Tejo, o relevo a ser acidentado, “fundamentalmente talhado em terrenos de idade predominantemente jurássica, com ocorrências menores de afloramentos cretácicos e cenozoicos (Hidroprojecto, 2007b).

## GEOTECNIA E RISCO DE INSTABILIDADE DE VERTENTES

Nesse mesmo trabalho (PEA2007) refere-se que “As deficientes características geotécnicas dos terrenos, associadas a um relevo vigoroso, dão lugar à ocorrência frequente de numerosos fenómenos de instabilidade de vertentes, com tipologia variada: deslizamentos ou escorregamentos, quedas de blocos, desabamentos e desmoronamentos, fluxos de terras, movimentos complexos e compósitos” (Hidroprojecto, 2007b).

As áreas de risco de instabilidade de vertentes levantadas nesse estudo são as seguintes:

1. Urbanização dispersa a norte de Santa Eulália, Vialonga; 2. Zona envolvente a Verdelha do Ruivo, Vialonga; 3. EN 115-5, entre Sta. Iria da Azóia e Granja, no troço da estrada instalado na encosta virada a Norte, nas proximidades desta última localidade; 4. Vertentes viradas a NW, adjacentes à A1, a Sul e Sudeste de Vialonga; 5. Zona Poente e Sul de Arcena, Alverca; 6. Encosta no Bom Sucesso, Alverca; 7. Vasta zona compreendendo Calhandriz, Loureiro e Pardieiro; 8. Zona de Adanaia e A-dos-Melros; 9. Encosta onde está instalada a EN 10-6, entre Bairro do Ramalhete (Alverca) e A-dos-Melros; 10. Encosta virada a Sul e Sudeste, adjacente à A1, entre Sobralinho e Alhandra; 11. Encosta de Suberra; 12. Encostas em torno da EM 248-3, especialmente entre a Quinta da Cruz de Pau e a Quinta do Álamos; 13. Encosta adjacente à A1, entre Alhandra e o Bairro do Paraíso; 14. Encosta na sequência da anterior, a Poente do Bairro do Paraíso ; 15. Encosta a SW de Vila Franca de Xira, entre o Bairro da Mata e o Bom Retiro; 16. Encosta a Poente de Vila Franca de Xira, ao longo da EM 524, junto à Quinta do Bolhão; 17. Encosta a NW de Vila Franca de Xira, correspondendo ao flanco SE e Nascente do Monte Gordo; 18. Encostas adjacentes à EM 524 e à EN 248, entre Bom Retiro e A-dos-Bispos; 19. Encostas envolventes de Povos, Vila Franca de Xira; 20. Encosta a poente de Castanheira do Ribatejo; 21. Encosta onde se desenvolve a EM 524-1, entre Castanheira do Ribatejo e o entroncamento com o CM 1239; 22. Encosta ao longo do CM 1236, a Sul do Carregado; 23. Encosta ao longo da EN 524, a Norte de Cachoeiras (mancha 27); 24. Zona de Cachoeiras e encosta a Sul; 25. Encosta de Badalinho a Cardosinhas; 26. Encostas ao longo da EM 528-1, entre Trancoso de Baixo e Trancoso de Cima (Hidroprojecto, 2007b).

Em termos de gestão de recursos hídricos o Estuário do Tejo encontra-se na Região Hidrográfica 5 (RH5), que inclui 368 Massas de Água (MA) Superficiais Naturais, das quais 362 Rios, 4 de Transição e 2 Costeiras. Inclui também 12 MA subterrâneas (APA, 2012).

[illegible]

No Concelho de Vila Franca de Xira, com uma frente ribeirinha de cerca de 22 km na margem direita e 32 km na margem esquerda, o Rio Tejo é o principal curso de água não só pela sua dimensão como, também, pela sua importância ecológica, com a planície aluvial a ocupar a margem esquerda enquanto na direita se desenvolvem várias linhas de água. O troço do rio compreendido no Concelho corresponde à zona imediatamente adjacente à parte superior do estuário do Tejo. Sendo um dos maiores estuários da costa ocidental da Europa, abrange uma área de aproximadamente 300 km<sup>2</sup> na baixa-mar e 340 km<sup>2</sup> na preia-mar. O limite do efeito da maré faz-se sentir até próximo da povoação de Muge, a 80 km para montante da foz (APA, 2012).

As bacias hidrográficas que se desenvolvem na margem direita do Rio Tejo apresentam características distintas, constituindo a da Ribeira de Alpriate e a do Rio Grande da Pipa zonas de vale aberto em oposição às restantes, que se desenvolvem perpendicularmente ao Rio Tejo, apresentando-se para o interior do Concelho em vales muito encaixados. São relativamente pequenas, verificando-se que na margem direita do Rio Tejo, apenas a ribeira de Alpriate, o rio Silveira, o rio Grande da Pipa e ribeira de Santana da Carnota possuem áreas superiores a 15 km<sup>2</sup>, destacando-se o rio Grande da Pipa com a maior área de bacia hidrográfica do Concelho, da ordem de 116 km<sup>2</sup>. Os restantes cursos de água possuem bacias com áreas iguais ou inferiores a 12 km<sup>2</sup> (APA, 2012).

As linhas de água que atravessam a zona ribeirinha têm cabeceiras em zonas elevadas, rondando os 300 m, e desenvolvem-se de seguida em zonas declivosas até iniciarem uma série de atravessamentos de infraestruturas viárias. A primeira é a A1, à qual se segue a N10 e depois a via férrea (APA, 2012).

Existem na generalidade dos cursos de água obstruções físicas ao livre escoamento, nomeadamente troços canalizados cobertos, passagens sob vias de comunicação e ocupação excessiva dos terrenos marginais das linhas de água, que constituem potenciais pontos críticos de impedimento ao livre curso das águas (APA, 2012).

Na zona mais interior do Concelho, correspondente aos troços iniciais das linhas de água afluentes à margem direita do Rio Tejo, os leitos apresentam-se declivosos e encaixados, induzindo velocidades elevadas, capazes de originar o arrastamento de materiais grosseiros, provocando danos ao longo do seu percurso e indo-se depositar em zonas de menores velocidades. Estes leitos passam a apresentar um perfil plano para jusante do atravessamento da A1, tendo ocorrido situações de inundação devido não só à subida do nível da água do Rio Tejo, mas principalmente pelas águas provenientes do interior do Concelho, pela dificuldade na sua drenagem em zonas baixas (APA, 2012). O arraste de materiais grosseiros tem levado ao entupimento dos troços canalizados dos rios e ribeiras urbanos ou de alguma forma sujeitos a constrangimentos físicos artificiais nas suas margens (pontões, canais abertos ou fechados) tem contribuído para as dificuldades pontuais de drenagem nos troços finais.

Após o atravessamento da EN10 e, em particular da linha férrea, a topografia do terreno muda significativamente, entrando os escoamentos em zonas baixas e muito pouco declivosas, antigo leito de cheia do Rio Tejo.

O atravessamento da AE não acarreta, na generalidade dos casos, qualquer problema, para além de limitar os escoamentos aos aquedutos existentes, situação que se poderá indicar como extensível aos atravessamentos da N10. Situação diferente se passa relativamente aos atravessamentos da via férrea, uma vez que as baixas cotas a que a via está implantada condicionam fortemente as passagens hidráulicas e, consequentemente, a energia do escoamento.

As principais linhas de água e respetivas bacias hidrográficas afluentes do Rio Tejo situadas na margem direita do Concelho (de Norte para Sul), a área da bacia encontram-se listadas na figura seguinte (Figura A8.2).

Curso de Água	Área da Bacia (Km <sup>2</sup> )	Classificação Decimal	Comprimento do Curso de Água (Km)
Rio Grande da Pipa	116,8	30130	25,0
Ribeira de São Sebastião	9,9	3013006	5,8
Ribeira da Barroca	—	—	—
Ribeira da Santana da Camota	19,3	3013003	10,0
Ribeira das Cachoeiras	—	—	—
Ribeira das Cardosas	4,5	3013007	3,8
Vaia do Cami	—	—	—
Ribeira de Águas Férreas	—	—	—
Ribeira da Castanheira	4,6	30128	6,5
Ribeira dos Povos	—	—	—
Ribeira de Santa Sofia	4,7	30126	3,5
Ribeira da Mata	—	—	—
Ribeira de Santo António	11,4	30124	6,0
Rio de Silveira	26,5	30122	12,1
Rio Crós-Cós	5,8	3012202	6,0
Ribeira do Loureiro	4,6	3012204	3,8
Ribeira da Verdelha	6,1	30120	4,3
Ribeira da Alfamobeira	—	—	—
Ribeira dos Caniços	4,8	30118	3,0
Ribeira de Carvalha	—	—	—
Ribeira da Covina	—	—	—
Ribeira de Alpriate	17,8	3011601	8,0
Ribeira do Morgado	—	—	—
Afluente da rib <sup>a</sup> de Alpriate a jusante da rib <sup>a</sup> Morgado	—	—	—

Nota: As áreas das bacias são as totais e não as abrangidas no concelho de Vila Franca de Xira

Figura A8.2- linhas de água e respetivas bacias hidrográficas afluentes do Rio Tejo situadas na margem direita do Concelho

Fonte: Hidroprojeto, 2007b.

Na margem esquerda do rio Tejo destaca-se o Rio Sorraia, que coincide com o limite Este do Concelho, numa extensão de cerca de 19 km, atravessando a zona da Lezíria. Apresenta a classificação decimal 30 121, domina uma bacia hidrográfica de 7 652,6 km<sup>2</sup>, desenvolvendo-se ao longo de cerca de 77,1 km (APA, 2012).

Nessa margem a planície aluvial, com fracos declives, evidencia uma insuficiente capacidade de drenagem, sendo frequente, em períodos de forte pluviosidade, a ocorrência de inundações. As valas apresentam, por vezes, dupla função, nomeadamente de enxugo e rega (APA, 2012).

Regularmente os Serviços Municipais realizam trabalhos de limpeza e regularização das margens de alguns cursos de água mais importantes na margem direita, na prevenção da ocorrência de cheias rápidas, devido ao regime torrencial típico destes cursos de água.

Em relação às marés e gradientes de salinidade, para uma maré de amplitude média, o volume de água oceânica que entra no estuário é de cerca de 600 milhões de m<sup>3</sup>, ao passo que a entrada de água doce, considerando um caudal modular de 300 m<sup>3</sup>/s, equivale a cerca de 1% daquele volume. O limite da intrusão salina situa-se em Vila Franca de Xira, a cerca de 50 km a montante da Barra. A



salinidade aumenta depois para jusante, apresentando o gradiente máximo na região a jusante dos mouchões. Para condições normais de caudal fluvial e marés de amplitude média, a massa de água apresenta uma estratificação clara, sendo por este motivo que se atribui ao estuário do Rio Tejo a classificação de parcialmente estratificado (APA, 2012).

O efeito de maré na zona superior do estuário é de menor importância do que os escoamentos fluviais e, em termos da sua consideração nos regimes fluviais, a sua incidência é cíclica com dois ciclos diurnos, sendo responsável pela diminuição do declive da linha de energia em estofas de enchentes.

### TROÇOS ARTIFICIALIZADOS

A canalização das linhas de água existentes na zona urbana constitui um forte estrangulamento ao escoamento das águas. No quadro seguinte indica-se para cada linha de água os troços artificializados e as freguesias abrangidas.

Linha de Água	Troços Artificializados	Freguesias /U.F.
Ribeira da Castanheira	De montante para jusante. Troços canalizados: zona da Quinta dos Anjos; atravessamento da localidade de Castanheira; em canal de atravessamento do caminho de ferro	Castanheira e Cachoeiras Vila Franca de Xira
Ribeira de Santa Sofia	Troço canalizado no atravessamento de Vila Franca de Xira e na zona industrial entre EN10 e o caminho de Ferro	Vila Franca de Xira
Ribeira da Mata	De montante para jusante. Troço em canalizado no atravessamento da A1 e da EN10, das instalações da antiga Marinha e do caminho de ferro.	Vila Franca de Xira
Ribeira de Santo António	De montante para jusante. Desde a localidade de S.João dos Montes (ao longo do Casal do Álamo e da Quinta da Cruz de Pau) até N10, regularização fluvial com gabiões e pequena barragem de laminagem de cheias; a partir da A1, canalizada atravessando Alhandra	Alhandra, S.João dos Montes e Calhandriz
Rio Crós-Cos	A partir da EN10.6 a linha de água é canalizada e atravessa parte do aglomerado urbano de Alverca e EN10 voltando à superfície na zona da quinta da Vala, junto à EB, nº2 e II nº 4 da Quinta da Vala, onde a maior parte do percurso até à entrada das OGMA foi alargado e as margens estabilizadas com colchões "Reno" Atravessa ainda as instalações das OGMA não sendo possível determinar quais as suas condições.	Alverca do Ribatejo e Sobralinho
Ribeira da Alfarrobeira	Verifica-se a artificialização em canal na área industrial onde se encontra a fábrica da Centralcer e o Minipreço	Vialonga Alverca do Ribatejo e Sobralinho Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa
Ribeira da Covina	Linha de água enterrada desde o caminho de ferro ao longo da antiga unidade industrial da Salvay até ao rio Tejo.	Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

Figura A8.3 - troços artificializados e as freguesias abrangidas nos cursos de água da margem esquerda do estuário do Tejo.



Foram também objeto de grandes intervenções, por parte da CMVFX, de alargamento de canais nos troços artificializados, alargamento e reperfilamento, estabilização de margens, limpeza e reconstrução de pontões de atravessamento, com particular destaque para os rios Crós-Cos e Rio Grande da Pipa, nos últimos 10 anos, reduzindo os riscos de inundação provenientes desses cursos de água, em alturas de maior pluviosidade ou por entupimento dos canais urbanos.

A proteger as terras da Lezíria Grande contra as cheias encontra-se um dique que merece destaque pela sua dimensão, cerca de 60 km, e importância.

### ESTADO DAS MASSAS DE ÁGUA

Da Figura A8.4, a seguir, apresentam os resultados percentuais do estado das Massas de Água (MA) por sub-bacias da RH5 (Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste). Temos assim, na Bacia Hidrográfica do Estuário do Tejo, 1 MA em estado considerado “Bom”, 4 em estado “Razoável”, 5 em estado “Medíocre”, 5 em estado “Mau” e 5 em estado “Não Classificado”, portanto, desconhecido.

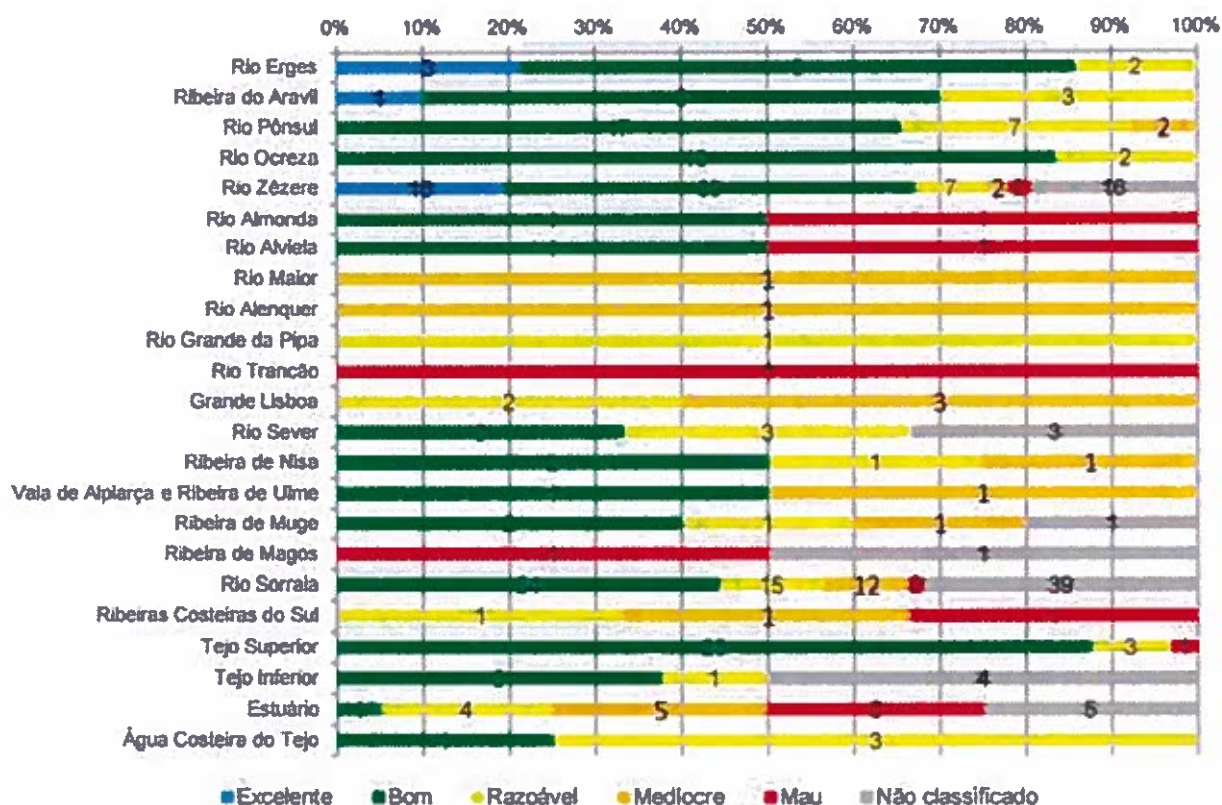


Figura A8.4 - Resultados percentuais do estado das Massas de Água (MA) por sub-bacia da RH5 (Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste). Sub-bacias ordenadas segundo um gradiente Norte/Sul, na margem direita e na margem esquerda do rio Tejo, indicando em cada caso o número de MA  
Fonte: APA, 2012



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



Em termos de poluição dos recursos hídricos superficiais do Concelho temos as fontes difusas e as fontes pontuais. As fontes difusas estão normalmente associadas a atividade agropecuária, com as escorrências dos terrenos recentemente tratados ou de zonas florestais recentemente ardidas, às escorrências das estradas e autoestradas, à transferência de poluição atmosférica para os solos ou água pela ação da chuva ou da deposição de poeiras em suspensão ou aerossóis. As fontes pontuais têm sido praticamente todas resolvidas com a interceção dos esgotos domésticos, industriais e pluviais para as ETAR do Concelho (ETAR de Vila Franca de Xira e ETAR de Alverca-Verdelha).

Segundo dados constantes no “Relatório sobre a qualidade da água superficial no rio Tejo” da APA, informa que, “de acordo com os resultados obtidos e atendendo aos critérios de classificação do estado/potencial ecológico que constam no PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste, verifica-se que os parâmetros CBO5 e azoto amoniacal nas estações localizadas no rio Tejo, e os parâmetros nitratos e pH em todas as estações monitorizadas, cumprem os limites para o “Bom estado” estabelecidos no PGRH.”(APA, I.P. / ARHTO, 2017).

É ainda possível indiciar que a água que aflui a Portugal já possui um contributo muito elevado de Fósforo Total. No que respeita ao troço principal do Tejo em Portugal constata-se que não são cumpridas as normas de qualidade deste parâmetro (Fósforo Total) nas Albufeiras de Fratel e Belver (100% das amostras), e nas estações de Tramagal, Ponte da Chamusca e Ómnias (em mais de 80% das amostras) (APA, I.P. / ARHTO, 2017).

No mesmo relatório é possível constatar que o principal fator de degradação da qualidade da água do troço principal do rio Tejo, desde Perais (Albufeira de Fratel localizada aproximadamente 2km a jusante de Monte Fidalgo/Cedilho) até Valada prende-se com os elevados teores de fósforo total, cuja proveniência pode ser diversa (agricultura, águas residuais urbanas, indústria).

As recorrentes situações de seca severa a extrema em todo o território continental colocam os recursos hídricos superficiais e subterrâneos em grande stresse, situação que terá também contribuído para a concentração de poluentes pontual e para a sua degradação do ponto de vista químico e biológico, nalguns troços de montante, até Valada.

No entanto, da análise de tendências efetuada (entre 2010 e 2017), verifica-se uma melhoria da qualidade da água face aos parâmetros considerados, incluindo ao nível do Fósforo total (APA, I.P. / ARHTO, 2017).

Os recursos subterrâneos estão divididos por zonas, onde se estima a existência de 7900 hectómetros cúbicos de água.

Na Bacia do Tejo-Sado temos 4 zonas (Figura A8.5). A caracterização é dada pela respetiva “Ficha do Sistema Aquífero”<sup>4</sup>. A bacia terciária do baixo Tejo integra o maior sistema aquífero do território nacional.

<sup>4</sup> URL: [http://snirh.apambiente.pt/snirh/download/aquiferos\\_PortugalCont/Introducao\\_Bacia\\_Tejo\\_Sado.pdf](http://snirh.apambiente.pt/snirh/download/aquiferos_PortugalCont/Introducao_Bacia_Tejo_Sado.pdf)  
[consultado em 10/12/2017]

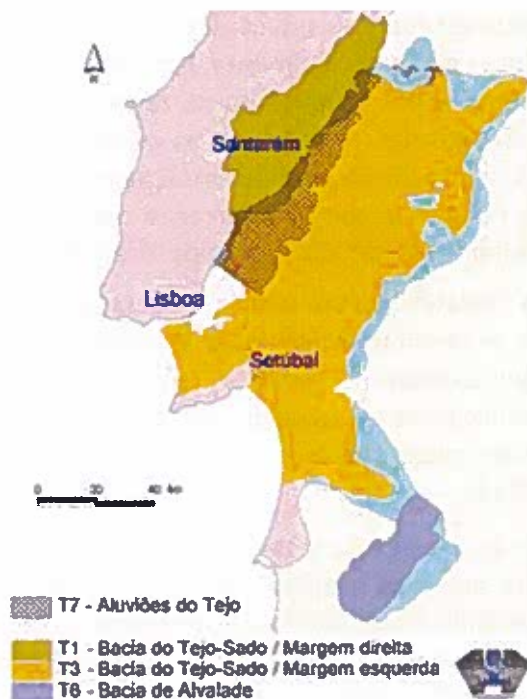
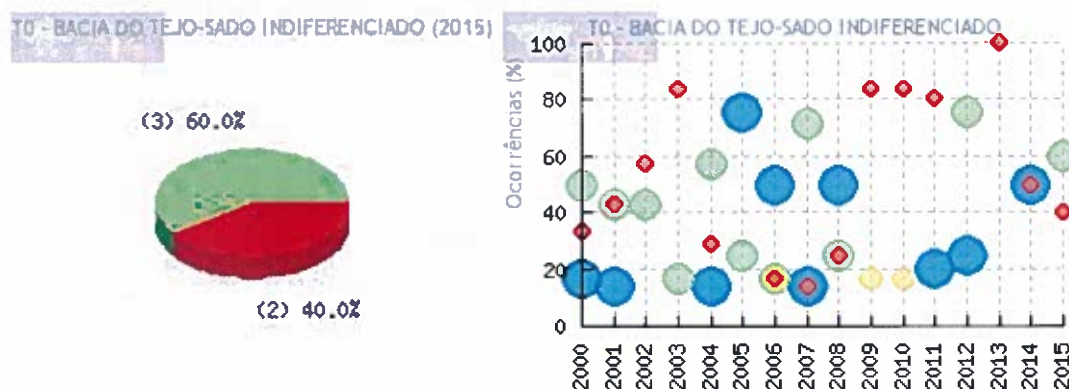


Figura A8.6 - Zonas do Aquífero Tejo-Sado

Fonte: SNIRH, 2017<sup>5</sup>



REFERÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO	PARÂMETROS RESPONSÁVEIS PELA CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA (2015)
321/11	A2	Azoto amoniacal
332/23	A2	Azoto amoniacal e Oxigénio dissolvido (sat)
356/1		Fluoretos
421/57		Cloretos, Condutividade e Fluoretos
486/38	A2	Oxigénio dissolvido (sat)

Figura A8.5- Estatísticas do SNIRH relativas ao ano 2015

<sup>5</sup> URL: <http://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=4&idItem=3&idSubtem=link4d> [consultado em 10/12/2017]

A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea foi efetuada de acordo com o Anexo I do DECRETO-LEI 236/98 de 1 de agosto, baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR (SNIRH, 2017)<sup>6</sup>. Os dados apontam a qualidade deficiente da água subterrânea na amostragem, com massas de água na bacia do Tejo-Sado com a classificação A2 ou pior que A3, devido à contaminação por azoto amoniacal e nitratos (provenientes da agricultura, na maior parte dos casos) e também por cloretos e fluoretos, eventualmente provenientes da intrusão salina.

Essa situação configura uma vulnerabilidade para o abastecimento público de água em caso de períodos continuados de seca e esgotamento dos reservatórios de água doce superficial, o que sugere a necessidade da tomada de medidas de prevenção adequadas.

## RESÍDUOS

O Município de Vila Franca de Xira (MVFX) é responsável pela recolha de resíduos urbanos indiferenciados, assegurando ainda a recolha de resíduos seletivos, no âmbito de uma parceria estabelecida entre a entidade gestora do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da região de Lisboa, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, alterado pelo Decreto lei nº 108/2014 de 2 de julho.

A recolha dos resíduos seletivos é efetuada através de ecopontos colocados junto aos equipamentos de recolha indiferenciada.

Após a recolha dos resíduos urbanos, estes são transportados para a Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste S.A. – entidade de gestão em alta, simultaneamente responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos.

De modo sumário, a gestão de Resíduos Urbanos (RU) efetuada pelo MVFX compreende a recolha de RU domésticos, nomeadamente resíduos indiferenciados e seletivos (papel/cartão; plástico/metal e vidro), e correto encaminhamento para o sistema em alta, no presente caso para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTRSU) e Centro de Triagem e Ecocentro do Lumiar (CTE). Paralelamente, é efetuada a recolha de monos, madeiras, resíduos de construção e demolição (RCD), resíduos elétricos e eletrónicos (REEE), resíduos verdes e pneus que se encontrem junto aos equipamentos de deposição de resíduos. A ficha da ERSAR de 2018 em relação à CMVFX informa os seguintes dados:

Perfil da Entidade Gestora	
Modelo de gestão	Gestão direta (serviço municipal)
Entidade titular	CM de Vila Franca de Xira
Composição acionista	NA

<sup>6</sup> URL: [http://snirh.apambiente.pt/snirh/\\_dadossintese/agsub/classificacao\\_sa/site/sa\\_classif2.php?id=T0](http://snirh.apambiente.pt/snirh/_dadossintese/agsub/classificacao_sa/site/sa_classif2.php?id=T0) [consultado em 10/12/2017]



Período de vigência do contrato	NA
Tipo de serviço	Em baixa
Utilizador do(s) sistema(s)	VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, SA
Tipologia da área de intervenção	Área mediantemente urbana
População (hab.)	141 415
Alojamentos servidos (n.º)	63 447
Volume de atividade (t/ano)	53 398
Volume de atividade para reciclagem (t/ano)	4 385
<b>Perfil do sistema de gestão de resíduos:</b>	
Ecopontos de deposição coletiva (n.º)	479
Capacidade instalada de deposição seletiva (m3)	4 618
Oleões (n.º)	67
Ecocentros (n.º)	0
Estações de transferência (n.º)	0
Capacidade instalada de deposição indiferenciada (m3)	3 358
Viaturas afetas à recolha (n.º)	27
Índice de conhecimento de ativos físicos - em teste	57

A captação RU é de 377,6 kg/hab.ano e são enviados para reciclagem 31 kg/hab.ano.

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) para o período 2014-2020, aprovado pela Portaria n.º 187-A/2014, publicada em Diário da República (I Série) n.º 179, de 17 de setembro, estabeleceu a visão, os objetivos, as metas globais e as metas específicas por Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos e as medidas a implementar no quadro da gestão de resíduos urbanos no período 2014 a 2020, bem como a estratégia que suporta a sua execução.

Considerando a aproximação do término do PERSU 2020, foi criado um Grupo de Trabalho ao abrigo do Despacho nº 294/2018 de 05 de janeiro, com o objetivo de revisão do PERSU e definição de metas e ações futuras de continuidade no setor dos resíduos, consubstanciado pelo Despacho n.º 4242/2020 que determina a elaboração do Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) e do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030). Atendendo à Diretiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que aumenta as metas estabelecidas na Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativas à preparação para a reutilização e à reciclagem de resíduos de modo a refletirem melhor a ambição de a União avançar rumo a uma economia circular, deve ser transposta para a ordem jurídica interna até 5 de julho de 2020, e que as referidas disposições devem ser tidas em conta na elaboração dos referidos Planos; Considerando que no processo de elaboração dos referidos planos de gestão de resíduos - o PNGR 2030 e o PERSU 2030 - devem ser tidos em conta os trabalhos em curso ou futuros como os referentes à estratégia nacional para os biorresíduos, o novo Plano de Economia Circular, bem como o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU), este último em fase avançada de



elaboração, com vista a garantir a necessária coerência e alinhamento. Novos objetivos/metasp da União Europeia:

- Aumento do objetivo de preparação para reutilização para 60% no ano de 2030 e para 65% para o ano de 2035;
- Aumento da qualidade e quantidade de todas as frações que são objeto de recolha seletiva;
- Obrigatoriedade de recolha de resíduos biodegradáveis a partir do ano 2023;
- Limitar o encaminhamento dos resíduos para aterro a 10% para o ano 2030;
- Limitar a valorização energética de resíduos aos não recicláveis;
- Reforço da Responsabilidade Alargada do Produtor; (Novas licenças).
- Criar sistemas próprios para frações dos têxteis e de pequenos quantitativos perigosos (em 2025);
- Recomendar sistemas de tarifas mais adequados aos comportamentos dos cidadãos;
- Nova metodologia de cálculo para Preparação para a Reutilização e Reciclagem;
- Descontinuação dos TMB – Tratamento Mecânico Biológico.

Na figura seguinte (figura A8.7) apresenta-se o Flyer produzido para a operação “Sistema de Gestão Inteligente de Resíduos Urbanos”

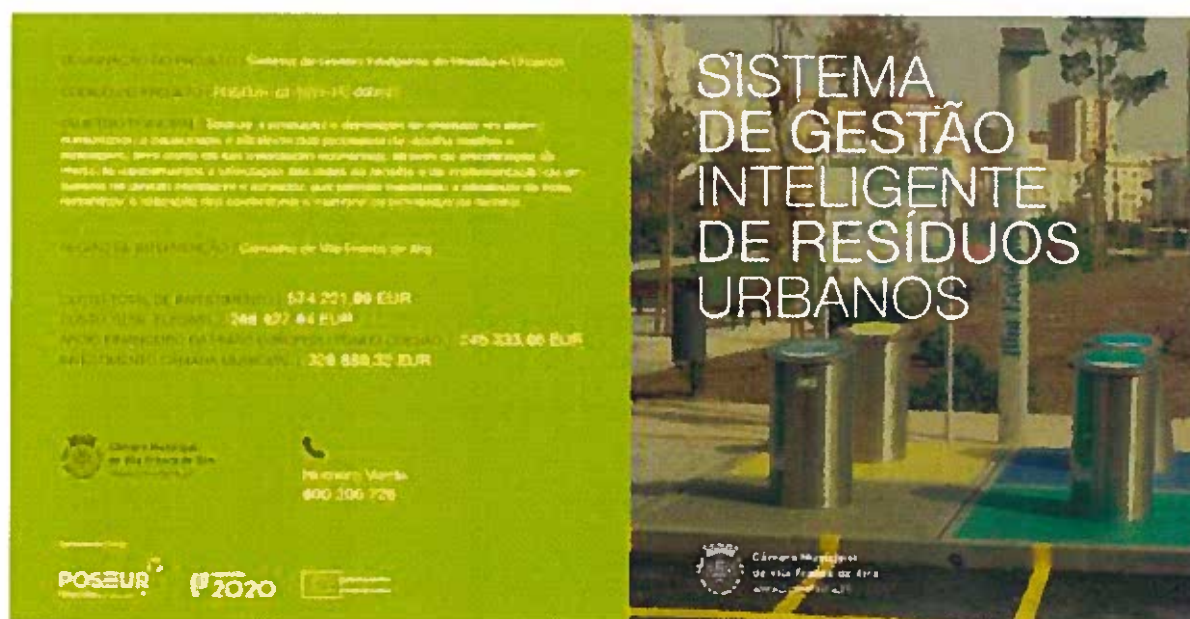


Figura A8.7: Flyer produzido no âmbito do Plano de Comunicação da candidatura- “Sistema de Gestão Inteligente de Resíduos Urbanos”no Eco-Bairro da Póvoa  
Fonte: CMVFX

A presente Operação apresenta ainda complementaridade com a implementada ao abrigo do Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana: Programa de Ação Eco Bairros: Póvoa Central Uma Eco Comunidade (PRU 5-0360-52595408) financiada (financiamento elegível) pelo POR Lisboa (FEDER) no âmbito do QREN 2007-2013.

No âmbito do Programa de Ação Eco Bairros: Póvoa Central Uma Eco Comunidade foi elaborado um Protocolo de Parceria entre o Município de Vila Franca de Xira e a VALORSUL, S.A. (Entidade de Gestão de Resíduos em Alta) que permitiu, na área de intervenção deste, não só aumentar a capacidade de recolha de resíduos sólidos urbanos (indiferenciados e seletivos), mas também reduzir o número de contentores de superfície existente na via pública, com evidentes benefícios para saúde pública e higiene urbana.

As Ações de Sensibilização, designadas de Conversas com Ambiente promovidas pelo Município em parceria com a QUERCUS, Associação Nacional de Conservação da Natureza, deram origem a 12 Sessões e à produção de material informativo sobre o tema.

Sobre o tema dos Resíduos foram realizadas, durante o ano de 2013, duas sessões intituladas Gestão de Resíduos ao Nível Doméstico e produzidos folhetos alusivos ao tema sobre a forma de marcador de livro.

O Programa Eco-Casa, proposto pela QUERCUS consistiu em visitas às habitações das famílias interessadas em conhecer o potencial de redução dos consumos de eletricidade e de água a nível doméstico, bem como de que forma podiam melhorar hábitos de mobilidade e de encaminhamento de resíduos. Na figura seguinte (figura A8.8) apresenta-se um exemplo de documentação produzida no âmbito deste programa.



The figure displays three informational leaflets produced for the Eco-Casa program. The first leaflet, 'ECOFAMÍLIAS DA PÓVOA', details the project's goals, objectives, and contact information. The second leaflet, 'CONVERSAS COM AMBIENTE', lists a series of 12 sessions on various environmental topics like energy efficiency, water consumption, and mobility. The third leaflet, 'GESTÃO DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS', provides instructions on how to properly manage household waste, including recycling and composting.

[http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer\\_file/document/3236/20131104113106234972.pdf](http://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/3236/20131104113106234972.pdf) e

[http://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/583?news\\_id=1576](http://www.cm-vfxira.pt/frontoffice/pages/583?news_id=1576).



Figura A8.8: Exemplos de Documentação produzida no âmbito do Programa de Ação Eco Bairros: Póvoa Central Uma Eco Comunidade  
Fonte: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em

Relativamente à deposição ilegal de resíduos, segundo informação dos serviços da CMVFX foram identificados 53 locais até ao momento e está em curso um levantamento exaustivo para uma ação conjunta com o SEPNA/GNR.

## QUALIDADE DO AR

O DECRETO-LEI 102/2010, de 23 de Setembro, recentemente alterado pelo DECRETO-LEI 43/2015, de 27 de março, alterados, a partir de 11.05.2017, os arts. 2.º, 25.º e 36.º do Dec Lei 102/2010 de 23-set, na redação do presente diploma, pelo Decreto-Lei n.º 47/2017 - Diário da República n.º 90/2017, Série I de 2017-05-10, estabelece os objetivos de qualidade do ar tendo em conta as normas, as orientações e os programas da Organização Mundial de Saúde, destinados a preservar a qualidade do ar ambiente quando ela é boa e melhorá-la nos outros casos. Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, que transpõe para o direito interno a Diretiva 2008/50/CE, de 21 de maio, relativa à qualidade do ar ambiente e a um ar mais limpo na Europa, e a Diretiva 2004/107/CE, de 15 de dezembro, relativa ao arsénio, ao cádmio, ao mercúrio, ao níquel e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente.

O DL 102/2010 atribui às CCDR, entre outras, competências de avaliação e de gestão da qualidade do ar e de garantia da qualidade das medições. Neste âmbito cabe às CCDR, na sua área de competência territorial, a manutenção e gestão da sua rede de monitorização, bem como a elaboração, promoção, aplicação e acompanhamento da execução dos planos de melhoria da qualidade do ar.

Recentemente o DL 102/2010 foi novamente alterado pelo DL 47/2017, de 10 de maio, diploma que visa assegurar a atualização e clarificação dos objetivos de qualidade dos dados, transpondo para o direito interno a Diretiva (UE) 2015/1480 da Comissão, de 28 de agosto, que altera vários anexos das Diretivas 2004/107/CE e 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelecem as regras relativas aos métodos de referência, à validação dos dados e à localização dos pontos de amostragem para a avaliação da qualidade do ar ambiente. O DECRETO-LEI 47/2017 procedeu à republicação do DECRETO-LEI 102/2010, dada a extensão das alterações técnicas efetuadas em vários dos anexos deste diploma.

A Rede de estações de monitorização da qualidade do ar (RMQA LVT) era constituída, em 2016 por 23 estações de monitorização localizadas, na sua maioria, nas 3 aglomerações da RLVT. Estas estações estão instaladas em diferentes tipos de zonas - rurais, suburbanas e urbanas – e apresentam tipologias distintas, dependentes das emissões dominantes nas zonas onde se encontram instaladas. São classificadas como estações de tráfego, de fundo e industriais, representando diferentes tipos de exposição da população à poluição atmosférica. Na figura A8.9, a seguir, assinala-se a localização das Estações da RMQA na AML norte e sul (CCDRLVT, 2017).



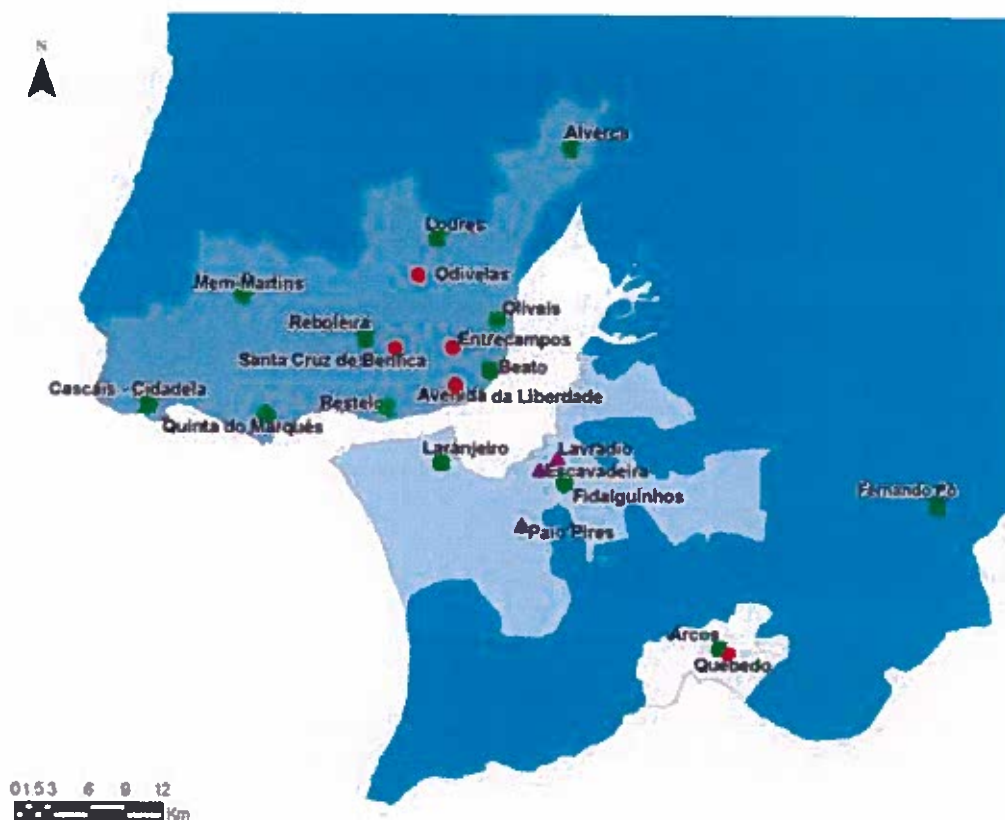


Figura A8.9 Localização das estações da Rede de Monitorização da Qualidade do Ar da CCDRLVT em funcionamento em 2016

Fonte: CCDR, 2017

No Concelho de VFX apenas existe apenas uma estação da RMQA, localizada em Alverca, do tipo Urbana/de Fundo. Os resultados das medições nessa estação encontram-se resumidos na Figura A8.10, a seguir, para os diversos poluentes que se encontra apta para medir ( $\text{NO}_2$ ,  $\text{PM}_{10}$ ,  $\text{SO}_2$ ,  $\text{O}_3$ ) (CCDRLVT, 2017).



Poluente	Taxa de eficiência (%)	Valor Limite anual (40µg/m3)		Valor Limite Horário (200 µg/m3,permitidas 18 excedências no ano)		Limiar de Alerta(400 µg/m3,medido em 3h consecutivas)			
		Média anual (µg/m3)		19.º Máximo horário (µg/m3)	N.º de médias horárias > Valor limite	N.º de médias horárias > Limiar de alerta			
NO <sub>2</sub> <sup>7</sup>	99.8	17		75	0	0			
Poluente	Taxa de eficiência (base diária) (%)	Valor Limite anual (40µg/m3)		Valor Limite Horário (50 µg/m3,permitidas 35 excedências no ano)					
		Média anual (µg/m3)	Média anual após desconto da Contribuição proveniente de fontes naturais	36.º Máximo diário	36.º Máximo diário após desconto da contribuição dos eventos naturais	N.º de médias diárias > Valor Limite		N.º de médias diárias > Valor Limite após desconto da contribuição proveniente de fontes naturais	
PM <sub>10</sub> <sup>8</sup>	98.9	17	14	28	22	8		0	
Poluente	Taxa de eficiência (%)	Valor limite diário (125 µg/m3, permitidas 3 excedências no ano)		Valor limite horário (350 µg/m3, permitidas 24 excedências no ano		Limiar de alerta (500µg/m3, medido em 3 horasconsecutivas)			
		4.º Máximo diário	N.º de médias diárias > Valor limite diário	25.º Máximo horário	N.º de médias horárias > Valor limite horário	N.º de períodos de 3h consecutivas > Limiar de alerta			
SO <sub>2</sub>	98.5	3	0	6	0	0			
Poluente	Taxa de eficiência (%)	Valor Alvo (120 µg/m3, a não exceder mais do que 25 dias no ano)				Limiar de informação (180 µg/m3)		Limiar de alerta à população (240µg/m3)	
		26.º Máximo diário (8h)	26.º Máximo diário (8h) média de 3 anos	N ° de máximos diários (8h) > Valor Alvo	N.º de máximos Diários (8h) > VA média de 3 anos	N.º de médias horárias > Limiar de informação	N.º de dias com médias horárias > Limiar de informação	N.º de médias horárias > Limiar de alerta	N.º de dias com médias Horárias > Limiar de alerta
O <sub>3</sub>	98.2	110	106	15	11	4	2	0	0

Figura A8.10: Resultados das medições em 2016 da estação de fundo de Alverca da RMQA

Fonte: CCDRLVT, 2017b.

Segundo o relatório da CCDRLVT da qualidade do ar em 2016 (CCDRLVT, 2017) os valores dos poluentes atmosféricos registados nas estações da RMQA LVT, evidenciaram que a qualidade do ar, em termos médios, foi boa, observando-se apenas situações pontuais de incumprimento dos objetivos de qualidade do ar, para o NO<sub>2</sub>, nas zonas de maior tráfego, e, para o O<sub>3</sub>, em diversas

<sup>7</sup> Avaliação da conformidade legal do poluente NO<sub>2</sub> em 2016, para a proteção da saúde humana

<sup>8</sup> Avaliação da conformidade legal do poluente PM<sub>10</sub> em 2016, para a proteção da saúde humana

estações da RMQA LVT, durante a ocorrência de ondas de calor no período de verão. Relativamente aos poluentes medidos na estação de Alverca pertencente à RMQA, não se verificaram situações de incumprimento em relação aos limites legais.

Outra fonte de informação reside na Rede de Medição de Partículas em Suspensão – Alhandra implementada na década de 90 do século XX, com vista a complementar a medição das partículas PM10 na Vila de Alhandra. Assim, desde essa data que o Município, com recurso aos SMAS de Vila Franca de Xira, efetua a leitura dos registos desse poluentes em cinco estações de monitorização com a seguinte localização:

- Cemitério de Alhandra;
- Centro Náutico da CIMPOR;
- Escola Primária Quinta da Marquesa;
- Piscina da Cimpor;
- Reservatório de Água da Quinta da Escusa.

Nestas estações registam-se os valores de PM<sub>10</sub> provenientes de várias fontes de emissão de poluentes, além das emitidas pela CIMPOR, designadamente a A1 e a EN10. Os resultados das medições constam da página da internet do município<sup>9</sup> e não têm revelado, em relação aos anos 2018 e 2019, situações graves nem excedências significativas em relação a esse parâmetro, sendo na estação no Centro Náutico da Cimpor, Piscina da Cimpor e Cemitério de Alhandra onde, em regra, elas se manifestam.

## ENERGIA

Segundo o REOTLVT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT, 2018), a partir de fontes do INE e DGEG, na RLVT sobressaem no consumo de energia elétrica o uso doméstico, não-doméstico (comércio e serviços) e industrial, registando-se na AML um consumo elevado de eletricidade na iluminação interior de edifícios do Estado, podendo ser esta uma área-aposta na redução de custos. A AML revela maior eficiência na redução do consumo de energia *per capita* que o OVT, beneficiando da concentração da população e do maior poder de compra para a renovação de equipamentos, mas refletindo o efeito direto da crise pós 2011, nomeadamente com o aumento do desemprego. A produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis regista um peso crescente no total de energia elétrica, em particular a de origem eólica e hídrica.

No MVFX a maior parte da fatura energética está associada à iluminação pública (IP), com perto de 2,2 milhões de euros/ano na dotação orçamental, representando a iluminação interior, climatização e máquinas de edifícios e equipamentos coletivos públicos também um peso importante, com perto de 1 milhão de euros/ano na dotação orçamental. Somam-se ainda os combustíveis rodoviários e outros para a frota municipal e dos serviços municipalizados e respetivos equipamentos (SMAS VFX), ultrapassando 1 milhão de euros (80%/20% aproximadamente para a CMVFX e para SMAS VFX) (CMVFX, 2018, SMASVFX, 2018).

<sup>9</sup> URL: <https://www.cm-vfxira.pt/pages/343> [consultado em 17/03/2019]

Os SMAS VFX utilizam estruturas de produção fotovoltaica nos seus edifícios para a produção e injeção de energia elétrica para a rede cifrando-se o total do ano 2017 em 83 910 kWh, o que correspondeu a proventos no valor de 27 372 euros (SMASVFX, 2018).

Segundo os SMAS VFX os consumos de energia elétrica em bombagem de água para reservatórios da rede pública de abastecimento totalizaram 1 643 903 kWh em 2017 (SMASVFX, 2018).

Temos, assim, no MVFX um custo total anual de cerca de 4 milhões de euros em energia, para iluminação, equipamentos, calor e frio e transportes o que representa um potencial interessante de melhoria de eficiência e redução de consumos e custos através da negociação tarifária, climatização passiva através da melhoria da envolvente opaca e transparente de edifícios, controlo da energia reativa, modernização de equipamentos e incentivo à autoprodução através de fontes de energia renováveis.

Esse aspeto é tanto mais relevante quando a origem de energia primária na AML provém de queima de combustíveis fósseis (gás natural, na Termelétrica do Ribatejo) e RU (Valorsul) (Figura A8.11) e a maior parte das deslocações pendulares são realizadas com recurso ao transporte individual, com uma forte pegada carbónica.

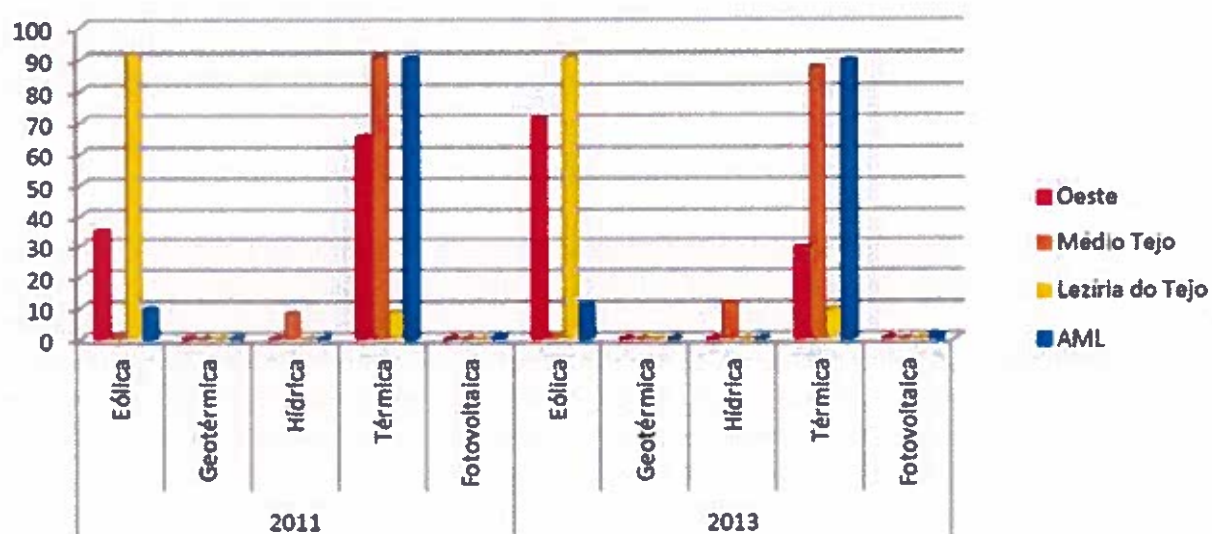


Figura A8.11 - Quota da produção bruta de energia elétrica (%) por localização geográfica e tipo de produção de eletricidade, na RLVT  
Fonte: CC DR-LVT, 2018)



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições

CÓPIA NÃO CONTROLADA



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 9 – CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

Julho, 2020



## ANEXO 9 – CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

### CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS

Os requisitos para identificação das partes interessadas um Sistema de Gestão Ambiental encontram-se na Seção 4.2 da norma ISO 14001:2015, podendo contudo encontrar-se outras definições na literatura:

A razão para a identificação das partes interessadas visa determinar as necessidades e expectativas relevantes destas partes de forma que se possa determinar quais destas necessidades e expectativas são obrigações de conformidade. Parte dos motivos para a elaboração de um PMA e para se montar e manter um SGA compreendem a tentativa satisfazer as necessidades (declaradas ou implícitas) de suas partes interessadas

“4.2 Entendendo as necessidades e expectativas de partes interessadas: A organização deve determinar: a) as partes interessadas que sejam pertinentes para o sistema de gestão ambiental; b) as necessidades e expectativas pertinentes (ou seja, requisitos) dessas partes interessadas; c) quais dessas necessidades e expectativas se tornam seus requisitos legais e outros requisitos.”

Nas normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, o objetivo de envolver as partes interessadas é verificar se alguma necessidade ou expectativa de partes interessadas se transforma num requisito para o Sistema de Gestão.<sup>1</sup>

Por outro lado, do próprio caderno de encargos que suporta este estudo, surge a necessidade de “Adotar uma visão abrangente na medida em que todas as partes interessadas devem ser envolvidas no processo de planeamento. Entre as partes envolvidas incluem-se a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesias, representantes de entidades públicas e representantes das empresas;”.

Faz também parte da Política Ambiental de uma entidade, que a mesma deve ser extensível às relações com as partes interessadas, portanto, o próprio Plano Municipal de Ambiental no qual a mesma assenta também o deverá ser.

Diferentes pessoas poderão estar interessadas no PMA ou SGA de uma dada entidade por várias razões diferentes e determinar as necessidades e expectativas delas pode constituir informação útil para a direção “política” da entidade.

Podemos dizer que as partes interessadas no desempenho ambiental do MVFX são, a priori, todos os munícipes, de uma forma geral e particularmente, todas as pessoas e entidades que de alguma forma interagem com os serviços do município ou lidam com os seus efeitos.

A consulta às partes interessadas foi preparada, numa primeira fase, através do lançamento de questionários (em anexo ao estudo principal):

- Questionário aos munícipes (para um mínimo 382 inquéritos)

<sup>1</sup> Vd. URL: <http://blog.bvtreinamento.com/2017/04/necessidades-partes-interessadas/> [consultado em 14/05/2017].



- Questionário aos autarcas (para um mínimo 6 inquéritos, um por cada Junta de Freguesia)
- Questionário às Dirigentes /Técnicos Municipais (não foi definido um número mínimo de inquéritos, entendendo-se que deverá abranger o maior numero possível dos responsáveis por seções, divisões ou departamentos cuja atividade tenha alguma incidência ambiental significativa)

Cada questionário foi estruturado de um modo muito semelhante visando entender as necessidades e expectativas de partes interessadas:

1. Uma primeira parte de explicação dos objetivos e para identificação/caraterização dos inquiridos ou da entidade
2. Uma segunda parte para avaliar as perceções sobre o ambiente no Concelho, partindo do global para o particular.
3. Uma terceira para obter perceções sobre a qualidade de vida no Concelho
4. Uma quarta parte, exclusiva para os inquéritos aos autarcas e aos técnicos municipais, referente à relação com o município e sobre os instrumentos de desenvolvimento sustentável, destacando-se o Plano Estratégico de Ambiente e Avaliação Ambiental Estratégica do PDM VFX.

Para a população de Vila Franca de Xira para um erro amostral de 5% e um intervalo de confiança de 95%, assumindo que apenas metade da população terá acesso à Internet (65 000 hab.) foi assumido como meta do número de respostas por questionário *online* um mínimo de 382 inquéritos respondidos.

Essa questão da infoexclusão é muito importante mas será de admitir como aceitável, por motivos puramente pragmáticos, algum enviesamento da amostra e dos resultados das estatísticas daí resultantes.

Neste estudo foram considerados relevantes o PEA e a AAE PDM VFX para efeitos de obtenção de dados por inquérito, especialmente no que toca ao Plano de Ações do primeiro e às Diretrizes para seguimento do segundo, em particular por serem os instrumentos orientados para a sustentabilidade do MVFX mais recentes com um grau suficiente de abrangência.

A falta de evidência documental objetiva ou o seu carácter difuso sobre o estado de aplicação das medidas do Plano Estratégico de Ambiente e das recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Vila Franca de Xira<sup>2</sup> de entre a informação recolhida junto dos serviços municipais que mais proximamente acompanharam este trabalho<sup>3</sup> levaram a que a procura de informação sobre o estado de aplicação desses dois instrumentos fosse traduzido em questões na quarta parte dos questionários para os autarcas e para os técnicos municipais, estratégia que foi aceite pelos responsáveis por esses serviços.

<sup>2</sup> O que não pode de modo nenhum levar a qualquer tipo de interpretação sobre o estado de cumprimento ou aplicação desses instrumentos.

<sup>3</sup> DASDES - Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público do Departamento de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

Também aqui, a extrema limitação da amostra dos técnicos municipais e juntas de freguesia comprometeu os possíveis resultados que se poderiam obter relativamente ao estado de aplicação das recomendações e medidas do PEA e da AAE PDM VFX, pelo que será necessário recorrer a outros métodos para esse efeito.

Será o tratamento e análise dos resultados desses questionários e o trabalho com “focus groups” que irão validar orientações de política e medidas do PMA e permitir construir a primeira versão de um Plano de Ações.

Numa segunda fase, propõe-se a consulta a grupos de partes interessadas através de fóruns dedicados a temas específicos do PMA.

Um levantamento preliminar permite listar os seguintes públicos ou partes interessadas (Figura A9.1) que podem, numa lógica relacional, serem agrupados por grupos de interesse, em eventos com metodologias participativas adequadas.

A estruturação por grupos de interesse visa agrupar partes interessadas com tópicos em comum no que diz respeito à relação com o MFVX e o PMA para uma fase posterior de trabalho (Fóruns com as Partes Interessadas), visando determinar aspetos críticos e soluções em relação com a Governança do próprio PMAVFX.

Temos assim, na mesma lógica relacional, podem estruturar-se 5 grupos de interesse (Figura A7.16) visando responder a uma pergunta básica cada:

- i. **Como garantir que os requisitos da Política e do PMA cumprem os requisitos legais e regulamentares das tutelas?** - Governo, Reguladores/Fiscalizadores, Dirigentes Políticos, Técnicos e Chefias Municipais;
- ii. **Como comunicar os requisitos do PMA às partes interessadas?** Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais, Universidades, Grupos de Pressão;
- iii. **Como transmitir os requisitos da política ambiental na cadeia de valor do MVFX, aos fornecedores e utentes?** - Fornecedores da CMVFX, Empresas com algum tipo de relação ou associações empresariais e comerciais, grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Chefias Municipais
- iv. **Como monitorizar e garantir a sustentabilidade do PMA no longo prazo?** - Universidades, Técnicos e Chefias Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais;
- v. **Como envolver o público na melhoria do desempenho ambiental do MVFX?** - Grupos de Pressão (ONGA, Associações de Consumidores, Plataformas Cívicas), cidadãos (líderes de opinião), grupos representativos de clientes/utentes/responsáveis de IPSS, Técnicos e Chefias Municipais, Dirigentes Políticos, Representantes dos Media locais e regionais.

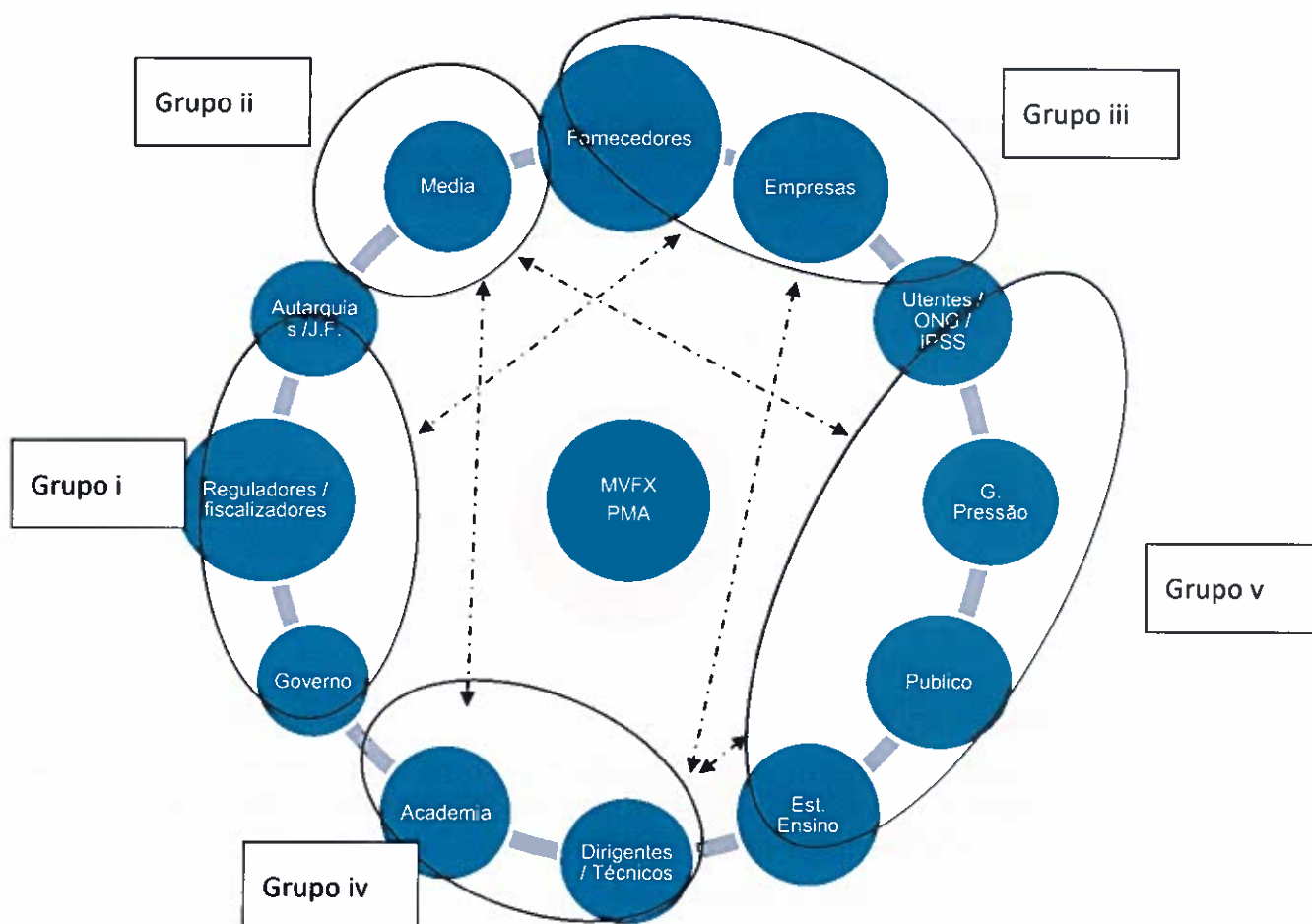


Figura A9.1 Partes interessadas para o PMA VFX e estruturação por grupos de interesse.

#### INQUÉRITOS AOS PÚBLICOS-ALVO

Foram definidos 3 públicos-alvo principais: munícipes, técnicos municipais e autarquias.

Os inquéritos foram implementados pelo DASDEDS/CMVFX através de formulários *online* "Google form" publicados na página do Município.

A amostra de população inquirida ficou limitado a 141 pessoas, abaixo da meta estabelecida, o que compromete a representatividade do mesmo, em termos de género, classes etárias, socioprofissionais, residência e outros aspetos, não tendo sido possível, por motivos logísticos alargar o universo às pessoas sem acesso à internet, o que por sua vez não permite contornar o problema da infoexclusão nessa amostra. Nas respostas relativas às questões iguais às da população geral foram incluídas as dos técnicos e juntas de freguesia: Mormente essas dificuldades, considera-se que os resultados obtidos são suficientemente representativos para revelar tendências e aspetos a resolver em diversas áreas no Concelho.

## CARATERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

Nas figuras seguinte apresenta-se a distribuição da amostra em relação à residência dos inquiridos, por Juntas de Freguesia ou Freguesias ou residentes fora do Concelho, para o género, divisão etária e outros parâmetros de caraterização. Para este efeito consideraram-se que as respostas do técnicos e chefias, integradas nas seções comuns a todos os questionários, pela sua visão mais abrangente, como sendo exteriores ao Concelho.

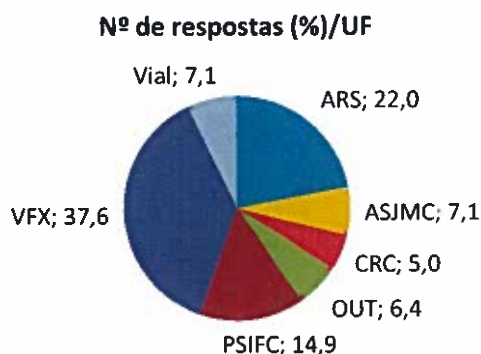


Figura A9.2 Distribuição em percentagem do local de residência dos inquiridos .

Legenda: ARS - Alverca do Ribatejo e Sobralinho; ASJMC – Alhandra, S.J. Montes, Calhandriz; CRC – Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; OUT – Exterior ao Concelho; PSIFC – Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa; VFX – Vila Franca de Xira; Vial – Vialonga

Este gráfico mostra o enviesamento geográfico da amostra, com uma distribuição desproporcionada entre as freguesias, face à correspondente população residente.

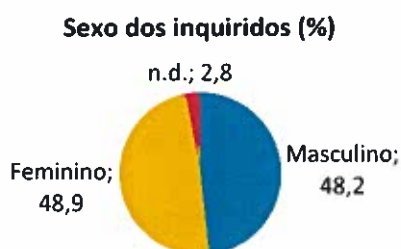


Figura A9.3 Distribuição em percentagem do género dos inquiridos.



Figura A9.4 Distribuição em percentagem do género dos inquiridos.

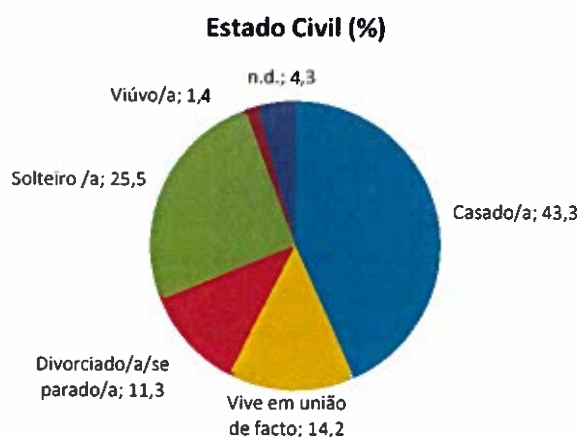


Figura A9.5 Distribuição em percentagem do estado civil dos inquiridos.

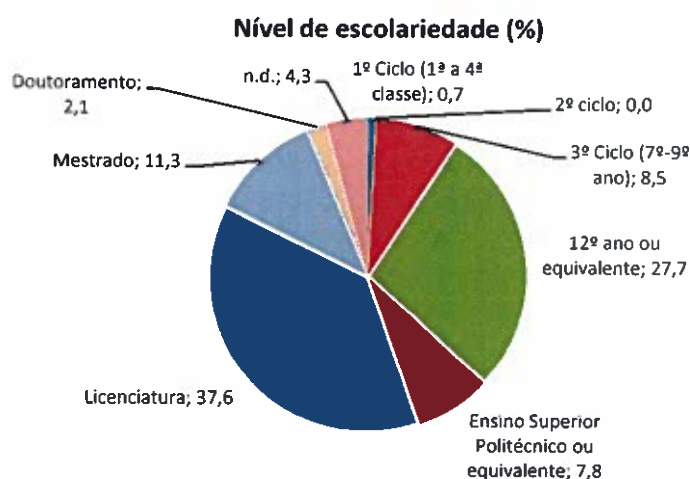


Figura A9.6 Distribuição em percentagem do nível de escolaridade dos inquiridos.

Esta distribuição mostra o enviesamento da amostra em relação ao nível de escolaridade dos inquiridos, quando comparado com os dados do quadro seguinte, sobre o nível de escolaridade mais elevado da população em 2011 (Figura 6.16, fonte: PORDATA), descontando a evolução entre estes dados e período em que decorreu o inquérito (2017).



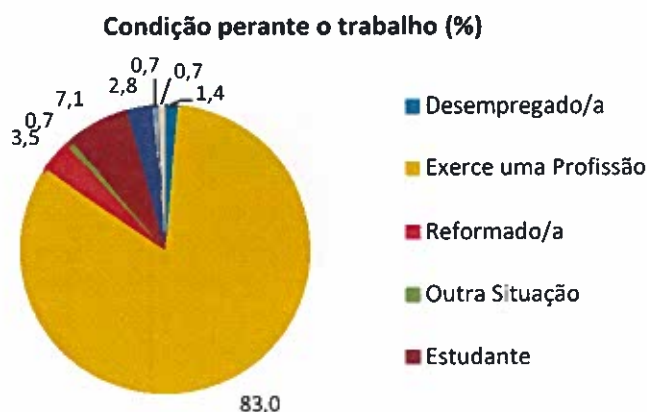


Figura A9.7 Total de população e por nível de escolaridade completo mais elevado em Vila Franca de Xira em 2011 (Fonte: PORDATA)

Percebe-se que ocorreu um enviesamento da amostra relativamente às estatísticas conhecidas para o Concelho, nomeadamente a condição perante o trabalho, onde os desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos, representam, segundo dados do PORDATA para o Concelho de Vila Franca de Xira, 5,9% em 2015, enquanto os reformados e pensionistas, pela mesma fonte, ascendem a 6,1% para o mesmo ano.

#### AVALIAÇÃO DA PERCEÇÃO DOS INQUIRIDOS RELATIVAMENTE AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS E À SUA GRAVIDADE

Nesta seção avaliam-se as respostas dos inquiridos à pergunta “Da lista de problemas com que o mundo, o país e o próprio Concelho se debatem atualmente, gostaríamos que nos indique a gravidade individual ao nível” do Mundo, do País, do Concelho, da Freguesia os inquiridos destacam como “muito grave” os problemas de transparência, corrupção e incompetência política, falta de civismo, pobreza, exclusão social e fome e desemprego. Entre os problemas que classificam como “grave” o desemprego, ensino/educação, habitação, criminalidade, custo de vida, energia e escassez de petróleo. Na combinação dos dois critérios “muito grave” e “grave”, todas as opções apresentam respostas significativamente elevadas exceto “outros”, o que indicia que a seleção de aspetos a avaliar em relação aos problemas no mundo está de alguma forma completa face à percepção dos inquiridos.

Para todas as questões, há uma boa correspondência entre as respostas para o “Mundo”, “País” e “Concelho”, sendo que, na generalidade, as percepções relativas ao “Concelho” são mais favoráveis que nos dois outros casos.

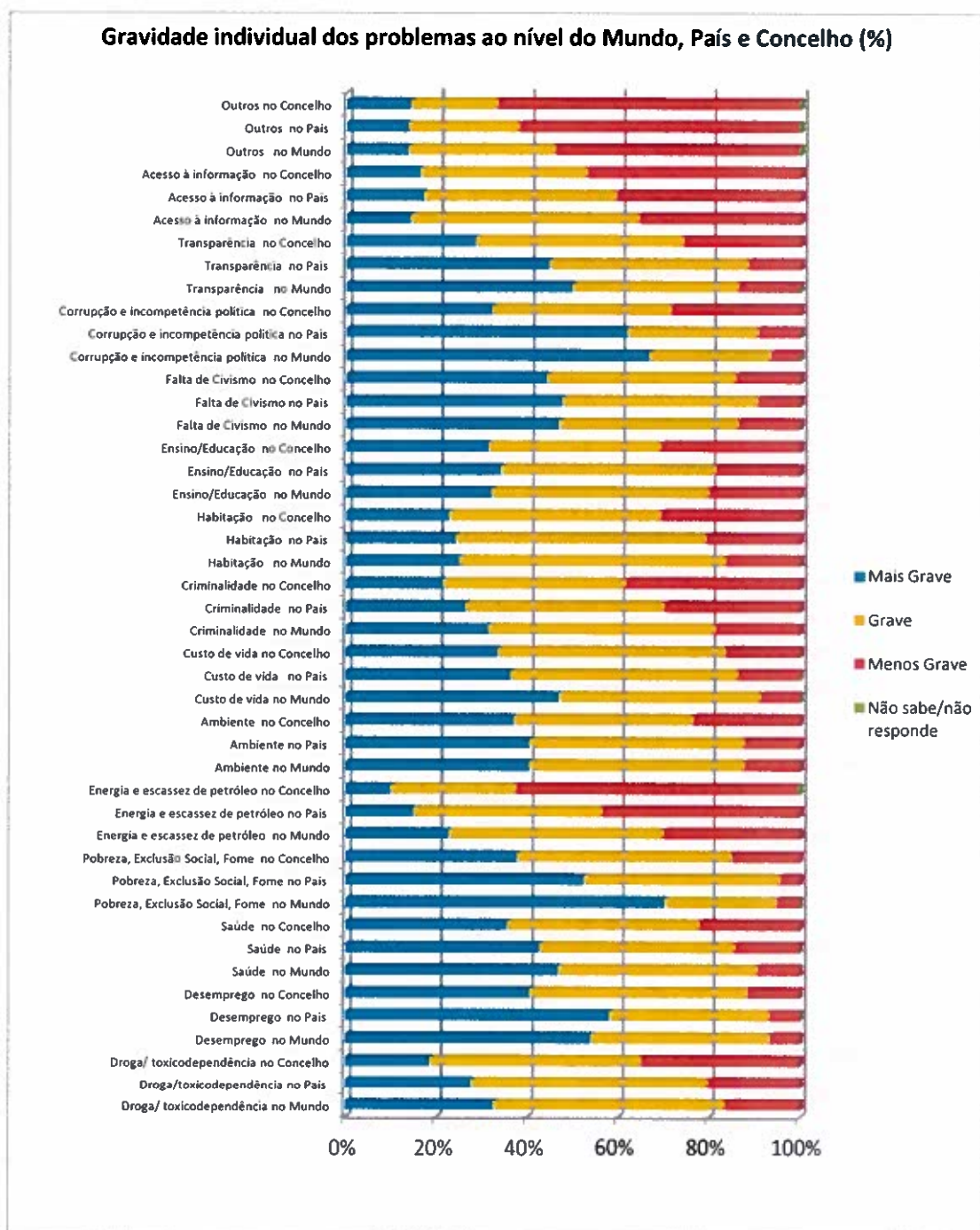
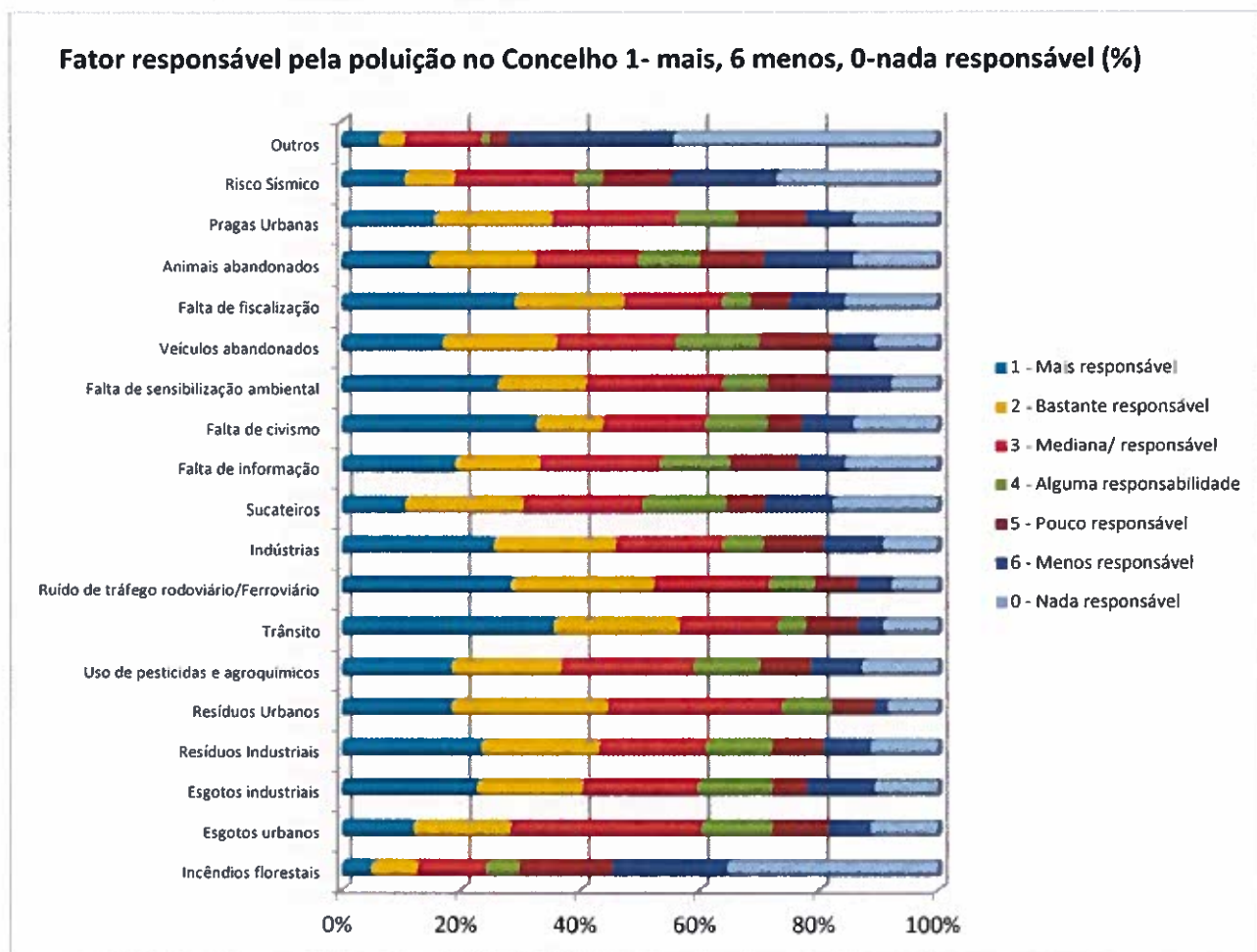


Figura A9.8 aAgregação de dados sobre gravidade dos problemas no mundo, no país e no Concelho, em percentagem de respostas

Dado ser necessário bastante cuidado na análise das respostas em relação às freguesias e uniões de freguesia, uma vez que, se para todo o Concelho se considera que os resultados são apenas indicativos e indiciadores de tendências e não representativos, o desdobramento para as freguesias

torna-os ainda menos representativos pelo menor número de respostas recebidas por freguesia ou união de freguesia do Concelho. Por esse mesmo motivo, optou-se por não expor os resultados desagregados por freguesias, devido, precisamente, à sua falta de representatividade e risco de interpretação mais afastada da realidade.

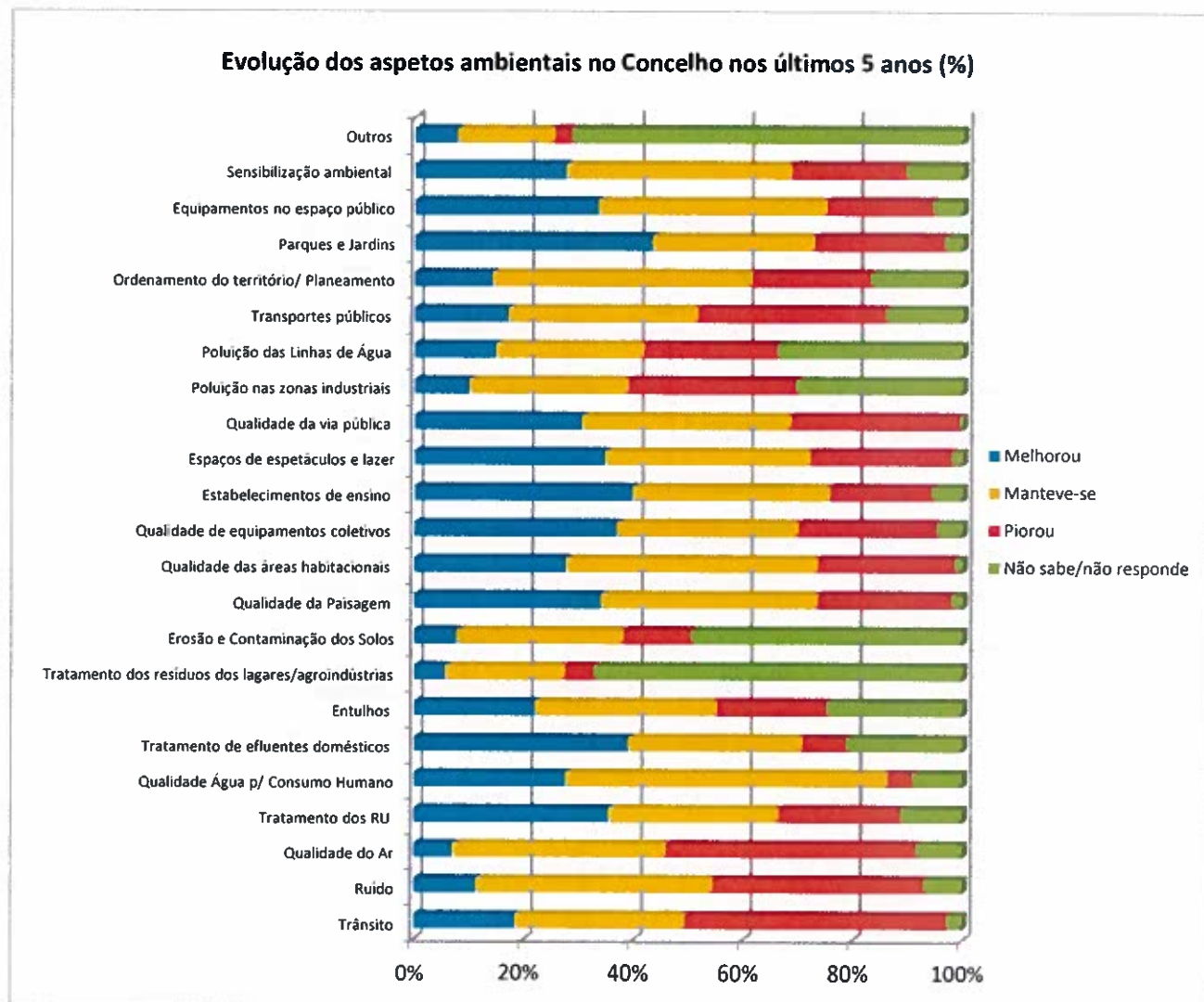


**Figura A9.10 Fator responsável pela poluição no Concelho 1- mais, 6 menos, 0-nada responsável (%)**

Relativamente aos fatores responsáveis pela poluição no Concelho, o trânsito, o ruído de tráfego rodoviário/ferroviário, as indústrias, a falta de civismo e sensibilização ambiental e a falta de fiscalização destacam-se entre as perceções, classificando-os como “Mais responsável” e “Bastante responsável”.

Os incêndios florestais, riscos sísmicos e outros receberam alguma uniformidade das classificações sem tendências claras num sentido ou noutro.

Sobre a evolução apercebida dos aspetos ambientais nos últimos 5 anos obtêm os resultados expostos no gráfico a seguir (Figura 6.26).



**Figura A9.11 Evolução dos aspetos ambientais no Concelho nos últimos 5 anos (%)**

Relativamente à evolução dos aspetos ambientais nos últimos 5 anos, não se verificam tendências muito destacadas, o que dificulta a extração de conclusões muito afirmativas, sendo que a maior parte das respostas manifesta-se por “manteve-se”, com as exceções que se referem a seguir.

No que diz respeito ao trânsito, ruído, qualidade do ar, transportes públicos, a maior parte das respostas aponta para a pioria da situação.

No que diz respeito aos parques e jardins, estabelecimentos de ensino, qualidade dos equipamentos coletivos e tratamento de efluentes domésticos, ocorreu um número significativo de respostas positivas, reflexo do grande investimento do Município e administração central em novos equipamentos coletivos desse tipo.



### Evolução dos riscos ambientais e tecnológicos no Concelho nos últimos 5 anos (%)

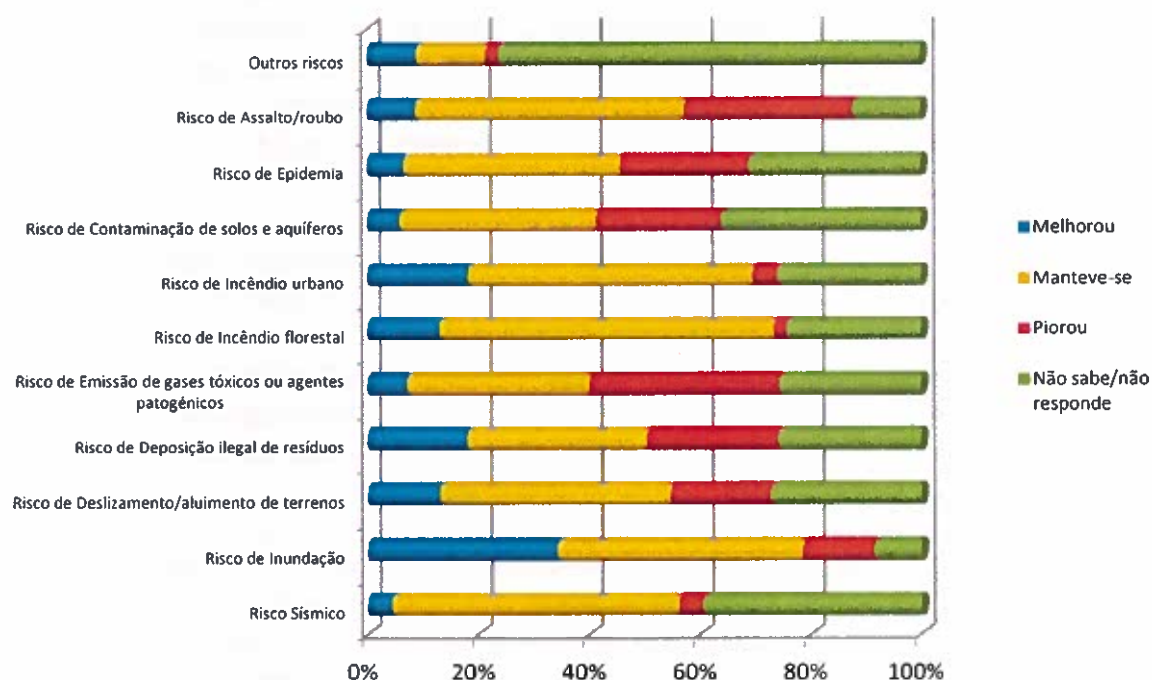


Figura A9.12 Evolução dos riscos ambientais e tecnológicos no Concelho nos últimos 5 anos (%)

A percepção dos inquiridos sobre a evolução dos riscos ambientais e tecnológicos é muito variável conforme o tema abrangido, destacando-se nas melhorias o risco de inundação e nas situações que se mantiveram ou pioraram têm a ver com emissões de gases tóxicos ou agentes patogénicos.



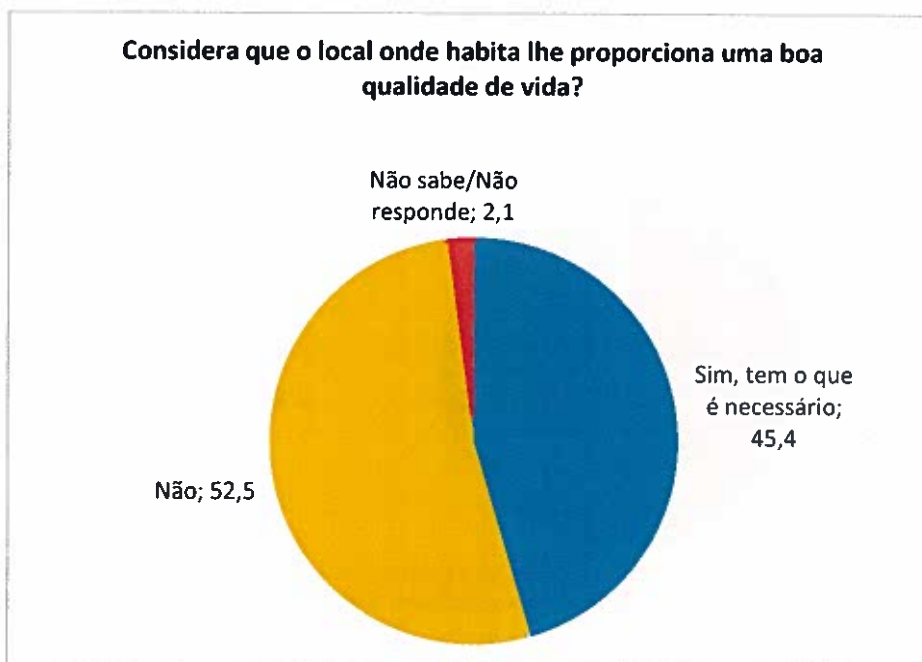


Figura A9.13 Percepção relativamente à qualidade de vida local (%)

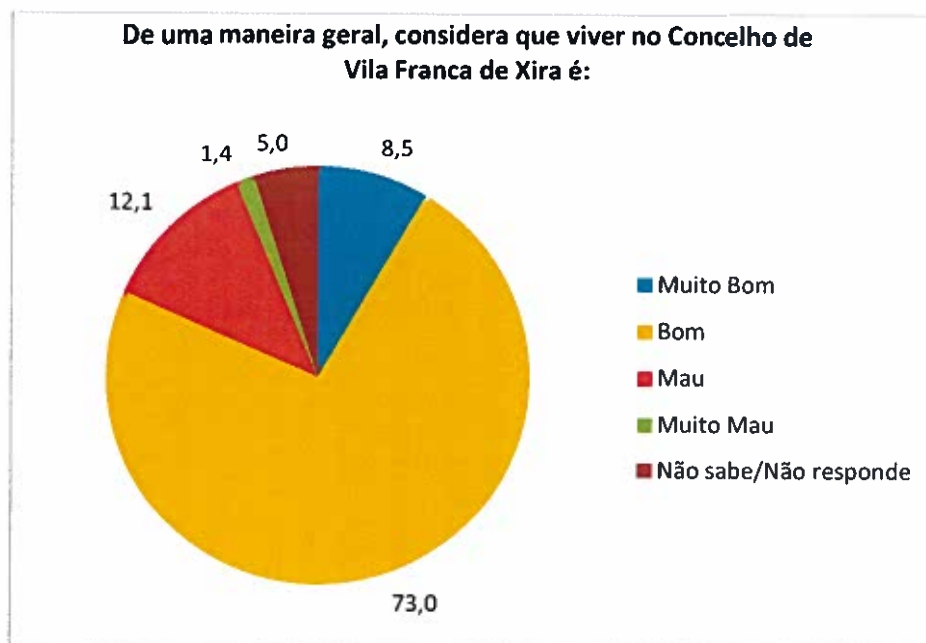


Figura A9.14 Percepção relativamente à qualidade de vida no Concelho (%)

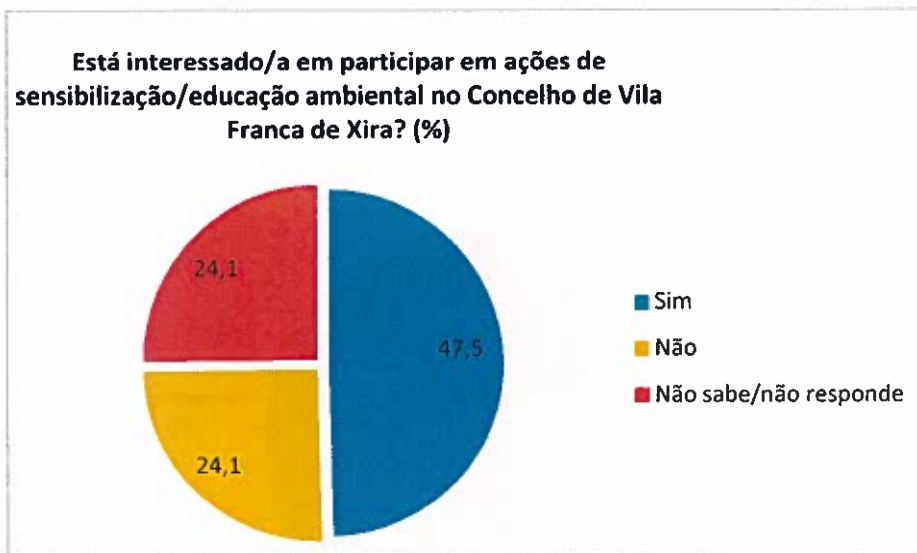


Figura A9.15 Disponibilidade declarada para voluntariado em ações de sensibilização e educação ambiental no Concelho (%)

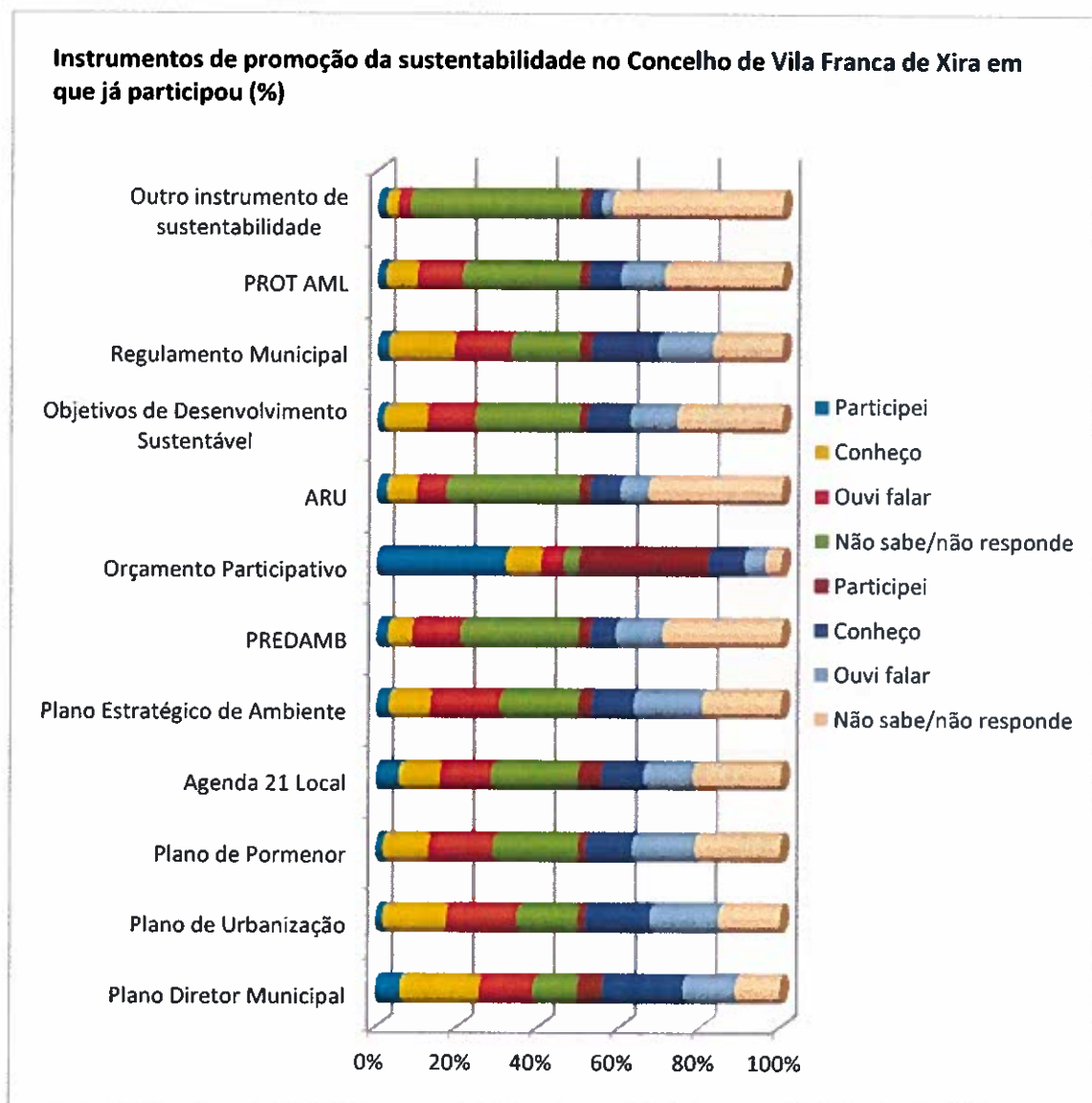


Figura A9.16 Participação declarada em consultas publicas sobre instrumentos de sustentabilidade no Concelho (%)

**O que distingue o Concelho de Vila Franca de Xira de outros Concelhos? (%) por ordem de importância: 1 (mais importante) a 3 (menos importante)**

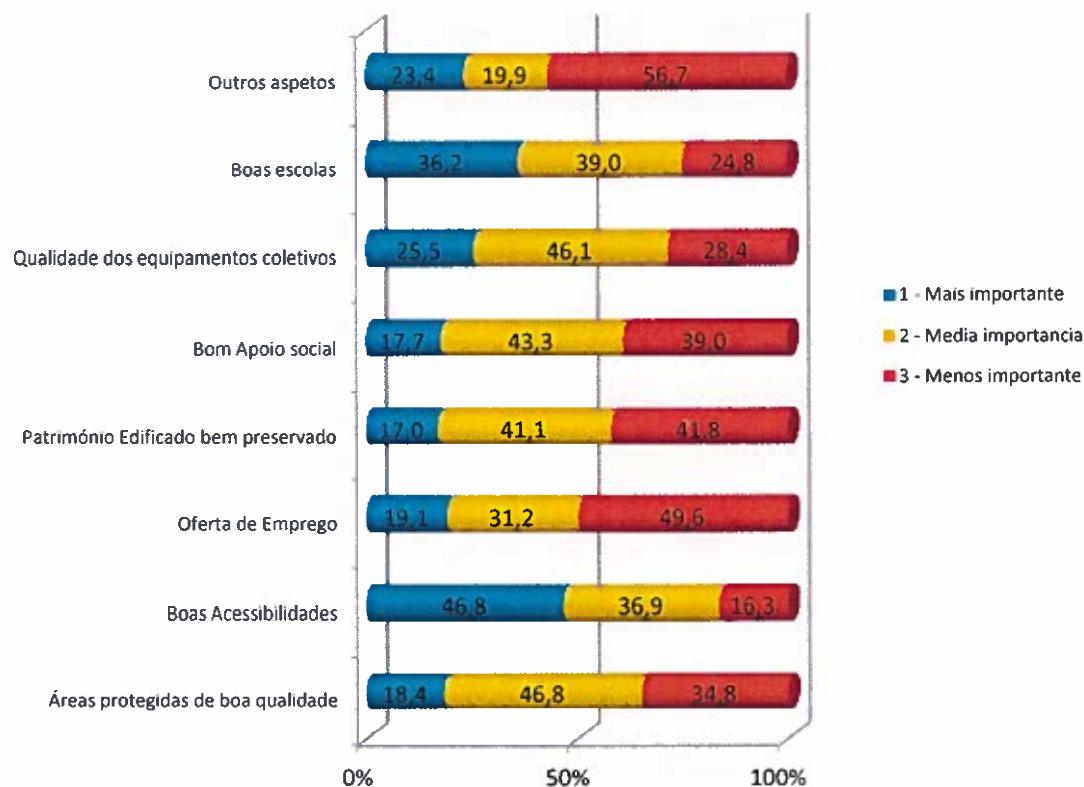


Figura A9.17 Percepção relativamente à qualidade de vida local (%)

Para a pergunta “Para o que classificou como o fator principal na questão anterior, indique um caso concreto (localizando, se puder)” as resposta obtidas foram consideradas não significativas pelo que não se apresenta aqui a representação gráfica das respostas.

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

## ANEXO 10 – ASPETOS LEGAIS

Julho 2020





## ANEXO 10 – ASPETOS LEGAIS

No âmbito do estudo do PMA VFX foram levantados os aspetos legais relevantes para a atuação do Município, em particular nos aspetos que incidam sobre o ambiente e o ordenamento do território do concelho de Vila Franca de Xira. De modo a evitar a exaustividade, referem-se neste anexo os diplomas relevantes, com uma descrição sumário do seu conteúdo e informação sobre o grau de incidência no PMA VFX.

Assume-se que, devido à natureza de entidade pública e ao grau de escrutínio que a atuação do mesmo é sujeito por diversas entidades e pelo público, a conformidade legal é, à partida garantida e que o Município, quando deteta inconformidades na sua atuação ou na dos seus agentes, desenvolve os necessários mecanismos para a sua correção.

A informação foi organizada de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Constituição da Republica Portuguesa
- b) Competências das autarquias locais
- c) Atividades económicas
- d) Metrologia
- e) Estabelecimentos Comerciais
- f) Alojamento Local
- g) Urbanismo e planeamento urbano
- h) Indústria
- i) Outras atividades
- j) Ruído
- k) Qualidade do Ar
- l) Resíduos
- m) Substâncias Perigosas
- n) Água
- o) Impacte Ambiental
- p) Proteção da Saúde /Ambiente
- q) Parques, Reservas e Áreas Protegidas
- r) Economia e Energia
- s) Geral

A tabela de aspetos legais encontra-se a seguir.

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	C.R.P.	Constituição da Republica Portuguesa	Constituição da Republica Portuguesa	
I	C.R.P.	Artigo 64º	Saúde	
S	C.R.P.	Artigo Artigo 65.º	Habituação e urbanismo	
S	C.R.P.	Artigo 66.º	Ambiente e qualidade de vida	
S	C.R.P.	Artigos 235.º a 254.º	Autarquias locais	
S	Competências das autarquias locais	L 50/2018, 16 agosto	Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais	
S	Competências das autarquias locais	L 75/2013, de 12 de setembro, alterada pelas L 25/2015, de 30 de março, L 69/2015, de 16 de julho, L 7A/2016, de 30 de março, e L 42/2016, de 28 de dezembro	Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.	
	Atividades económicas	Atividades económicas	Atividades económicas	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei nº 310/2002 de 18/12	Regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de diversas actividades	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30/06	Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta contra Incêndios	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 114/2008, de 01/07	Alteração Regime Jurídico Licenciamento Fiscalização Diversas Atividades	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei nº 309/2002 de 16/12	Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos	
S	Atividades económicas	Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29/08	Alteração ao Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16/12 e ao Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18/12	
I	Atividades económicas	Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmxira/uploads/writer_file/document/774/20140714163156396606.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmxira/uploads/writer_file/document/774/20140714163156396606.pdf</a>

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/775/20140714163156362843.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/775/20140714163156362843.pdf</a>
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/776/20140714163156378202.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/776/20140714163156378202.pdf</a>
I	Atividades económicas	Alteração ao regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Vila Franca de Xira		URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/777/20140714163156388426.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/777/20140714163156388426.pdf</a>
I	Venda Ambulante	Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro	Venda Ambulante	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf</a>
I	Venda Ambulante	Regulamento 1/95	Venda Ambulante do Concelho de Vila Franca de Xira	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15890/DL_102015_Regime_Jur_dico_Acesso_Exerc_cio_Atividades_Com_rcio_Servi_os_Restaura_o.pdf</a>
I	Venda Ambulante	Edital n.º 147/95	Alteração ao Regulamento de Venda Ambulante do Concelho de Vila Franca de Xira	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/10377/Regulamento_n_1_95_Altera_es.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/10377/Regulamento_n_1_95_Altera_es.pdf</a>
	Metrologia	Metrologia	Metrologia	
I	Metrologia	Decreto-Lei nº 291/90 de 20 de setembro	Estabelece a obrigatoriedade do controlo metrológico e alarga o controlo metrológico a todos os instrumentos de medição	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/462/20090522161248575120.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/462/20090522161248575120.pdf</a>

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Metrologia	Portaria n.º 962/90 de 9 de outubro	Regulamento Geral do Controlo Metrológico	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/463/20090522161123247764.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/463/20090522161123247764.pdf</a>
	Estabelecimentos Comerciais	Estabelecimentos Comerciais	Estabelecimentos Comerciais	
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro	Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril	Cria o Balcão do Empreendedor. O Balcão do Empreendedor constitui um ponto único de acesso aos serviços digitais relacionados com o exercício de atividade económica. Dirige-se aos empresários que desejem realizar serviços e obter informações inerentes às atividades económicas que praticam.	URL: <a href="https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx">https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx</a>
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16/12, alterado pela Lei n.º 60/2007, de 04/09	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação;	
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento Geral das Edificações Urbanas		URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/10468/Regulamento_Geral_das_Edificacoes_Urbanas.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cm-vfxira/uploads/writer_file/document/10468/Regulamento_Geral_das_Edificacoes_Urbanas.pdf</a>
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 243/1986, de 20/08	Regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08	Estabelece as normas técnicas que visam permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada;	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12/11	Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios	
S	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 1532/2008 de 29/12	Regulamento técnico de segurança contra incêndio em edifícios	
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04	Relativo à higiene dos géneros alimentícios	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Estabelecimentos Comerciais	Regulamento (CE) n.º 853/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29/04	Relativo às regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal	
S	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 149/1988, de 09/03	Fixa as regras de asseio e higiene a observar pelas pessoas que, na sua atividade profissional, entram em contacto direto com alimentos	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12/06	Relativo à higiene dos géneros alimentícios	
I	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro	Regime Jurídico Acesso Exercício Atividades Comércio Serviços Restauração	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 206C/2015, de 14 de julho	Dados elementos instrutórios Autorizações	
I	Estabelecimentos Comerciais	Portaria n.º 206B/2015, de 14 de julho	Dados elementos instrutórios MCP	
S	Estabelecimentos Comerciais	Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro Alteração Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro	Regime Jurídico Segurança Contra Riscos Incêndio.	
I	Alojamento Local	Decreto-Lei n.º 128/2014	Regime Jurídico Exploração Estabelecimentos Alojamento Local	
I	Alojamento Local	Decreto-Lei n.º 63/2015	Alteração Regime Jurídico Exploração Estabelecimentos Alojamento Local	
	Urbanismo e planeamento urbano	Urbanismo e planeamento urbano	Urbanismo e planeamento urbano	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Portaria N.º 243/84, DE 17 DE JULHO	CONDIÇÕES MÍNIMAS DE HABITABILIDADE DEFINIDAS PARA EFEITOS DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS CLANDESTINOS	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 31/2014	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo	
	Urbanismo e planeamento urbano	Decreto-Lei n.º 80/2015	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) foi publicada a Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 170/2019, Série I de 2019-09-05. Esta Lei revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.	
	Urbanismo e planeamento urbano	Lei n.º 83/2019	Lei de bases da habitação	
S	Urbanismo e planeamento urbano	Decreto-Lei n.º 38 382 de 7 de Agosto de 1951	Aprova o Regulamento geral das edificações urbanas Alterado pelos: <ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto-Lei n.º 38 888 de 29 de Agosto de 1952</li> <li>Decreto-Lei n.º 44 258 de 31 de Março de 1962</li> <li>Decreto-Lei n.º 45 027 de 13 de Maio de 1963</li> <li>Decreto-Lei n.º 650/75 de 18 de Novembro</li> <li>Decreto-Lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro</li> <li>Decreto-Lei n.º 463/85 de 4 de Novembro</li> <li>Decreto-Lei n.º 172-H/86 de 30 de Junho</li> <li>Decreto-Lei n.º 64/90 de 21 de Fevereiro</li> <li>Decreto-Lei n.º 61/93 de 3 de Março</li> <li>Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo</li> <li>Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho</li> </ul>	
	Indústria	Indústria	Indústria	
I	Indústria	Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto	Sistema de Indústria Responsável	
I	Indústria	Decreto-Lei n.º 73/2015 Alteração ao DL 169/2012	Sistema de Indústria Responsável	
I	Indústria	Portaria n.º 302/2013, de 16 de outubro	Mera Comunicação Prévia SIR	
I	Indústria	Portaria n.º 279/2015	Elementos instrutórios	
I	Indústria	Portaria n.º 280/2015	Taxas SIR	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Indústria	Portaria nº 281/2015	Requisitos ZER	
	Outras atividades	Outras atividades	Outras atividades	
I	Outras atividades	Instalação desportiva de uso público - mera comunicação prévia de abertura	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15926/Instala_o_Desportiva_de_Uso_P_blico.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15926/Instala_o_Desportiva_de_Uso_P_blico.pdf</a>
I	Outras atividades	Licença de Instalação e Funcionamento de Recintos Improvisados	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15927/Licen_a_de_Instala_o_e_Funcionamento_de_Recintos_Improvisados.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15927/Licen_a_de_Instala_o_e_Funcionamento_de_Recintos_Improvisados.pdf</a>
I	Outras atividades	Licença de Instalação e Funcionamento de Recintos Itinerantes	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15928/Licen_a_de_Instala_o_e_Funcionamento_de_recintos_itinerantes.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15928/Licen_a_de_Instala_o_e_Funcionamento_de_recintos_itinerantes.pdf</a>
I	Outras atividades	Licença Especial de Ruído	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15929/Licen_a_Especial_Ruido.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15929/Licen_a_Especial_Ruido.pdf</a>
I	Outras atividades	Licenciamento de Fogueiras e Queimadas	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15930/Licen_a_Fogueiras_e_Queimadas.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15930/Licen_a_Fogueiras_e_Queimadas.pdf</a>
I	Outras atividades	Licença de Instalação de Recinto de Diversão Provisória	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15931/Licen_a_instala_o_de_recinto_de_divers_o_provis_ria.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15931/Licen_a_instala_o_de_recinto_de_divers_o_provis_ria.pdf</a>

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Outras atividades	Licença para a Realização de Espetáculos Desportivos e de Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e demais Lugares Públicos ao Ar Livre	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf</a>
I	Outras atividades	Licença para a Realização de Provas Desportivas	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15932/Licen_a_para_Realiza_o_d_e_Espect_culos_Desportivos_e_de_Divertimentos_P_blicos_ao_Ar_Livre.pdf</a>
I	Outras atividades	Licenciamento de Guarda-Noturno	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15934/Licenciamento_de_Guarda-Noturno.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15934/Licenciamento_de_Guarda-Noturno.pdf</a>
I	Outras atividades	Realização de Acampamentos Ocasionais	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15935/Realiza_o_de_Acampamentos_Ocasionais.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15935/Realiza_o_de_Acampamentos_Ocasionais.pdf</a>
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Comunicação de alteração do proprietário	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf</a>
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Registo	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15936/M_quinas_divers_o_-_altera_o_propriet_rio.pdf</a>
I	Outras atividades	Máquina de Diversão Segunda Via do Registo	Formulário	URL: <a href="https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15938/M_quinas_divers_o_-_segunda_via_registo.pdf">https://www.cm-vfxira.pt/cmvmfxira/uploads/writer_file/document/15938/M_quinas_divers_o_-_segunda_via_registo.pdf</a>
	RUÍDO	RUÍDO	RUÍDO	



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	RUÍDO	Decreto-Lei nº 9/2007, de 07/01, alterado pelo Decreto-Lei nº 278/2007, 01/08	Regulamento geral do ruído, medidas de prevenção da poluição sonora	
	Qualidade do Ar	Qualidade do Ar	Qualidade do Ar	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Qualidade do Ar		<p>Introduz na legislação portuguesa a diretiva europeia 2016/2284 UE sobre a redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos, e atualiza as regras que dizem respeito ao controlo da poluição atmosférica, em Portugal Continental, na zona económica exclusiva, nas zonas de controlo de poluição.</p> <p>1. Portugal compromete-se a cumprir até 2020 e 2030 certos limites máximos de emissões de: dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) (por exemplo, substâncias libertadas pelos escapes de veículos com motor de combustão), amoníaco (NH<sub>3</sub>), partículas finas (PM<sub>2.5</sub>).</p> <p>2. Prevê-se a criação do Programa Nacional de Controlo da Poluição Atmosférica pelo governo, em harmonia com a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR2020), da qual faz parte um Código de Boas Práticas Agrícolas para reduzir as emissões de amoníaco. Os efeitos da poluição atmosférica nos ecossistemas terrestres e aquáticos passam a ser monitorizados e comunicados à Comissão Europeia.</p> <p>3. Para assegurar o cumprimento por Portugal das obrigações previstas pelo direito da União Europeia sobre este tema, são envolvidas as seguintes entidades: a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)</p> <p>4. Compete aos municípios (de Portugal Continental) a coordenação com as entidades envolvidas na implementação de medidas de carácter local que visem a redução de emissões de poluentes para o ar, definidas no PNCPA, designadamente as medidas de gestão sustentável da mobilidade urbana e do transporte de passageiros.</p>	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 49/2009, de 26 de Fevereiro	Estabelece mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes rodoviários.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 676/2009, de 23 de Junho	Substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º 80/2006, de 23 de Janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos Declaração de Retificação n.º 63/2009, de 21 de Agosto Declaração de Retificação n.º 66/2009, de 11 de Setembro	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 196/2009, de 24 de Agosto	Procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 346/2007, de 17 de Outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de Julho.	
I	Qualidade do Ar	Despacho Conjunto n.º 20763/2009, de 16 de Setembro, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, da Economia e da Inovação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Programa de execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo.	
I	Qualidade do Ar	Despacho n.º 22007/2009, de 2 de Outubro	Aprova o programa de controlo de aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de Setembro.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro	Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente. Transpõe a Diretiva 2008/50/CE. JO L152 2008-6-11 e a Diretiva 2004/107/CE. JO L23 2005-1-26 Alterado pelo Decreto-Lei n.º 43/2015, de 27 de março. Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro	Determina a elaboração do Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2020 e de planos sectoriais de baixo carbono, bem como do Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro, que transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, e a Diretiva 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, de 2009, e estabelece os critérios de sustentabilidade de produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres, e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020, procedendo, igualmente, à suspensão temporária da vigência do n.º 1 do artigo 15.º do mesmo diploma.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 180/2012, de 3 de agosto	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 181/2006, de 6 de setembro, e transpõe a Diretiva n.º 2010/79/UE, da Comissão, de 19 de novembro, que adapta ao progresso técnico o anexo III da Diretiva n.º 2004/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 258/2012, de 30 de novembro	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, transpondo a Diretiva 2011/88/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, que altera a Diretiva 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.	
S	Qualidade do Ar	Portaria n.º 353-A/2013, 1º suplemento, de 4 de dezembro	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro	Transpõe a Diretiva n.º 2012/46/UE, da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2006, de 27 de fevereiro.	
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 68-A/2015, 1º Suplemento, de 30 de abril	Estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração, transpondo a Diretiva n.º 2012/27/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativa à eficiência energética.	
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 29 de julho	Aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas. Declaração de Retificação n.º 41/2015, de 17 de setembro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2015, 1º Suplemento, de 20 de Agosto	Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas PETI3+, para o horizonte 2014-2020.	
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 854/2015, 2ª série, de 19 de novembro	Autoriza o Fundo Português de Carbono a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de financiamento para a concessão de apoios no âmbito do «Programa de apoio a projetos no país a conceder pelo Fundo Português de Carbono» para remoção de gases com efeito de estufa — Projeto MOBI.E	
S	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto	Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas.	
I	Qualidade do Ar	Decreto do Presidente da República n.º 79-M/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro	Ratifica o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de Dezembro de 2015.	
I	Qualidade do Ar	Decreto da Assembleia da República n.º 197-A/2016, 1º suplemento, de 30 de setembro	Aprova o Acordo de Paris, no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adotado em Paris, em 12 de Dezembro de 2015.	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio	Altera o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1480.	
I	Qualidade do Ar	Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, 1º Suplemento, de 29 de janeiro	Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.	
I	Qualidade do Ar	Decreto n.º 16/2018, de 5 de junho	Aprova a Emenda ao Protocolo de Montreal, relativo às Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono, adotada em Quigali, em 15 de outubro de 2016.	
S	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, e transpõe a Diretiva (UE) 2015/2193.	
I	Qualidade do Ar	Portaria n.º 221/2018, de 1 de agosto	Estabelece a forma de transmissão e o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização em contínuo e pontual das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Qualidade do Ar	Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro	Fixa os compromissos nacionais de redução das emissões de certos poluentes atmosféricos, transpondo a Diretiva (UE) 2016/2284.	
I	Qualidade do Ar	Aviso n.º 130/2018, de 26 de outubro	Torna público que a República Portuguesa depositou, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, na qualidade de depositário, o seu instrumento de aprovação da Alteração do texto e dos anexos II a IX do Protocolo de 1999 relativo à Redução da Acidificação, da Eutrofização e do Ozono Troposférico e aditamento dos novos anexos X e XI, adotados em Genebra, em 4 de maio de 2012.	
I	Qualidade do Ar	Regulamento (UE) 2019/318 da Comissão, que altera o Regulamento (UE) 2017/2400 e a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	no que respeita à determinação das emissões de CO2 e ao consumo de combustível dos veículos pesados.	JO L58 2019-2-26
I	Qualidade do Ar	2019/C 77/01 Comunicação da Comissão -	Orientações para a elaboração de programas nacionais de controlo da poluição atmosférica ao abrigo da Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos.	JO C77 2019-3-01
I	Qualidade do Ar	2019/C 92/01 Comunicação da Comissão —	Comunicação da Comissão relativa à monitorização dos ecossistemas nos termos do artigo 9.o e do anexo V da Diretiva (UE) 2016/2284 do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à redução das emissões nacionais de certos poluentes atmosféricos (Diretiva LNE).	JO C92 2019-3-11
I	Qualidade do Ar	Retificação da Diretiva (UE) 2015/1480 da Comissão, que altera vários anexos das Diretivas 2004/107/CE e 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	Estabelecem as regras relativas aos métodos de referência, à validação dos dados e à localização dos pontos de amostragem para a avaliação da qualidade do ar ambiente.	JO L72 2019-3-14
I	Qualidade do Ar	Regulamento (UE) 2019/636 da Comissão,	Altera os anexos IV e V do Regulamento (CE) n.º 850/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo a poluentes orgânicos persistentes.	JO L109 2019-4-24
I	Qualidade do Ar	Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2019, de 10 de abril	Institui o dia 12 de abril como o Dia Nacional do Ar.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
	Resíduos	Resíduos	Resíduos	
S	Resíduos	REGULAMENTO Nº 08/2004 alterado pelo edital n.º 163/2016, datado de 2016/04/12	Regulamento Municipal para Veículos Abandonados e em Fim de Vida	
I	Resíduos	2018/C 124/01, JO C124 2018-4-09	Comunicação da Comissão relativa a orientações técnicas sobre a classificação de resíduos.	
I	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera as Diretivas 2000/53/CE relativa aos veículos em fim de vida, 2006/66/CE relativa às pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, e 2012/19/UE relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/850 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	que altera a Diretiva 1999/31/CE relativa à deposição de resíduos em aterros.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos.	
S	Resíduos	Diretiva (UE) 2018/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, JO L150 2018-6-14	Altera a Diretiva 94/62/CE relativa a embalagens e resíduos de embalagens.	
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2018/896 da Comissão, JO L160 2018-6-25	Estabelece metodologia de cálculo do consumo anual de sacos de plástico leves e que altera a Decisão 2005/270/CE.	
S	Resíduos	Portaria n.º 851/2009, de 7 de Agosto	Aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos (PERSU II) Altera a Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002. Revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio. Declaração de Retificação n.º 74/2009, de 9 de Outubro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2013, de 9 de julho.	
I	Resíduos	Despacho n.º 19692/2009, 2ª série, de 27 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de pneus usados. Altera o Despacho n.º 31203/2008, 2ª série, de 4 de Dezembro	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 210/2009, de 3 de Setembro	Estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho	
I	Resíduos	Despacho n.º 21295/2009, 2ª série, de 22 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Aprova a Estratégia para os Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR), para o horizonte temporal de 2009-2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro	Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.	
I	Resíduos	Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro	Aprova o Regulamento Relativo à Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos. Alterada pela Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 10/2010, de 4 de Fevereiro	Estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/21/CE, JO L102 2006-4-11, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extractivas. Alterado pelo Decreto-lei n.º 31/2013, de 22 de fevereiro.	
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de Dezembro	Altera o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, e transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro.	
I	Resíduos	Portaria n.º 1324/2010, de 29 de Dezembro	Altera o Regulamento de Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, aprovado pela Portaria n.º 1127/2009, de 1 de Outubro.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 10372015, de 15 de junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 173/2015, de 25 de agosto.	<a href="https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&amp;subref=84">https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&amp;subref=84</a>
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 84/2011, de 20 de Junho	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das actividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica Legislação Nacional no Domínio do Ambiente   Resíduos   principais diplomas legais interna a Diretiva 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno. Republica o Decreto-Lei n.º 133/2005, de 16 de Agosto.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 1/2012, de 11 de janeiro	Procede à 5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de Agosto, e transpõe a Diretiva n.º 2011/37/UE, da Comissão, de 30 de Março, relativa aos veículos em fim de vida.	
I	Resíduos	Lei n.º 54/2012, de 6 de Setembro	Define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos com valor comercial e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização da atividade de gestão de resíduos.	
S	Resíduos	Resolução da Assembleia da República n.º 8/2013, de 31 de janeiro	Recomenda a aplicação do sistema tarifário de resíduos baseado no instrumento económico pay as you throw (PAYT), tal como sugestão da Comissão Europeia no recente estudo sobre prevenção e reciclagem de resíduos.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 23/2013, de 15 de fevereiro	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2008, de 11 de março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às março, introduzindo procedimentos desmaterializados de envio das notificações e informações relativas às transferências de resíduos.	
I	Resíduos	Resolução da Assembleia da República n.º 19/2013, de 7 de março	Recomenda ao Governo que promova as medidas necessárias, no âmbito da revisão das políticas de gestão de resíduos, para melhorar os indicadores e estatísticas de Portugal, no contexto da União Europeia, no que se refere à geração, tratamento e deposição em aterros de resíduos	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 110/2013, de 2 de agosto	Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, e transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE, da Comissão, de 7 de fevereiro, que altera o anexo I à Diretiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa a embalagens e resíduos de embalagens. Transpõe a Diretiva n.º 2013/2/UE. JO L37 2013-2-08	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 114/2013, de 7 de agosto	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 196/2003, de 23 de agosto, Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida e seus componentes e materiais. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/28/UE, da Comissão, de 17 de maio, que altera o anexo II à Diretiva 2000/53/CE, relativa aos veículos em fim de vida.	
I	Resíduos	Decreto-Lei n.º 156/2013, de 5 de novembro	Estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos e transpõe a Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, Estabelece um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioativos.	
S	Resíduos	Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro	Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana. Alterada pela Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril.	
S	Resíduos	Deliberação n.º 928/2014, de 15 de abril de 2014, da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.	Aprova o Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho	Estabelece o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e à alteração dos estatutos da sociedade VALORSUL Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	Despacho n.º 10316/2014, 2ª série, de 11 de agosto, do Secretário de Estado do Ambiente	Determina os prazos para consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e para consulta pública no âmbito dos procedimentos de avaliação ambiental do PERSU 2020	
S	Resíduos	Portaria n.º 187/2014, Suplemento, de 17 de setembro	Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental.	
S	Resíduos	Despacho n.º 12571/2014, 2ª série, de 14 de outubro, do Secretário de Estado do Ambiente	Cria o Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 45/2014, de 16 de julho, estabelece, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo. Alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.	
I	Resíduos	Lei n.º 82-D/2014, 2º Suplemento, de 31 de dezembro	Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de Tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental. Alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. Alterada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. Alterada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio.	
I	Resíduos	Declaração de Retificação n.º 6/2015, de 27 de fevereiro	Declaração de Retificação à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental».	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015, 2º Suplemento, de 16 de março	Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020.	
S	Resíduos	Decreto-Lei n.º 48/2015, de 10 de abril	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, no sentido da introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na atualização das captações e das objetivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.	
I	Resíduos	Portaria n.º 158/2015, de 29 de maio	Primeira alteração à Portaria n.º 29-B/98, de 15 de janeiro, Estabeleceas regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis.	
I	Resíduos	Despacho n.º 8376-C/2015, 2ª Série, de 30 de julho, dos Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, do Ministro da Economia e do Secretário de Estado do Ambiente	Determina os valores das contrapartidas financeiras decorrentes das operações de recolha e triagem efetuadas pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU).	
S	Resíduos	Portaria n.º 278/2015, de 11 de setembro	Regula o montante da taxa de gestão de resíduos (TGR) a afetar aos municípios e estabelece as regras para a sua liquidação, pagamento e repercussão.	
S	Resíduos	Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro	Aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), Estabeleceos procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma e revoga a Portaria n.º 1408/2006, de 18 de dezembro	
S	Resíduos	Portaria n.º 345/2015, de 12 de outubro	Estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Resíduos	Lei n.º 21/2016, de 19 de julho	Salvaguarda da regularização das explorações pecuárias e outras, alterando o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.	
S	Resíduos	Despacho n.º 14202-C/2016, 2ª série, de 28 de novembro, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente	Determina o valor de contrapartidas financeiras devido pelas entidades gestoras e que se destina a suportar os acréscimos de custos com a Recolha Seletiva e Triagem de resíduos de embalagens, bem como a triagem dos resíduos de embalagens nas Estações de Tratamento Mecânico e de Tratamento Mecânico e Biológico, a Valorização Orgânica de resíduos de embalagens e o tratamento das escórias metálicas resultantes da incineração dos resíduos urbanos e demais frações consideradas reciclagem	
I	Resíduos	Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril	Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).	
I	Resíduos	Despacho n.º 6560/2017, 2ª série, de 28 de julho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente	Concede à Sociedade SIGERU Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura, Lda., a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens de produtos fitofarmacêuticos, biocidas de controlo de animais prejudiciais e biocidas de proteção da madeira e sementes destinadas a utilização profissional.	
I	Resíduos	Portaria n.º 245/2017, de 2 de agosto	Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao plástico recuperado.	
S	Resíduos	Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, 2º suplemento, de 11 de dezembro	Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal.	
S	Resíduos	Resolução de Conselho de Ministros n.º 141/2018, de 26 de outubro	Promove uma utilização mais sustentável de recursos na Administração Pública através da redução do consumo de papel e de produtos de plástico.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Resíduos	DL n.º 69/2018, de 26 de dezembro,	referente ao Sistema de incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio (Primeira alteração do DL n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, relativo ao Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos).	
I	Resíduos	Regulamento de Execução (UE) 2019/290 da Comissão,	Estabelece o modelo para registo e apresentação de relatórios por parte dos produtores de equipamentos elétricos e eletrónicos ao registo.	JO L 48 2019-2-20
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2019/665 da Comissão, que altera a Decisão 2005/270/CE	Estabelece os formulários relativos ao sistema de bases de dados nos termos da Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a embalagens e resíduos de embalagens.	JO L112 2019-4-26
I	Resíduos	Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho,	relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente.	JO L155 2019-6-12
I	Resíduos	Decisão de Execução (UE) 2019/1004 da Comissão,	Estabelece regras para o cálculo, a verificação e a comunicação de dados sobre resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Decisão de Execução C(2012) 2384 da Comissão.	JO L163 2019-6-20
I	Resíduos	Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro	Altera a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER).	
	<b>SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</b>	<b>SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</b>	<b>SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS</b>	
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto	Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos (IPPC). Transpõe a Diretiva 2010/75/UE. JO L334 2010-12-17	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente. Transpõe a Diretiva 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias.	
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Regulamento (UE) 2019/521 da Comissão	que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.	JO L86 2019-3-28
I	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	Regulamento (UE) 2019/1021 do Parlamento Europeu e do Conselho,	relativo a poluentes orgânicos persistentes.	JO L169 2019-6-25
	Água	Água	Água	
I	Água	Despacho n.º 484/2009, 2ª série, de 8 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Aplicação da taxa de recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 243472009, 2ª série, de 19 de Janeiro, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Taxa de recursos hídricos. Alterado pelo Despacho n.º 10858/2009, de 28 de Abril 2ª série,.	
I	Água	Portaria n.º 144/2009, de 5 de Fevereiro	Define as áreas e condicionalismos ao exercício da pesca lúdica, incluindo a apanha lúdica, em águas oceânicas da subárea da zona económica exclusiva do continente, águas interiores marítimas e águas interiores não marítimas sob jurisdição da autonomia marítima e revoga a Portaria n.º 868/2006, de 29 de Agosto.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 79/2009, de 2 de Abril Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março	regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 86/2012, de 10 de Abril.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Despacho n.º 10858/2009, 2ª série, de 28 de Abril do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Taxa de recursos hídricos. Complemento às normas estabelecidas no despacho n.º 2434/2009, de 19 de Janeiro, para estabelecimentos de piscicultura, aquacultura ou de culturas biogenéticas.	
I	Água	Portaria n.º 579/2009, de 2 de Junho	Considera praias marítimas as designadas como zonas balneares costeiras e praias de águas fluviais e lacustres as designadas como zonas de interiores. Declaração de retificação n.º 48/2009, de 14 de Julho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho	Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares. Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio.	
S	Água	Despacho n.º 1487272009, 2ª série, de 2 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Normas para a utilização dos recursos hídricos públicos e particulares.	
S	Água	Portaria n.º 702/2009, de 6 de Julho	Estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano, bem como os respetivos condicionamentos.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de Setembro	Aprova a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.	
S	Água	Despacho Normativo n.º 33/2009, de 25 de Setembro	Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais.	
I	Água	Portaria n.º 1284/2009, de 19 de Outubro	Estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Água	Portaria n.º 160/2010, de 15 de Março	Define os critérios para cálculo das taxas relativas à actividade de regulação estrutural, económica e de qualidade de serviço, devidas pelas entidades gestoras concessionárias dos serviços multimunicipais e municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).	
S	Água	Portaria n.º 175/2010, de 23 de Março	Define os critérios para cálculo das taxas relativas à atribuição de regulação da qualidade da água para consumo humano, devidas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P. (ERSAR, I. P.).	
I	Água	Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março	Estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro. Alterado pela Lei n.º 19/2010, de 23 de Agosto.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março	Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio. Alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de Junho	Cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos das regiões de Lisboa e do Oeste e constitui a sociedade VALORSUL Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., atribuindo-lhe a concessão da exploração e gestão desse sistema.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Portaria n.º 931/2010, de 21 de Setembro	Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de Setembro	Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e transpõe a Diretiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e parcialmente a Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 832011, de 20 de Junho. Revogado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de Outubro	Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020. Transpõe a Diretiva n.º 2008/56/CE. JO L164 2008-6-25	
S	Água	Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro	Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva n.º 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro.	
S	Água	Portaria n.º 34/2011, de 13 de Janeiro	Estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores.	
S	Água	Despacho n.º 4570/2011, 2ª série, de 15 de Março, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território	Adoção de medidas de promoção do uso da água da torneira.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Decreto-lei n.º 83/2011, de 20 de Junho	Estabelece especificações técnicas para a análise e monitorização dos parâmetros químicos e físico-químicos caracterizadores do estado das massas de água superficiais e subterrâneas e procede à transposição da Diretiva n.º 2009/90/CE, da Comissão, de 31 de Julho.	
I	Água	Aviso n.º 179/2011, de 4 de Agosto	Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Emendas à Convenção Relativa à Organização Hidrográfica Internacional, adoptado no Mónaco em 14 de Abril de 2005.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, Estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares.	
S	Água	-Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho	Procede à segunda alteração à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, que aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas. Procede à republicação da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro Alterada pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 201/2012, de 27 de agosto	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020.	
I	Água	Lei n.º 44/2012, de 29 de agosto	Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 2228/2013, 2ª série, de 7 de fevereiro, do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território	Procede à revisão dos planos de gestão de bacia hidrográfica abrangidos pela área de jurisdição da Agência Portuguesa do Ambiente	
S	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-F/2013, de 22 de Março	Aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 5 (RH5), designado PGBH do Tejo.	



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Despacho n.º 5105/2013, 2ª série, de 16 de abril, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Economia e do Emprego, da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Saúde Gabinetes dos Ministros Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Economia e do Emprego, da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Ministro da Saúde	Prevenção e segurança Balnear.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho	Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Revoga o Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro. Alterado pelo Decreto-lei n.º 72/2016, de 4 de novembro.	
I	Água	Portaria n.º 241/2013, de 29 de julho	Aprova os modelos de sinalética e as barreiras de proteção a adotar nas zonas balneares.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 136/2013, de 7 de outubro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro	Adota a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Resolução da Assembleia da República n.º 26/2014, de 18 de março	Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano, e que simultaneamente promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País.	
I	Água	Lei n.º 17/2014, de 10 de abril	Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional. Desenvolvida pela Lei n.º 38/2015, de 12 de março.	
I	Água	Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2014, de 20 de maio	Delega no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a competência para homologar as propostas de delimitação do domínio público hídrico, elaboradas nos processos pendentes em 27 de outubro de 2007.	
I	Água	Portaria n.º 432/2014, 2ª série, de 5 de junho, dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e do Ambiente	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA I.P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato de Aquisição de Serviços para a "Monitorização do estado das massas de água rios e albufeiras".	
I	Água	Lei n.º 34/2014, de 19 de junho	Segunda alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, Estabelece a titularidade dos recursos hídricos. Alterada pela Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril	Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica. Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio	Cria o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. Declaração de Retificação n.º 34/2015, de 27 de julho.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Declaração de Retificação n.º 26/2015, de 9 de junho	Retifica o Decreto-Lei n.º 49/2015, de 10 de abril, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia Estabelece o regime especial aplicável à adaptação de moinhos, azenhas ou outras infraestruturas hidráulicas equivalentes para produção de energia hidroelétrica.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 133/2015, de 13 de julho	Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.	
I	Água	Resolução da Assembleia da República n.º 103/2015, de 27 de julho	Em defesa da sustentabilidade do rio Tejo.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 139/2015, de 30 de julho	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a Diretiva n.º 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, Estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 218/2015, de 7 de outubro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro, Estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º 2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 42/2016, de 1 de agosto	Altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, e transpondo a Diretiva 2014/101/EU da Comissão, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2000.	
I	Água	Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto	Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	Água	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro	Aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2008, de 31 de maio, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água. Revoga o Decreto-Lei n.º 112/2002, de 7 de abril.	
S	Água	Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2016, de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações do Vouga, Mondego e Lis, do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira e das Ribeiras do Algarve.	
S	Água	Declaração de Retificação n.º 23-B/2016, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016 de 20 de setembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova os Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve, publicada do Diário da República, 1.ª série, n.º 181, de 20 de setembro de 2016	
I	Água	Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril	Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas em águas marinhas, nelas se incluindo as águas de transição, e em águas interiores, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 37/2016, de 15 de dezembro. Declaração de Retificação n.º 15-A/2017, de 2 de junho.	
I	Água	Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio	Altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.	
I	Água	Lei n.º 44/2017, de 19 de junho	Estabelece o princípio da não privatização do setor da água, procedendo à quinta alteração à Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.	
S	Água	Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro	Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.º 2013/51/EURATOM e 2015/1787.	
I	Água	Despacho n.º 1608/2018, 2ª série, de 15 de fevereiro, da Ministra do Mar	Determina a elaboração do plano para a aquicultura em águas de transição.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	Água	Lei n.º 12/2018, de 2 de março	Modifica o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.	
I	Água	Despacho n.º 11954/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. proceder à reavaliação dos planos de gestão dos riscos de inundações correspondentes ao 1.º ciclo de planeamento e dar início ao 2.º ciclo de planeamento.	
I	Água	Despacho n.º 11955/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente -	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. assegurar a revisão dos planos de gestão de região hidrográfica referentes ao 2.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.	
I	Água	Despacho n.º 11954/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. proceder à reavaliação dos planos de gestão dos riscos de inundações correspondentes ao 1.º ciclo de planeamento e dar início ao 2.º ciclo de planeamento.	
I	Água	Despacho n.º 11955/2018, 2ª série, de 12 de dezembro, do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente -	Deve a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. assegurar a revisão dos planos de gestão de região hidrográfica referentes ao 2.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.	
	<b>IMPACTE AMBIENTAL</b>	<b>IMPACTE AMBIENTAL</b>	<b>IMPACTE AMBIENTAL</b>	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 151-B/2013, (2º Supl.) de 31 de outubro	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente. Transpõe a Diretiva 2011/92/UE, JO L26, 2012-2-28, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto. Alterado pela Lei n.º 37/2017, de 2 de junho. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de março	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto.	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 179/2015, de 27 de agosto	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Portaria n.º 395/2015, de 4 de novembro	Estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacte ambiental. Revoga a Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril.	
	IMPACTE AMBIENTAL	Lei n.º 37/2017, de 2 de junho	Torna obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 152-B/2017, 1º suplemento, de 11 de dezembro	Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente Transpõe a Diretiva n.º 2014/52/UE.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	IMPACTE AMBIENTAL	Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro	Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro.	
I	IMPACTE AMBIENTAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março	Aprova o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.	
	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho	Define o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam atividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 276/2009, de 2 de Outubro	Estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correta utilização. Transpõe a Diretiva 86/278/CEE, do Conselho, de 12 de Junho. JO L191 de 1986-7-15 Revoga o Decreto-Lei n.º 118/2006, de 21 de Junho	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 25/2010, de 30 de Agosto	Estabelece as prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais, transpondo a Diretiva n.º 2006/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril. Declaração de Retificação n.º 33/2010, de 27 de Outubro.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de Janeiro	Estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa florestal.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 42/2011, de 31 de Março	Altera a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas, tendo em vista a proteção da saúde humana e animal e a salvaguarda do ambiente, transpõe as Diretivas n.º 2010/50/UE, de 10 de Agosto, 2010/51/UE, de 11 de Agosto, 2010/71/UE e 2010/72/UE, de 4 de Novembro, e 2010/74/UE, de 9 de Novembro, todas da Comissão, e procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2002, de 3 de Maio.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 56/2011, de 15 de Novembro	Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de actividades perigosas para o ambiente, procede à 28ª alteração do Código Penal e transpõe a Diretiva 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, e a Diretiva 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro.	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 24/2012, de 6 de fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de Dezembro de 2009.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Portaria n.º 304/2013, de 16 de outubro	Aprova o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos.	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 19/2014, de 14 de abril	Define as bases da política de ambiente. Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 55/2015, de 17 de abril	Estabelece as medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a proteção da saúde humana e do ambiente. Transpõe a Diretiva 2009/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho. JO L125 2009-5-21	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2015, de 28 de julho	Aprova o Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública 2015-2020 ECO.mob	
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho	Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto	Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Lei n.º 84/2017, de 18 de agosto	Incremento das obrigações de planeamento e programação de medidas de intervenção em situações de emergência radiológica ou de acidentes nucleares (primeira alteração aos Decretos-Leis n.º 36/95, de 14 de fevereiro, e 174/2002, de 25 de julho).	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Despacho n.º 1230/2018, 2ª série, de 5 de fevereiro, dos Secretários de Estado do Ambiente e das Florestas e do Desenvolvimento Rural	Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas.	
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/70 da Comissão,	Estabelece os critérios para a atribuição do rótulo ecológico da UE a papel para usos gráficos e os critérios para a atribuição do rótulo ecológico da UE a papel tissue e a produtos de papel tissue.	JO L15 2019-1-17
S	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/61 da Comissão,	relativa ao documento de referência setorial sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor da administração pública, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).	JO L17 2019-1-18
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Diretiva (UE) 2019/130 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2004/37/CE	relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.	JO L30 2019-1-31
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Regulamento Delegado (UE) 2019/807 da Comissão, que complementa a Diretiva (UE) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho	Europeu e do Conselho no que respeita à determinação das matérias-primas com elevado risco de alterações indiretas do uso do solo relativamente às quais se observa uma expansão significativa da superfície de produção para terrenos com elevado teor de carbono e à certificação de biocombustíveis, biolíquidos e combustíveis biomássicos com baixo risco de alterações indiretas do uso do solo.	JO L133 2019-5-21

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decisão (UE) 2019/847 da Comissão,	Proposta de iniciativa de cidadania intitulada «Salvemos as abelhas! Proteção da biodiversidade e melhoria dos habitats dos insetos na Europa»	JO L138 2019-5-24
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Diretiva (UE) 2019/983 do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva 2004/37/CE,	Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.	JO L164 2019-6-20
I	PROTECÇÃO DA SAÚDE / AMBIENTE	Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro	Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, transpondo a Diretiva 2013/59/Euratom.	
	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	
I	PARQUES, RESERVAS E ÁREAS PROTEGIDAS	2019/C 33/01	Gestão dos sítios Natura 2000 — As disposições do artigo 6.o da Diretiva Habitats(92/43/CEE).	JO C33 2019-01-25
	ECONOMIA E ENERGIA	ECONOMIA E ENERGIA	ECONOMIA E ENERGIA	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, de 15 de Abril	Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de Outubro	Estabelece os critérios de sustentabilidade para a produção e utilização de biocombustíveis e biolíquidos e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos 2011 a 2020, transpondo os artigos 17.º a 19.º e os anexos III e V da Diretiva n.º 2009/28/CE, do Conselho e do Parlamento Europeu, de 23 de Abril, e o n.º 6 do artigo 1º e o anexo IV da Diretiva n.º 2009/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/2012, de 17 de janeiro. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 141/2010, de 31 de Dezembro	No âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, define as metas nacionais de energia renovável no consumo de energia final e transpõe parcialmente a Diretiva n.º 2009/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-lei n.º 169/2012, de 1 de agosto	Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro Alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio Alterado pelo Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 1 de abril	Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013-2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013-2020.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro	Primeira alteração à Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril, que aprova o sistema de classificação de estabelecimentos hoteleiros, de aldeamentos turísticos e de apartamentos turísticos.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Portaria n.º 365/2015, de 16 de outubro	Define o formato, características e mecanismos de tratamento da informação relevante para o exercício de atividades económicas, através do balcão único eletrónico, designado «Balcão do Empreendedor», e revoga a Portaria n.º 131/2011, de 4 de abril.	
I	ECONOMIA E ENERGIA	Decreto-Lei n.º 64/2017, de 12 de junho	Aprova o regime para novas centrais de biomassa florestal. Declaração de Retificação n.º 20/2017, de 3 de agosto.	
	GERAL	GERAL	GERAL	
S	GERAL	DecretoLei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro	Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	
I	GERAL	Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março	Define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.	



Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	GERAL	DecretoLei n.º 90/2009, de 9 de Abril	Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de Maio	Declaração de Retificação n.º 53/2009, de 28 de Julho. Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio	Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes. Declaração de Retificação n.º 54/2009, de 28 de Julho.	
I	GERAL	Portaria n.º 703/2009, de 6 de Julho	Aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.	
S	GERAL	Portaria n.º 706/2009, de 7 de Julho	Define o âmbito de informação que deve ser alvo dos estudos a elaborar por parte do Estado para constituição do regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	Despacho n.º 16140/2009, 2ª série, de 15 de Julho, do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional	Implementação de medidas energéticas e alteração de comportamentos de consumo, dando cumprimento às obrigações inerentes ao Sistema de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios	
I	GERAL	Decreto do Presidente da República n.º 69/2009, de 30 de Julho	Ratifica a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adotada em Almaty em 27 de Maio de 2005.	
I	GERAL	Resolução da Assembleia da República n.º 54/2009, de 30 de Julho	Aprova a Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adotada em Almaty em 27 de Maio de 2005.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
S	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 64A/2009, de 6 de Agosto (Suplemento)	Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo.	
I	GERAL	Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de Agosto	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.	
S	GERAL	Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto	Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.	
S	GERAL	Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de Agosto	Altera o regime jurídico dos serviços de âmbito multimunicipal de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.	
I	GERAL	Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto	Procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, Estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais. Declaração de Retificação 70/2009, de 1 de Outubro Alterada pela lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.	
I	GERAL	Portaria n.º 976/2009, de 1 de Setembro	Fixa o âmbito temporal e espacial de aplicabilidade do regime experimental de execução, exploração e acesso à informação cadastral previsto no Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.	
I	GERAL	Despacho n.º 13560/2010, 2ª série, de 24 de Agosto, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território	Determina que o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) coordena o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS 2015.	
I	GERAL	Portaria n.º 1202/2010, de 29 de Novembro	Estabelece os termos aplicáveis às licenças de utilização privativa do domínio público para a instalação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos em local público de acesso público.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de Janeiro	Lança o Programa de Eficiência Energética na Administração Pública ECO.AP, de forma a alcançar um aumento da eficiência energética de 20 % até 2020	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	GERAL	DecretoLei n.º 6572011, de 16 de Maio	Estende às zonas de intervenção florestal o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio.	
	GERAL			
S	GERAL	Lei n.º 12/2014, de 6 de março	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.	
I	GERAL	Lei n.º 31/2014, de 30 de maio	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.	
I	GERAL	DecretoLei n.º 80/2015, 14 de maio	Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro.	
I	GERAL	Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto	Segunda alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, que aprova a lei-quadro das contraordenações ambientais.	
S	GERAL	Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto	Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.	
I	GERAL	Portaria n.º 404A/2015, 1º Suplemento, de 18 de novembro	Primeira alteração à Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, que adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.	
S	GERAL	Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto	Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos. Transpõe as Diretivas 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro; Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro.	
I	GERAL	DecretoLei n.º 29/2017, de 16 de março	Procede à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 180/2009, de 7 de agosto, que aprova o regime do Sistema Nacional de Informação Geográfica.	

Incidência PMA (S/I/N)	Legislação	Diploma	Descrição	URL
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2017, de 11 de julho	Aprova a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2017, 2 de novembro	Cria o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».	
I	GERAL	Portaria n.º 209/2018, 2ª série, de 27 de março, do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado do Orçamento	Autoriza o Fundo Ambiental a efetuar a repartição de encargos relativos aos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Aviso n.º 557-A/2017, para atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização no âmbito da atividade desenvolvida pelas autarquias.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2018, de 27 de abril	Aprova a Estratégia Nacional e o respetivo Plano de Ação de Combate ao Desperdício Alimentar.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.	
I	GERAL	Decreto-Lei n.º 235/83 de 31 de Maio	Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA)	A responsabilidade pelos projetos é dos projetistas
S	GERAL	Decreto-Lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro -	Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População.	
I	GERAL	Lei n.º 25/2019, de 26 de março –	Quarta alteração à lei-quadro das contraordenações ambientais, consagrando o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização.	
I	GERAL	Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019	que aprova a “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030” (ENMAC).	

#### Legenda

Incidência no PMA	Descrição
S	Sim, incide diretamente
I	Sim, incide indiretamente





# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 11 – RISCOS, NECESSIDADES E OPORTUNIDADES

Julho 2020



## ANEXO 11 – RISCOS, NECESSIDADES E OPORTUNIDADES

Cod	Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos) Fatores climáticos (FC)	Principais incidências
<b>FC.A</b>	<b>Precipitação excessiva (cheias/inundações)/granizo</b>	
<b>FC.A.1</b>	Dificuldades na deteção precoce de eventos extremos em áreas geográficas muito delimitadas e no aviso ou intervenção sobre as populações em risco	Vales e cursos de água muito encaixados, que caracterizam as encostas na margem norte do estuário do Tejo o onde caudal de ponta de cheia e altura de pico de cheia podem ser muito elevados, em caso de precipitação excessiva
<b>FC.A.2</b>	Inundações	Localidades ribeirinhas, vias de cota baixa, vias na proximidade de cursos de água e/ou leito de cheia
<b>FC.A.3</b>	Condicionamentos de tráfego/ encerramento de vias	Zona ribeirinha do Tejo, foz e troços encaixados de ribeiras
<b>FC.A.4</b>	Danos/condicionamentos para as infraestruturas	Vias situadas em leito de cheia do Tejo e dos rios rios e ribeiras
<b>FC.A.5</b>	Saturação da capacidade das ETAR em períodos de grande pluviosidade	Nas zonas onde os esgotos tratados são ainda unitários há o risco de saturação dos coletores e ETAR na sequência de eventos de grande precipitação
<b>FC.A.6</b>	Danos em revestimentos e edifícios e/ou conteúdo/desabamentos	Principalmente em edifícios carentes de grandes obras de reabilitação e em zonas baixas das freguesias
<b>FC.A.7</b>	Alteração no uso de equipamentos	Algumas escolas e edifícios públicos poderão encerrar por curtos períodos
<b>FC.A.8</b>	Danos para a produção agrícola/agropecuária	Inundação de terrenos agrícolas com água salgada do estuário do Tejo, por subida local do nível das águas ou danos por queda de granizo de grandes dimensões
<b>FC.A.9</b>	Danos para a vegetação (queda de ramos/árvores)	Mais gravoso para as árvores em parques urbanos, arruamentos e passeios
<b>FC.A.10</b>	Danos para as viaturas	Danos de água ou granizo em viaturas, arraste de viaturas pela força das águas
<b>FC.A.11</b>	Deslizamento de massas em vertente/erosão	Construções localizadas no topo, sopé ou em encostas vulneráveis, p.e.: queda da estrada de S.Marcos, Calhandriz em 2010
<b>FC.A.12</b>	Interrupção no fornecimento de energia elétrica e/ou serviços de comunicações eletrónicas	Afetação dos sistemas de distribuição em baixa situados no caminho das águas de escorrência
<b>FC.A.13</b>	Interrupção ou redução do fornecimento de água de consumo e/ ou redução da sua qualidade	Danos nas condutas de abastecimento, órgãos de bombagem ou controlo e outros



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FC.A.14</b>	Interrupção da cadeia de abastecimentos de bens de 1ª necessidade em situações extremas	Situação provável de afetação das comunidades em zonas de cota baixa e em caso de eventos extremos e continuados por períodos longos
<b>FC.A.15</b>	Desalojamentos	Nas zonas afetadas poderão obrigar a medidas de abandono temporário das habitações por parte dos moradores das zonas afetadas, especialmente pisos térreos
<b>FC.A.16</b>	Alterações nos estilos de vida	As zonas afetadas poderão obrigar a medidas de autoproteção inusuais por parte dos moradores
<b>FC.B</b>	<b>Subida do nível médio da água do mar/estuário do Tejo</b>	
<b>FC.B.1</b>	Perda de território emerso	Erosão das margens do Tejo, inundação/erosão dos mouchões do Tejo
<b>FC.B.2</b>	Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias	Localidades ribeirinhas, vias de cota baixa
<b>FC.B.3</b>	Danos/condicionamentos para as infraestruturas	ETAR da Verdelha, linha ferroviária
<b>FC.B.4</b>	Interrupção no fornecimento de energia elétrica e/ou serviços de comunicações eletrónicas	Afetação dos sistemas de distribuição em baixa situados em leito de cheia
<b>FC.B.5</b>	Danos em edifícios e/ou conteúdo	Edifícios públicos ou privados situados em leito de cheia aumento dos prémios de seguros multirrisco aumento dos prejuízos das seguradoras ou indisponibilidade para renovação dos seguros para as propriedades situadas nesses locais
<b>FC.B.6</b>	Danos em espaços de lazer/mobiliário urbano	Ex: Jardim Municipal Constantino Palha, Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria, Parque Urbano Moinhos da Póvoa, Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo, Caminho Ribeirinho de Alhandra-Vila Franca de Xira
<b>FC.B.7</b>	Danos para a vegetação (destruição de vegetação rasteira)	Mais gravoso em zonas verdes urbanas
<b>FC.B.8</b>	Danos para a produção agrícola/agropecuária	Por subida local do nível das águas, salinização dos terrenos ou por queda de granizo de grandes dimensões
<b>FC.B.9</b>	Danos para as viaturas	Mais gravoso para viaturas estacionadas na frente ribeirinha do Tejo, Bairros dos Avieiros, zona ribeirinha de Alhandra
<b>FC.B.10</b>	Desalojamentos	Nas zonas afetadas poderão obrigar a medidas de abandono temporário das habitações por parte dos moradores das zonas afetadas, especialmente pisos térreos
<b>FC.C</b>	<b>Vento forte e agitação marítima/estuário do Tejo</b>	
<b>FC.C.1</b>	Inundação das zonas ribeirinhas do Tejo	Principalmente em edifícios carentes de grandes obras de reabilitação e em zonas ribeirinhas do Tejo
<b>FC.C.2</b>	Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias	Zona ribeirinha do Tejo

	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FC.C.3</b>	Danos/condicionamentos para as infraestruturas	Zona ribeirinha do Tejo
<b>FC.C.4</b>	Queda de revestimentos/danos em edifícios e/ou conteúdo	Mais gravoso quando combinado com forte precipitação e localização em leito de cheia do Tejo ou de outros rios e ribeiras
<b>FC.C.5</b>	Queda de estruturas	Sinalética informativa e publicitária
<b>FC.C.6</b>	Alteração no uso de equipamentos	Uso temporariamente impedido
<b>FC.C.7</b>	Danos para a vegetação (queda de ramos/árvores)	Mais gravoso para as árvores em parques urbanos, arruamentos e passeios
<b>FC.C.8</b>	Danos para as viaturas	Mais gravoso para viaturas estacionadas na frente ribeirinha do Tejo, bairros dos avieiros
<b>FC.C.9</b>	Falhas de energia/queda de cabos elétricos	Risco elevado para pessoas e animais, implicações elevadas na qualidade de vida das populações afetadas pelo corte
<b>FC.C.10</b>	Alterações nos estilos de vida	Zona ribeirinha do Tejo, dificuldades na visitação ou na vida diária, obrigação de medidas de autoproteção
<b>FC.D</b>	<b>Trovoadas/raios</b>	
<b>FC.D.1</b>	Danos em edifícios e/ou conteúdo	Em qualquer zona do concelho, mais gravoso em zonas urbanas ou industriais densas
<b>FC.D.2</b>	Interrupção do fornecimento de energia	Em qualquer zona do concelho, mais gravoso em zonas urbanas ou industriais densas
<b>FC.D.3</b>	Aumento das ignições e incêndios florestais	Nas zonas florestais do concelho
<b>FC.E</b>	<b>Ondas de calor, redução da precipitação média anual e seca</b>	
<b>FC.E.1</b>	Intensificação do efeito da ilha de calor urbano	Mais gravoso em zonas urbanas densas e mais afastadas do efeito regulador do estuário do Tejo (Alverca, Vialonga, Castanheira...), ou de zonas húmidas
<b>FC.E.2</b>	Nível de exposição solar tendencialmente mais elevado	Contribui negativamente para o aumento médio da temperatura do ar e para o aumento da estação de arrefecimento no tocante à climatização mas positivamente para a eletro produção por painéis fotovoltaicos ou para a produção de AQS
<b>FC.E.3</b>	Aumento dos poluentes secundários	Aumento das concentrações de O3, com agravamento de alergias e doenças cr�nicas do foro respiratório e oftálmico
<b>FC.E.4</b>	Alter��o no uso de equipamentos	Avaria de equipamentos elétricos de potência/controlo de máquinas/sistemas de segurança
<b>FC.E.5</b>	Insolação e problemas de saúde relacionados com o calor excessivo por períodos continuados	Aumento das afluências às urgências nos Centros de Saúde e Hospitais/aumento da morbilidade nas populações de risco
<b>FC.E.6</b>	Aumento do �ndice de secura na vegetação/vulnerabilidade ao fogo	Zonas florestais do concelho



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
FC.E.7	Aumento das ignições, da frequência e intensidade de incêndios florestais	Associado ao aumento do índice de secura na vegetação e ao calor
FC.E.8	Perdas/alterações de coberto vegetal/avanço de espécies invasoras/proliferação de pragas urbanas e de doenças a vetores	Consequência de alteração de habitats, introdução acidental ou intencional de espécies que se revelam invasoras, efeitos do calor na proliferação de insetos que podem ser considerados pragas urbanas
FC.E.9	Aumento do consumo de água para rega	Zonas verdes e parques urbanos, terrenos agrícolas
FC.E.10	Uso excessivo de ar condicionado/falhas de energia/falha nas comunicações	Mais gravoso em zonas urbanas densas e mais afastadas do efeito regulador do estuário do Tejo: Alverca, Vialonga, Castanheira, Cachoeiras, Calhandriz, S.João dos Montes
FC.E.11	Danos para a produção agrícola/agropecuária	Secagem e morte das culturas devido à falta de água no solo
FC.E.12	Alterações na biodiversidade	Repercussões na biodiversidade: diretamente através de alterações comportamentais, proliferação de pragas, etc. e indiretamente devido a alterações dos habitats
FC.E.13	Interrupção ou redução do fornecimento de água de consumo, reserva para uso humano e/ ou redução da sua qualidade	Falha temporária na distribuição em alta devido a esgotamento de albufeiras (Castelo do Bode) e/ou aquíferos
FC.E.14	Esgotamento de aquíferos locais ou abaixamento significativo do nível freático	A captação excessiva pode provocar o abaixamento do nível freático A seca dos terrenos pode intensificar o aumento de temperatura do ar e a perda de suporte nas fundações em edifícios situados em terrenos rústicos
FC.E.15	Alterações nos estilos de vida	Dificuldades ao nível da vida diária, alteração de rotinas diárias, desconforto térmico mais acentuado nos grupos sensíveis, aumento do consumo energético, diminuição de atividades ao ar livre, aumento do consumo de água potável
FC.E.16	Falhas mecânicas nos sistemas hidráulicos de abastecimento devido a excesso de solicitações ou falhas temporárias de abastecimento	Ondas de calor, ou excessos de carga na rede elétrica podem causar o disparo dos mecanismos de proteção de sistemas elétricos ou a avaria de quadros elétricos e motores
FC.F	<b>Temperatura baixa / Onda de frio</b>	
FC.F.1	Alteração no uso de equipamentos	Equipamentos exteriores com mais uso
FC.F.2	Aumento dos consumos de energia ao nível doméstico e serviços para climatização, iluminação e equipamentos	Aumento das necessidades de aquecimento, iluminação e equipamentos pelo fato das pessoas se recolherem mais nas habitações nesse período
FC.F.3	Perdas de culturas agrícolas	p.e.: "geada negra"
FC.F.3	Efeitos na saúde	Aumento das afluências às urgências nos Centros de Saúde e Hospitais/aumento da morbilidade nas populações de risco/aumento da suscetibilidade a doenças sazonais (gripes, constipações, pneumonia) e a crises cardiorespiratórias





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



**Ameaças/Vulnerabilidades/  
Oportunidades da situação ambiental  
atual ou provocadas pelos principais  
eventos (incluindo climáticos extremos)  
Fatores não climáticos**

**Principais incidências**

A sua evolução e interação com os fatores climáticos referidos significam maiores ou menores impactos e vulnerabilidades face às alterações climáticas no município

<b>FNC.1</b>	<b>Fatores sociais e demográficos</b>	<b>e.g. resistência à mudança, maior número de pessoas em determinados meses do ano, práticas inadequadas na utilização de diferentes tipos de resíduos, população mais ou menos instruída, despovoamento do interior, etc.</b>
<b>FNC.1.1</b>	Resistência à mudança por parte da população	fenómeno social conhecimento, associado à perceção de risco de perda de status quo
<b>FNC.1.2</b>	Práticas inadequadas na deposição de diferentes tipos de resíduos	A incorreta deposição causa o mau encaminhamento dos resíduos que leva a perdas de eficiência no seu tratamento e à saturação prematura de aterros sanitários
<b>FNC.1.3</b>	Diferenças nos grupos etários na perceção dos problemas ambientais	O público mais jovem é tendencialmente beneficiário de níveis de instrução mais elevados, incluindo no domínio ambiental, contribuindo para melhorar a literacia
<b>FNC.1.4</b>	Conhecimento e experiência escassos sobre os ODS 2030 e respetivas metas, bem como metodologias de planeamento e implementação	Partes interessadas externas e internas
<b>FNC.1.5</b>	Défice na cultura de risco na população residente e falta de preparação na resposta a emergências	Nos estabelecimentos de ensino básico 1º ciclo e JI são desenvolvidas ações de simulação para algumas situações de risco, envolvendo os bombeiros e as autoridades. Não ocorreram ações de simulação de situações de risco para a população residente desde há muitos anos e a sensibilização para a resposta a situações de risco principais (sismo, inundações, incêndio em habitação, incêndio florestal, fuga de agentes tóxicos da indústria local) não tem sido feita, o que impede a resposta correta a essas situações quer por parte da população quer por parte da Proteção Civil
<b>FNC.1.6</b>	Falta de conhecimento e experiências partilhadas com outras comunidades na implementação dos ODS	As soluções encontradas por outras comunidades poderão ser adaptáveis para aplicação pelo município, permitindo inovação sem custos elevados de aprendizagem
<b>FNC.1.7</b>	Diferenças na distribuição geográfica da população do concelho	A maior parte da população reside nas freguesias ribeirinhas da margem norte do estuário do Tejo e na zona sul do concelho
<b>FNC.1.8</b>	Distorção da pirâmide etária, progressivo envelhecimento generalizado da população	Aumento progressivo do número de idosos e de pessoas com problemas de mobilidade
<b>FNC.1.9</b>	Prática de exercício físico regular e desporto (não motorizado) no dia-a-dia, associados a hábitos de alimentação saudável ou ao seu conhecimento ainda não generalizadas	Os hábitos saudáveis de vida e boa alimentação contribuem para uma população mais saudável e produtiva, com maior resiliência e com menores necessidades ao nível do sistema de saúde



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.1.10</b>	Deficiente reconhecimento público sobre a qualidade da água de consumo	Recurso excessivo a bebidas engarrafadas, geradoras de resíduos de embalagens, especialmente em atividades de outdoor
<b>FNC.1.11</b>	Falta de oferta do mercado de emprego local para a procura gerada na indústria	Em resultado do desajuste, as empresas industriais no concelho são forçadas a fornecer a formação necessária aos trabalhadores perdendo-se oportunidades de sinergia com as estruturas de formação existentes no concelho: escolas técnicas e centros de formação profissional
<b>FNC.1.12</b>	Indiferenciação e abandono de ocupações e profissões tradicionais	Perda de identidade e de valores culturais das comunidades
<b>FNC.1.13</b>	Tendência de aumento significativo de residentes com animais de companhia, especialmente cães e associado aumento de dejetos caninos na via pública, gerando problemas de higiene e salubridade pública	Os animais de companhia contribuem para o bem estar físico e psicológico de pessoas sozinhas, crianças e idosos, contudo a falta de bons hábitos de higiene nos seu passeio levam à presença de dejetos caninos nas ruas e a aumento de risco na saúde pública
<b>FNC.1.14</b>	Tendência de alimentação de animais de rua, especialmente aves e cães vadios, criando excessos populacionais, problemas de saúde em animais (pela alimentação incorreta), aumento de pragas (ratos, baratas e outros rastejantes) e aumento de resíduos na via pública, e problemas de higiene e salubridade pública. O excesso de aves tem estado também relacionado com os danos pelos dejetos em propriedade privada, nomeadamente veículos, edifícios e outros.	A tendência manifesta-se pela deposição por alguns residentes de líquidos ou restos de alimento, milho ou outros cereais na via pública e é causada por problemas de percepção sobre o funcionamento dos ecossistemas urbanos
<b>FNC.2</b>	<b>Fatores económicos</b>	e.g. diferente poder económico da população, conjuntura económica nacional, regional e/ou local, etc.
<b>FNC.2.1</b>	Persistência de grupos socioeconómicos desfavorecidos, em risco ou situação de pobreza	
<b>FNC.2.2</b>	Estado incipiente do desenvolvimento da economia circular	O funcionamento da economia ainda é muito linear e com constante uso de recursos não renováveis ou exauríveis e produção de resíduos
<b>FNC.2.3</b>	As cargas na gestão da energia não são balanceadas	Falta generalizada de sistemas de gestão de contratos de energia, balanceamento de cargas, compensação de energia reativa, implementação de medidas de economia de energia e utilização de FER, possíveis de fornecer através de ESCO
<b>FNC.2.4</b>	Custos de combustíveis e energia a partir de fontes fósseis tendencialmente crescentes	Sensibilidade face aos preços no mercado internacional e segurança nos fornecimentos



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.2.5</b>	Falta de incentivos à constituição e fixação de novas famílias por falta de condições de vida ou falta de confiança na economia	A procura e preço proibitivo de habitação nos centros urbanos por casais jovens é uma das grandes dificuldades na constituição de famílias estáveis e no rejuvenescimento das cidades e vilas, com implicações nas pressões para o alargamento das periferias, dispersão urbana, movimentos pendulares, desperdício de recursos no território, redução de natalidade e educação e bem estar das crianças, a par de um grande número de habitações vazias disponíveis
<b>FNC.2.6</b>	Custos de oportunidade com o não aproveitamento dos recursos endógenos	Paisagem, estuário, atividades náuticas e recreio ligadas ao rio, recursos para o turismo de natureza
<b>FNC.2.7</b>	Aproveitamento do capital natural para promover oportunidades de desenvolvimento	Paisagem, estuário, atividades náuticas e recreio ligadas ao rio, recursos para o turismo de natureza
<b>FNC.3</b>	<b>Fatores de ocupação territorial</b>	e.g. distribuição assimétrica de serviços, como os de saúde ou saneamento, pressão sobre o litoral, presença de atividades industriais perigosas, etc.
<b>FNC.3.1</b>	distribuição geográfica assimétrica de serviços	A maior parte da indústria e serviços reside nas freguesias ribeirinhas da margem norte do estuário do Tejo
<b>FNC.3.2</b>	pressão antrópica sobre o litoral concelhio na margem norte do estuário do Tejo	A maior parte da ocupação urbana ocorre nas freguesias ribeirinhas da margem norte do estuário do Tejo, com forte artificialização das margens
<b>FNC.3.3</b>	Passivos ambientais associados a zonas industriais degradadas, abandonadas	ex.: terrenos da antiga CIMIANTO
<b>FNC.3.4</b>	Perda de estruturas importantes para a conservação da natureza ou para a gestão de cheias	ex: antigas salinas entre Alverca e Póvoa de Santa Iria
<b>FNC.3.5</b>	Impermeabilização de leitos de cheia e de terrenos urbanos/indústria/serviços e infraestruturas de transportes	Zonas baixas da margem norte do estuário do Tejo
<b>FNC.3.6</b>	Passivos ambientais associados a zonas industriais em exploração	ex.: ASMC/Valorsul
<b>FNC.3.7</b>	Perda de território emerso	Implicações para a conservação da natureza, economia-atividade agrícola/agropecuária, administrativas e financeiras
<b>FNC.3.8</b>	Perda de fatores de diferenciação de qualidade no território	Perda de identidade cultural e de diferenciação do território perda de atratividade turística e de visitação
<b>FNC.3.9</b>	EN10, A1 e vias urbanas principais muito congestionadas em certos períodos	Implicações do tráfego rodoviário sobre a qualidade do ambiente dificuldades na circulação de TP e de transporte de mercadorias aumento do risco de acidentes viários

	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.3.10</b>	Percentagem de área urbana dedicada ao transporte individual e à mobilidade motorizada e a funções que lhe estão associadas muito elevada	Em detrimento de áreas urbanas dedicadas a fins nobres: habitação, serviços de interesse geral, lazer, zonas verdes, desporto, cultura, etc.
<b>FNC.3.11</b>	Áreas industriais e de logística concentradas na margem norte do Tejo na vizinhança das principais vias de comunicação com a existência simultânea de muitos prédios e zonas industriais abandonados e devolutos	Essa situação verifica-se um pouco por todo o concelho na margem norte e constitui um desperdício de recursos e de competitividade territorial
<b>FNC.3.12</b>	Risco de acidentes rodoviários nas vias urbanas e restante rede viária	O risco para pessoas e bens é tanto maior quanto maior a intensidade de trânsito, densidade de cruzamentos e atravessamentos e velocidades pontuais atingidas
<b>FNC.3.13</b>	Qualidade do ambiente sonoro	As condições do ambiente sonoro condicionam fortemente a qualidade de vida das populações e a exposição das mesmas a níveis de ruído elevados são incompatíveis com as necessidades de descanso, lazer, trabalho e saúde humana
<b>FNC.3.14</b>	Faixas de gestão de fogo e aceiros insuficientes ou inexistentes junto a habitações e perímetros urbanos	Áreas florestais e de matos com proprietários/gestores absentistas ou com falta de condições técnicas, materiais ou económicas para a sua manutenção, falta de fiscalização, dificuldades diversas no cumprimento da legislação
<b>FNC.4</b>	<b>Fatores tecnológicos, técnicos, geotécnicos</b>	e.g. atualização e/ou existência de meios disponíveis para fazer frente a eventos extremos
<b>FNC.4.1</b>	Obsolescência dos equipamentos de climatização e condicionamento de ar	Edifícios públicos com maior antiguidade
<b>FNC.4.2</b>	Edifícios públicos e privados com deficientes condições de conforto bioclimático, climatização passiva, vulnerabilidade ao ruído exterior	Perdas de energia no verão e no inverno em climatização, maior absentismo dos trabalhadores por motivo de doença, desconforto térmico no verão e no inverno, formação de humidades e fungos, aumento das doenças do foro alérgico ou respiratório nos ocupantes. As boas condições de isolamento térmico e conforto bioclimático podem também conduzir a um ambiente sonoro interno adequado.
<b>FNC.4.3</b>	Espaços exteriores e edifícios públicos e privados com deficientes condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida e outras deficiências inibidoras da mobilidade	
<b>FNC.4.4</b>	Equipamentos e viaturas ineficientes do ponto de vista energético e emissões	Consumo energético elevado combinado com emissões de GEE e/ou partículas e/ou acidificantes



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.4.5</b>	Presença de unidades industriais no concelho com matérias primas ou produtos perigosos abrangidas pela diretiva SEVESO II, PCIP (Prevenção e Controlo Integrado de Poluição), DL 150/2015, de 5 de agosto (Diretiva 2012/18/UE, estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente) ou outra legislação similar	Risco acrescido, dependendo da localização, em caso de sismo seguido de maremoto, inundação por precipitação elevada ou por sobrelevação costeira. Ocorreram no passado, acidentes com substâncias perigosas e com libertação de agentes biológicos (ADP)
<b>FNC.4.6</b>	Danos nas estruturas e infraestruturas devido a sismos	Construções mais antigas com maior susceptibilidade, infraestruturas em zonas de risco geotécnico elevado são mais vulneráveis
<b>FNC.4.7</b>	Edifícios deficientes do ponto de vista da resistência estrutural a sismos	Construções mais antigas com maior susceptibilidade, infraestruturas em zonas de risco geotécnico elevado são mais vulneráveis. A resistência estrutural é um fator importante na região dada o risco sísmico.
<b>FNC.4.8</b>	Ocupação urbana ou de infraestruturas em terrenos com risco geotécnico elevado	Aumento dos riscos de segurança de pessoas e bens
<b>FNC.4.9</b>	Deslizamento de massas em vertente, devido a sismos	Aumento dos riscos de segurança de pessoas e bens
<b>FNC.4.10</b>	Queda/rotura de obras de proteção costeira/fluvial, erosão de terrenos	ex.: mouchão da Póvoa de Santa Iria
<b>FNC.4.11</b>	Luminárias/candeeiros interiores avariados, com lâmpadas fundidas ou com falta de limpeza	Prejuízo na eficiência das condições de trabalho e da eficiência luminosa dos equipamentos, dependendo do grau de sujidade, representando também um problema de Qualidade do Ar Interior –QAI (poeiras, fungos, insetos) e de saúde no trabalho
<b>FNC.4.12</b>	Ineficiências dos sistemas de climatização/AQS por falta de fecho de ciclos de calor	Perdas de oportunidade em instalações de calor/frio custos não poupados
<b>FNC.4.13</b>	Custos de equipamentos de eletroprodução de energia FER (Fontes de Energia Renovável), iluminação LED, controlo e gestão de energia tendencialmente decrescentes	O seu não aproveitamento representa um custo de oportunidade e emissões de GEE desnecessárias
<b>FNC.4.14</b>	Surgimento de novos nichos de mercado	Biotechnology, produção industrial de microalgas marinhas, ecoturismo, produção biológica, etc. cujo não aproveitamento representa um custo de oportunidade



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.5</b>	<b>Fatores políticos e legais</b>	e.g. tipo de ação política relacionada com a temática - vontade ou resistência face à mudança de comportamentos, tipo de envolvimento/articulação entre serviços e entre distintas entidades locais
<b>FNC.5.1</b>	Resistência à mudança por parte dos decisores técnicos e políticos	Dificuldade no reconhecimento do alcance, importância, urgência ou oportunidade das propostas
<b>FNC.5.2</b>	Dificuldades na transversalidade da aplicação das medidas entre serviços municipais	Orgânicas hierarquizadas rígidas
<b>FNC.5.3</b>	Dificuldades na transversalidade da aplicação das medidas entre distintas entidades locais	Orgânicas hierarquizadas rígidas, questões jurisdicionais e de tutela
<b>FNC.5.4</b>	Falta de suporte legal à atuação dos agentes de fiscalização ou das autoridades	Legislação ou regulamentação omissa em situações concretas
<b>FNC.5.5</b>	Tutela ou responsabilidades legais não esclarecidas ou difusas	
<b>FNC.5.6</b>	Dificuldades no envolvimento e comunicação das partes interessadas	Partes interessadas internas e externas, clientes, fornecedores, utentes, decisores, executores de políticas e medidas
<b>FNC.6</b>	<b>Outros</b>	e.g. tipo de práticas agrícolas utilizadas, etc.
<b>FNC.6.1</b>	Produtos fitossanitários muito tóxicos, persistentes ou bioacumuláveis	Escorrência e contaminação das linhas de água, afetação da saúde humana ou do ambiente
<b>FNC.6.2</b>	Excesso de nutrientes agrícolas	Escorrência e contaminação das linhas de água, risco de eutrofização no meio hídrico
<b>FNC.6.3</b>	Perdas no património cultural e natural	Por processos degradativos naturais devido aos efeitos da meteorização da água, vento, erosão de poeiras, água ou produtos químicos em suspensão ou dissolvidos no ar, vapor de água ou água líquida
<b>FNC.6.4</b>	Resíduos de grandes dimensões, resíduos de embalagens, pneus e RCD depositados ilegalmente no solo ou em linhas de água	Ao longo da rede viária, caminhos rurais, leitos de rios e ribeiras, resultando geração de poluição secundária do ar, água e solos e ainda poluição visual e perda de valor paisagístico e económico das zonas afetadas nas linhas de água podem corresponder a obstáculos à livre circulação de água e poderão provocar elevação pontual nível de água sobre o leito de cheia. ex.: inundações no rio grande da Pipa/bairro da Atral Cipan/Castanheira do RibaTejo rio Crós-Cós, zona do Brejo ou Quinta da Vala em Alverca Ribeira da Verdelha/Ponte de Silveira em Alverca
<b>FNC.6.5</b>	Acidentes industriais com substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ecossistema	Os impactes poderão verificar-se a dezenas de quilómetros do ponto onde ocorreu o acidente, consoante condições atmosféricas, meios contaminados, por prazos variáveis conforme a concentração dos poluentes, tipo, persistência, etc.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	<b>Ameaças/Vulnerabilidades/ Oportunidades da situação ambiental atual ou provocadas pelos principais eventos (incluindo climáticos extremos)</b>	<b>Principais incidências</b>
<b>FNC.6.5</b>	Poluição pontual do solo, água ou ar com substâncias orgânicas ou sintéticas com efeitos deletérios na qualidade do ambiente a curto, médio ou longo prazo	Origem em fontes bem identificáveis e/ou localizáveis em rios e ribeiras do concelho, aquíferos, solos, com riscos secundários para o ecossistema e saúde humana
<b>FNC.6.6</b>	Poluição difusa do solo, água ou ar com substâncias orgânicas ou sintéticas com efeitos deletérios na qualidade do ambiente a curto, médio ou longo prazo	Origem em fontes não identificáveis e/ou localizáveis ou em múltiplas fontes dispersas no território em rios e ribeiras do concelho, aquíferos, solos, com riscos secundários para o ecossistema e saúde humana
<b>FNC.6.7</b>	Contaminação do ecossistema e/ou da cadeia alimentar	Ecossistemas e/ou produções agrícolas e/ou agropecuárias com implicações para a saúde humana
<b>FNC.6.8</b>	Perda de biodiversidade e de habitats prioritários pela ocupação humana do território	Violação das Diretiva Habitats, Diretiva Aves
<b>FNC.6.9</b>	Contaminação da cadeia alimentar por micro-plásticos	A degradação dos resíduos de plástico (embalagens descartáveis e outras) e fibras plásticas libertado no ambiente em meio hídrico acaba por retornar na forma de contaminação dos alimentos, especialmente pescado do mar
<b>FNC.6.10</b>	Contaminação de solos, rios e mares por resíduos de plástico	Sacos, embalagens, aparelhos de pesca libertados no solo contribuem para a impermeabilização e em meio hídrico contribuem para a contaminação de rios e mares e efeito de "ilhas de lixo"

# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 12 – SUMÁRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS COMPARATIVO CONCELHO DE VFX, AML E PAÍS

Julho 2020



## ANEXO 12 – SUMÁRIO DE DADOS ESTATÍSTICOS COMPARATIVO CONCELHO DE VFX, AML E PAÍS

	2009			2013			2015		
	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT
População residente	134 925	2 800 155	10 568 247	138 910	2 812 957	10 457 295	140 266	2 810 923	10 358 076
Superfície em Km2	317,7	3 001,1	92 207,4	318,2	3 015,2	92 225,2	318,2	3 015,2	92 225,6
Densidade populacional número médio de indivíduos por km2	424,7	933,0	114,6	436,6	932,9	113,4	440,8	932,2	112,3
Freguesias	11	211	4 260	6	118	3 092	6	118	3 092
Eleitores	105 673	2 351 652	9 610 768	110 463	2 404 797	9 758 534	111 079	2 407 947	9 768 880
Jovens (%)									
menos de 15 anos	17,0	15,8	15,4	16,9	15,9	14,7	16,5	15,9	14,2
População em idade activa (%)									
15 aos 64 anos	70,2	66,5	66,5	68,6	64,4	65,7	67,8	63,5	65,3
Idosos (%)									
65 e mais anos	12,9	17,7	18,1	14,6	19,7	19,6	15,7	20,7	20,5
Idosos por cada 100 jovens	76	112	118	86	124	134	95	130	144
Indivíduos em idade activa por idoso	5,5	3,8	3,7	4,7	3,3	3,3	4,3	3,1	3,2
População estrangeira (%) (1)	6,3	8,2	4,3	4,8	7,3	3,8	4,3	7,1	3,7
Nascimentos (2)	1 544	31 591	99 491	1 309	27 182	82 787	1 342	28 364	85 500
Nascimentos fora do casamento (%) (2)	43,1	49,5	38,1	52,5	57,1	47,6	54,6	58,8	50,7
Óbitos	1 020	25 796	104 434	1 044	26 341	106 545	1 021	27 306	108 539
Saldo natural diferença entre o total de nascimentos e o total de óbitos	524	5 795	- 4 943	265	841	- 23 758	321	1 058	- 23 039
Alojamentos familiares clássicos	64 622	1 470 488	5 826 152	Pre 65 199	Pre 1 492 252	Pre 5 910 468	65 262	1 494 239	5 926 286
Edifícios de habitação familiar	16 868	443 650	3 514 014	Pre 17 061	Pre 452 697	Pre 3 575 799	17 095	453 656	3 586 102
Valor médio de avaliação bancária dos alojamentos (€/m2)	1 254,0	-	1 146,0	1 027,0	-	1 006,0	1 050,0	1 261,0	1 034,0
Poder de compra per capita Portugal = 100	103	134	100	98	125	100	-	-	-
Estabelecimentos do ensino pré-escolar	52	1 337	6 981	56	1 375	6 429	55	1 367	6 108
Estabelecimentos públicos do ensino pré-escolar (%)	42,3	35,5	65,8	44,6	38,5	63,3	45,5	39,8	61,6
Estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico	39	984	5 865	41	926	4 749	41	890	4 354
Estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico (%)	92,3	70,2	90,4	87,8	69,7	88,5	82,9	70,2	88,0
Estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico	11	275	1 159	11	285	1 188	11	283	1 200
Estabelecimentos do 3.º ciclo do ensino básico	14	336	1 515	12	331	1 487	10	336	1 481
Estabelecimentos do ensino secundário	5	202	927	6	201	953	6	207	962
Alunos do ensino não superior (3)	25 716	529 992	-	23 667	492 032	1 761 524	23 318	485 309	1 703 363
Docentes do ensino não superior (3)	1 994	44 094	177 997	1 768	38 392	150 311	1 658	36 813	141 274
Estabelecimentos do ensino superior		100	301		96	298		95	293
Alunos do ensino superior (3)	//	141 211	373 002	//	139 761	371 000	//	134 403	349 658
Museus	3	76	343	3	75	353	3	75	388
Recintos culturais	4	141	470	1	90	340	2	95	352
Sessões de espetáculos ao vivo	128	-	28 809	566	12 921	29 385	582	12 118	28 466
Ecrãs de cinema	1	202	577		192	544		191	547
Despesas da Câmara Municipal em cultura e desporto (%)	4,0	16,9	12,7	7,9	7,4	9,0	10,1	6,8	9,8





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	2009			2013			2015		
	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT
Hospitais	1	54	186	1	59	226	Pro 1	Pro 59	Pro 225
Centros de saúde	3	54	375	-	-	-	-	-	-
Consultas nos centros de saúde	313 607	7 289 887	27 737 812	-	-	-	-	-	-
Farmácias (4)	27	778	3 046	26	766	3 065	28	769	3 084
Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde	566,9	474,3	358,1	-	-	-	-	-	-
Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	31	48	40	27	41	36	26	40	34
Empresas não financeiras (5)	13 090	363 220	1 199 843	10 883	305 175	1 098 409	11 363	323 037	1 163 082
Empresas de alojamento e restauração	903	22 883	89 913	772	20 486	82 211	791	23 710	91 826
Empresas não financeiras com menos de 10 trabalhadores (%)	96,3	96,2	95,9	96,7	96,5	96,3	96,7	96,5	96,4
Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras (5)	44 755	1 367 482	3 834 544	34 889	1 172 198	3 377 598	36 145	1 237 377	3 578 913
Remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem	931	-	868	963	1 148	912	-	-	-
Saldo das exportações e importações de bens	-387 706	-	-19 681 737	-319 529	-15 593 518	-9 709 911	-Pro 402 944	-Pro 15 955	-Pro 10
exportações - importações	440	-	241	496	763	546	865	177 931	484 682
Sociedades constituídas	252	8 725	25 875	349	10 662	32 060	367	11 686	33 732
Sociedades dissolvidas	346	12 324	30 135	151	6 030	17 745	280	8 307	23 497
Bancos e caixas económicas	63	1 792	5 877	54	1 553	5 242	50	1 378	4 532
Habitantes por banco e caixa económica	2 141,7	1 562,6	1 798,2	2 572,4	1 811,3	1 994,9	2 805,3	2 039,9	2 285,5
Caixas Multibanco	166	4 340	13 894	140	3 918	12 963	134	3 686	12 437
Desempregados inscritos nos centros de emprego	5 870	113 168	495 546	7 575	167 413	707 807	5 589	133 219	560 843
Desempregados inscritos nos centros de emprego em % da população residente com 15 a 64 anos	6,2	6,1	7,0	8,0	9,2	10,3	5,9	7,5	8,3
Desempregados inscritos nos centros de emprego há 1 ano ou mais (%)	27,1	31,4	32,9	39,2	41,9	45,0	39,9	45,8	49,3
Pensões da Segurança Social velhice, invalidez e sobrevivência	25 137	694 324	2 859 260	27 978	730 605	3 001 520	-	-	-
Reformados, aposentados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações	7 289	237 203	564 064	7 958	252 744	613 896	8 555	265 787	646 193
Pensões da Segurança Social e da CGA em % da população residente com 15 e mais anos	28,8	39,4	38,2	31,0	41,7	40,6	-	-	-
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)	3 525	106 498	486 812	2 975	94 985	360 372	2 670	74 442	295 664
Beneficiários do RSI em % da população residente com 15 e mais anos	3,1	4,5	5,4	2,6	4,0	4,0	2,3	3,1	3,3
Beneficiários do subsídio de desemprego	3 613	62 791	244 132	4 692	83 077	309 081	3 135	54 609	204 370
Beneficiários do subsídio de desemprego em % da população residente com 15 e mais anos	3,2	2,7	2,7	4,1	3,5	3,5	2,7	2,3	2,3
Despesas da Câmara Municipal	68 181,7	1 864 993,3	7 859 471,8	67 095,4	1 568 552,6	7 076 826,9	51 909,5	1 603 262,8	6 504 131,5
Receitas da Câmara Municipal	63 562,8	1 733 279,9	7 202 793,5	63 229,5	1 621 838,8	7 015 225,9	54 367,7	1 845 882,6	7 235 271,7
Saldo financeiro da Câmara Municipal	- 4 619	- 131 713	- 656 678	- 3 866	53 286	- 61 601	2 458	242 620	731 140
Receitas fiscais da Câmara Municipal (%)	47,2	53,6	32,4	36,6	50,6	32,6	45,2	55,4	37,1
Receitas da Câmara Municipal com IMI por habitante (€)	102,8	134,1	99,3	93,8	148,4	124,8	103,0	176,1	148,0

Relatório Final

A12-2





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	2009			2013			2015		
	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT	VFX	AML	PT
<b>Imóveis</b>									
Receitas da Câmara Municipal em % das despesas	130,8	117,2	109,3	122,8	117,9	115,1	122,5	126,9	127,9
Transferências recebidas no total das receitas da Câmara Municipal (%)	34,3	24,9	48,7	40,8	25,8	48,2	31,1	19,7	44,4
Consumo de energia eléctrica por habitante (kWh)	7 586,8	4 669,8	4 615,0	6 985,2	4 314,0	4 420,9	6 116,2	4 253,4	4 523,3
Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante (kg)	57,7	-	66,5	33,2	58,8	56,3	-	-	-
Despesas da Câmara Municipal em ambiente (%)	5,0	11,7	8,0	3,6	12,7	8,4	8,0	12,1	9,0
Taxa de abstenção nas eleições autárquicas	47,8	49,5	41,0	55,8	57,2	47,4	51,63 <sup>(a)</sup>	-	45,04 <sup>(a)</sup>
Votos brancos nas eleições autárquicas (%)	1,9	1,8	1,7	5,2	4,7	3,9	3,32 <sup>(a)</sup>	-	2,62 <sup>(a)</sup>
Votos nulos nas eleições autárquicas (%)	1,1	1,2	1,2	3,8	3,7	2,9	2,20 <sup>(a)</sup>	-	1,93 <sup>(a)</sup>
Estabelecimentos hoteleiros	3	304	1 988	2	327	2 008	-	-	-
Capacidade dos estabelecimentos hoteleiros	293	52 041	273 804	...	-	297 962	-	-	-
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros	15 462	-	12 927 907	...	-	14 371 956	-	-	-
Hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros (%)	24,6	-	50,1	-	-	57,8	-	-	-
% de dormidas na época alta nos estabelecimentos hoteleiros entre os meses de Julho e Setembro	23,5	-	37,5	40,3	-	39,5	-	-	-

#### Notas

A implementação de mudanças metodológicas é assinalada por quebra de série.

Mais informação sobre os dados apresentados disponível clicando sobre cada indicador.

(1) - Os valores apresentados referem-se à população estrangeira com estatuto legal de residente.

(2) - Os valores apresentados referem-se ao município de residência da mãe (e não de nascimento da criança).

(3) - O ano apresentado corresponde ao último ano do par ano lectivo.

(4) - Inclui postos farmacêuticos móveis.

(5) - Os valores apresentados consideram as empresas, os empresários em nome individual e os trabalhadores independentes. Exclui as actividades financeiras e de seguros, a Administração Pública e Defesa e a Segurança Social Obrigatória.

#### Simbologia

⊥ Quebra de série  
... Confidencial

Pro Valor provisório  
# Não aplicável

Pre Valor preliminar

(a) Eleições 2017. Dados da CNE

f Valor previsto

§ Dado com coeficiente de variação elevado

e Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada  
- Ausência de valor

Fonte: PORDATA, 2016; CNE, 2017.



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições

COPIA NÃO CONTROLADA



# PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

Julho 2020

## ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX

As medidas propostas para o PMA estruturam-se nos seguintes campos:

- Recursos Hídricos
- Qualidade do ar
- Solo, controlo de erosão, poluição industrial, acidentes naturais e tecnológicos e segurança geotécnica
- Energia e indústria
- Transportes e mobilidade
- Resíduos
- Habitação
- Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza
- Clima
- Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis
- Saúde Humana
- SGA e Certificação Ambiental
- Economia Circular
- Compras Públicas Sustentáveis
- Informação, sensibilização e influência
- Controlo e *law-enforcement*

A prioridade das medidas propostas foi avaliada segundo um conjunto de critérios, sendo cada critério atribuído o valor “0” ou “1” no “Tipo”, no “Âmbito” e nos “Setores-chave” e de “1” a “5” na Avaliação Multicritério” conforme o grau de incidência no respetivo critério de acordo com a tabela de interpretação apresentada mais abaixo.

Apresenta-se a seguir a explicação dos critérios utilizados.

Cod	Tipo de medidas	Descrição
IC	<b>Infraestruturas cinzentas</b>	Intervenções físicas ou de engenharia com o objetivo de tornar edifícios e outras infraestruturas melhor preparadas para lidar com eventos (incluindo extremos). Este tipo de opções foca-se no impacto direto das alterações climáticas sobre as infraestruturas (por exemplo, temperatura, inundações, subida do nível médio do mar) e têm normalmente como objetivos o 'controlo' da ameaça (por exemplo, diques, barragens) ou a prevenção dos seus efeitos (por exemplo, ao nível da irrigação ou do ar condicionado);
IV	<b>Infraestruturas verdes</b>	Contribuem para o aumento da resiliência dos ecossistemas e para objetivos como o de reverter a perda de biodiversidade, a degradação de ecossistemas e o restabelecimento dos ciclos da água. Utilizam as funções e os serviços dos ecossistemas para alcançar soluções de adaptação mais facilmente implementáveis e de melhor custo-eficácia que as infraestruturas 'cinzentas'. Podem passar, por exemplo, pela utilização do efeito de arrefecimento gerado por árvores e outras plantas, em áreas densamente habitadas; pela preservação da biodiversidade como forma de melhorar a prevenção contra eventos extremos (por exemplo, tempestades ou fogos florestais), pragas e espécies invasoras; pela gestão integrada de áreas húmidas; e pelo melhoramento da capacidade de infiltração e retenção da água;
NE	<b>Medidas não estruturais</b>	Correspondem ao desenho e implementação de políticas, estratégias e processos. Podem incluir, por exemplo, a integração da adaptação no planeamento territorial e urbano, a disseminação de informação, incentivos económicos à redução de vulnerabilidades e a sensibilização para a adaptação (e contra a má-adaptação). Requerem uma cuidadosa gestão dos sistemas humanos subjacentes e podem incluir, entre outros: instrumentos económicos (como mercados ambientais), investigação e desenvolvimento (por exemplo, no domínio das tecnologias), e a criação de quadros institucionais (regulação e/ou guias) e de estruturas sociais (por exemplo, parcerias) apropriadas.

Figura A13.1 Significado dos critérios para a classificação do tipo de medidas

Código	(Âmbito)
MCA	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
DV/AO	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades
Código	(Setores-chave)
AFP	Agricultura, Florestas e Pescas;
BIOD	Biodiversidade;
EI	Energia e Indústria;
OTC	Ordenamento do Território e Cidades;
RH	Recursos Hídricos;
SH	Saúde Humana;
SPB	Segurança de Pessoas e Bens;
TUR	Turismo;
ZC	Zonas Costeiras;
outros	SocioEconomia

Figura A13.2 Descrição dos critérios de "âmbito" e "Setores-chave"

<b>Avaliação Multi-Critério</b>		Cada opção de adaptação identificada foi avaliada numa escala de 1 (baixa) a 5 (alta), relativamente aos seguintes sete critérios:
<b>Critério</b>	<b>Descrição</b>	<b>Ponderação</b>
<b>Eficácia</b>	Potencial da medida para cumprir os objetivos	Cumprir três ou mais OPA (5), Cumprir até dois OPA (4), Cumprir um OPA (3), Cumprir parcialmente um ou mais OPA (2), não chega a cumprir um OPA (1)
<b>Eficiência</b>	Desempenho no uso dos recursos	1 - baixa, reduzido custo-eficiente; 2 - medíocre, pouco custo-eficiente; 3 - mediana; 4 - significativa, custo eficiente; 5 - alta
<b>Equidade</b>	Abrangência de públicos alvo ou geográfica	1 - baixa, beneficiários restritos; 2 - moderada, vários grupos de beneficiários, 3 - mediana, vários grupos de beneficiários bem distribuído; 4 - significativa, grande público; 5 - alta, todos os municípios
<b>Flexibilidade</b>	Facilidade de aplicação em contextos variados ou evolutivos	1 - baixa, restrita a um ou dois casos concretos; 2 - medíocre, pouco flexível, pesada ou limitada na aplicação; 3 - mediana, alguma flexibilidade a vários casos ou zonas concretas; 4 - significativa, aplicável em muitas situações ou zonas diferentes; 5 - alta, facilmente aplicável a múltiplas situações ou zonas diferentes
<b>Legitimidade</b>	Tutela Exclusiva (5) ou incluída (1) do município na aplicação da medida face a outras partes interessadas	1 - baixa, apenas por influência; 2 - medíocre, escassa capacidade de regular ou intervir; 3 - mediana, responsabilidade partilhada com terceiros; 4 - significativa, maior responsabilidade é do município; 5 - alta, totalmente dentro das competências e atribuições do município
<b>Urgência</b>	Imediata (5), não urgente (1)	1 - baixa, sem temporalidade associada; 2 - medíocre, longo prazo; 3 - mediana, médio-longo prazo; 4 - significativa, curto-médio prazo; 5 - alta, curto prazo, execução imediata
<b>Sinergias</b>	Relação sinérgica com outras medidas do plano	1 - baixa, sem sinergia; 2 - medíocre, 1 OPA; 3 - mediana, 2 OPA; 4 - significativa, com 3 OPA; 5 - alta, com todos os OPA

Figura A13.3 Descrição da forma de aplicação multicritério das medidas propostas



A avaliação de cada medida pelo sistema de critérios foi afetada pelos ponderadores na tabela a seguir:

	Código do critério	Ponderador	Justificação
Tipo (valores 0,1) (uma opção)	IV	4	Medidas que incidem em IV têm mais hipóteses de gerar sinergias a longo prazo que IC
	IC	3	Medidas de Infraestrutura
	NE	2	Medidas NE têm um âmbito de afetação mais limitado
Âmbito (valores 0,1) (resposta múltipla)	MCA	1	Melhorar a Capacidade Adaptativa;
	DV/AO	1	Diminuir a Vulnerabilidade e/ou Aproveitar Oportunidades
Setores Chave (valores 0,1) (resposta múltipla)	AFP	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	BIOD	2	Medidas que afetem a estrutura viva têm mais hipóteses de gerar sinergias e de serem mais eficientes no longo prazo
	EI	1	Medidas que afetem o uso da Energia ou o desenvolvimento da Indústria têm um contributo económico e no bem estar
	OTC	1	Medidas para o Ordenamento do Território e Cidades são um contributo importante para a sustentabilidade
	RH	1	Medidas que afetem os Recursos Hídricos, têm um efeito positivo no suporte de vida e na economia
	SH	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Saúde Humana
	SPB	2	O valor mais elevado do ponderador reflete a maior importância da Segurança de Pessoas e Bens
	TUR	1	Medidas para o Turismo têm importância na socioeconomia e cultura
	ZC	1	Medidas para as Zonas Costeiras têm importância em vários âmbitos incluindo na redução de vulnerabilidades climáticas
	Outros	1	Medidas que possam não encontrar enquadramento nos descritores anteriores.
Avaliação Multicritério (AMC) (1-5) (resposta múltipla)	Eficácia	4	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à eficácia da medida
	Eficiência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à racionalidade no uso dos recursos na aplicação da medida
	Equidade	3	A Equidade é um valor civilizacional per se e um indicador de justiça social
	Flexibilidade	3	A flexibilidade é uma das medidas da facilidade
	Legitimidade	2	A capacidade de law-enforcement é importante para o sucesso da medida
	Urgência	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado à urgência da medida
	Sinergias	5	O valor mais elevado do ponderador reflete o maior peso dado ao potencial de sinergia da medida com os vários OPA

Figura A13.4 Tabela de critérios e valores de ponderação para determinação da prioridade das medidas propostas.

Foi utilizada a seguinte equação de ponderação:

$$\text{Prioridade (j)} = \left[ \frac{\sum_{(i,n=3)} (\text{Tipo}_{ij} + p\text{Tipo}_i) / \sum_{(i,n=3)} p\text{Tipo}_i + \sum_{(i,n=2)} (\text{Ambito}_{ij} \times p\text{Ambito}_i) / \sum_{(i,n=2)} p\text{Ambito}_i + \sum_{(i,n=10)} (\text{Setores}_{ij} \times p\text{Setores}_i) / \sum_{(i,n=10)} p\text{Setores}_i + \sum_{(i,n=7)} (\text{AMC}_{ij} \times p\text{AMC}_i) / \sum_{(i,n=7)} p\text{AMC}_i \right] \times 5/7,5$$

Cada medida foi assim avaliada em termos de prioridade num valor entre “0” (sem prioridade) e “5” (máxima prioridade).

Para cada medida foram estabelecidos indicadores de progresso/execução e metas nos horizontes temporais até 2022, 2023-2025 e 2026-2030. Quando não foi possível estabelecer indicadores ou metas devido à necessidade de desenvolvimentos posteriores tal foi devidamente assinalado.

Foi entendido que, nesta fase, a definição e alimentação de indicadores de Pressão, Estado, Resposta exigiriam um trabalho muito intensivo de recolha de dados ambiente e do sistema, bastante oneroso e que não se justifica no momento. O que não exclui a necessidade de, futuramente, criar e utilizar um sistema de indicadores desse tipo, bem como os procedimentos e meios para recolha de dados, para avaliar o impacte e medidas corretivas ao PMA e efetuar a sua revisão.

A tabela de medidas do PMA inclui também a informação sobre a sua situação de execução, pois algumas das medidas entre a proposta e aprovação podem já ter sido feitas, encontrarem-se em Curso ou ainda Pendentes.

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas especificas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidades/ vulnerabilidades /oportunidades (A-F#.##)	Status VFX Feito / em Curso / Pendente	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsa bilidade
		1º	2º	3º				2022	2023 - 2025	2026 - 2030		
		Obj# PA	Obj# PA	Obj# PA								

Figura A13.5 Ilustração dos principais campos da tabela de medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente

A seguir apresentam-se as 160 medidas que foram avaliadas para o PMA (figura A13.6).

**ANEXO 13 – MEDIDAS DO PMA VFX**

Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidades/ vulnerabilidades / oportunidades (A-F#.##)	Status VFX Feito / em Curso / Pendente	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsabilidade
		1º Obj# PA	2º Obj# PA	3º Obj# PA				2022	2023 - 2025	2026 - 2030		
	ponderador											
RH0	<b>Recursos Hídricos</b>											
RH1	Substituição / adaptação de equipamentos consumidores de água por outros mais eficientes do ponto de vista hídrico (torneiras, sistemas de rega, sistemas de lavagem...) em edifícios de gestão municipal (serviços, piscinas, estabelecimentos escolares) a) metas definidas em função da quantidade existente no período anterior	02	01		3,18	FC.E.9 FC.E.13	C	5%; 5%;a)	10%;5%; a)	15%; 5%;a)	% dos equipamentos beneficiados ou substituídos; Economia no consumo de água	DOVI/ DMEM
RH2	Promoção e Manutenção de sistemas de rega de espaços verdes, eficientes do ponto de vista hídrico	02	01		3,57	FC.E.13	C	5%	10%	10%	% redução do consumo de água por m2 de zona de rega	DAGEP/DOVI/EMRU
RH3	Aproveitamento de água da chuva captada em telhados e terraços de edifícios públicos para rega de espaços arborizados/florestados e lavagens de espaços exteriores/canalização e cisternas de rega (c/rejeição das primeiras chuvas)	02	01		2,92	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	P	2%, aplicação nas piscinas municipais de VFX e PSI	5%, aplicação em outros edifícios municipais	7%	% substituição em relação à água de consumo	SMAS/DOVI
RH4	Aproveitamento de águas residuais para lavagem e rega de espaços verdes florestados	02	01		3,33	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	P	2%	5%	5%	% substituição em relação à água de consumo	DAGEP/SMAS/DOV
RH5	Reforço da monitorização e manutenção preventiva, reparação de roturas/substituição preventiva de troços de condutas de abastecimento e saneamento	02	01		3,21	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16	C	2%	10%	15%	%m/ano de tubagem inspecionados/ reparados	SMAS
RH6	Implementação de um programa de gestão de perdas de água e energia	02	01		3,28	FC.E.9 FC.E.13 FC.E.16	P		X		Instalação e operação do programa	SMAS
RH7	Manter alternativas ao fornecimento de água potável, captações, proteção de origens de água e reservatórios: Caminho Ribeirinho Alhandra-VFX, P.U. Flamengo, Jardim Municipal Constatino Palha, P.U. PSI, QM Piedade, Jardim Parque Alverca	02	04		3,86	FC.A.13 FC.A.16 FC.E.5 FC.E.13 FC.E.14 FC.E.16 FNC.4.6	C	1h	2h	4h	Número de horas de abastecimento asseguradas	SMAS
RH8	Promover sistemas de bacias de retenção de água e bacias de infiltração com obras suaves de engenharia natural, nas zonas interiores (áreas rurais/habitação dispersa)	02	04		3,04	FC.A.1 FC.A.8 FC.A.9 FC.E.14	P	10^4	2X10^4	4X10^4	m2 de bacia de retenção / infiltração instalados	DPGU/SMPC

RH9	Promover, junto das tutelas, a recuperação ambiental e do sistema hidráulico de drenagem dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2		3,47	FC.A.1 FC.A.8 FC.A.9	C		X	X	Recuperação ambiental e do sistema hidráulico dos mouchões ao estado pré-acidente abril 2016	DPGU
RH10	Promover a instalação de Reservas Naturais Locais (RNL) no Concelho	O2	O4		3,74	FC.A.1 FC.B.7 FC.C.1 FC.E.8 FC.E.12 FNC.3.5 FNC.4.10 FNC.3.4	P	X	X	X	Criação e instalação de RNL	DPGU/DFM
RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	O2	O1	O4	4,79	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.15 FC.A.16 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FC.E.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10^3	3X10^3	4X10^3	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI
RH12	Eliminação da poluição nas linhas de água, recolha e limpeza de lixo nas ribeiras e esteiros em complemento do Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública do Município de Vila Franca de Xira	O2	O1	O4	3,70	FC.A.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	C	2X10^4	3X10^4	totalidade das massas de água	Critério cumulativo: m lineares limpos sem resíduos sólidos visíveis; estado químico das massas de água bom segundo DQA	DAGEP/DOVI
RH13	Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento	O2	O1	O4	3,46	FC.A.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Sistema centralizado de monitorização	SMAS/DAGEP
RH14	Fiscalizar e penalizar fortemente a deposição de resíduos nas linhas de água e estuário do Tejo	O4	O1		2,94	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FNC.6.4	P	20%	30%	50%	Nº de contraordenações/ nº infrações detetadas (%)	DPGU/DAGEP
RH15	Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os Municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco	O4	O1	O2	3,19	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10 FNC.3.2 FNC.3.4	C	Protocolo com Municípios homólogos	Sistema piloto	Sistema funcional	Implementação do Sistema de Alerta	SMPC





Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento para Empresas e Instituições



RH16	Monitorização das linhas de água regularizadas e intervenções pontuais de limpeza das margens e leito do excesso de vegetação e resíduos	O1	O2		3,43	FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.A.2 FC.A.4 FNC.1.2 FNC.3.5 FNC.6.4	C	20%	30%	50%	%km de linhas de água regularizadas com algum tipo de intervenção por ano: inspeção, limpeza, regularização	SMPC/DOVI
RH17	Fazer acompanhar os projetos de regularização de rios e ribeiras de estudos de incidência ambiental	O1	O2	O4	3,34	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FNC.1.5 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.11 FNC.4.8 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8	C	Alterações nos regulamentos municipais	Aplicação e monitorização	Aplicação e revisão	% Projetos de regularização com estudos de incidência Ambiental	DOVI/DASEP
RH18	Manter um nível elevado de vigilância da qualidade ambiental das águas do estuário do Tejo, especialmente no respeitanto a impactes de e sobre atividades náuticas, lazer, recreio, navegação ou melhoria de navegabilidade, construção e manutenção de infraestruturas portuárias	O1	O2	O4	2,59	FNC.2.6 FNC.3.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	Bom	Bom	Muito Bom	Índice de qualidade química e biológica das massas de água superficiais	Tutela
RH19	Apoiar a expansão de indústrias de biotecnologia à base de microalgas marinhas em complemento à recuperação dos planos de água das antigas salinas de Verdelha-Forte da Casa e/ou da recuperação do mouchão da Póvoa através de sistemas de facilitação (pré-licenciamento, redução da carga burocrática, diferimento ou isenção temporária/parcial da aplicação de taxas municipais, derrama e IMI e IMT)	O4	O2	O1	3,90	FC.B.1 FNC.3.7	C	5%	10%	15%	Varição= ((Área novas explorações- área atual de explorações) / área atual de explorações)*100	DPGU / GIEI
RH20	Implementação de sistemas separativos de águas pluviais e resíduos - continuação dos processos em curso e para todas as novas urbanizações e instalações industriais	O2	O1		3,91	FC.A.5	C	90%	95%	100%	% cobertura da rede de drenagem existente ou da nova com redes separativas pluviais/ domésticas	SMAS
RH21	Instalação, aproveitando os troços canalizados de rios e ribeiras urbanos, especialmente os que se manifestaram críticos no passado com eventos de inundações rápidas, de caudalímetros com sensores para deteção precoce de caudais ou altura de água perigosos com potencial de provocar cheias	O2	O1	O3	4,00	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.5 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.15 FC.A.16	P	50%	70%	100%	% rios e ribeiras críticos	DOVI/SMAS



RH22	e inundações rápidas e aviso automático em central dedicada Instalação de bebedouros públicos modernos, acessíveis, passíveis de utilização por pessoas com mobilidade reduzida, animais de estimação e para enchimento de garrafas, com capacidade também para funcionarem como suportes de informação e sensibilização do público	O2	O4	3,53	FC.E.5 FC.E.15 FNC.1.10	P	10	15	30	Nº de novos bebedouros instalados	DAGEP/SMAS
RH23	Deteção e correção de anomalias na ligação de redes prediais	O2	O4	2,75	FNC.6.5	C	1%	3%	5%	% ligações de redes prediais inspeccionadas e/ou corrigidas	SMAS
RH24	Reforço da fiscalização para as ligações ilegais de esgotos às linhas de água	O2	O4	2,97	FNC.6.5	P	2X10^4	3X10^4	totalidade das massas de água	m linear de linhas de água inspeccionadas	SMAS
RH25	Substituição progressiva de fossas sépticas por ligação à rede municipal de esgotos	O2	O4	3,38	FNC.6.5 FNC.6.6	C	50%	75%	100%	% fossas sépticas eliminadas / fossas sépticas existentes	SMAS
RH26	Criar comissões de acompanhamento ambiental dos recursos hídricos no Concelho Integrando as principais partes interessadas (ONGA, Associação Regantes, Comp. Lezírias, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, propriet. agrícolas...), à semelhança da CAA CPA CIMPOR - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR	O4	O3	O2	4,30 FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.3 FC.C.7 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.11 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.3 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Nova comissão e seu funcionamento	DAGEP/SMAS
RH27	Promover ações de informação e sensibilização sobre os recursos hídricos do Concelho	O4	O2	O3	3,83 FC.A.15 FC.A.16 FNC.1.10 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.7	P	30	40	40	Nº de ações de sensibilização por ano	DAGEP/SMAS
QA0	Qualidade do ar										
QA1	Protocolo com outras entidades, incluindo autoridades, serviços de proteção civil, grandes indústrias para alargamento da rede de monitorização da qualidade do ar e implementação de sistemas de alerta precoce de acidentes industriais, incluindo nos placares de informação municipal e por SMS a redes de contactos (autorizados segundo o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados)	O4	O3		3,55 FNC.6.5	P	X	3	5/ sistema de alerta operacion al	Celebração do protocolo, Número de novos equipamentos instalados; implementação dos sistema de alerta; nº de	CCDR/SMPC/ DAGEP



Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento para Empresas e Instituições



QA2	Estudos de monitorização da qualidade do ar e identificação de origem de poluentes	O1	O2	O4	3,70	FNC.6.5	C	X		X	contactos SMS da rede de alerta	DAGEP
SG0	<b>Solo, controlo de erosão, poluição industrial, acidentes naturais e tecnológicos e segurança geotécnica</b>											
SG1	Estudos de avaliação da situação de solos contaminados e potencialmente contaminados no Concelho, avaliação dos passivos ambientais do Concelho e dos respetivos custos de remediação	O4	O1	O2	3,60	FNC.3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.5.5	P	X		X	Estudos de avaliação executado	DAGEP / SMPC
SG2	Envolvimento das empresas responsáveis pela contaminação de solos no Concelho pela sua remediação, quando possível	O4	O1	O2	3,45	FNC.3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.5.4 FNC.5.6	P				m2 de solo contaminado em processo de remediação	DAGEP / SMPC
SG3	Estabelecimento de faixas non aedificandi na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.10 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.2 FC.C.1 FC.C.7 FC.C.8 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.12 FC.E.14 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.5.2 FNC.5.3	P		X	X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU
SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.6 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.4.6 FNC.4.10 FNC.1.5	P	Estudos preliminares, levantamento de necessidades, caderno de encargos e início do processo concursal	Processo concursal e implementação	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPC
SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada	O4	O2	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.5 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.6 FC.E.7 FNC.1.2 FNC.1.10 FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5 FNC.1.7	P	10	15	20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPC

	comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas												
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FC.B.1 FC.B.7 FC.C.1 FNC.3.7 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	>1	>2	>3	número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP	
E10	<b>Energia e indústria</b>												
E11	Salvaguardar no âmbito da 2ª Revisão do PDM a viabilidade de aproveitamento dos recursos endógenos de energia renovável.				3,30	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.10 FC.F.1 FC.F.2 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.4 FNC.5.3 FNC.6.5	P	Estudo de viabilidade e	Estudo de viabilidade		Estudos		
E12	Colaboração com agências municipais e multimunicipais de energia e ambiente na definição de políticas, estratégias e medidas para o binómio energia-clima	O4	O2	O3	3,22	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.10 FC.F.1 FC.F.2 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.4 FNC.5.3 FNC.6.5	P	X	X	X	Estabelecimento de protocolos de cooperação	DPGU/DAGEP	
E13	Plano Racionalização de Energia: Substituir equipamentos elétricos por outros mais eficientes	O2	O3	O1	3,71	FNC.4.13 FNC.2.4	P	5	7	10	% (equipamentos substituídos/equipamentos com mais de 3 anos)	DOVI	
E14	Plano Racionalização de Energia: Substituir iluminação interior por outra mais eficiente	O2	O3	O1	3,78	FNC.4.13 FNC.2.4	P	10	30	60	% (equipamentos substituídos / equipamentos iluminação convencionais existentes)	DOVI	
E15	Plano Racionalização de Energia: Substituir I.P. - Iluminação Pública por outra mais eficiente	O4	O3	O2	3,66	FC.A.12 FC.B.4 FC.C.9 FC.D.2 FNC.4.13	P	10	20	50	% (luminárias substituídos / luminárias convencionais existentes)	DOVI	
E16	Plano Racionalização de Energia: Instalar sistemas de gestão de I.P. e sensores visando a economia de energia	O4	O3	O2	3,54	FNC.2.3	P	10	20	50	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI / EMRU	
E17	Manutenção preventiva e reativa: manutenção de piquete de manutenção e limpeza dos sistemas de iluminação interior dos espaços de trabalho, mantendo a boa qualidade de ambiente luminoso e a boa eficiência das luminárias, livres de poeiras e	O2	O1		3,38	FNC.4.11	P	20	100	100	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI	

	sujeidade; manutenção do contrato manutenção preventiva (outsourcing)											
EI8	Instalar recuperadores de calor nas piscinas municipais para a água quente sanitária (ORC, bombas de calor e outros sistemas)	O2	O1		3,55	FNC.2.4 FNC.4.12	P	5%	10%	15%	%Redução do consumo de energia face ao Business As Usual	DMEM
EI9	Colaborar com cidades geminadas visando o cumprimento da meta b) do ODS 7 "Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa"	O4	O1	O2	2,57	FNC.1.6	P		X	X	Protocolos de colaboração com a medida aplicada	PCM
EI10	Reabilitação energética da envolvente opaca e da fenestração dos edifícios municipais em obras que ultrapassem mais de 25% do valor patrimonial dos imóveis	O2	O1	O3	3,97	FC.E.10 FC.E.15 FC.F.2 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2	P		100	100	% edifícios ou espaços municipais com grandes obras de reabilitação cobertos	DEI EMRU
EI11	Nas novas urbanizações e em intervenções nos espaços consolidados, nomeadamente no espaço público, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.	O4	O1	O2	4,18	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.2 FC.E.10 FC.E.10 FC.E.15 FC.F.3	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DAGEP/DPGU
EI12	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,36	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P	5%	40%	100%	% veículos substituídos	DOVI
EI13	Concepção e implementação de um plano de monitorização de operações com substâncias perigosas e produção accidental de emissões e efluentes contaminados com substâncias perigosas ou agentes biológicos perigosos susceptíveis de afetar a população ou o ecossistema, em coordenação com as empresas de indústria química, farmacêutica e similares do Concelho	O4	O3		3,74	FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.12 FC.B.3 FC.B.2 FC.B.4 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.9 FC.E.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	Estudos preliminares, levantamento de necessidades, caderno de encargos e início do processo concursal	Processo concursal e implementação	Sistema funcional; criação da comissão de acompanhamento	Sistema funcional; reuniões regulares da comissão de acompanhamento; relatórios anuais da comissão de acompanhamento	DOVI/SMAS/SMPC/DAGEP

EI14	Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas atividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas atividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL 150/2015, de 5 de agosto, na sua redação atual, que transpõe para o direito interno a Diretiva 2012/18/UE e estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente	O4	O3		3,74	FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.12 FC.B.3 FC.B.2 FC.B.4 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.9 FC.E.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	inclusão no PDM VFX de zonas de controlo especial em torno das unidades abrangidas pelo DL 150/2015 na redação atual	DOVI/SMPC
EI15	Levantamento regular de necessidades de formação (3 em 3 anos) para as atividades económicas no Concelho, com uma forte componente de ambiente e desenvolvimento sustentável e atuação concertada com Ministério da Economia, ANQEP, IEFP e ACIS - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, no sentido de desenhar cursos e proporcionar a formação profissional adequada em cada período	O4	O2	O3	3,64	FNC.1.11 FNC.2.1 FNC.2.2	P		1	2	Ações de levantamento de necessidades de formação	GIEI AM Emp
TM0	Transportes e mobilidade											
TM1	Fomentar uma gestão integrada à escala da AML-Área Metropolitana de Lisboa, quer para o modo rodoviário quer para o modo ferroviário	O4	O1		3,50	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.4.4 FC.E.3 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.6	C					PCM/DPGU
TM2	Instalação de postos públicos de carregamento de viaturas elétricas em todas as cidades do Concelho, em particular nos parques de estacionamento junto a terminais intermodais, centralidades urbanas e zonas de lazer	O2	O4		4,34	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.4.14	P	5	20	40	Nº de postos públicos de carregamento instalados	EMRU/DEI
TM3	Promover a intermodalidade e as plataformas intermodais em particular com ligação ao modo ferroviário, promover o reforço da capacidade de terminais rodoferrviários e associá-los a estacionamento automóvel, onde as tarifas de estacionamento podem ser reduzidas através de esquemas de "Park-n-Ride"	O4	O2		3,59	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4	P	Reforço dos atuais em 10%	Reforço dos atuais em 20%	Reforço dos atuais em 40%	Nº de parques multimodais instalados; nº de lugares de estacionamento por tipo de lugar (curta / média duração) por tipo de veículo em parques multimodais	PCM AM EMRU
TM4	Negociação com a REFER e CP para a reabertura/requalificação do apeadeiro ferroviário da Quinta das Torres, associado ao processo de requalificação urbana do	O4	O2		3,39	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4	P		X	X	Reentrada em funcionamento do apeadeiro; nº de	PCM AM EMRU



	espaço da antiga Escola da Marinha de VFX e instalação de um terminal multimodal de elevada capacidade											lugares de estacionamento por tipo de lugar (curta / média duração) por tipo de veículo no parque multimodal	
TM5	Aumentar a oferta de estacionamento para veículos ligeiros e pesados, com particular enfoque na dissuasão do trânsito rodoviário dentro das cidades.	O2			3,20	FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.3.13	C	50	150	300	nº de novos lugares de estacionamento dissuasor à entrada das localidades	EMRU	
TM6	Incentivar modos suaves de mobilidade nas deslocações de curta duração, através de instalação de ciclovias urbanas e dando seguimento à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável 2020-2030	O2	O4		4,06	FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	20	30	40	% transferência modal do TI para modos suaves mobilidade em curta distância	EMRU/DEI/DPGU/DAGEP	
TM7	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído	O2	O4	O1	4,36	FC.E.3 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.3.13 FNC.3.12 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.11	P		X	X	Criação do plano municipal de gestão de tráfego	DPGU	
TM8	Reforçar a instalação de bandas sonoras, lombas redutoras de velocidade, passadeiras elevadas em todas as localidades do Concelho, como medidas de "traffic calming", redução de velocidade pontual na circulação viária e reforço da segurança dos peões	O2	O4	O1	4,38	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	5%	10%	15%	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	DEI EMRU	
TM9	Reforçar a instalação de semáforos de controlo de velocidade e de proteção do atravessamento por peões	O2	O4	O1	4,43	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	5%	7%	10%	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	EMRU / DOVI	
TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir essa medida nos novos planos de pormenor ou urbanização	O2	O4	O1	4,61	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	5%	7%	10%	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas urbanizações	DOVI/DPGU/EMRU	
TM11	Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar	O2	O1	O4	3,75	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13		X	X	X	Sistema de monitorização em funcionamento	DPGU/SMAS	
RU0	Resíduos												



Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento para Empresas e Instituições



CÂMARA MUNICIPAL

RU1	Realização de três campanhas de sensibilização anuais junto da população em geral, complementadas pelas ações do PREDAMB - Projeto de Educação Ambiental, desenvolvidas neste âmbito, junto da comunidade escolar.	02	01	03	3,41	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	c	6	15	15	Nº de campanhas anuais	DHPAC
RU2	Implementação de um centro de transferência com vista à receção e triagem de madeiras, RCD - Resíduos de Construção e Demolição, REEE - Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, resíduos verdes e pneus provenientes de pequenos produtores.	02	01	03	3,36	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	X			Implementação do centro de transferência	DHPAC
RU3	Realização de um procedimento anual para prestação de serviços de receção e tratamento de RCD, com vista ao correto encaminhamento deste tipo de resíduos, permitindo uma redução de 10 % de deposição em aterro.	02	01	03	3,72	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2	5	5	Nº de procedimentos realizados	DHPAC
RU4	Melhoria e reajuste dos equipamentos adstritos à rede concelhia de recolha de óleos alimentares usados (OAU), incluindo estabelecimentos escolares	02	04	01	3,85	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	1; 24K€	1; 24K€	1; 24K€	Novos equipamento; valor do investimento	DHPAC
RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-balões de bancada para separação de restos de comida, manual de informações básicas sobre compostagem).	02	01	04	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	02	01	03	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC
RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos alojamentos existentes, salvaguardando questões de higiene e saúde, exposição solar e enquadramento paisagístico destes equipamentos na malha urbana.	02	04	01	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 M€	2 M€	2 M€	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC
RU8	Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	02	01	03	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP
RU9	Levantamento dos locais de deposição de resíduos	02	01		3,73	FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6	C	Levantam	Remoção	Remoção	nº de ocorrência	DPGU

	potencialmente perigosos e análise de soluções para a sua remoção				FNC.6.7			ento			detetadas; nº de remoções efetuadas	
PS0	Ambiente sonoro, ruído e poluição sonora											
PS1	Implementação das medidas preconizadas no Plano Municipal para a Redução de Ruído no Concelho, nomeadamente, limitação à circulação de pesados, limitação de tráfego rodoviário nas vias vias municipais, alteração para pavimentos menos ruidosos, colocação de barreiras acústicas ao longo das vias.	O2	O1	O4	3,43	FNC.3.13	P	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 50% das zonas sensíveis e 25% das zonas mistas	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 100% das zonas sensíveis e 55% das zonas mistas	Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em 100% das zonas sensíveis e 75% das zonas mistas	% Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em zonas sensíveis e zonas mistas	PCM
PS2	Reforço da fiscalização no combate ao ruído nas zonas sensíveis, especialmente ao ruído noturno, de estabelecimentos e equipamentos	O2	O1	O3	3,58	FNC.3.13	P	5; -5%	10, -10%	20; -20%	Número de ações de fiscalização; nº de queixas relativas a ruído de estabelecimentos e equipamentos	SMAS / DAMAI /POL
PS3	Intervenções de reforço de isolamento sonoro em edifícios de primeira linha nas zonas sensíveis e mistas, após todas as outras intervenções de redução de ruído	O4	O1	O3	3,14	FNC.4.2			25%	50%	% Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em zonas sensíveis e zonas mistas	DPGU
HA0	Habitação											
HA1	Informação e Incentivos à reabilitação energética e ambiental	O4	O1	O2	3,81	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15	P	X	X	X	Alteração de	DPGU/EMRU/PCM

	dos prédios urbanos, especialmente nas grandes obras de reabilitação (valor superior a 25% do imóvel)					FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.2.4 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6					regulamentos municipais	
HA2	Reforço da habitação municipal disponível e criação sistema de rendas controladas para jovens casais e famílias de rendimentos limitados em novas urbanizações e nos centros urbanos	O2	O4	O1	3,74	FNC.2.5	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DHCS
AF0	<b>Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza</b>											
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia das Lezírias, a Academia e outras partes interessadas, para a salvaguarda de espécies de cultivo, troca de sementes, recuperação de estratos arbóreos, arbustivos e sob-estratos, para efeitos de manutenção da biodiversidade genética das culturas e em caso de recuperação de grandes incêndios ou eventos climáticos extremos	O4	O2	O1	4,35	FC.A.8 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.11 FC.E.12 FC.F.3 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto, protocolo entre as partes interessadas	Instalação e início da recolha e do mercado de troca	Continuação da operação, expansão a Concelhos vizinhos	Banco de sementes funcional	Partes interessadas
AF2	Monitorizar a eficácia das medidas agroambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas	O4	O2	O1	3,45	FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Estudos de contaminação de origem agropecuária	CCDR LVT, GPP (Agricultura)
AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros urbanos	O2	O1		4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O1		4,32	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	30%	70%	100%	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O3	O1	4,75	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC
AF6	Monda química sem glifosatos na manutenção de espaços exteriores, até surgimento de métodos alternativos viáveis a)	O2	O1		3,88	FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.7 FNC.6.6 FNC.6.1	C	X	X	X	Monda química sem glifosatos	DAGEP





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX											
AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2			3,07	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Estudos de levantamento de biodiversidade	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos espaços exteriores	DAGEP
AF8	Incentivar as operações de intervenção em áreas urbanas para aumentar as áreas verdes naturalizadas e renaturalizadas a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3		3,60	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento do potencial de renaturalização	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de espaços renaturalizados	DPGU/DAGEP
AF9	Realizar uma avaliação/atualização da Estrutura Ecológica com vista à delimitação de ações de implementação (revisão do PDM, 3ª geração)	O2	O3		3,81	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X		Atualização da carta da estrutura ecológica	DPGU/DAGEP
AF10	Incremento de povoamentos de espécies folhosas e de espécies resistentes à seca e ao fogo em detrimento aos povoamentos de resinosas.	O4	O3		3,75	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.5 FNC.3.14 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	5%	15%	25%	% substituição	SMPC/DPGU
AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3		4,13	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Área recuperada	DPGU/DAGEP
AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3		4,08	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	Áreas intervencionadas	Partes interessadas
AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado, abertura/manutenção de caminhos de circulação, bermas dos caminhos e estradas de gestão municipal, etc.).	O4	O2		4,03	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP



AF14	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional do mouchão e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	3,92	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	X	X	Ações de monitorização	DPGU
AF15	Ações de formação e informação dos produtores agropecuários e florestais sobre a culturas mais adequadas às condições edafoclimáticas e às diferentes zonas do Concelho, bem como sobre a necessidade e vantagens da diversidade genética das culturas como forma de resistência natural às pragas e alterações climáticas a) metas a definir com as partes interessadas	O4	O2	O1	3,69	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	1	5	10	Nº ações de formação	DAGEP, Tutela e partes interessadas
AF16	Reforço da fiscalização e da sensibilização contra caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem a) metas a definir com as partes interessadas	O4	O1		3,48	FNC.6.3	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	nº de ações de fiscalização	ASAE, ICNF, SEPNA-GNR, PSP
AF17	Desenvolver ações, incluindo campanhas de informação e sensibilização, que promovam o controlo da expansão ou a eliminação de espécies invasoras no Concelho, de acordo com o DL92/2019 (data) na sua redação atual, que são uma ameaça grave para a biodiversidade local causando elevados prejuízos ambientais e económicos, em coordenação com o ICNF, outros Municípios da região e outras partes interessadas	O4	O1	O2	3,33	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	10%	25%	50%	% redução das áreas infestadas	SMPC ICNF DRAG RLVT
AF18	Coordenar com as comunidades avieiras e as autoridades técnicas e policiais campanhas de informação, formação e sensibilização contra a pesca ilegal	O4	O2		3,43	FNC.1.1 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DF/DCT Polícia Marítima
AF19	Promover com a comunidade avieira, clubes náuticos e proprietários locais de embarcações atividades comerciais turísticas de lazer e ecoturismo no estuário do Tejo	O4			3,09	FNC.2.1 FNC.6.3 FNC.2.6 FNC.2.7 FNC.4.14	P	2	5	10	Ações de promoção	DT/DCT
AF20	Facilitar à comunidade avieira o acesso aos mercados municipais para a venda direta dos produtos do pescado em condições adequadas	O4			3,58	FNC.2.1 FNC.2.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	10%	20%	50%	% venda direta em mercados municipais / venda por intermediários	DAGEP / DAMAI
AF21	Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos	O4	O1		3,58		C	Criação da marca	Ações de divulgação	Ações de divulgação	Marca regional	DT Partes interessadas
AF22	Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,21	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	10%	20%	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP
CL0	Clima											



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



CL1	Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC/PMAAC), transversal aos seguintes setores: agricultura, biodiversidade, recursos hídricos, ordenamento do território, economia, energia, florestas, saúde, segurança, transportes e comunicações, zonas costeiras e estuário do Tejo, incluindo medidas Contingência de Temperaturas Extremas Adversas e a criação de redes locais de monitorização meteorológica	O4	O2	O1	4,27	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a estratégia e plano	Implementação das medidas programadas	Implementação das medidas programadas	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU
CL2	Desenvolvimento de indicadores para monitorização, revisão e prevenção de riscos no âmbito da futura EMAAC/PMAAC	O4	O3		3,80	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		Estudo para o sistema de indicadores e teste de aplicação	Painel de indicadores	Painel de indicadores	DAGEP/DPGU/SMP C/EMRU
CL3	Trabalhos preparatórios do PAESC - Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia: Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO2e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, RU, indústria, sector doméstico), desenvolver a matriz energética e elaborar medidas de energia e clima	O4	O3		3,23	FC.A.1 FC.B.1 FC.C.1 FC.D.1 FC.E.1 FC.F.1 FNC.1.1 FNC.2.1 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.5.1 FNC.6.1	P	Estudos para a Matriz Energética e plano estratégico para a energia e clima; a)	Implementação das medidas programadas; a)	Implementação das medidas programadas, Revisão do PAESC; a)	PAESC; redução de emissões de CO2e, aumento da % de substituição por FER; autoprodução FER; Economia de energia e eficiência energética	DAGEP/DPGU/SMP C/EMRU
CL4	Incentivar o uso de cores claras e do branco nos telhados, terraços e paredes orientadas a sul e poente, bem como nos arruamentos (pode contribuir para o arrefecimento dessas superfícies >20°C)	O2	O1	O4	3,43	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.4 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15	P	1 área piloto no Concelho, com projeto de monitorização	1 área piloto por freguesia	Implementação em todo o Concelho	1 - concepção/adaptação de espaços com os requisitos adequados; 2 - ações de monitorização e registo de dados, com publicação; 3 - alteração de regulamentos municipais para todas as novas construções ou	DPGU/DOVI

												grandes obras de reabilitação	
CL5	Aplicação do RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,42	FC.E.4 FC.E.5 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.13 FC.F.1	P	Estudo de levantam ento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados; % CO2e sequestrado	DAGEP	
CL6	Onde adequado, equipar arruamentos de elevado tráfego pedonal com dispositivos de sombreamento dinâmico (verticais/horizontais) ou telas horizontais de sombreamento estático no verão, dado o longo período de arrefecimento anual, na zona poderão estar instaladas e ser eficazes em mais de metade do ano. Associados aos dispositivos de sombreamento podem ser instalados painéis fotovoltaicos de filme fino para produção de energia para a rede	O2	O1	O4	3,58	FC.E.5 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.14 FC.F.2	P	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	EMRU/DOVI	
CL7	Reforço das zonas verdes urbanas com plantas autóctones e de baixa manutenção e baixo consumo de água	O2	O1		3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.E.13 FC.E.14	C	5	5	5	% zonas verdes intervencionadas	DAGEP	
CL8	Instalação de pequenos lagos/espelhos de água/aspersores/fontes em espaços exteriores que se mostrem adequados para o efeitos (efeito de refrescamento por evaporação, redução da temperatura local até 10°C)	O2	O1		3,83	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	DOVI/EMRU	
CL9	Campanhas de informação do público sobre os riscos climáticos e formas de adaptação	O4	O1		3,14	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DPGU/DAGEP	
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FC.E.1 FC.E.4 FC.E.10 FC.E.15 FC.E.15 FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.2.6 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU	
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planejar o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,02	FC.B FC.C FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU	

CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,35	FNC.5.5 FNC.5.6 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	1	5	10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC
CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,47	FC.A	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC
CL14	Reforço das cortinas arbóreas de sombreamento a sul e sudoeste de edifícios sempre que possível, com o duplo benefício de sombreamento no verão e combate às ilhas de calor urbano, pela evapotranspiração e sombreamento. As cortinas arbóreas podem também ser dispostas de modo atenuar o vento intenso/rajadas ao nível do solo (redução de temperatura local de 2°C-3°C)	O2			3,88	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P	5	10	15	% áreas exteriores tratadas	DAGEP
OT0	Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis											
OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,53	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.B.3 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FNC.1.5 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FC.C.4 FC.C.5 FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU
OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras; melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica (técnicas de Eng.ª Natural) em taludes de enquadramento viário e linhas de água	O2	O1	O3	4,60	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervenções	DPGU/DAGEP
OT4	Sempre que possível as novas urbanizações próximas do Rio Tejo devem assegurar corredores de ligação em articulação	O2	O1	O4	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3	P		Definir na 1ª revisão	Definir na 1ª revisão	% áreas exteriores tratadas	DAGEP



	com a Estrutura Ecológica Urbana.					FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6			PMA	PMA		
OT5	Novos parques urbanos com amplas zonas permeáveis de infiltração de água da chuva ou adaptar os existentes no mesmo sentido	O2	O1	O3	3,86	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	10000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de novas áreas verdes urbanas promotores da infiltração de água	DOVI/EMRU/DAGE P
OT6	Aplicação do RMEE-Regulamento Municipal de Espaços Exteriores na delimitação de áreas industriais, logísticas e multiuso com áreas verdes, com funções de integração, amenização paisagística e promoção de corredores verdes.	O2	O1		3,23	FC.E.1 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	áreas verdes na delimitação de áreas industriais, logísticas ou multiuso	DPGU/DAGEP
OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP
OT8	Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação, sem prejuízo da criação de zonas de lazer que não colidam com fenómenos naturais que possam ocorrer	O2	O1	O4	3,84	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.10 FC.C FNC.1.6 FNC.1.8 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.9 FNC.6.4	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DPGU
OT9	Sujeitar os projetos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU
OT10	Estudo do impacto da projeção de subida do nível médio da água do mar (acima da atual cota do território marginal do Concelho)	O2	O1	O3	3,97	FC.B FC.C FNC.1.7 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X			Realização dos estudos	DPGU/SMPC
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,46	FC.B FC.C FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	Instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/SMP C
OT12	Implementar uma Estratégia e um Plano Municipal de Turismo	O4	O1	O3	3,69	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1	P	X/Y	X/Y /	X/Y /Plano	Nº anual de	DT





Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	que aproveite: a dinâmica turística da cidade de Lisboa ; promova o capital natural, proximidade do estuário do Tejo, das lezírias e da RNET-Reserva Natural do Estuário do Tejo e o património cultural do Concelho					FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3		/Estratégi a	Plano		visitantes /nº anual de turistas / criação da estratégia e plano /implementação	
OT13	Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental das intervensões turísticas na área do Mouchões e das Lezírias do Tejo	O4	O1	O3	2,96	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.4 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.8	P	X	X	X	Criar equipa especializada	DPGU/DAGEP
OT14	Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho	O4	O1	O3	3,69	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	C	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DPGU/DCT
OT15	Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras, implementando um sistema de indicadores de monitorização da identidade rural do Concelho.	O4	O1	O3	2,94	FNC.1.7 FNC.1.12 FNC.2.6 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DIEI
OT16	Levantamento de todos os obstáculos nos espaços públicos para pessoas com mobilidade reduzida e tanto quando possível, investimento na sua remoção/minimização	O4	O1	O3	3,65	FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.4.3 FNC.3.10	P	X	X	X	Levantamento; Intervenção	DII/DAGEP/DOVI
OT17	Melhoria da IP - Iluminação Pública e promover a presença de serviços de restauração, lazer, cultura e outras atrações nos espaços exteriores visando o aumento dos seus períodos de utilização e a percepção de segurança, da qualidade de utilização e a melhoria das respetivas experiências de utilização indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O1	O2	O3	3,80	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.7 FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3	P	Levantam eto de necessida des	indicadore s e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadore s e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	DOVI/DIT
OT18	Recuperar, até 2030, pelo menos uma praia fluvial no Concelho com condições para uso balnear e atividades de lazer	O1	O2	O3	3,60	FNC.3.2 FNC.3.7 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.2.6 FNC.4.14 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X	X	praia fluvial funcional com boa qualidade ambiental e de utilização	EMRU
OT19	Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural	O4	O1	O2	3,38	FC.A.2 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10 FNC.1.7 FNC.2.6	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU

						FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8						
OT20	Monitorizar a execução dos alvarás de loteamento emitidos no âmbito das AUGI- Áreas Urbanas de Génese Ilegal.	O4	O1	O2	3,55	FC.A.3 FC.A.16FC.B FC.B.6 FC.B.7 FC.B.8 FC.B.9 FC.B.10FC.C FNC.1.8FNC.3 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.5.4 FNC.6.5	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU
SH0	Saúde Humana											
SH1	Estudos estavais (após o término de cada período) sobre a afluência de utentes nos equipamentos de saúde com sintomas relacionados com as ondas de calor	O4	O3	O1	3,74	FC.E.5 FC.E.15	P	X	X	X	Nº de indivíduos afetados	DHCS
SH2	Sensibilização no âmbito dos sintomas e modo de atuação relativo às ondas de calor	O4	O1	O3	3,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1.5	P	a)	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Ações de sensibilização	SMPC / DHCS
SH3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,13	FC.E.8 FC.E.15 FNC.1.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS
SH4	Até 2030, acabar com a fome no Concelho e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano, para o efeito envolvendo os setores produtivos, a distribuição, o comércio e a rede social no fornecimento de refeições, alimentos e soluções às famílias e indivíduos mais carenciados	O4	O1	O3	3,41	FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.2.2	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas em situação de fome ou subnutrição	DHCS
SH5	Garantir o acesso, a pessoas em situações vulneráveis, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante o ano	O4	O1	O3	3,14	FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.2.3	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas abrangidas pelo programa de cedência cabazes mensais	DHCS
SH6	Regulamento de proteção e saúde animal de animais de companhia e de animais de produção e segurança alimentar	O4	O1	O3	3,31	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.1.3 FNC.1.14	P	2	4	6	Unões de Freguesia abrangidas	SMVM
SH7	Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono escolar e elevem o nível médio de qualificação escolar como promoção da literacia ambiental e sobre saúde pública	O4	O2	O3	3,64	FNC.1.12 FNC.2.2 FNC.2.3	P		1	2	Campanhas de informação e sensibilização	GIEI AM Emp
GA0	Sistema de Gestão Ambiental e Certificação Ambiental											



Associação de Transferência de Tecnologias  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



CÂMARA MUNICIPAL

GA1	Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP
GA2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,47	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de carácter transversal	O1	O3	O4	4,47	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X			Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6 FNC.6.1	P				Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3		4,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P		X	X	revisão do PMA	DAGEP
GA8	Criar uma secção na página da CMVFX para os relatórios de sustentabilidade das empresas do Concelho, como exemplo e incentivo à comunicação das matérias dos ODS e da	O4	O3		3,21	FNC.1.1 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Criação da secção dedicada na página da CMVFX e	DCI/DAGEP



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	sustentabilidade a todas as partes interessadas										respetiva manutenção	
GA9	Desenvolver um programa de estágios e formação profissional para técnicos de ambiente na CMVFX, com competências nos ODS e nas medidas de mitigação e adaptação climática	O4	O1	O2	3,88	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Programa em curso	DRH/DAGEP
GA10	Promover a certificação LiderA+ para os edifícios públicos e escolas sob alçada do Município, bem como facilitar a certificação para os edifícios reabilitados no âmbito das ARU	O1	O4	O3	3,83	FC.A.6 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.5 FC.C.4 FC.D.1 FC.E.10 FC.F.2 FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.5 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	1	2	5	nº de edifícios com Certificação LiderA+	DPGU/EMRU
EC0	<b>Economia Circular</b>											
EC1	Adaptação/implementação das medidas aplicáveis do Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (RCM n.º 190-A/2017), estimular a reutilização de equipamentos e materiais, estimular os circuitos de fornecimento de cadeia curta	O4	O1	O2	3,71	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6	P	1	1	1	Planos de implementação	Partes interessadas
EC2	Revisão dos Regulamentos de Higiene e Limpeza Urbana (RHLU) e de Espaços Exteriores (RMEE) do Município de Vila Franca de Xira	O1	O2		4,35	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.2.1	P	RMEE 2022	RHLU2025		Revisões do Regulamentos	DAGEP
EC3	Eliminação de recipientes descartáveis e de uso único nos serviços, refeitórios municipais e cantinas escolares, com transmissão dessa obrigação aos prestadores de serviços ao Município	O1	O2	O4	3,47	FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.9 FNC.6.10	C	X	-95%	0	Quantidade de resíduos de recipientes descartáveis	DRH
EC4	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O3			3,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Sistema de índices e indicadores de progresso do PMA	DAGEP
CP0	<b>Compras Públicas Sustentáveis</b>											
CP1	Criação do regulamento municipal de compras públicas sustentáveis e de promoção de comércio justo, no seguimento da Política e Plano Municipal de Ambiente e outro normativo aplicável	O1			3,38	FNC.2.2 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.4 FNC.4.11 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.6 FNC.6.1	P	X	X	X	Alterações de regulamentos municipais	DGF
CP2	Apoio a iniciativas de comércio justo, incluindo como critério de compras públicas	O2			3,34	FNC.2.2 FNC.2.4 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.4 FNC.4.11 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2	P	X	X	X	Emissão de normativos internos	DGF



CP3	Continuação do programa de manutenção e renovação do equipamento pré-escolar, primeiro e segundo ciclo e para apoio ao desporto escolar, segundo diretivas de arquitetura bioclimática, climatização passiva, energias renováveis, acessibilidade a alunos com mobilidade reduzida e inovação tecnológica a) indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O4	O2	O1	4,03	FNC.5.6 FNC.6.1 FC.E.5 FC.E.10 FC.F.2 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.11 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.5.3	C		X	X	a)	DE
ISO	<b>Informação, sensibilização e influência</b>											
IS1	Campanha de informação e sensibilização pública sobre os ODS e sobre o Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O4			3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DCI
IS2	Escola Sustentável: programa de ações de informação e sensibilização sobre todos os aspetos da gestão ambiental	O4			3,91	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE
IS3	Instalação de hotspot internet públicos abertos em todos os edifícios municipais e espaços exteriores.	O2	O4		3,10	FNC.1.3 FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.5.6	C	X	X	X	Nº de hotspots abertos em funcionamento	DIT
LE0	<b>Controlo e law-enforcement</b>											
LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3			3,59	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGA FJ

Figura A13.6 Medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas segundo a prioridade

A seguir apresentam-se as 60 medidas que foram avaliadas com maior prioridade (valor maior ou igual a 4), abrangendo várias áreas e em resultado da aplicação do sistema de classificação, apenas como efeito de exemplificação.

Subentende-se que as medidas de classificação menor de prioridade não devem ser descartadas uma vez que avaliações posteriores poderão alterar o seu grau de prioridade, nomeadamente, devido a oportunidades de financiamento, evolução do conhecimento técnico e científico ou alteração da situação de referência, daí o sentido das revisões intercalares do Plano Municipal de Ambiente durante o seu período total de execução, bem como a existência de medidas com indicadores e metas a definir posteriormente.



Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	1ª Obj# PA	2ª Obj# PA	3ª Obj# PA	Prioridade	FC, FNC (A-F#.##)	Feito / em Curso / Pendente	2022	2023 -2025	2026 - 2030	Progresso/ execução	Responsabilidades
RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	O2	O1	O4	4,79	FC.A.1 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.15 FC.A.16 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FC.E.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10^3	3X10^3	4X10^3	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface-urbanas / Rústico /Florestais	O2	O3	O1	4,75	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC
OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras, melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica (técnicas de Eng.ª Natural) em taludes de enquadramento viário e linhas de água	O2	O1	O3	4,60	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervencionados	DPGU/DAGEP
OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,59	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.B.3 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FNC.1.5 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	0	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU
LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3	0	0	4,54	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGAFJ
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planear o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,47	FC.B FC.C FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU
AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção	O2	0	0	4,47	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5	P	Estudos de levantame	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos	DAGEP



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX					FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3		nto de biodiversidade			espaços exteriores	
CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,42	FC.A	P	0	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC
GA2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,42	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de carácter transversal	O1	O3	O4	4,42	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,45	FC.B FC.C FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	Instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/SMPC
OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RME - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP
TM9	Reforçar a instalação de semáforos de controlo de velocidade e de proteção do atravessamento por peões	O2	O4	O1	4,43	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	EMRU / DOVI
CL5	Aplicação do RME - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,42	FC.E.4 FC.E.5 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.13 FC.F.1	P	Estudo de levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados; % CO2e sequestrado	DAGEP
TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir essa medida nos novos planos de pormenor ou urbanização	O2	O4	O1	4,41	FC.E.1 FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	0,05	0,07	0,1	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas urbanizações	DOVI/DPGU/ EMRU
AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros	O2	O1	0	4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



	urbanos					FNC.5.6							
TM8	Reforçar a instalação de bandas sonoras, lombas reductoras de velocidade, passadeiras elevadas em todas as localidades do Concelho, como medidas de "traffic calming", redução de velocidade pontual na circulação viária e reforço da segurança dos peões	O2	O4	O1	4,38	FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12	P	0,05	0,1	0,15	% de vias urbanas com instalação destes dispositivos	DEI EMRU	
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,37	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	0	X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP	
TM7	Desenvolver um plano de gestão de tráfego orientado para a mobilidade sustentável do Concelho, considerando, por exemplo, a introdução de taxas de circulação a veículos pesados nas rodovias mais críticas do ponto de vista da qualidade do ar e do ruído	O2	O4	O1	4,36	FC.E.3 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.3.13 FNC.3.12 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.11	P	0	X	X	Criação do plano municipal de gestão de tráfego	DPGU	
EI12	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,36	FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P	0,05	0,4	1	% veículos substituídos	DOVI	
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia das Lezírias, a Academia e outras partes interessadas, para a salvaguarda de espécies de cultivo, troca de sementes, recuperação de estratos arbóreos, arbustivos e sob-estratos, para efeitos de manutenção da biodiversidade genética das culturas e em caso de recuperação de grandes incêndios ou eventos climáticos extremos	O4	O2	O1	4,35	FC.A.8 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.11 FC.E.12 FC.F.3 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto, protocolo entre as partes interessadas	Instalação e início da recolha e do mercado de troca	Continuação da operação, expansão a Concelhos vizinhos	Banco de sementes funcional	Partes interessadas	
SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas	O4	O2	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.B.2 FC.B.3 FC.B.5 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.E.3 FC.E.4 FC.E.6 FC.E.7 FNC.1.2 FNC.1.10 FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5 FNC.1.7	P	10	15	20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPC	



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,35	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.9 FC.A.10 FC.A.11 FC.A.12 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.C.4 FC.C.5 FC.C.6 FC.C.7 FC.C.8 FC.C.9 FC.C.10	P		1		5		10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC
EC2	Revisão dos Regulamentos de Higiene e Limpeza Urbana (RHLU) e de Espaços Exteriores (RMEE) do Município de Vila Franca de Xira	O1	O2	0	4,35	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.2.2 FNC.4.12 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.2.1	P		RMEE 2022		RHLU2025		0	Revisões do Regulamentos	DAGEP
GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P			0	X		X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de auditorias anuais por departamento abrangido	DAGEP
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6 FNC.6.1	P			0		0	0	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3	0	4,35	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P			0	X		X	revisão do PMA	DAGEP
TM2	Instalação de postos públicos de carregamento de viaturas elétricas em todas as cidades do Concelho, em particular nos parques de estacionamento junto a terminais intermodais, centralidades urbanas e zonas de lazer	O2	O4	0	4,34	FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.4.14	P			5		20	40	Nº de postos públicos de carregamento instalados	EMRU/DEI
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface- urbanas / Rústico /Florestais	O2	O1	0	4,32	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C			0,3		0,7	1	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP
RH26	Criar comissões de acompanhamento ambiental dos recursos hídricos no Concelho integrando as principais partes interessadas (ONGA, Associac. Regantes, Comp. Lezírias, APA - Agência Portuguesa do Ambiente, propriet. agrícolas...), à semelhança	O4	O3	O2	4,30	FC.A.2 FC.A.4 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.1 FC.B.3 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.1 FC.C.3 FC.C.7 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.9 FC.E.11 FC.E.12	P			0	X		X	Nova comissão e seu funcionamento	DAGEP/SMAS



da CAA CPA CIMPOR - Comissão de Acompanhamento Ambiental do Centro de Produção de Alhandra da CIMPOR					FC.E.14 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.3 FNC.6.6 FNC.6.7							
Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	O2	O1	O3	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP	
Estabelecimento de faixas non aedificandi na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.10 FC.A.9 FC.A.11 FC.B.2 FC.C.1 FC.C.7 FC.C.8 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.12 FC.E.14 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.5.2 FNC.5.3	P		0	X	X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU
Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC/PMAAC), transversal aos seguintes setores: agricultura, biodiversidade, recursos hídricos, ordenamento do território, economia, energia, florestas, saúde, segurança, transportes e comunicações, zonas costeiras e estuário do Tejo, incluindo medidas Contingência de Temperaturas Extremas Adversas e a criação de redes locais de monitorização meteorológica	O4	O2	O1	4,27	FC.A FC.B FC.C FC.D FC.E FC.F FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a estratégia e plano	Implementação das medidas programadas	Implementação das medidas programadas	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU	
Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P		0	X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU
Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,21	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020		0,1	0,2	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP
Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP
Nas novas urbanizações e em intervenções nos	O4	O1	O2	4,18	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.2 FC.E.10	P		0	X	X	Alteração de	DAGEP/DPGU



	espaços consolidados, nomeadamente no espaço público, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.					FC.E.10 FC.E.15 FC.F.3						regulamentos municipais	
AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3	0	4,13	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.6 FC.E.8 FC.E.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA		Área recuperada	DPGU/DAGEP
SH3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,13	FC.E.8 FC.E.15 FNC.1.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X		Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	O2	O1	O3	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC
AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3	0	4,08	FC.E.8 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X		Áreas intervencionadas	Partes interessadas
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FC.C.4 FC.C.5 FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		0	X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FC.B.1 FC.B.7 FC.C.1 FNC.3.7 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	>1	>2	>3		número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP
TM6	Incentivar modos suaves de mobilidade nas deslocações de curta duração, através de instalação de ciclovias urbanas e dando seguimento à Estratégia Nacional para a Mobilidade Ciclável 2020-2030	O2	O4	0	4,06	FC.E.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.4.4 FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P		20	30	40	% transferência modal do TI para modos suaves mobilidade em curta distância	EMRU/DEI/DPGU/DAGEP
RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-baldes de bancada para separação de restos de comida, manual de informações básicas sobre compostagem).	O2	O1	O4	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P		100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC



Associação de Transferência de Tecnologia  
e Conhecimento para Empresas e Instituições



RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos alojamentos existentes, salvaguardando questões de higiene e saúde, exposição solar e enquadramento paisagístico destes equipamentos na malha urbana.	O2	O4	O1	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 ME	2 ME	2 ME	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC
CP3	Continuação do programa de manutenção e renovação do equipamento pré-escolar, primeiro e segundo ciclo e para apoio ao desporto escolar, segundo diretivas de arquitetura bioclimática, climatização passiva, energias renováveis, acessibilidade a alunos com mobilidade reduzida e inovação tecnológica a) indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O4	O2	O1	4,03	FC.E.5 FC.E.10 FC.F.2 FNC.2.6 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.3 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.11 FNC.4.13 FNC.4.14 FNC.5.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.5.3	C	0	X	X	a)	DE
AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado, abertura/manutenção de caminhos de circulação, bermas dos caminhos e estradas de gestão municipal, etc.).	O4	O2	0	4,03	FC.A.9 FC.B.7 FC.C.7 FC.E.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FC.E.1 FC.E.4 FC.E.10 FC.E.15 FC.E.15 FC.F.1 FC.F.2 FC.F.3 FNC.2.6 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU
SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FC.A.1 FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.B.1 FC.B.2 FC.B.3 FC.C.1 FC.C.2 FC.C.3 FC.E.1 FC.E.3 FC.E.5 FC.E.6 FC.F.3 FNC.1.1 FNC.1.7 FNC.3.1 FNC.4.6 FNC.4.10 FNC.1.5	P	Estudos preliminares, levantamento de necessidades, caderno de encargos e	Processo concursal e implementação	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPC



## Relatório Final

**Figura A13.7 Medidas propostas para o Plano Municipal de Ambiente classificadas, selecionadas e ordenadas com a maior prioridade (superior ou igual a 3,9)**



Cod	PMA VFX Objetivos/Medidas específicas a propor / Ponderador	Obj P.A.			Prioridade	Resposta a necessidades/ vulnerabilidades / oportunidades (A-FH RH)	Status VFX Feito / em Curso / Pendente	Período de aplicação - Metas temporais			Indicador Progresso/ execução	Responsabilidade	Tipo (0,1) (uma opção)	Setor (0,1) (rm)	Setores Chave (0,1) (resposta múltipla)												Aval MC (1-5) (resposta múltipla)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
		O1	O2	O3				2022	2023 - 2025	2026 - 2030					IV	IC	NE	MCA	DV/AO	AFP	BIOD	ETC	RH	SH	SPB	TUR	ZC	Outros	Eficácia	Eficiência	Equidade	Flexibilidade	Legitimidade	Urgência	Sinergias																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
	ponderador																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	



RH11	Reforço das infraestruturas e corredores verdes e renaturalização das ribeiras e esteiros, renaturalização de troços de ribeira urbanas, nomeadamente, com intervenções de engenharia natural e em complemento ao RMHLP - Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública	O2	O1	O4	4,39	FCA.1 FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.7 FCA.8 FCA.9 FCA.10 FCA.11 FCA.13 FCA.15 FCA.16 FCE.1 FCE.6 FCE.8 FCE.12 FCE.14 FCE.15 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.6.3	P	10^3	3X10^3	4X10^3	m linear de intervenções de renaturalização	DAGEP/DPGU/DOVI	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	4	4	5	
RH12	Eliminação da poluição nas linhas de água, recolha e limpeza de lixo nas ribeiras e esteiros em complemento do Regulamento Municipal de Higiene e Limpeza Pública do Município de Vila Franca de Xira	O2	O1	O4	3,70	FCA.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	C	2X10^4	3X10^4	totalidade das massas de água	Critério cumulativo: m lineares limpos sem resíduos sólidos visíveis; estado químico das massas de água bom segundo DQA	DAGEP/DOVI	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	3	4	4	4	
RH13	Desenvolver e implementar um sistema de monitorização colectiva dos focos de poluição de efluentes industriais e domésticos, designadamente os que estejam associados a ocupação dispersa e exteriores aos sistemas formais de saneamento	O2	O1	O4	3,40	FCA.1 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Sistema centralizado de monitorização	SMAS/DAGEP		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	3	5	3	5	
RH14	Fiscalizar e penalizar fortemente a deposição de resíduos nas linhas de água e estuário do Tejo	O4	O1		2,90	FCA.1 FCA.3 FCA.4 FNC.6.4	P	20%	30%	50%	Nº de contraordenações/nº infrações detetadas (%)	DPGU/DAGEP		1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	5	4	3		
RH15	Desenvolver e implementar um sistema de alerta e de aviso de cheias, no Rio Tejo e afluentes, em articulação com os Municípios confinantes sujeitos ao mesmo tipo de risco	O4	O1	O2	3,19	FCA.1 FCA.2 FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.7 FCA.8 FCA.9 FCA.10 FCA.12 FCA.13 FCA.14 FCA.15 FCA.16 FCB.1 FCB.2 FCB.3 FCB.4 FCB.5 FCB.6 FCB.7 FCB.8 FCB.9 FCB.10 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	Protocolo com Municípios homólogos	Sistema piloto	Sistema funcional	Implementação do Sistema de Alerta	SMPC		1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	5	3	4	3	4	
RH16	Monitorização das linhas de água regularizadas e intervenções pontuais de limpeza das margens e leito do excesso de vegetação e resíduos	O1	O2		3,43	FCA.2 FCA.4 FNC.1.2 FNC.3.5 FNC.6.4	C	20%	30%	50%	%km de linhas de água regularizadas com algum tipo de intervenção por ano: inspeção, limpeza, regularização	SMPC/DOVI	1		1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	4	5	3	3	4	4	3	
RH17	Fazer acompanhar os projetos de regularização de rios e ribeiras de estudos de incidência ambiental	O1	O2	O4	3,30	FCA.1 FCA.2 FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.9 FCA.10 FCA.11 FCA.12 FCA.13 FCA.14 FCA.15 FCA.16 FNC.1.5 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.11 FNC.4.8 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8	C	Alterações nos regulamentos municipais	Aplicação e monitorização	Aplicação e revisão	% Projetos de regularização com estudos de Incidência Ambiental	DOVI/DASEP	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	3	4	2	3
RH18	Manter um nível elevado de vigilância da qualidade ambiental das águas do estuário do Tejo, especialmente no respeitante a impactos de e sobre atividades náuticas, lazer, recreio, navegação ou melhoria de navegabilidade, construção e manutenção de infraestruturas portuárias	O1	O2	O4	2,59	FNC.2.6 FNC.3.2 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	Bom	Bom	Muito Bom	Índice de qualidade química e biológica das massas de água superficiais	Tutela		1	1		1		1	1	1	1	1	1	1	2	2	4	2	2	2	4		
RH19	Apoiar a expansão de indústrias de biotecnologia à base de microalgas marinhas em complemento à recuperação dos planos de água das antigas salinas de Verdelha-Forte da Casa e/ou da recuperação do mouchão da Póvoa através de sistemas de facilitação (pré-licenciamento, redução da carga burocrática, diferimento ou isenção temporária/parcial da aplicação de taxas municipais, derrama e IMI e IMT)	O4	O2	O1	3,30	FCB.1 FNC.3.7	C	5%	10%	15%	Varição= ((Área novas explorações-área atual de explorações) / área atual de explorações)*100	DPGU / G/El		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	3	3	4	

[illegible]



SG1	Estudos de avaliação da situação de solos contaminados e potencialmente contaminados no Concelho, avaliação dos passivos ambientais do Concelho e dos respetivos custos de remediação	O4	O1	O2	3,60	FNC 3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC 5.5	P		X		X	Estudos de avaliação executado	DAGEP / SMPIC			1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	3	3	4	4	
SG2	Envolvimento das empresas responsáveis pela contaminação de solos no Concelho pela sua remediação, quando possível	O4	O1	O2	3,49	FNC 3.3 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.5.4 FNC.5.6	P					m2 de solo contaminado em processo de remediação	DAGEP / SMPIC			1		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	4	3	3	4	4
SG3	Estabelecimento de faixas non edificandi na envolvente das estradas municipais, funcionando como áreas de infiltração, corredores ecológicos e proteção contra riscos geológicos sobre a rede viária	O2	O4	O1	4,28	FCA 2.FCA.3.FCA.10.FCA.9 FCA.11.FC.B.2.FCC.1.FC.C.7 FCC.8.FCE.6.FCE.7.FCE.12 FCE.14.FNC.3.5.FNC.4.8.FNC.4.9 FNC.5.2.FNC.5.3	P		X		X	Inclusão na revisão do PDM VFX	DPGU/DPGU	1			1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	4	5	
SG4	Criar sistema autónomo de comunicações de emergência em resposta a acidentes naturais ou tecnológicos	O4	O3	O1	4,02	FCA 1.FCA.2.FCA.3.FCA.4.FCB.1 FCB.2.FCB.3.FCC.1.FCC.7.FCC.3 FCE.1.FCE.3.FCE.5.FCE.6.FCF.3 FNC 1.1.FNC 1.7.FNC 3.1.FNC 4.6 FNC.4.10.FNC 1.5	P	Estudos preliminares , levantamento o de necessidades	Processo concursal e implementação	Sistema funcional	Sistema funcional	SMPIC			1		1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	5
SG5	Desenvolver um programa de simulações e resposta a situações de risco mais provável em grupos da população residente, com a coordenação da proteção civil e das autoridades, precedida de campanhas de informação e sensibilização sobre os riscos naturais e tecnológicos que cada comunidade estará mais vulnerável e quais as respostas mais adequadas	O4	O2	O3	4,35	FCA 2.FCA.3.FCA.4.FCA.5.FCB.2 FCB.3.FCB.5.FCC.2.FCC.3.FCC.4 FCE.3.FCE.4.FCE.6.FCE.7 FNC 1.2.FNC 1.10.FNC 3.2 FNC.4.B.FNC.5.FNC 1.7	P	10	15	20	Número anual de ações de simulação com grupos-alvo específicos da população	SMPIC			1	1	1			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	5
SG6	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional dos mouchões e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	4,06	FCB.1.FCB.7.FCC.1.FNC 3.7 FNC.6.5.FNC.6.6.FNC.6.7	P	>1	>2	>3	número de Ações de seguimento ou interações com entidades com tutela	DAGEP			1		1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	3	5	5	
EI0	Energia e indústria																																			
EI1	Salvaguardar no âmbito da 2ª Revisão do PDM a viabilidade de aproveitamento dos recursos endógenos de energia renovável.				3,30	FCE.1.FCE.3.FCE.4.FCE.10.FCF.1 FCF.2.FNC.3.1.FNC.4.1.FNC.4.2 FNC.4.4.FNC.5.3.FNC.6.5	P	Estudo de viabilidade	Estudo de viabilidade			Estudos				1	1	1			1	1	1				1		3	2	3	4	5	4	4	
EI2	Colaboração com agências municipais e multimunicipais de energia e ambiente na definição de políticas, estratégias e medidas para o binómio energia-clima	O4	O2	O3	3,22	FCE.1.FCE.3.FCE.4.FCE.10.FCF.1 FCF.2.FNC.3.1.FNC.4.1.FNC.4.2 FNC.4.4.FNC.5.3.FNC.6.5	P	X	X	X	Estabelecimento de protocolos de cooperação	DPGU/DAGEP			1		1			1	1							1		4	4	5	3	5	3	4
EI3	Plano Racionalização de Energia: Substituir equipamentos elétricos por outros mais eficientes	O2	O3	O1	3,71	FNC 4.13.FNC 2.4	P	5	7	10	% (equipamentos substituídos/equipamentos com mais de 3 anos)	DOVI			1		1			1	1							1		5	5	5	4	5	3	5
EI4	Plano Racionalização de Energia: Substituir iluminação interior por outra mais eficiente	O2	O3	O1	3,78	FNC 4.13.FNC 2.4	P	10	30	60	% (equipamentos substituídos / equipamentos iluminação)	DOVI			1		1			1	1							1		5	5	5	5	5	3	5
EI5	Plano Racionalização de Energia: Substituir I.P. - Iluminação Pública por outra mais eficiente	O4	O3	O2	3,60	FCA 12.FCB.4.FCC.9.FC.D.2 FNC 4.13	P	10	20	50	% (luminárias substituídos / luminárias convencionais existentes)	DOVI			1		1			1	1							1		5	5	5	4	4	3	5
EI6	Plano Racionalização de Energia: Instalar sistemas de gestão de I.P. e sensores visando a economia de energia	O4	O3	O2	3,58	FNC 2.3	P	10	20	50	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI / EMRU			1		1			1	1							1		5	5	5	4	4	2	5
EI7	Manutenção preventiva e reativa: manutenção de piquete de manutenção e limpeza dos sistemas de iluminação interior dos espaços de trabalho, mantendo a boa qualidade de ambiente luminoso e a boa eficiência das luminárias, livres de poeiras e sujidade; manutenção do contrato manutenção preventiva (outsourcing)	O2	O1		3,36	FNC 4.11	P	20	100	100	% luminárias geridas com sistemas de gestão de energia	DOVI			1		1	1		1								1		4	5	4	3	3	2	

E18	Instalar recuperadores de calor nas piscinas municipais para a água quente sanitária (ORC, bombas de calor e outros sistemas)	O2	O1		3,57	FNC.2.4 FNC.4.12	P	5%	10%	15%	%Redução do consumo de energia face ao Business As Usual	DMEM	1	1	1	1	1	1	1	1	4	5	4	3	3	3			
E19	Colaborar com cidades geminadas visando o cumprimento da meta b)do ODS 7 "Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa"	O4	O1	O2	2,57	FNC.1.6	P		X	X	Protocolos de colaboração com a medida aplicada	PCM	1	1	1	1	1				1	3	3	4	3	3	2	3	
E110	Reabilitação energética da envolvente opaca e da fenestração dos edifícios municipais em obras que ultrapassem mais de 25% do valor patrimonial dos imóveis	O2	O1	O3	3,97	FCE.10 FCE.15 FCE.2 FCE.3 FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2	P		100	100	% edifícios ou espaços municipais com grandes obras de reabilitação cobertos	DEI EMRU	1	1	1	1	1	1			1	5	5	5	4	4	2	5	
E111	Nas novas urbanizações e em intervenções nos espaços consolidados, nomeadamente no espaço público, devem ser promovidas medidas de proteção da população à exposição solar excessiva.	O4	O1	O2	4,18	FCE.1 FCE.5 FCE.2 FCE.10 FCE.10 FCE.15 FCE.3	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DAGEP/DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	4	3	2	5	
E112	Substituição progressiva de veículos a combustíveis fósseis por outros com motorização mais eficiente inclusive por veículos híbridos e elétricos na frota municipal	O2	O1	O4	4,38	FCE.1 FCE.3 FCE.5 FCE.15 FNC.2.4 FNC.4.4	P	5%	40%	100%	% veículos substituídos	DOVI	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	3	5	
E113	Concepção e implementação de um plano de monitorização de operações com substâncias perigosas e produção accidental de emissões e efluentes contaminados com substâncias perigosas ou agentes biológicos perigosos <u>surventuais de afetar a população ou o ecossistema, em</u>	O4	O3		3,74	FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.12 FCB.3 FCB.2 FCB.4 FC.C.2 FC.C.3 FCC.4 FC.C.9 FCE.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	Estudos preliminares, levantamento de	Processo concursal e implementação	Sistema funcional; criação da comissão de acompanhamento	Sistema funcional; reuniões regulares da comissão de acompanhamento; relatórios anuais da	DOVI/SMAS/SMPC/DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	5	4	3	4	5	
E114	Estabelecer critérios de segurança para a implantação de novas atividades nas zonas industriais a reconverter, sempre que estas atividades ocorram na envolvente de estabelecimentos abrangidos pelo DL 150/2015, de 5 de agosto, na sua redação atual, que transpõe para o direito interno a Diretiva 2012/18/UE e estabelece o regime de prevenção e controlo de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente	O4	O3		3,74	FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.12 FCB.3 FCB.2 FCB.4 FC.C.2 FC.C.3 FCC.4 FC.C.9 FCE.3 FNC.1.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.5 FNC.4.6 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	inclusão no PDM VFX de zonas de controlo especial em torno das unidades abrangidas pelo DL 150/2015 na redação atual	DOVI/SMPC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	5	4	3	4	5
E115	Levantamento regular de necessidades de formação (3 em 3 anos) para as atividades económicas no Concelho, com uma forte componente de ambiente e desenvolvimento sustentável e atuação concertada com Ministério da Economia, ANQEP, IEPF e ACIS - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, no sentido de desenhar cursos e proporcionar a formação profissional adequada em cada período	O4	O2	O3	3,64	FNC.1.11 FNC.2.1 FNC.2.2	P		1	2	Ações de levantamento de necessidades de formação	GIEI AM Emp	1	1	1	1	1	1			1	1	4	4	4	3	3	4	4

26/11



[illegible]



TM10	Aumentar o número de vias pedonais no interior das localidades, em particular nos núcleos históricos. Incluir <del>essa medida nos novos planos de ordenamento ou urbanização</del>	O2	O4	O1	4,43	FNC.1 FNC.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13 FNC.1.9	P	5%	7%	10%	% de vias urbanas pedonalizadas; m de vias pedonais em novas	DOVI/DPGU/EMRU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	4	5	4	5
TM11	Monitorizar o aumento do tráfego rodoviário decorrente da expansão do sector logístico, e seus efeitos ao nível do ruído e qualidade do ar	O2	O1	O4	3,79	FC.1 FNC.3 FNC.1.1 FNC.2.4 FNC.3.9 FNC.3.10 FNC.3.12 FNC.5.3 FNC.5.6 FNC.3.13		X	X	X	Sistema de monitorização em funcionamento	DPGU/SMAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	4	5	5	5	4	5
TM0	Resíduos																											
RU1	Realização de três campanhas de sensibilização anuais	O2	O1	O3	3,41	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	C	6	15	15	Nº de campanhas anuais	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	3	4
RU2	Implementação de um centro de transferência com vista à receção e triagem de madeiras, RCD - Resíduos de Construção e Demolição, REEE - Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, resíduos verdes e pneus provenientes de pequenos produtores.	O2	O1	O3	3,30	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	X			Implementação do centro de transferência	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	3	4	3	4
RU3	Realização de um procedimento anual para prestação de serviços de receção e tratamento de RCD, com vista ao correto encaminhamento deste tipo de resíduos, permitindo uma redução de 10 % de deposição em aterro.	O2	O1	O3	3,77	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2	5	5	Nº de procedimentos realizados	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	3	4
RU4	Melhoria e reajuste dos equipamentos adstritos à rede concelhia de recolha de óleos alimentares usados (OAU), incluindo estabelecimentos escolares	O2	O4	O1	3,85	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	1; 24K€	1; 24K€	1; 24K€	Novos equipamento, valor do investimento	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	3	4
RU5	Desenvolvimento de um projeto-piloto para promoção de compostagem doméstica, privilegiando as moradias unifamiliares dotadas de terreno, através da distribuição de um kit de compostagem (compostores, mini-baldes de	O2	O1	O4	4,06	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	100	200	300	Nº de kits de compostagem instalados	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	3	4
RU6	Implementação de sistemas de georreferenciação, gestão de frota e a introdução de sensores de medição da volumetria dos RU-Resíduos Urbanos depositados.	O2	O1	O3	4,09	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P	80	95	100	% de equipamentos cobertos	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	3	4
RU7	Renovação de equipamentos para deposição de resíduos seletivos, preferencialmente através da instalação de equipamentos enterrados, com vista a assegurar uma maior capacidade instalada de deposição face aos	O2	O4	O1	4,04	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	2 M€	2 M€	2 M€	Valor de investimento, nº de equipamentos renovados com maior capacidade	DHPAC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	3	4
RU8	Plano de renovação da frota de recolha de RU - Resíduos Urbanos	O2	O1	O3	4,28	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	Metas do PAPERSU 20XX	Metas do PAPERSU 20XX	Nº de viaturas substituídas; valor de investimento	DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	5	3	4

RU9	Levantamento dos locais de deposição de resíduos potencialmente perigosos e análise de soluções para a sua remoção	O2	O1	3, 1	FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	C	Levantamento	Remoção	Remoção	nº de ocorrência detetadas; nº de remoções efetuadas	DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	4	5	4	4	
RU0	Ambiente sonoro, ruído e poluição sonora																												
PS1	Implementação das medidas preconizadas no Plano Municipal para a Redução de Ruído no Concelho,	O2	O1	O4	3, 4	FNC.8.3.3	P	Cobertura com	Cobertura com	Cobertura com	% Cobertura com medidas de redução de ruído e	PCM	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	5	5	4	4	4	
PS2	Reforço da fiscalização no combate ao ruído nas zonas sensíveis, especialmente ao ruído noturno, de estabelecimentos e equipamentos	O2	O1	O3	3, 5	FNC.8.3.3	P	5; -5%	10; -10%	20; -20%	Número de ações de fiscalização; nº de queixas relativas a ruído de estabelecimentos e equipamentos	SMAS / DAMAI / POL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	4	4	4	
PS3	Intervenções de reforço de isolamento sonoro em edifícios de primeira linha nas zonas sensíveis e mistas, após todas as outras intervenções de redução de ruído	O4	O1	O3	3, 1	FNC.4.2			25%	50%	% Cobertura com medidas de redução de ruído e limitação de excedências em mais de 5 dB(A) em zonas sensíveis e zonas mistas	DPGU	1	1			1	1	1	1	1	4	4	3	3	3	4	3	
PS0	Habitação																												
HA1	Informação e Incentivos à reabilitação energética e ambiental dos prédios urbanos, especialmente nas grandes	O4	O1	O2	3, 8	FNC.8.3 FNC.8.5 FNC.10 FNC.15 FNC.11 FNC.12 FNC.13 FNC.1.1	P	X	X	X	Alteração de regulamentos municipais	DPGU/EMRU/PCM	1	1	1		1	1	1	1	1	1	3	4	5	4	4	3	4
HA2	Reforço da habitação municipal disponível e criação sistema de rendas controladas para jovens casais e famílias de rendimentos limitados em novas urbanizações e nos centros urbanos	O2	O4	O1	3, 7	FNC.2.5	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DHCS	1	1	1		1	1	1	1		1	3	4	5	4	4	3	4
HA0	Agricultura, floresta, pescas, biodiversidade e conservação da natureza																												
AF1	Criação de um banco de recursos genéticos e de sementes da região, integrando os agricultores locais, a Companhia	O4	O2	O1	4, 3	FNC.8 FNC.8.7 FNC.8.8 FNC.7 FNC.11 FNC.12 FNC.13 FNC.2.7 FNC.6.3 FNC.6.7	P	Lançamento do projeto,	instalação e início da	Continuação da	Banco de sementes funcional	Partes interessadas	1	1	1	1	1		1	1	1	1	4	4	5	4	4	4	4



AF2	Monitorizar a eficácia das medidas agroambientais em curso, nomeadamente na Lezíria, ao nível da contaminação do solo e águas subterrâneas	O4	O2	O1	3,45	FNC.6.1 FNC.6.2 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7	P		X	X	Estudos de contaminação de origem agropecuária	CCDR LVT, GPP (Agricultura)	1		1	1	1	1							1	3	3	4	3	3	4	
AF3	Fiscalização municipal e atuação preventiva/coerciva no cumprimento das faixas de gestão de fogo, em particular junto aos perímetros urbanos	O2	O1		4,40	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Ações de fiscalização nos espaços florestais do Concelho	SMPC/DAGEP		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	4	5	4
AF4	Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface-urbanas / Rústico / Florestais	O2	O1		4,33	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.2 FNC.3.14 FNC.4.5 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	30%	70%	100%	% interface com medida aplicada	SMPC/DAGEP	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	4	5	4
AF5	Ações de Vigilância e 1.ª intervenção a incêndios florestais adequadas à situação de risco de incêndio no período e Criação de faixas de gestão de combustíveis florestais junto às áreas de interface-urbanas / Rústico / Florestais	O2	O3	O1	4,25	FC.E.6 FC.E.7	P	X	X	X	Nº ações de vigilância, a definir pelo serviço competente conforme a situação de risco	SMPC	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	4	5	5
AF6	Monda química sem glifosatos na manutenção de espaços exteriores, até surgimento de métodos alternativos viáveis a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O2	O1		3,88	FNC.5.1 FNC.5.3 FNC.6.5 FNC.6.7 FNC.6.6 FNC.6.1	C	X	X	X	Monda química sem glifosatos	DAGEP	1		1	1	1	1	1	1					1	4	4	5	4	5	5	4
AF7	Promoção da biodiversidade em espaços verdes urbanos, públicos e privados - ação/intervenção direta (espaços públicos) e indireta/influência e sensibilização (espaços privados) com preferência a autóctones e espécies adaptadas ao clima mediterrâneo/atlântico a) a quantificar	O2			4,47	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Estudos de levantamento o de biodiversidade	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Nº de espécies presentes nos espaços exteriores	DAGEP	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	4	5	4	5	4
AF8	Incentivar as operações de intervenção em áreas urbanas para aumentar as áreas verdes naturalizadas e renaturalizadas a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3		3,60	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P	Levantamento do potencial de renaturalização	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de espaços renaturalizados	DPGU/DAGEP		1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	4	4	4
AF9	Realizar uma avaliação/atualização da Estrutura Ecológica com vista à delimitação de ações de implementação (revisão do PDM, 3ª geração)	O2	O3		3,81	FC.A.8 FC.A.9 FC.B.7 FC.B.8 FC.C.7 FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FC.E.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.14 FNC.4.2 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X		Atualização da carta da estrutura ecológica	DPGU/DAGEP		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	4	4	3
AF10	Incremento de povoamentos de espécies folhosas e de espécies resistentes à seca e ao fogo em detrimento aos povoamentos de resinosas.	O4	O3		3,75	FC.E.6 FC.E.7 FC.E.8 FC.E.12 FNC.1.5 FNC.3.14 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	5%	15%	25%	% substituição	SMPC/DPGU	1		1	1	1	1	1	1			1	1	1	4	4	5	4	4	4	

AF11	Recuperação de áreas degradadas e ecossistemas naturais a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVFX	O4	O3		3,13	FCA.9 FCB.7 FCC.7 FCE.1 FCE.6 FCE.8 FCE.9 FNC.5.5 FNC.6.3	P	levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Área recuperada	DPGU/DAGEP	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	4	5	4	4	4	4	
AF12	Combate ao aparecimento de espécies exógenas (insetos) e aumento dos seus ciclos de vida provocados pelas ondas de calor, controlo de espécies exóticas e invasoras	O4	O3		3,08	FCE.8 FCE.12 FNC.6.3	P	X	X	X	Áreas intervencionadas	Partes interessadas	1		1	1	1	1	1	1		1	1	4	4	5	4	4	4	4	
AF13	Onde seja possível a intervenção do Município, desenvolver ações de salvaguarda dos espaços agrícolas e florestais, que proporcionem os múltiplos bens e serviços que contribuem para o desenvolvimento sustentável do Município (e.g. silvicultura preventiva, fogo controlado).	O4	O2		3,02	FCA.9 FCB.7 FCC.7 FCE.8 FNC.1.5 FNC.2.7 FNC.3.14	P	X	X	X	área intervencionada	DOVI/DAGEP		1	1	1	1	1	1	1		1	1	4	4	5	4	4	4	4	
AF14	Monitorizar a recuperação ambiental e funcional do mouchão e das lezírias do Tejo	O4	O2	O3	3,92	FCA.8 FCA.9 FCB.7 FCB.8 FCC.7 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X	X	X	Ações de monitorização	DPGU		1	1	1	1		1	1		1	1	1	4	4	5	3	5	5	5
AF15	Ações de formação e informação dos produtores agropecuários e florestais sobre a culturas mais adequadas às condições edafoclimáticas e às diferentes zonas do	O4	O2	O1	3,60	FCA.8 FCA.9 FCB.7 FCB.8 FCC.7 FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.6 FCE.7 FCE.8 FCE.12 FCE.14 FNC.1.9 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.10	P	1	5	10	Nº ações de formação	DAGEP, Tutela e partes interessadas		1	1	1	1	1		1		1	1	4	4	5	3	4	3	4	
AF16	Reforço da fiscalização e da sensibilização contra caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas, e abordar tanto a procura quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem a) metas a definir com as partes interessadas	O4	O1		3,48	FNC.6.3	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	nº de ações de fiscalização	ASAE, ICNF, SEPNA-GNR, PSP		1	1	1	1		1		1	1	4	4	5	3	4	4	4	4	
AF17	Desenvolver ações, incluindo campanhas de informação e sensibilização, que promovam o controlo da expansão ou a eliminação de espécies invasoras no Concelho, de acordo com o DI.92/2019 (data) na sua redação atual, que são uma ameaça grave para a biodiversidade local causando elevados prejuízos ambientais e económicos, em	O4	O1	O2	3,33	FCE.8 FCE.12 FNC.6.3	P	10%	25%	50%	% redução das áreas infestadas	SMPC ICNF DRAG RLVT		1	1	1	1		1		1	1	3	3	5	4	4	4	4	4	
AF18	Coordenar com as comunidades avieiras e as autoridades técnicas e policiais campanhas de informação, formação e sensibilização contra a pesca ilegal	O4	O2		3,49	FNC.1.1 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DF/DCT Policia Maritima		1	1	1	1					1	1	4	4	5	3	4	4	4	4
AF19	Promover com a comunidade avieira, clubes náuticos e proprietários locais de embarcações atividades comerciais turísticas de lazer e ecoturismo no estuário do Tejo	O4			3,09	FNC.2.1 FNC.6.3 FNC.2.6 FNC.2.7 FNC.4.14	P	2	5	10	Ações de promoção	DT/DCT		1	1			1	1	1		1	1	1	4	4	3	3	4	2	4



AF20	Facilitar à comunidade a viera o acesso aos mercados municipais para a venda direta dos produtos do pescado em condições adequadas	O4			3,58	FNC.2.1 FNC.2.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.6.3	P	10%	20%	50%	% venda direta em mercados municipais / venda por intermediários	DAGEP / DAMAI			1	1	1	1		1	1		1	1	4	4	5	3	4	4	4		
AF21	Criar uma marca diferenciadora dos produtos do meio rural de Vila Franca de Xira, incluindo produtos turísticos	O4	O1		3,58		C	Criação da marca	Ações de divulgação	Ações de divulgação	Marca regional	DT Partes interessadas			1	1	1	1		1	1		1	1	4	4	5	3	4	4	4		
AF22	Alargamento da rede de hortas urbanas implementadas pelo MVFX até 2030, o que irá contribuir para o aproveitamento dos RUB - Resíduos Urbanos Biodegradáveis.	O2	O1	O4	4,23	FNC.1.1 FNC.1.2 FNC.3.6 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.6 FNC.6.4 FNC.6.5 FNC.6.6 FNC.6.7 FNC.1.9 FNC.2.2	P	Metas do PAPERSU 2020	10%	20%	aumento da área de hortas urbanas / nº hortas urbanas instaladas	DAGEP	1		1	1		1	1	1	1	1	1	1	5	5	5	5	4	3	4	4	
AF0	Clima																																
CL1	Desenvolver e implementar uma estratégia e um plano municipal ou intermunicipal de adaptação às alterações	O4	O2	O1	4,23	FCA.FCB.FCC.FCD.FCE.FCF FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudos para a	Implementação das	Implementação das	Estratégia e Plano implementado	DAGEP/DPGU			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	5	4	4	4	4	
CL2	Desenvolvimento de indicadores para monitorização, revisão e prevenção de riscos no âmbito da futura EMAAC/PMAAC	O4	O3		3,80	FCA.FCB.FCC.FCD.FCE.FCF FNC.1 FNC.2 FNC.3 FNC.4 FNC.5 FNC.6	P	Estudo para o sistema de indicadores e teste de aplicação	Painel de indicadores	Painel de indicadores	Painel de indicadores	DAGEP/DPGU/ SMPC/EMRU			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	4	4	3	4
CL3	Trabalhos preparatórios do PAESC - Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia: Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO2e por tipo de sector consumidor/emissor (transportes, RU, indústria, sector doméstico), desenvolver a matriz energética e elaborar	O4	O3		3,23	FCA.1 FCB.1 FCC.1 FCD.1 FCE.1 FCF.1 FNC.1.1 FNC.2.1 FNC.3.1 FNC.4.1 FNC.5.1 FNC.6.1	P	Estudos para a Matriz Energética e plano estratégico para a	Implementação das medidas programadas; a)	Implementação das medidas programadas, Revisão do PAESC; a)	PAESC; redução de emissões de CO2e, aumento da % de substituição por FER; autoprodução FER; Economia de energia e eficiência energética	DAGEP/DPGU/ SMPC/EMRU			1	1	1		1						1	3	3	4	4	4	3	4	
CL4	Incentivar o uso de cores claras e do branco nos telhados, terraços e paredes orientadas a sul e poente, bem como nos arruamentos (pode contribuir para o arrefecimento dessas superfícies >20ºC)	O2	O1	O4	3,43	FCE.1 FCE.2 FCE.4 FCE.5 FCE.10 FCE.15	P	1 área piloto no Concelho, com projeto de monitorização	1 área piloto por freguesia	Implementação em todo o Concelho	1 - concepção/adaptação de espaços com os requisitos adequados; 2 - ações de monitorização e registo de dados, com publicação; 3 - alteração de regulamentos municipais para todas as novas construções ou grandes obras de	DPGU/DOVI	1		1			1	1		1		1		1	5	4	4	4	3	3	4	
CL5	Aplicação do RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores como contributo para sequestro carbono no Concelho	O2	O1	O4	4,43	FCE.4 FCE.5 FCE.7 FCE.8 FCE.13 FCF.1	P	Estudo de levantamento	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Estudos realizados, % CO2e sequestrado	DAGEP	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	4	4	4	3	4	5	
CL6	Quando adequado, equipar arruamentos de elevado tráfego pedonal com dispositivos de sombreamento dinâmico (verticais/horizontais) ou telas horizontais de	O2	O1	O4	3,58	FCE.5 FCE.6 FCE.8 FCE.9 FCE.14 FCF.2	P	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	EMRU/DOVI	1		1			1	1		1	1	1	1	1	5	4	4	4	4	3	4	



CL7	Reforço das zonas verdes urbanas com plantas autóctones e de baixa manutenção e baixo consumo de água	O2	O1	3,90	FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.10 FCE.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FCE.13 FCE.14	C	5	5	5	% zonas verdes intervencionadas	DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	4	4	5	4	4		
CL8	Instalação de pequenos lagos/espelhos de água/aspersores/fontes em espaços exteriores que se mostrem adequados para o efeito (efeito de refrescamento por evaporação, redução da temperatura local até 100C)	O2	O1	3,83	FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.10 FCE.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	C	1000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 arruamentos intervencionados	DOVI/EMRU	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	4	4	5	3	4		
CL9	Campanhas de informação do público sobre os riscos climáticos e formas de adaptação	O4	O1	3,14	FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.10 FCE.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Campanhas de informação e sensibilização	DPGU/DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	4	5	3	4		
CL10	Publicação online de guias com informação sobre medidas bioclimáticas e estratégias de adaptação em edifícios públicos e privados	O4	O1	O2	4,03	FCE.1 FCE.4 FCE.10 FCE.15 FCE.15 FCE.1 FCE.2 FCE.3 FNC.2.6 FNC.4.2 FNC.4.12 FNC.4.12 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Guias publicados	DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	4	3	5	
CL11	Assegurar a resiliência do subsistema da frente ribeirinha: Adaptar e planear o uso do solo na frente ribeirinha em função das projeções climáticas	O4	O3	O2	4,47	FC.B FCC.FNC.1.1 FNC.1.5 FNC.3.2 FNC.6.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Alteração do PDM 3ª geração	EMRU/DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	5	5	4	5	5
CL12	Preparar o espaço público e o edificado para a presença da água (resultante de precipitação intensa, cheias ou inundações), temporariamente, sem causar danos nem transtornos de maior	O2	O4	O3	4,15	FCA.2 FCA.3 FCA.4 FCA.6 FCA.7 FCA.9 FCA.10 FCA.11 FCA.12 FCA.13 FCA.14 FCA.15 FCA.16 FCC.1 FCC.2 FCC.3 FCC.4 FCC.5 FCC.6 FCC.7 FCC.8 FCC.9 FCC.10	P	1	5	10	% dos espaços exteriores adaptados	DPGU/SMPC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	5	5	4	4	5
CL13	Adequar programas / ações para prevenção atempada das inundações resultantes de fenómenos climáticos extremos	O4	O3	O2	4,47	FCA	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Plano Municipal de Proteção Civil	SMPC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	5	5	5	5	
CL14	Reforço das cortinas arbóreas de sombreamento a sul e sudoeste de edifícios sempre que possível, com o duplo benefício de sombreamento no verão e combate às ilhas de calor urbano, pela evapotranspiração e sombreamento. As	O2			3,88	FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.10 FCE.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6 FCC.4 FCC.5 FCC.6	P	5	10	15	% áreas exteriores tratadas	DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	4	4	3	4	5	
CL0	Ordenamento do território, planeamento urbano e paisagem, Zona Estuarina, cidades sustentáveis																											
OT1	Incorporar o risco enquanto fator crítico de decisão da classificação e qualificação do solo na 2ª revisão do PDM.	O2	O4	O1	4,59	FCA.2 FCA.4 FCA.6 FCC.B.3 FCC.B.3 FCC.4 FCC.5 FCC.6 FCC.3 FCC.4 FCC.5 FNC.1.5 FNC.4.6 FNC.4.8 FNC.4.9 FNC.4.10 FNC.5.3 FNC.5.4	P		X	X	Alteração do PDM 3ª geração	DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	5	5
OT2	Desenvolver e implementar uma Carta de Conforto Bioclimático	O2	O1	O3	4,08	FCA.4 FCC.5 FCE.1 FCE.5 FCE.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X / Integração com outros instrumentos	Criação/implementação da carta de conforto bioclimático	DPGU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	3	4

OT3	Reforço das Infraestruturas e Corredores Verdes e Renaturalização das Ribeiras; melhorar as condições de funcionamento dos corredores verdes, com destaque para aqueles que integram os sistemas urbanos, incluindo a aplicação de soluções de base ecológica técnicas de Eng.º	O2	O1	O3	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	1000	2000	2000	m (lineares) de novos corredores verdes criados ou intervençados	DPGU/DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	5	5	
OT4	Sempre que possível as novas urbanizações próximas do Rio Tejo devem assegurar corredores de ligação em articulação com a Estrutura Ecológica Urbana.	O2	O1	O4	3,90	FC.E.1 FC.E.2 FC.E.5 FC.E.10 FC.E.15 FNC.1.1 FNC.1.3 FNC.1.5 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P		Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% áreas exteriores tratadas	DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	5	4	4	5	4	4	
OT5	Novos parques urbanos com amplas zonas permeáveis de infiltração de água da chuva ou adaptar os existentes no mesmo sentido	O2	O1	O3	3,80	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	10000	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	m2 de novas áreas verdes urbanas promotoras da infiltração de água	DOVI/EMRU/DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	3	4	
OT6	Aplicação do RMEE-Regulamento Municipal de Espaços Exteriores na delimitação de áreas industriais, logísticas e multiuso com áreas verdes, com funções de integração,	O2	O1		3,28	FC.E.1 FC.E.12 FNC.6.3	P	X	X	X	áreas verdes na delimitação de áreas industriais, logísticas ou multiuso	DPGU/DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	4	3	4	
OT7	Reforço da arborização urbana e substituição das árvores velhas e doentes por espécimes mais adequados ao uso urbano, de acordo com o RMEE - Regulamento Municipal de Espaços Exteriores a) a quantificar após estudos de levantamento e a partir da 1ª revisão do PMAVEY	O2	O1	O4	4,45	FC.A.2 FC.A.11 FNC.1.5 FNC.3.5 FNC.4.8 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.1.9	P	20	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	% substituição	DAGEP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	4	4	
OT8	Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação, sem prejuízo da criação de zonas de lazer que não colidam com fenómenos naturais que possam ocorrer	O2	O1	O4	3,84	FC.A.2 FC.A.3 FC.A.4 FC.A.5 FC.A.6 FC.A.7 FC.A.8 FC.A.11 FC.A.13 FC.A.14 FC.A.15 FC.A.16 FC.B.3 FC.B.4 FC.B.5 FC.B.6 FC.B.7 FC.B.10 FC.C.1 FNC.1.6 FNC.1.8 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.4.9 FNC.6.4	P		X	X	Alteração de regulamentos municipais	DPGU		1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	4	4	3	3	5	4	5	
OT9	Sujeitar os projectos de ocupação dos espaços multiusos a estudos de vulnerabilidade e gestão do risco de cheias, sempre que estes espaços estejam localizados em zonas de risco de inundação.	O2	O1	O4	4,22	FC.E.1 FC.E.5 FC.E.10 FNC.1.1 FNC.1.9 FNC.3.5 FNC.3.10 FNC.3.13 FNC.4.1 FNC.4.2 FNC.4.13 FNC.4.12 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6	P		X	X	Desenvolvimento de plano e medidas específicas de implementação	DPGU//EMRU		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	4	4	3	5
OT10	Estudo do impacto da projecção de subida do nível médio da água do mar (acima da actual cota do território marginal do Concelho)	O2	O1	O3	3,97	FC.B.1 FC.C.1 FNC.1.7 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X			Realização dos estudos	DPGU/SMPC		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	4	5	4	4	4	5	
OT11	Sistemas de proteção costeira como prevenção ao progressivo aumento do nível médio das águas do mar e do estuário do Tejo	O2	O1	O3	4,43	FC.B.1 FC.C.1 FNC.3.2 FNC.4.8 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	Planeamento	X	X	instalação de estruturas de proteção	DPGU/EMRU/SMPC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	5	4	5	4	4	4	5	
OT12	Implementar uma Estratégia e um Plano Municipal de Turismo que aproveite: a dinâmica turística da cidade de Lisboa ; promova o capital natural, proximidade do estuário do Tejo, das lezírias e da RNET-Reserva Natural do Estuário do Tejo e o património cultural do Concelho	O4	O1	O3	5,60	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	P	X/Y /Estratégia	X/Y / Plano	X/Y /Plano	Nº anual de visitantes / nº anual de turistas / criação da estratégia e plano /implementação	OT		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	4	3	4	



OT13	Assegurar o acompanhamento e a realização de estudos de impacto ambiental ou de incidência ambiental das intervenções turísticas na área do Mouchões e das Lezírias do Tejo	O4	O1	O3	3.9	FCA.2 FCA.4 FCA.6 FCA.7 FCA.8 FCA.9 FCB.1 FCB.3 FCB.5 FCB.6 FCB.7 FCB.8 FCB.1 FCB.4 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.7 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.8	P	X	X	X	Criar equipa especializada	DPGU/DAGEP		1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	3	3	3	4	3	3	
OT14	Desenvolver e implementar um programa de promoção da qualidade do património edificado e atividades culturais que constituem uma marca do Concelho	O4	O1	O3	3.6	FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.5.6 FNC.6.3	C	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DPGU/DCT		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	3	4	
OT15	Incentivar o desenvolvimento de atividades típicas do meio rural, apostando na afirmação de um leque de especializações rurais diferenciadoras, implementando um sistema de indicadores de monitorização da identidade rural do Concelho	O4	O1	O3	2.9	FNC.1.7 FNC.1.12 FNC.2.6 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	X	X	X	Programa em curso; criação dos instrumentos políticos e financeiros	DIEI		1		1	1	1	1			1		1	3	3	4	3	4	3	3	
OT16	Levantamento de todos os obstáculos nos espaços públicos para pessoas com mobilidade reduzida e tanto quanto possível, investimento na sua remoção/minimização	O4	O1	O3	3.6	FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.4.3 FNC.3.10	P	X	X	X	Levantamento; Intervenção	DII/DAGEP/DO VI		1		1			1	1	1	1		1	4	4	4	4	5	5	4	
OT17	Melhoria da IP - Iluminação Pública e promover a presença de serviços de restauração, lazer, cultura e outras atrações nos espaços exteriores visando o aumento dos seus períodos de utilização e a percepção de segurança, da qualidade de utilização e a melhoria das respetivas experiências de utilização indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	O1	O2	O3	3.8	FCE.1 FCE.2 FCE.5 FCE.10 FNC.1.7 FNC.1.8 FNC.1.9 FNC.3.10 FNC.4.3 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3	P	Levantamento de necessidades	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	indicadores e metas a definir na 1ª revisão do PMAVFX	DOVI/DIT	1		1			1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	5	5	4	
OT18	Recuperar, até 2030, pelo menos uma praia fluvial no Concelho com condições para uso balnear e atividades de lazer	O1	O2	O3	3.6	FNC.3.2 FNC.3.7 FNC.3.3 FNC.3.6 FNC.2.6 FNC.4.14 FNC.5.3 FNC.5.4 FNC.5.5 FNC.6.3	P		X	X	praia fluvial funcional com boa qualidade ambiental e de utilização	EMRU	1		1		1	1	1	1	1	1	1	1	4	3	5	3	4	3	5	
OT19	Desenvolver e implementar um sistema de indicadores de monitorização da pressão urbanística em solo rural	O4	O1	O2	3.38	FCA.2 FCA.15 FCA.16 FCB.5 FCB.6 FCB.7 FCB.8 FCB.9 FCB.10 FNC.1.7 FNC.2.6 FNC.3.1 FNC.3.2 FNC.3.4 FNC.3.5 FNC.3.8 FNC.5.3 FNC.6.3 FNC.6.8	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	3	4	3	5
OT20	Monitorizar a execução dos alvarás de loteamento emitidos no âmbito das AUGI- Áreas Urbanas de Génese Ilegal	O4	O1	O2	3.5	FCA.3 FCA.16 FCB.8 FCB.6 FCB.7 FCB.8 FCB.9 FCB.10 FCB.11 FNC.1.8 FNC.3.2 FNC.3.3 FNC.3.5 FNC.3.6 FNC.3.9 FNC.5.4 FNC.6.5	P		X	X	Criação de um grupo de trabalho	DPGU		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	3	4	3	5
OT0	Saúde Humana																															
OT1	Estudos estavais (após o término de cada período) sobre a afluência de utentes nos equipamentos de saúde com sintomas relacionados com as ondas de calor	O4	O3	O1	3.78	FCE.5 FCE.15	P	X	X	X	Nº de indivíduos afetados	DHCS		1		1				1					1	4	4	5	5	5	5	5

OT2	Sensibilização no âmbito dos sintomas e modo de atuação relativo às ondas de calor	O4	O1	O3	3,3	FC.A.FC.B.FC.C.FC.D.FC.E.FC.F.FNC.1.5	P	a)	Definir na 1ª revisão PMA	Definir na 1ª revisão PMA	Ações de sensibilização	SMPC / DHCS			1	1	1				1	1	1				2	2	5	4	5	4	4		
OT3	Informação e sensibilização às entidades interessadas sobre as medidas recomendadas para o controlo de vetores transmissores de doenças	O4	O1	O3	4,1	FC.E.8.FC.E.15.FNC.1.5.FNC.5.2.FNC.5.3.FNC.5.4.FNC.5.5.FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação / Sensibilização	DHCS			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	4	5	5	5	5	4	4	
SH4	Até 2030, acabar com a fome no Concelho e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e	O4	O1	O3	3,4	FNC.1.9.FNC.2.1.FNC.2.2	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas em situação de fome ou subnutrição	DHCS			1	1	1		1	1						1	3	3	5	4	4	4	4	4	
SH5	Garantir o acesso, a pessoas em situações vulneráveis, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante o ano	O4	O1	O3	3,4	FNC.1.9.FNC.2.1.FNC.2.3	C	-50%	-75%	0	Nº de pessoas abrangidas pelo programa de cedência cabazes mensais	DHCS																							
SH6	Regulamento de proteção e saúde animal de animais de companhia e de animais de produção e segurança alimentar	O4	O1	O3	3,3	FNC.1.1.FNC.1.2.FNC.1.3.FNC.1.14	P	2	4	6	Unões de Freguesia abrangidas	SMVM			1	1	1			1	1	1				1	3	3	4	4	4	4	4	4	
SH7	Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono escolar e elevem o nível médio de qualificação escolar como promoção da	O4	O2	O3	3,6	FNC.1.12.FNC.2.2.FNC.2.3	P		1	2	Campanhas de informação e sensibilização	GIEI AM Emp			1	1	1	1	1	1						1	1	4	4	4	3	3	4	4	
SH0	Sistema de Gestão Ambiental e Certificação Ambiental																																		
SH1	Comunicação da Política Municipal de Ambiente a todas as partes interessadas	O4	O2	O3	4,20	FNC.1.4.FNC.5.1.FNC.5.2.FNC.5.3.FNC.5.6	P	X	X	X	nº de médias onde conste a Publicação ou referências à PMA	DCI/DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	4	4	5	4	4	4
SH2	Desenvolvimento e concretização das medidas do Plano Municipal de Ambiente	O1	O2	O3	4,4	FC.A.FC.B.FC.C.FC.D.FC.E.FC.F.FNC.1.FNC.2.FNC.3.FNC.4.FNC.5.FNC.6	P	X	X	X	Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	4	5	5
SH3	Criação de um grupo de trabalho do Plano Municipal de Ambiente, de caráter transversal	O1	O3	O4	4,4	FNC.5.1.FNC.5.2.FNC.5.3.FNC.5.5.FNC.5.6	P	X			Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	4	5	5	
GA4	Mecanismo de auditoria interna do PMA e SGA a) metas a definir para a 1ª revisão do PMAVFX	O3	O1	O2	4,35	FNC.5.1.FNC.5.2.FNC.5.3.FNC.5.5.FNC.5.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	3	5	5	
GA5	Criação e aplicação de um sistema de índices e indicadores de progresso na aplicação das medidas do PMA VFX	O3	O1	O4	4,3	FC.A.FC.B.FC.C.FC.D.FC.E.FC.F.FNC.1.FNC.2.FNC.3.FNC.4.FNC.5.FNC.6	P		X	X	Criação de uma equipa de auditores internos / Nº de	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	5	5	5	5	5	5	
GA6	Comunicar e transferir para os fornecedores cumprimento dos objetivos da Política de Ambiente para os produtos e serviços a fornecer ao Município a) indicadores a definir	O3	O1	O4	4,35	FNC.5.3.FNC.5.4.FNC.5.5.FNC.6.FNC.6.1	P				Criação de comissão de acompanhamento e revisão das medidas do PMA	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	3	5	5	
GA7	Proceder até 2025 à 1ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente e até 2030 à 2ª revisão da Política e do Plano Municipal de Ambiente	O1	O3		4,35	FC.A.FC.B.FC.C.FC.D.FC.E.FC.F.FNC.1.FNC.2.FNC.3.FNC.4.FNC.5.FNC.6	P		X	X	revisão do PMA	DAGEP			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	3	5	5	



[illegible]



CP1	Campanha de informação e sensibilização pública sobre os ODS e sobre o Plano Municipal de Ambiente de Vila Franca de Xira	O4			3, 9, 1	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DCI			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	5	4	5	5	
CP2	Escola Sustentável: programa de ações de informação e sensibilização sobre todos os aspetos da gestão ambiental	O4			3, 9, 1	FNC.1.1 FNC.1.4 FNC.1.6 FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.6	P	X	X	X	Nº de ações de informação e sensibilização	DAGEP/DE			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	4	5	4	5	5	
CP3	Instalação de hotspot internet públicos abertos em todos os edifícios municipais e espaços exteriores.	O2	O4		3, 10	FNC.1.3 FNC.1.9 FNC.2.1 FNC.5.6	C	X	X	X	Nº de hotspots abertos em funcionamento	DiT			1	1			1								1	4	4	5	5	4	2	3	
ISO	Controlo e law-enforcement																																		
IS1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3			4, 5, 9	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGAFJ			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	5	5

160

Totaç de medidas

61

Meidas prioritárias

LE1	Formação do corpo de fiscais municipais nos diversos aspetos do PMA a) metas a definir	O3			4, 5, 9	FNC.5.1 FNC.5.2 FNC.5.3 FNC.5.5 FNC.5.6	P	5	10	10	Nº de fiscais municipais formados e em funções	DAGEP/DPGU/DGAFJ		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	5	5	5	5	5
-----	--	----	--	--	---------	---	---	---	----	----	--	------------------	--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---